



PROFHISTÓRIA

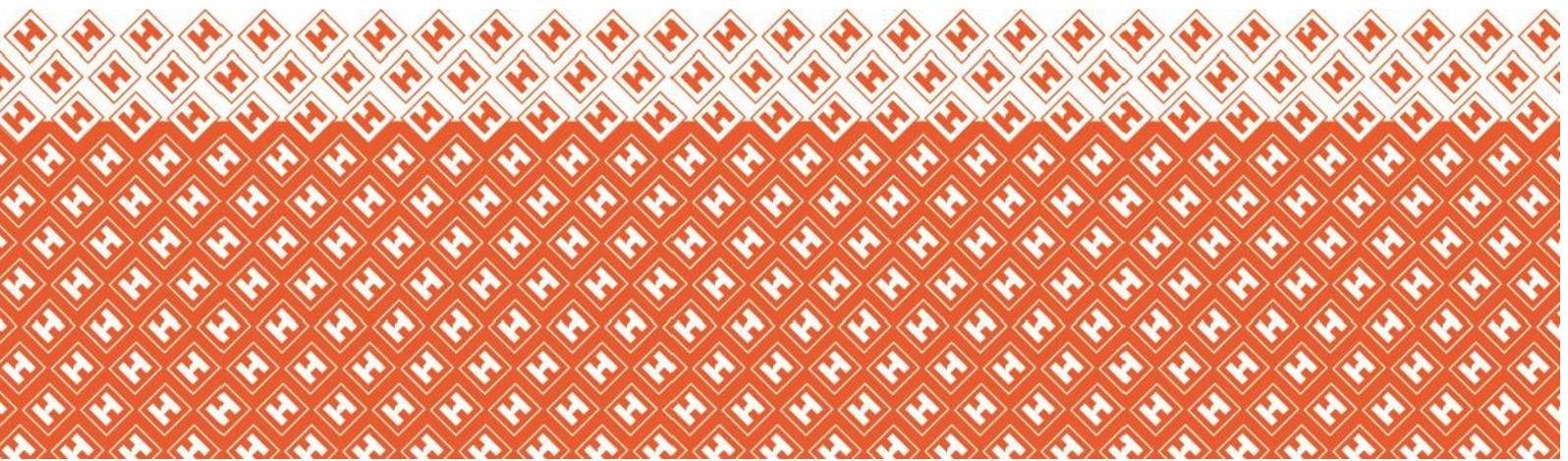
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

DJALMA LUIZ DO NASCIMENTO DANTAS

**AKANGATU, O LEVANTE DA MEMÓRIA: ENSINO DE HISTÓRIA E
LETRAMENTO PATRIMONIAL EM CACHOEIRA DOS ÍNDIOS-PB**



Universidade Regional do Cariri-URCA
Março/2024



Djalma Luiz do Nascimento Dantas

**Akangatu, o levante da Memória: Ensino de História e Letramento Patrimonial em
Cachoeira dos Índios-PB**

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade Regional do Cariri com parte da obtenção do título de mestre.

Área de concentração: História/Ensino de História
Linha de Pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória

Orientador: Prof. Dr. Cícero Joaquim dos Santos

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha Catalográfica elaborada pelo autor através do sistema
de geração automático da Biblioteca Central da Universidade Regional do Cariri - URCA

Dantas, Djalma Luiz do Nascimento

D192a Akangatu, o levante da Memória: Ensino de História e Letramento Patrimonial em Cachoeira dos Índios-PB / Djalma Luiz do Nascimento Dantas. Crato-CE, 2024.

276p. il.

Dissertação. Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Regional do Cariri - URCA.

Orientador(a): Prof. Dr. Cícero Joaquim dos Santos

1.Ensino de História, 2.Letramento Patrimonial , 3.Memória Social , 4.Cachoeira dos Índios-PB; I.Título.

CDD: 990

DJALMA LUIZ DO NASCIMENTO DANTAS

AKANGATU, O LEVANTE DA MEMÓRIA: ENSINO DE HISTÓRIA E LETRAMENTO PATRIMONIAL EM CACHOEIRA DOS ÍNDIOS-PB

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade Regional do Cariri com parte da obtenção do título de Mestre em História, aprovada em: 27 de março de 2024.

BANCA EXAMINADORA



GILBERTO CÉZAR DE NORONHA - UFU
(Membro externo)

Documento assinado digitalmente



ROBERTO AIRON SILVA

Data: 08/04/2024 14:36:25-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ROBERTO AIRON SILVA - UFRN
(Membro externo)



JANAÍNA VALÉRIA PINTO CAMILO – UFCG/URCA
(Membro interno)

Documento assinado digitalmente



CÍCERO JOAQUIM DOS SANTOS

Data: 12/04/2024 11:21:08-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CÍCERO JOAQUIM DOS SANTOS - URCA
Orientador

Dedico a meu filho Théo Luiz, minha esposa Emanuella Dantas, meus pais Marta e Daguiberto, minhas avós Maria José e Severina (In-memória), aos meus avôs Luis Gomes e Djalma Dantas (ambos In-memória), a Tia Deusa e a todos os meus professores sem esquecer nenhum.

Salve São Sebastião.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é a memória do coração

Aristóteles

Gratidão a Deus pelo dom da vida e pela oportunidade de promover, por meio de São Sebastião, a graça de sentir a sua mão segurando a minha, quando a aprovação inicial não se fez concretizar, e me fez aguardar no senhor para a realização desta pesquisa. Nada seria possível sem a intercessão do soldado de Cristo, nada que aqui foi escrito por mais que eu tenha me dedicado ao cientificismo histórico, seria possível sem o milagre que o mestrado significou em minha vida.

A meu filho Théo Luiz, que mesmo sem entender, permitiu que durante esses dois anos estivesse por vezes ausente por estar, em pesquisas de campo, trancado no escritório entre leituras e escritas, privando-nos da convivência do amor mais puro que nunca imaginei existir, quando queria apenas meu braço para dormir. Quero que se orgulhe do pai que escolheu ser professor. Procuro ser para meus alunos o professor que gostaria que meu filho tivesse.

À minha esposa, Emanuella. Como tudo em minha vida, desde que estamos juntos, tudo que tenho feito e conquistado foi contigo compartilhado. Nada seria sem seu amor e companheirismo, sem seu olhar cuidadoso que me conhece mais que a mim mesmo. Nada que aqui foi escrito deixou de passar pelos seus olhos e habilidades na Língua Portuguesa. Essa dissertação, assim como Théo é fruto do amor que nutrimos um pelo o outro.

Ao Professor Cícero Joaquim, pela orientação e oportunidades ofertadas, com uma generosidade que todos os professores deveriam possuir, gratidão por me apresentar o REMOP e a Casa da Memória de Porteiras-CE, e ser luz da memória revolucionária que guiou e direcionou a minha pesquisa, tendo me acolhido, abraçado e encurtado os caminhos desde a minha chegada com o programa já em andamento.

A banca de avaliação pelo empenho em se dedicar na leitura e orientações para aperfeiçoamento deste trabalho para atingir exigências historiográficas do Mestrado. A Prof.^a Dr.^a Janaína Valéria Pinto Camilo e aos Professores Doutores Gilberto César de Noronha e Roberto Airon Silva, seus olhares e palavras de reconhecimento pela dedicação empreitada foram fundamentais para ter certeza da relevância da pesquisa.

Aos meus queridos alunos pesquisadores Ingrid, Thiarly, João Victor e Matheus, gratidão por terem seguidos firmes até o fim, por me permitirem provar que era possível e por fazermos juntos História, com “H maiúsculo”.

Aos professores do ProfHistória da URCA, pelos saberes compartilhados, agradeço a todos em nome do Prof. Darlan Reis Junior pelas suas contribuições na formação para a pesquisa histórica com fontes documentais e, principalmente pelos ideais compartilhados. É bom encontrar um camarada marxista e ainda melhor compreender o valor de ser um bom professor subversivo, sua coragem também é inspiradora.

Ao meu amigo José Fabio, gratidão pelo companheirismo nas idas e vindas, nas leituras compartilhadas, como crescemos e aprendemos juntos, o ProfHistória foi para nós uma relação de parceria e também de irmandade, seremos mestres em História e escrevemos juntos essas narrativas, muito obrigado por me tornar uma pessoa melhor. As amigas de caminhada academia e companheiras de estudo e de viagens ao Crato, Flávia Thais de Milagres -CE , Iasmim do Iguatu - CE e Flávia Gabriella do Crato-CE, nossas trocas de experiências e saberes foram importantes para o fortalecimento de pesquisa e vínculos de saberes e amizade.

Aos professores Francisco Odair e Jone Candido pelas valiosas contribuições em abrir portas e oportunidades de desenvolver a pesquisa de campo, seus conhecimentos sobre a história do município, seus acervos documentais e, principalmente, por se colocarem como pontes entre o projeto e a efetivação da pesquisa junto à comunidade.

Gratidão aos cachoeirenses que contribuíram compartilhando suas memórias. Pessoas de todos os gêneros, raças e religiões que foram fundamentais para o levante da memória que mobilizou o campo e a cidade, e fez revelar uma nova história, vocês representam a essência de todos os habitantes da cidade que neste trabalho se fizeram representados, citando Francisca Clenilda e Francisco Heleno (Lenilson) abraço a todos de uma só vez.

À Universidade Regional do Cariri, e coordenação do ProfHistória, agradeço pela formação de excelência que esta instituição oferece, obrigado por fazer deste professor um pesquisador e por fim historiador.

A Secretaria Municipal de Cachoeira dos Índios-PB, por acreditar apoiar e incentivar as atividades de pesquisa, citando Ana Maria Maracajá, abraço a todos os funcionários que contribuíram significativamente para colocar o projeto na rua, na praça e na escola. Juntos estamos fazendo História, com a exposição do dia 02 de setembro de 2023, vocês provaram que é possível fazer educação pública de qualidade.

À Escola Maria Cândido de Oliveira, por sempre me fazer sentir abraçado e permitir que as atividades fossem desenvolvidas, às gestoras Suênia Crispim, Alecsandra Tavares, Danuzia Supriano e ao gestor Lucas Sousa, muito obrigado, e ao agradecê-los abraço carinhosamente todos os professores, educadores de apoio e coordenação, a todos sem esquecer nenhum.

Aos Retratores da Memória e a Casa da Memória de Porteiras-CE, pelo acolhimento e generosidade em compartilhar de saberes sendo para este trabalho de pesquisa inspiração da memória revolucionária, abraço dos fundadores aos bolsistas com todo carinho e admiração.

Agradeço a Antonieli da Costa Lima e a Chislene Oliveira, mãe de João Cícero, que é o elo de amizade entre nossas famílias, obrigado por viabilizar o acesso aos arquivos do Fórum de Cajazeiras, e em seus nomes, abraço a todos os servidores que me acompanharam nos meses de pesquisa histórica. Assim como a Tabela Graziela Garrido Lacerda, mãe de Gabi e Gustavo, amigos do meu filho, e por isso minha amiga também, gratidão por mostrar os melhores caminhos para conseguir o êxito almejado.

Gratidão aos servidores públicos do Estado da Paraíba, Ana Flor, do arquivo do Jornal A União, a Sr.^a Nereida Nóbrega Nery e ao Sr. Francisco Jean Alves de Figueiredo, ambos da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba e a Sr.^a Vera da Casa Civil do Governador, por se colocarem com excelência e disponibilidade em seu trabalho, sendo peças fundamentais na efetivação historiográfica desta dissertação.

A Dona Dolores, do Cartório Antônio Holanda, pela generosidade em disponibilizar acesso aos registros de imóveis, certidões que foram fundamentais para consolidação da pesquisa, em seu nome abraço, Igor que foi meu aluno, Dona Fátima e Wilson servidores que se dispuseram a me ajudar na empreitada historiográfica, minha gratidão.

A Jaciara Valdivino, gratidão pelo acompanhamento nesses anos de conversas e encaminhamentos, sua ajuda em restabelecer minha saúde mental foi fundamental para consolidação deste trabalho, é uma psicóloga de excelência.

A Wênia Kaíres, pelo pronto atendimento em dedicar seu valioso tempo em meio ao trabalho e cuidados de Liz, para valorizar a escrita deste trabalho com seu reconhecido saber da Língua Portuguesa.

Por fim, agradeço a musa da memória cachoeirense, a cabocla aprisionada na Pedra da Moça no Serrote do Coati, que em uma sala de aula me foi apresentada e imediatamente, se ofereceu como guardiã da identidade local, se colocando para mim como inspiração para levante da memória que edificou este trabalho. Das memórias, escrevemos e fizemos História.

“Mas é na alma que o verdadeiro discurso está escrito. É esse parentesco profundo que permite dizer que o discurso escrito é de certa forma uma imagem (eidōlon), daquilo que na memória viva é ‘vivo’, ‘dotado de uma alma’, rico de ‘seiva’.

(Paul Ricoeur, 2020)

RESUMO

O trabalho foi realizado na perspectiva de uma abordagem inovadora para o Ensino de História na Educação Básica, utilizando para o caminho metodológico de pesquisa os campos da Educação Patrimonial e da História oral como ferramentas metodológicas para a compreensão da História, promovendo o Letramento Patrimonial, para ao final consolidar a Consciência História, a partir do levante da memória mobilizadas pelos patrimônios históricos e culturais do lugar, construindo uma concepção e percepção da atuação docente do ensino de História, tendo como cenário histórico de pesquisa o município de Cachoeira dos Índios-PB. Buscou-se mitigar as dificuldades de ensino da disciplina de forma significativa, tornando-a atraente e problematizadora, ocupando todo o município e ouvindo os cachoeirenses, como espaço de aprendizagem histórico escolar. Procuo discutir e problematizar a apresentação de saberes locais no ensino e aprendizagem, que não devem continuar à margem da aprendizagem nas aulas de História. Isso porque, nos currículos municipais não é apresentado nada referente a história local, ou seja, como ensinar uma história global ou regional se até o advento da consolidação desta pesquisa não existiam referências de acesso escolar, sejam escritos ou permitindo que a memória social estivesse presente a serviço da aprendizagem histórica externo à escola ou à sala de aula? A partir daí, a pesquisa se propôs a unir narrativas de memória e fontes documentais para construir narrativas escritas que oportunizassem um aprendizado significativo. Como temas e testemunhos norteadores utilizo dos patrimônios históricos presentes no município para promover o levante da memória, voltado à construção de uma identidade local para preservação dos patrimônios, como também para o conhecimento dos enredos da comunidade, e, conseqüentemente, global. Apresento como possibilidade de conhecimento uma construção coletiva, com participação e elaborações dos alunos, nas reivindicações feitas por eles como norteadoras da pesquisa, indicando-os a como os encontrar e reivindicar os seus patrimônios materiais, imateriais e naturais dentro do contexto da percepção histórica que os cercam, e, com isso, resultou a Historiografia Escolar Aplicada, uma nova narrativa para a História da ocupação do território, a produção do Inventário Juvenil do Patrimônio Cachoeirense, como fonte de acesso escolar, na metodologia do Letramento Patrimonial, por meio da vivência histórica proporcionada nas Aulas-oficinas de História e um detalhado inventário acadêmico dos patrimônios históricos do município, os naturais Serrote do Coati e Serrote do São Joaquim, os imateriais Banda Cabaçal Os Monteiros, as Quadrilhas Juninas e a Cavalgada de São José, e os materiais, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, o Museu da Baixa Grande e a espetacular descoberta de professor e alunos da Escola Maria Cândido de Oliveira, do Sítio Arqueológico Boa Fé, que legitima o topônimo do município, 61 anos após sua emancipação. Com o intuito de tornar a aprendizagem significativa, aprendemos e nos tornamos sujeitos da história, vivenciando o evento histórico ao tempo que escrevemos fontes escritas que podem auxiliar na fabricação do currículo municipal para o ensino de História, que posteriormente poderão ser utilizadas como saberes coletivos e escolares, conferindo a estes saberes a consciência de pertencimento e valorização da história de onde se vive.

Palavras- Chaves: Ensino de História; Letramento Histórico; Educação Patrimonial, Cachoeira dos Índios.

ABSTRACT

The work was carried out from the perspective of an innovative approach to teaching History in Basic Education, using the fields of Heritage Education and Oral History as methodological tools for understanding History, promoting Heritage Literacy, in order to consolidate History Awareness, from the memory mobilized by the historical and cultural heritage of the place, building a conception and perception of the teaching performance of History, with the municipality of Cachoeira dos Índios-PB as the historical research scenario. The aim was to mitigate the difficulties of teaching the subject in a meaningful way, making it attractive and problematizing, occupying the whole municipality and listening to the people of Cachoeira dos Índios, as a space for historical school learning. I tried to discuss and problematize the presentation of local knowledge in teaching and learning, which should not continue to be sidelined in history classes. This is because there is nothing about local history in the municipal curricula, in other words, how can global or regional history be taught if, until the time this research was consolidated, there were no school access references, either written or allowing social memory to be present in the service of historical learning outside the school or classroom? From there, the research set out to bring together memory narratives and documentary sources to construct written narratives that would provide opportunities for meaningful learning. As guiding themes and testimonies, I use the historical heritage present in the municipality to promote the raising of memory, aimed at building a local identity for the preservation of heritage, as well as knowledge of the community's plots, and consequently, global ones. I present as a possibility of knowledge a collective construction, with the participation and elaboration of the students, in the claims made by them as guidelines for the research, indicating to them how to find and claim their material, immaterial and natural heritage within the context of the historical perception that surrounds them, and, with this, the Applied School Historiography resulted, a new narrative for the History of the occupation of the territory, the production of the Youth Inventory of the Patrimônio Cachoeirense, as a source of school access, in the methodology of Heritage Literacy, through the historical experience provided in the History Workshop Classes and a detailed academic inventory of the municipality's historical heritage, the natural Serrote do Coati and Serrote do São Joaquim, the immaterial Banda Cabaçal Os Monteiros, the Quadrilhas Juninas and the Cavalgada de São José, and the material ones, the Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, the Museu da Baixa Grande and the spectacular discovery by teachers and students from the Maria Cândido de Oliveira School of the Boa Fé Archaeological Site, which legitimizes the municipality's toponym, 61 years after its emancipation. In order to make learning meaningful, we learned and became subjects of history, experiencing the historical event while writing written sources that can help in the manufacture of the municipal curriculum for teaching history, which can later be used as collective and school knowledge, giving this knowledge the awareness of belonging and appreciation of the history of where one lives.

Keywords: Historical Literacy, History Teaching, Heritage Education, Cachoeira dos Índios.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa político da Paraíba destaque com município de Cachoeira dos Índios-PB. ...	18
Figura 2: Cachoeira do Boi – Sítio Boa Fé	22
Figura 3: Cachoeira dos Marianos– Sítio Redondo.....	22
Figura 4 : Sobreposição de mapas: Em Cachoeira dos Índios nasce o Rio do Peixe.	23
Figura 5: "Mapa territorial aproximado da Paraíba séc. XVIII"	25
Figura 6: “Mapa de localização do Município no Estado da Paraíba”.....	26
Figura 7: Sobreposições de mapas da Paraíba do século XVIII e do atual.....	27
Figura 8: Mosaico com o registro da pesquisa documental.	28
Figura 9: Livro de registro vicentino.....	32
Figura 10: Mosaico de desenhos do mapa atividades 1ª aula-oficina de História.	64
Figura 11: Mosaico dos registros fotográficos da 1ª aula-oficina de História	65
Figura 12: Vista panorâmica do Serrote do Coati	71
Figura 13: Mapa do uso e ocupação territorial.....	72
Figura 14: Mapa da área atingida pelo Trecho IV – Ramal do Apodi.	74
Figura 15: Atividade da 2ª aula- oficina de História.....	77
Figura 16: Mosaico dos registros fotográficos da 2ª aula- oficina de História.	78
Figura 17: Atividade 3ª aula-oficina de História.....	85
Figura 18: Mosaico dos registros fotográficos da 3ª aula-oficina de História.	87
Figura 19: Atividade da 4ª aula-oficina de História.....	95
Figura 20: Atividade 4ª aula-oficina de História 1.....	97
Figura 21: Atividade 4ª aula-oficina de História, História Oral 2.....	99
Figura 22: Atividade 4ª aula-oficina de História, História Oral 3.....	99
Figura 23: mosaico de registros fotográficos da 4ª aula-oficina de História	101
Figura 24: Mosaico de registros fotográficos do estudo de campo.....	108
Figura 25: Velório de Joana dos Santos Monteiro (Mãe Joana).	139
Figura 26: Mosaico de registros fotográficos da Banda Cabaçal Os Monteiros.....	145
Figura 27: Mosaico de registros fotográficos das Quadrilhas Juninas.....	154
Figura 28: Mosaico de registros fotográficos da Cavalgada de São José.	164
Figura 29: Mosaicos de registro fotográfico do Serrote do Coati	169
Figura 30: Mosaico de imagens e registro fotográfico da "Pedra do Rei".	177
Figura 31: Registro do Serrote do Coati em chamas.....	181
Figura 32: Mosaico registro das prospecções ao Serrote do Coati.	182

Figura 33: Mosaico de registros fotográficos do Serrote e Cachoeira do São Joaquim.....	186
Figura 34: Mosaico de registros fotográficos da Capela no Mulungu.	190
Figura 35: Registro fotográfico do vaqueiro na Pega de Boi.	192
Figura 36: Mosaico de registros fotográficos nas rochas do São Joaquim.	196
Figura 37: Mosaico de registros fotográficos Serrote do São Joaquim.....	197
Figura 38: Mosaico de registros fotográficos da Igreja Matriz.....	212
Figura 39: Símbolo do Museu da Baixa Grande.	218
Figura 40: Mosaico de registros fotográficos do museu.	222
Figura 41: Fragmentos de cerâmicas encontrados.	226
Figura 42: Mosaico de registros fotográficos da descoberta do Sítio Arqueológico	231

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: 1ª aula-oficina de História	59
Tabela 2: 2ª aula-oficina de História	66
Tabela 3: 3ª aula-oficina de História	79
Tabela 4: 4ª aula-oficina de História	88
Tabela 5: Atividade da 4ª aula-oficina de História: Entrevista de História Oral.....	97
Tabela 6: Prospecções de produção de entrevistas em História Oral.....	121

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Ficha catalográfica Banda Cabaçal Os Monteiros.....	136
Quadro 2: Ficha catalográfica Quadrilhas Juninas	147
Quadro 3: Ficha catalográfica Cavalgada de São José	155
Quadro 4: Ficha catalográfica Serrote do Coati.....	168
Quadro 5: Ficha catalográfica Serrote do São Joaquim.	184
Quadro 6: Ficha catalográfica Igreja Matriz.....	201
Quadro 7: Ficha catalográfica Museu da Baixa Grande	214
Quadro 8: Ficha catalográfica Sítio Arqueológico Boa Fé.....	223

LISTA DE ABREVIATURAS

ALPB – Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba
ANA – Agencia Nacional das Águas
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CFP – Centro de Formação de Professores
CNE – Conselho Nacional de Educação
COVID-19 – Doença do coronavírus e ano de diagnostico dos primeiros casos (2019)
CPRM – Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea.
DCNS – Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica
DER/PB – Departamento de Estradas de Rodagem da Paraíba
E.M.E.I.F – Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FEQUAJUNE – Federação de Entidades de Quadrilhas Juninas da Paraíba
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMOPEC – Instituto da Memória do Povo Cearense
INPE – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JUNAC – Jovens Unidos no Amor de Cristo
LABAP – Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da Universidade Estadual da Paraíba
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
LDB – Leis de Diretrizes e Bases
LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e demais orientações sexuais e Identidades de Gênero"
MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional
MEC – Ministério de Educação e Cultura
N.S – Nossa Senhora (da Conceição)
ONU – Organização das Nações Unidas
PBA – Programa Básico Ambiental
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PISF – Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional

PPP – Projeto Político Pedagógico

PRODEEM – Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios

PROFHISTÓRIA – Mestrado Profissional em Ensino de História

REMOP – Associação Retratores da Memória de Porteiras

RESEC – Religião, Educação, Saúde, Esporte e Cultura

S.M – Sua Majestade

SEMCI – Secretaria Municipal de Educação de Cachoeira dos Índios

SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUDEMA – Superintendência de Administração do Meio Ambiente

TVDS – TV Diário do Sertão

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFMG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

URCA – Universidade Regional do Cariri

3D – Tridimensional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1: FONTES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.....	18
1.1 Subsídios para a História de Cachoeira dos Índios-PB.....	20
1.1.1 Um topônimo a significar	21
1.1.2 A chegada da colonização (séculos XVII e XVIII).....	23
1.1.3 À Maria Madalena: uma nova História (1894 – 1961).....	30
1.2 Memória Social e os saberes históricos escolares.....	36
CAPÍTULO 2 – LETRAMENTO PATRIMONIAL.....	50
2.1. Aula-oficina de História: O que é Patrimônio Histórico/Cultural?	59
2.1.1 Registro de experiência Aula-oficina de História 1: O que é Patrimônio Histórico/Cultural?	62
2.1.2. Aula-oficina de História: Patrimônio Histórico Natural.....	66
2.1.2.1 Registro de experiências, aula-oficina de História 2: O que é Patrimônio Natural?	68
2.1.3 Aula-oficina de História: O valor da Memória e da Tradição Oral.....	79
2.1.3.1 Registro de experiências, aula-oficina de História 3: O valor da memória e da tradição oral.....	81
2.1.4 Patrimônio, memória e fontes históricas	88
2.1.4.1 Registro de experiências, aula-oficina de História 4: Patrimônio, Memória e fontes históricas.....	91
CAPÍTULO 3. AKANGATU: VIVENCIANDO HISTÓRIAS.....	102
3.1 Espelho da memória revolucionária	104
3.2 Um piquenique no Serrote do Coati	109
3.3 O Levante da Memória.....	114
CAPÍTULO 4 – INVENTARIAR PARA HISTORICIZAR.....	133
4.1 Patrimônios Imateriais.....	135
4.1.1 Inventário da Banda Cabaçal Os Monteiros	136
Banda Cabassal Os Monteiros.....	137
4.1.2 Inventário Quadrilhas Juninas	147
Quadrilhas Juninas.....	148
4.1.3 Inventário da Cavalgada de São José das Marimbas.....	155
Cavalgada de São José das Marimbas	156
4.2 Patrimônios Naturais	166
4.2.1 Inventário do Serrote do Coati	168
Serrote do Coati.....	169
4.2.2 Inventário do Serrote do São Joaquim.....	184

Serrote do São Joaquim	185
4.3 Patrimônios Materiais	198
4.3.1 Inventário da Igreja de Nossa Senhora da Conceição	201
Igreja de Nossa Senhora da Conceição.....	202
4.3.2 Inventário do Museu da Baixa Grande	214
Museu Comunitário Histórico e Cultural Das Famílias do Distrito Baixa Grande	215
4.3.3 Inventário Sítio Boa Fé – Presença Ancestral Tupi.....	223
Sítio Arqueológico Boa Fé	224
CONSIDERAÇÕES FINAIS	233
ACERVOS DE FONTES DOCUMENTAIS (Manuscritos e impressos).....	244
REFERÊNCIAS	245
ANEXOS	255

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa tem como fio condutor a formação do professor de História pensado pelo Mestrado Profissional em Ensino de História e seu papel principal de construir novos saberes e fazeres do ensino e aprendizagem da História no espaço escolar e nos espaços educativos não escolares. Nesse sentido, “Os professores contemporâneos devem saber selecionar saberes e fazeres que sejam significativos para a comunidade local e, a partir daí, provocar os alunos a utilizarem conceitos e informações gerais para dar sentido ao (...) contexto de suas vidas” (PACHECO, 2017, p. 69). Ao escolher a linha de pesquisa Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória, dentro da formação disponibilizada pelo curso, aprendi que a Educação Patrimonial pode ser um caminho fecundo para a efetivação desta tarefa.

Isso posto, cabe mencionar que sou professor de História atuante desde 2008 em escolas públicas e privadas na cidade de Cajazeiras e Cachoeira dos Índios no Estado da Paraíba. Nelas, tenho me dedicado a ensinar a disciplina, direcionando minha atividade docente também a preparar alunos para os exames classificatórios e vestibulares. No entanto, acredito que a aprendizagem da História deve acontecer para além dos muros escolares, pois desde o início da carreira busco atrelar teoria com a vivência histórica, fazendo estudos de campo, e neles enxergando oportunidades para vencer as dificuldades na efetivação de uma aprendizagem histórica.

Ademais, é justamente no fazer docente em Cachoeira dos Índios-PB que me dediquei com mais afinco a essa atividade, na Escola Joao Izidro de Sousa - escola do campo- propondo o desafio de evocar, considerar, dialogar e usar a memória como instrumento de saberes históricos. Desenvolvi com meus alunos (Ensino fundamental II e da Educação de Jovens e Adultos – EJA) o projeto de ação escolar chamado “História: saberes e memórias”. Trabalho este que resultou após leituras, escritas, oficinas e muitos saberes históricos no livro *Escola: vidas e memórias*, que deixou registrado a vivência desses alunos com a História do seu tempo, da sua comunidade, da escola e, conseqüentemente, da aprendizagem histórica, o que Helenice Rocha (2020) conceitua de Letramento Histórico. Conceito só apreendido e compreendido nas aulas do ProfHistória-URCA.

Em consonância, essa intenção de pesquisa coaduna com as vivências anteriores. Hoje trabalhando na Escola Maria Candido de Oliveira (escola urbana), deparei-me com uma mesma problemática, tanto na escola rural quanto na escola urbana, não é trabalhada a História do município: não há currículo escolar municipal e a História da comunidade e da cidade ainda são levadas à problematização no espaço escolar. Na educação, o município oferece ensino a turmas

de Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, além da EJA- Educação de Jovens e Adultos. Todavia, como já elencado anteriormente, ainda não apresenta como possibilidade de aprendizagem a História do município, fato este que pretendo modificar com este estudo.

Procuo apresentar uma nova História para o município de Cachoeira dos Índios -PB desde que descobertas inéditas foram escritas nas páginas de suas narrativas históricas, com a força do levante da memória que se propôs a fazer. Como primeiro sopro de força motriz, a vontade produzir conhecimento Histórico e por que não de fazer ciência? Vontade que nasceu em uma sala de uma Escola Pública no município. E, a partir deste espaço se propõe a oportunizar o levante da Memória, por meio de uma escuta empática, cientificamente orientada e atenciosa da História Oral.

Certa vez no aniversário do município, como professor de História, fui convidado a participar em um programa de TV local, a TV Diário do Sertão, para falar um pouco sobre a História do município no qual ministrou aulas. Na ocasião, recusei o convite por não saber absolutamente nada sobre a História do lugar em que ministrava aulas há mais de 4 anos.

Nesta perspectiva, resolvi, por meio desta pesquisa, unir os elementos que elenquei necessários para trazer a problematização do ensino de História, por meio da Memória Social e da Educação Patrimonial, para que os estudantes possam aprender a História da sua comunidade, disponibilizando uma fonte de alcance escolar para esta finalidade. Segundo Pacheco (2017), é preciso informar aos alunos ou educandos que todos os conhecimentos da História podem partir das informações que os cercam, do seu grupo social e daí toda uma História global, ou seja, a partir da sua comunidade ele pode ser capaz de “ler o mundo”. Por isso, a pesquisa contou com a participação de seis (06) alunos da escola Maria Cândido de Oliveira do sexto ao nono ano, sendo quatro meninos e duas meninas, respeitando as identidades individuais de cada um.

É preciso destacar que a pesquisa foi pensada e executada na perspectiva de que as metodologias de trabalhos e referenciais teóricos possam inspirar projetos educacionais para melhores práticas do Ensino de História em qualquer município que ainda não possua currículo educacional próprio, como preconiza a Constituição Federal “Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.” (BRASIL, 2023, p. 175).

A Constituição Federal no seu Art. 210, serve como parâmetro para elaboração da Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CP Nº 2, 2017¹ pois há um direcionamento para a implementação dos currículos que respeitem os saberes regionais. A escrita desta dissertação foi pensada e executada de forma historiográfica, em um percurso metodológico possível para suprir essas necessidades educacionais impostas pela legislação vigente, podendo ser replicado por professores de História de todo o país, sendo o mais importante protagonizar novas possibilidades qualitativas para o ensino da disciplina na Educação Básica.

Ao intitular esse trabalho de *Akangatu, o levante da memória: Ensino de História e Letramento Patrimonial em Cachoeira dos Índios-PB*, trago a memória (Akangatu em sua escrita tupi guarani²), como relação de pertencimento, que acreditamos poder traçar nesse processo de aprender, fazendo-a na convivência com a coletividade, e a História oral no ato de ouvir. No estudo, trabalho com o conceito de Memória Social, no sentido apresentado por James Fentress e Chris Wickham (1992) e Patrimônio Cultural, conforme a perspectiva apresentada por Carlos Lemos (2013). Do ponto de vista metodológico, faço uma interface entre Educação Patrimonial, mediante reflexões tecidas por Maria de Lourdes Horta (2009), Ricardo Pacheco (2017) e Francisco Franco (2019), e História Oral, a partir dos escritos de Ricardo Santhiago e Valéria Magalhães (2015).

O trabalho registrado nesta dissertação está dividido em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, apresento a escrita de uma nova narrativa histórica desvendada por meio de pesquisa a fontes documentais sobre as origens de ocupação territorial, do que veio se consolidar no município de Cachoeira dos Índios, sendo possível promover mudanças significativas das narrativas consolidadas sobretudo pela tradição oral que não se apega a procedimentos metodológicos e epistemológicos. Busquei realizar caminho contrário, realizando a pesquisa com o maior rigor e profissionalismo possível, com todo o rigor historiográfico indispensável.

Após a apresentação da História do município desvendada na pesquisa, apresento o percurso conceitual escolhido para o trabalho de prospecções de campo, a Memória Social foi a fiadora na condução das atividades que se somaram à Educação Patrimonial, na construção de práticas metodológicas eficazes no Ensino de História da Educação Básica. Dito isso, ocupo-me do uso social da memória para produção historiográfica a partir dos pensamentos de James

¹ Diário Oficial da União, Brasília, 22 de dezembro de 2017, Seção 1, pp. 41 a 44. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=1&data=22/12/2017> Acesso em 20 jan 2023)

² Segundo o mini dicionário tupi-guarani, disponível em <https://maniadehistoria.wordpress.com/mini-dicionario-tupi-guarani/#>, acesso em 21 ago 2022.

Fentress e Chris Wickham (1992) sendo a memória uma “rede de ideias”. Assim como os autores, acredito que:

A memória é infinita; toda a consciência é mediatizada por ela. Mesmo a percepção imediata do instante presente em que o leitor se debruça sobre este livro assume todo o seu significado graças à memória. Contudo, a nossa principal preocupação vai para o pensamento que explicitamente se refere a acontecimentos e experiências passados (sejam eles reais ou imaginários); com efeito, a experiência passada recordada e as imagens partilhadas do passado histórico são tipos de recordações que têm particular importância para a constituição de grupos sociais no presente (FENTRESS, WICKHAM, 1992, p. 09).

Sendo assim, proponho o levante da memória a partir das narrativas da História Oral, tendo como norteadora para a escuta das memórias sobre os Patrimônios Históricos e Culturais do município, trazendo com a participação efetiva dos estudantes na pesquisa as memórias como pontes para acesso a fontes históricas de acesso escolar. O Ensino de História e a Educação Patrimonial foram por mim colocados de forma dialética serviço da construção historiográfica na Escola Maria Cândido de Oliveira e do Letramento Patrimonial, pois foram elas dialogadas e problematizadas com os estudantes, para eles reivindicarem os bens culturais que gostariam de aprender dentro e fora do espaço escolar.

Logo, para esta tarefa, no capítulo dois, apresento a aplicação das aulas-oficinas de História, como espaço de troca de saberes, apresentação dos conceitos patrimoniais, de Memória e de História Oral, para com o reconhecimento dos saberes prévios somados aos da Educação Patrimonial, promover condições para a construção de identidade e valorização de vínculos históricos com o município a partir das aulas de História na escola. O Letramento Patrimonial, que é um processo de efetivação da aprendizagem histórica iniciado na escola para compreensão do município onde se vive, está inserido no contexto da História global, apresentando para o Ensino de História uma possibilidade de subversão ao ensino formal, utilizando as vivências históricas cotidianas, apresentando aos alunos o lugar onde vivem como cenário da História e, como esses são sujeitos de suas ações e conseqüentemente, das narrativas, vidas e memórias que contam o passado.

A Educação Patrimonial é colocada como ferramenta metodológica para a compreensão do cenário histórico que está em volta dos estudantes e da escola que lhe rodeia, propiciando uma formação capaz da obtenção de uma Consciência Histórica (CERRI, 2011), de que a sociedade em que vive, seu núcleo familiar e as tradições do lugar são rememoradas pelos bens históricos culturais. São a eles primeiro apresentados pela tradição oral e que podem ser elementos de saberes em sala de aula, desde que tomem o lugar como referência da historicidade. Para efetivação da aprendizagem pretendida nesta metodologia, foram realizadas aulas-oficinas de História em quatro oportunidades, em que foram apresentados, discutidos e

problematizados os conceitos relacionados ao patrimônio cultural, (material, imaterial e natural).

Concluído o processo de apresentação e trocas de saberes que refletiram na reivindicação dos patrimônios a serem estudados, os estudantes tornaram-se participantes e alunos pesquisadores, pois passaram a utilizar outros cenários históricos para construção do Akangatu. Oportunizei na pesquisa que professor e alunos pudessem vivenciar a História do Município, olhando para além da escola. O Estudo do Meio (BITTEENCOURT, 2009) somado às aulas de campo ao município de Porteiras-CE, prospecções de pesquisa a patrimônios naturais e, principalmente, o levante da memória por meio da História Oral, visitando os cachoeirenses e ouvindo com empatia, reescreveram, como sujeitos, a História dos patrimônios a partir das vivências históricas e suas concepções dos alunos pesquisadores.

A História oral, e memória presentes no cotidiano são colocados a serviço da historiografia escolar cujos alunos se percebem sujeitos da História, pois com suas vivências históricas foram capazes de descrever tudo que aprenderam e viveram no período da pesquisa. Nos seus diários de pesquisa escreveram suas memórias demonstrando a aprendizagem sobre Letramento Patrimonial e a Consciência Histórica, ao tempo que foram também testemunhas oculares, pesquisadores responsáveis pelo registro do primeiro sítio arqueológico do município, comprovando a presença ancestral dos povos indígenas do lugar. Ao final da empreitada, elaboraram textos históricos os quais chamo de Historiografia Escolar Aplicada (Produto), reunidos no “Inventário Juvenil do Patrimônio Cachoeirense”, que servirá de referência ao estudo da História do município a partir de sua publicação.

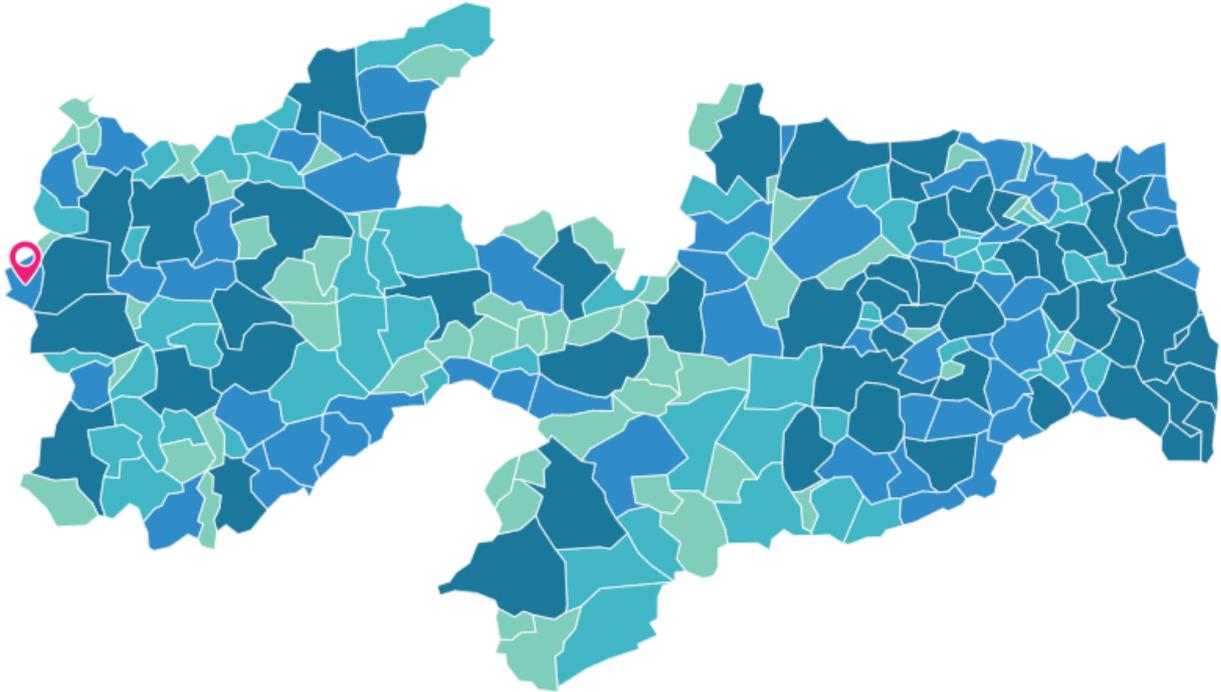
No quarto e último capítulos, apresento os inventários dos patrimônios estudados durante as pesquisas. Utilizo para esta tarefa a premissa do professor pesquisador, utilizando-me da experiência docente, de procurar sempre que possível aprender como meus alunos, suas vivências e saberes prévios, são fontes de saberes para o melhor ensinar. Utilizo-me dessa valiosa troca de saberes, para perceber que ao fazer pesquisa historiográfica escrita, muito do que aqui escrevo reverbera a ideia que não pode se separar a pesquisa da docência (RAMOS, 2023).

Ao historicizar os bens culturais reivindicados pelos estudantes, busquei escrever a História de cada um deles utilizando das mais diversas fontes, materiais e imateriais, sempre tendo a memória como ponto de partida para buscas documentais que fortalecessem ou não as narrativas para legitimar o trabalho historiográfico capaz de aproximar de fato os patrimônios aos eventos do passado de forma verossímil, ao escrever cada história ao mesmo tempo os inventariando.

CAPÍTULO 1: FONTES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.

Como cenário da pesquisa, apresento ao leitor a cidade de Cachoeira dos Índios -PB. Segundo o breve histórico no site do poder executivo³, o município tem 62 anos de emancipação política e está localizado no Alto Sertão Paraibano a 493 km sentido extremo oeste da capital João Pessoa, com uma população de aproximadamente 10 mil habitantes.

Figura 1: Mapa político da Paraíba destaque com município de Cachoeira dos Índios-PB.



Fonte: (IBGE 2021).

Uma grande dificuldade de ensinar e aprender História em Cachoeira dos Índios não está distante de outras realidades da educação em muitas cidades e escolas brasileiras: o Ensino de História voltado para atender o cumprimento de metas educacionais que constam nos currículos escolares. Como nos é apresentado por Bittencourt (2004), na maioria das vezes, os métodos de memorização estão colocados para a simples meta de aprovar o aluno, pouco se tem refletido sobre as histórias vivenciadas pelas comunidades para além do espaço escolar.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021)⁴, o município atualmente possui sete escolas de Ensino Fundamental e uma de Ensino Médio, totalizando

³ Site da Prefeitura Municipal de Cachoeira dos Índios. Disponível em: <https://www.cachoeiradosindios.pb.gov.br/omunicipio.php#:~:text=A%20origem%20hist%C3%B3rica%20do%20munic%C3%ADpio.do%20Rio%20do%20Peixe%20%E2%80%93%20PB>. Acesso em 02 jan 2023.

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cachoeira-dos-indios/panorama>. Acesso em 03 jan 2023.

mais de 1600 alunos matriculados, porém nenhum deles estuda ou aprende, ainda na escola, as narrativas históricas do seu município.

A falta de currículos e de material didático, ou até mesmo de fontes de fácil acesso escolar, faz com que o professor venha ministrar aulas de História sem a devida valorização da História do lugar, por não saber, por não estar nos currículos e por não ter acesso a esses saberes históricos, por meio de publicações acadêmicas e até mesmo livros didáticos adaptados à Educação Básica, capazes de levar ao conhecimento dos estudantes as narrativas do passado na sala de aula do lugar onde vivem.

Justamente para tentar mitigar a falta de fontes busquei, com a participação dos estudantes, promover o inventário do Patrimônio Histórico e Cultural, catalogando através da participação da sociedade os bens materiais, imateriais e naturais (LEMOS, 2013) reivindicados pelos próprios alunos de forma participativa com a comunidade. Os estudantes partícipes do projeto foram desafiados a sair em campo pela cidade que instantaneamente se transforma numa sala de aula, acompanhando as entrevistas com as pessoas sobre as relações sociais vivenciadas a cada patrimônio histórico por eles reivindicados, ocorreu um verdadeiro levante da memória.

A formação em Educação Patrimonial, que permitiu o contato com conceitos históricos e culturais nas aulas de História, foi responsável para a compreensão dos estudantes sobre a importância da História do município e de que eles são sujeitos de legitimação, valorização e transmissão e crítica de conhecimentos, sendo eles, parte desta construção no presente. Para essa tarefa utilizei como ferramenta o “Guia Básico da Educação Patrimonial”, elaborado pelo IPHAN e o livro “Patrimônio Cultural em oficinas: Atividades em contextos escolares” (LACERDA et al, 2015).

Nessa empreitada, de trazer para dentro da sala de aula conhecimentos históricos, os saberes dos estudantes como sujeitos da História a ser construída, transformaram o conceito de aluno participante em sinônimo de aluno pesquisador, como passaram a ser identificados, no percurso constitutivo deste trabalho que consolidado, fortalece as identidades culturais que os levaram a produzir o primeiro inventário juvenil do patrimônio Histórico de Cachoeira dos Índios. Esta produção realizada pelos estudantes é de imediato uma fonte e uma referência de acesso à História do município com uma linguagem próxima aos estudantes, que pode ser utilizada pelos professores para estudo da História do município.

Para essa tarefa, fez-se necessário escutar as memórias dos cachoeirenses mediante a produção de entrevistas de História Oral, memórias estas que ainda não faziam parte do contexto de saberes escolares. Coube aos discentes, por meio dos seus saberes prévios, indicar os bens culturais que reivindicamos e que apresento nos capítulos seguintes. Mas não só apenas

isso, os patrimônios reivindicados também apontaram caminhos para metodologias capazes de promover um Ensino de História eficiente e próximo da realidade vivida pelos educandos.

Somando as experiências de aprendizagem diretas com o “Estudo do Meio” (BITEENCOURT, 2004), a escuta atenta e empática da memória social foi norteadora para a necessidade de um trabalho historiográfico, também no campo documental, apresentando subsídios importantes para a reconstituição das narrativas que se revelaram capazes de com essas fontes, apresentar novas descobertas que ajudam a melhor escrever a História do lugar, e que a memória social não foi capaz de evitar o silenciamento, como passar do tempo dentro dos espaços de educação formal.

O trabalho que estava voltado para o levantamento dos patrimônios históricos do lugar, não só realizou o levante da memória dos cachoeirenses para estes bens, como propiciou que olhasse também para a origem de sua História e ocupação territorial que se apresentava pela memória social a partir do início do século XX. Na verdade, as pesquisas conduziram ao fato de que, segundo os registros encontrados, o povoamento se deu a partir do início do século XVIII. Nas águas do Rio do Peixe que nasce no Distrito de São José das Marimbas à área urbana, do município hoje emancipado, banhou-se do Riacho do Cacaré o início de sua ocupação, conforme registrado por Irineu Joffily no livro *Synopsis das Sesmarias da Capitania da Pahahyba* (1893).

1.1 Subsídios para a História de Cachoeira dos Índios-PB.

Para apresentar a História de Cachoeira dos Índios será preciso fazer um paralelo entre o que se sabia, estudava e narrava antes do Akangatu, e o que se descobriu após os percursos desenvolvidos nas pesquisas empreendidas. O projeto Akangatu, para fazer o levante da memória utilizou da Memória Social, como fonte importante e norteadora das vivências históricas, ao ser retirada do silenciamento, que ao ser historicizada foi capaz de legitimar identidades, a começar pelo topônimo do município trazendo à luz a existência da presença indígena que ocupou seu território no passado como também a descoberta do Sítio Arqueológico Boa Fé e a catalogação da Cachoeira do São Joaquim⁵, respectivamente o primeiro localizado no sítio Boa Fé e a cachoeira no Sítio Angical, ambos na zona rural do município.

⁵ Registro feito no inventário apresentado no capítulo 04.

1.1.1 Um topônimo a significar

Antes da pesquisa historiográfica aqui apresentada a história narrada pela comunidade do município se contradizia com as constatações realizadas, vejamos:

Algo bastaste curioso é que o município carrega no nome desde sua fundação o peso de não conseguir justificar a sua escolha, motivo inclusive de desconfiança da população, por ser comum ouvir que em Cachoeira não há indígenas e nem cachoeiras, narrativas semelhantes de esquecimento que se construíram da falta de presença e ocupação dos povos tupis no Alto Sertão paraibano. Em 2009 o senhor Antônio Candido de Sobrinho, que é descendente direto dos fundadores do município, ao retornar à cidade, de onde tem lembranças, para rever amigos e familiares, deixou, além de suas impressões, um importante registro de que o nome da cidade à época não condizia e nem justificava a nomenclatura utilizada ao se mudar o nome do lugar de Catingueira para Cachoeira dos Índios. Segundo ele, o município não possuía nem uma coisa e nem outra —índios e cachoeiras—, inclusive deixando para os munícipes um panfleto que contava suas percepções e conclamava o povo da cidade a lutar por outro nome para a cidade (DANTAS, 2023, p. 295).

No artigo “Boa Fé: A experiência do Ensino de História vivenciado para a descoberta do 1º Sítio Arqueológico Tupi no município de Cachoeira dos Índios-PB”, coloquei fim às versões negacionistas, sobre o nome do lugar. De fato, ao iniciar os estudos confesso que duvidava que um dia os povos indígenas ocuparam o local e que de fato existiam as cachoeiras, pois as catalogadas a seguir, não são de acesso público, todas estão localizadas em propriedades privadas e pouco conhecidas pela população, a única exceção é a do São Joaquim que o proprietário permite o uso fruto pela comunidade.

No entanto, felizmente contrariando minhas expectativas para além dos achados arqueológicos, no processo de pesquisa cataloguei outras duas cachoeiras, mostrando que o lugar não só existe como pode ser chamado de terra das quedas d’águas, pela sua quantidade e exuberância, sendo elas a Cachoeira do Boi e a Cachoeira dos Marianos. As cachoeiras não serão aqui apresentadas em mapas de localização territorial, pois mesmo provocando os proprietários sobre a importância do estudo para o município não obtive autorização para entrar nas propriedades e fazer a catalogação *in loco*, como também a população de modo geral não tem acesso livre a estes patrimônios naturais, sendo de uso fruto privado não obtendo a anuência para divulgação destes cenários naturais.

Todavia, a catalogação foi realizada pela escuta da Memória Social, sendo a Cachoeira do Boi a menos conhecida dos cachoeirenses, destas tive acesso apenas às imagens registradas nos locais por personagens da comunidade que fizeram os registros dos locais e compartilharam na internet e dos acervos pessoais de poucas pessoas do município que tiveram acesso a estas paisagens naturais e estando lá com autorização dos proprietário fizeram os registros fotográficos que foi para nos fonte de representação das Cachoeiras que nomeiam o localidade.

Conforme registros fotográficos a seguir:

Figura 2: Cachoeira do Boi – Sítio Boa Fé



Registro de Roberto Santos, 2021. Fonte: Google Maps.

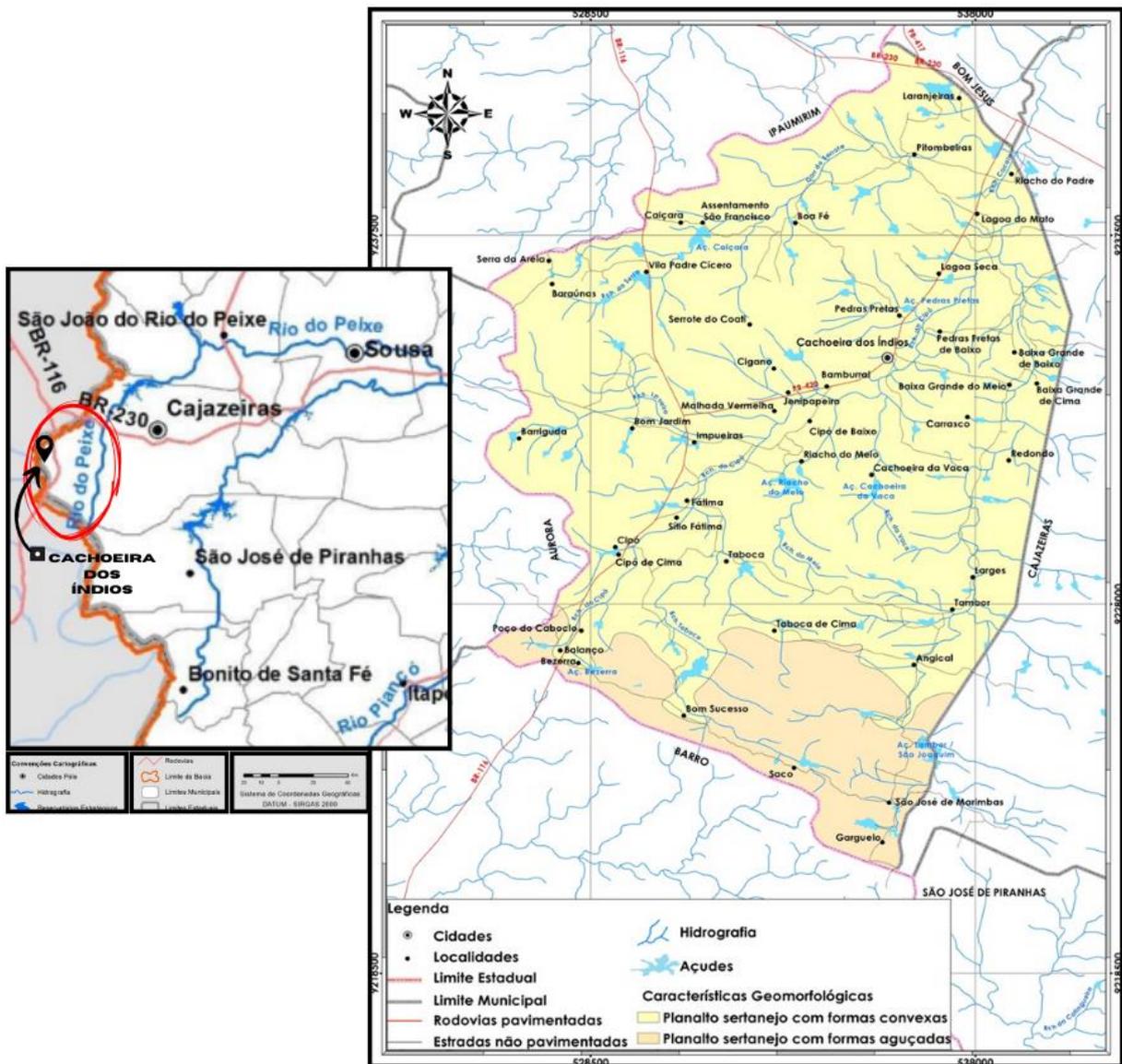
Figura 3: Cachoeira dos Marianos– Sítio Redondo



Fonte: Arquivo de Francisco Odair Dantas. 2020

As águas que correm pelos riachos e desaguam nestas cachoeiras encontram-se na bacia hidrográfica do Rio Piranhas, sub-bacia do Rio do Peixe segundo o Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea. No diagnóstico do município de Cachoeira dos Índios, Estado da Paraíba - CPRM/PRODEEM (2005), seus principais cursos d'água tem seus primeiros registros no período colonial, sendo descritos nas documentações da época nas delimitações territoriais do Sertão de Piranhas e Piancó, tendo como um dos principais afluentes no Sertão o Rio do Peixe, localizado hoje dentro dos limites cachoeirenses.

Figura 4 : Sobreposição de mapas: Em Cachoeira dos Índios nasce o Rio do Peixe.



Mapa Divisão político-administrativa da bacia hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu. Fonte: Agência Nacional das Águas-ANA, 2018, p. 21, Mapa geomorfológico de Cachoeira dos Índios -PB Fonte: elaborado pela CMT Engenharia, com a base de dados cartográficos da AESA, RADAMBRASIL e IBGE, 2005. Adaptado pelo autor.

1.1.2 A chegada da colonização (séculos XVII e XVIII)

Segundo Maria Soares, o processo de ocupação e povoamento do oeste paraibano foi empreendido de duas frentes de dominação do espaço entre o final do século XVII e início do século XVIII. A primeira referia-se à guerra contra os povos indígenas (Guerra contra os Bárbaros) nesse período o território onde hoje estão delimitadas as fronteiras de Cachoeira dos Índios configurava-se como uma das vias de comunicação das sesmarias da família Oliveira

Ledo com a Casa da Torre (SOARES, 2012). Na segunda fase configura-se pela interiorização da pecuária para ocupação e povoamento dos colonizadores.

Entendidos os espaços ocupados da Capitania da Paraíba até por volta de 1680, parte-se para a compreensão do momento posterior, ou seja, aquele no qual os conflitos com os povos indígenas ficaram mais acirrados devido à instalação das fazendas de gado, o que veio a intensificar a movimentação no Estado, através do envio de terços militares e da fundação de arraiais e aldeamentos, no intuito de resolver os problemas. (...). Porém, interessa expressar que a mobilização dos terços burocráticos, institucionais e de Paulistas contribuíram para a gênese da rede urbana no Sertão de Piranhas e Piancó da Paraíba, principalmente no período mais acirrado dos conflitos, entre a década de 1680 e início do século XVIII, quando representaram os fluxos da ocupação (SOARES, 2012, p. 83, 85).

Diante das argumentações da autora, e com uma criteriosa análise de fontes históricas foi possível constatar que a Guerra dos Bárbaros empreendidas pelos sesmeiros, contra os indígenas para ocupação do Sertão entre 1750 a 1820, colocam os limites territoriais de Cachoeira dos Índios no cenário histórico de ocupação do Sertão de Piranhas, no período colonial. Na conjuntura desta argumentação estão os documentos de Registro de Imóveis do Arquivos do Cartório Antônio Holanda, os arquivos do Fórum Promotor Ferreira Júnior Cajazeiras-PB (1ª e 2ª Varas) e as obras de Tavares (1909) e Irineu Jofilly (1893).

O Rio do Peixe tornou-se para mim referência espacial e geográfica, pois é ainda hoje utilizado para descrever a geografia e a ocupação do território, atualmente nas suas margens e entornos se configuram como moradia para os cachoeirenses do campo e da cidade. Ao observar seus registros na memória social e nas documentações históricas, observa-se que, no passado, o rio foi descrito na Carta de Doação e em mapas territoriais retratando-o a partir do século XVIII. Feita esta constatação o dito Rio do Peixe passa a configurar como avalista para a compreensão de que a ocupação das terras em seu entorno fora anterior ao século XX se contrapondo às narrativas que durante muito tempo foram transmitidas pela tradição oral. A pesquisa, ao encontrar provas documentais passa a apontar para indícios que confrontam a historiografia oficial apresentada no site do poder executivo do município e em muitos textos acadêmicos produzidos.

Segundo os apontamentos de Maria de Fátima de Sousa, que escreve sobre a origem de Cachoeira dos Índios, no site da Prefeitura⁶, o município só teria iniciado seu povoamento no início do século XX, pela família Candido de Oliveira, adquirindo terras e dando início a ocupação e povoamento do lugar, o nomeando de Sítio Catingueira. Fato curioso é que sem

⁶ Disponível em <https://www.cachoeiradosindios.pb.gov.br/omunicipio.php>. Acesso em: 10 jul 2023. Não há no texto referências bibliográficas que legitimem a versão apresentada pela historiadora.

muitos questionamentos, principalmente em trabalhos de conclusão de cursos, a informação se repete, como uma verdade quase inquestionável.

Firmemente consolidada, a versão dos primeiros povoadores do lugar foi reproduzida e nunca antes questionada em trabalho historiográfico. Ao Senhor Manoel Cândido de Oliveira e Maria Madalena do Amor Divino sua esposa, foi atribuída a responsabilidade pelo povoamento e desenvolvimento do lugar, conforme apresentado também por Manuel Neto (2016), e Ranielton Dantas (2017) que corroboram com esta versão, assim como Jacinta Santana e Eliane Ferreira (2006), estas apresentam uma distorção ao atribuírem o primeiro nome do lugar de “Mata Virgem” mantendo basicamente a mesma versão, que é contada e recontada pelas tradições orais. Todavia, uma nova História deve passar a ser contada com o advento das descobertas historiográficas do projeto Akangatu.

Para isto, as fontes históricas são colocadas a desvendar a História de Cachoeira dos Índios, tendo o Rio do Peixe como a fonte de água que serviu para reorganizar e melhor descrever o processo de ocupação territorial do município, fornecendo também os subsídios comprobatórios necessários. Tornou-se, e passou a ser referência do meio histórico, capaz de melhor descrever o percurso constitutivo do referido município. Onde pretendo chegar com essa argumentação? À luz da História, que deverá apresentar aos estudantes subsídios para melhor compreender a ocupação do território e os sujeitos responsáveis pelas ações dos seus ancestrais, ao longo do tempo que os permitiram ser chamados de cachoeirenses.

Os mapas a seguir apresentam o território onde hoje estão delimitadas as fronteiras municipais, que definem o gentílico das pessoas que lá nascem. Para oferecer uma melhor compreensão do cenário histórico do passado a serviço do presente, as imagens são reproduções cartográficas da Paraíba, primeiro fazendo uso do mapa de Conrado Jacob de Niemeyer de 1817 Sobre os “limites aproximados do sertão de Piranhas e Piancó no século XVIII” (FORMIGA, 2014, p. 26):

Figura 5: "Mapa territorial aproximado da Paraíba séc. XVIII"



Fonte: Extraído da Carta Corographica do Império do Brazil, elaborada pelo engenheiro Conrado Jacob de Niemeyer (1817) e reproduzida pelo Engenheiro Francisco Pereira da Silva (1850), disponível na Biblioteca Nacional. Modificação: Soares (2011). Adaptado pelo autor.

No mapa de Conrado Niemeyer é feito o registro do Rio São José, na área em verde no canto superior esquerdo, assim continua sendo nomeado pela população, este corta os arredores da ocupação urbana integrando a Sub Bacia do Rio do Peixe, sendo este dito referencial geográfico atual. A fim de promover a comparação de proximidade territorial para com os fatos históricos da ocupação, anterior ao século XX, apresento o mapa a seguir:

Figura 6: “Mapa de localização do Município no Estado da Paraíba”.

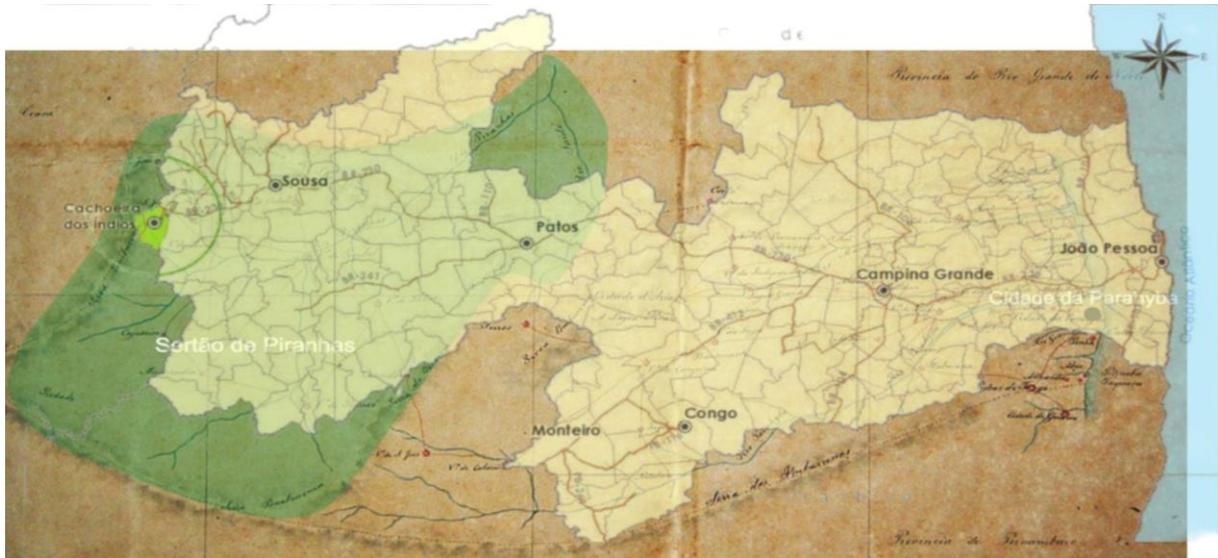


Fonte: Elaborado pelo CMT Engenharia Ltda., com base em dados cartográficos da AESA e IBGE. Apud, GONÇALVES, 2015, p.25.

Para reafirmar o entendimento dos relatos encontrados nos documentos e na literatura histórica, utilizo-me do recurso da sobreposição dos mapas, para uma compreensão ainda mais

coesa sobre os fatos que constatei para apresentar nova versão para a origem de Cachoeira dos Índios-PB:

Figura 7: Sobreposições de mapas da Paraíba do século XVIII e do atual.



Sobreposição de mapas: o primeiro elaborado pelo engenheiro Conrado Jacob de Niemeyer (1817) servindo de base, e o atual elaborado CMT Engenharia LTDA. Adaptação do autor.

Como observado nos mapas e em sua sobreposição, a utilização do território e suas descrições em diversas passagens documentais, colocam a História de Cachoeira dos Índios dentro de um recorte espacial-temporal nunca observado, estes atestaram e serviram de aportes para identificar as descrições de características geográficas nos documentos analisados que definitivamente colocaram o lugar na História do Brasil Colonial, no processo de interiorização do Sertão paraibano, como afirmado anteriormente.

Fortalecendo estas constatações, foi no trabalho de pesquisa para a elaboração do inventário da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, que será apresentado no capítulo 4, e devido à falta de fontes de acesso documental na paróquia, referentes à doação de terreno para sua construção, que busquei junto ao Cartório Antônio Holanda, em Cajazeiras-PB, as fontes necessárias para encontrar, nos livros de registro, o nome dos doadores do terreno para a edificação do templo. Tendo em vista que na transmissão da oralidade o povoamento havia crescido no entorno daquele patrimônio material. Por sua vez, era para muitos cachoeirenses o marco central da ocupação das terras. Logo de imediato, ao contato com a documentação histórica, disponibilizada, detectei na descrição da doação, a origem anterior do terreno, assim descrito: “Um Quadro de terra no sítio Catingueira, Data do Cacaré do termo de Cajazeiras”, com Escritura Pública Lavrada em 1925. (Fonte: Cartório Antônio Holanda, Livro de Registro de Imóveis 03 F,1945, p.51).

A historiadora Maria Soares, ao escrever a dissertação “Formação da Rede Urbana do Sertão de Piranhas e Piancó da Capitania da Paraíba Setecentista”, pavimentou o discurso precursor da ocupação territorial da região, delegando ao Rio do Peixe (atual Cachoeira dos Índios) via de ligação com o Ceará, deixando também registrada a forte ligação da família Oliveira Ledo com a casa da Torre. Tendo assim, o sistema de Sesmarias e a Cartas de Doação como primeiro registro oficial de ocupação a mando da Coroa Portuguesa na localidade onde hoje está erguida a sede do município.

Para que tais estratégias fossem praticadas, era lançado o corpo militar para os sertões, sendo criados vários cargos de ordenanças e doadas patentes militares. Na Capitania da Paraíba, primeira patente militar para os sertões foi concedida a Antônio de Oliveira Ledo. A doação dessa patente é emblemática da estratégia de ocupação do Sertão de Piranhas, visto que, além de congregar o intuito de ordenação, ainda ressalta a preocupação em alimentar a Fazenda Real. (...) A partir deste período, e ao longo de todo o século XVIII, várias patentes militares foram destinadas a cargos ligados ao Sertão da Paraíba. Porém, principalmente até a primeira metade do século XVIII, as justificativas para elas estavam atreladas à participação na guerra contra os “tapuias”. (SOARES, 2012, p.51).

Diante do exposto pela autora e pelos indícios encontrados, busquei junto aos arquivos do Fórum de Cajazeiras-PB, novos subsídios que pudessem legitimar a hipótese à época levantada: teria sido Cachoeira dos Índios -PB no período colonial ocupada por meio de Cartas de Doação? É preciso destacar que não buscava no Fórum documentos do período colonial, a princípio busquei, como parâmetro norteador da pesquisa, outros registros que constatassem a Data do Cacaré, assim como o registrado no cartório em citação curta.

Figura 8: Mosaico com o registro da pesquisa documental.



Prof. Djalma Luiz durante pesquisa nos arquivos do Fórum de Cajazeiras-PB, 2023. Fonte: Arquivos da pesquisa.

Sendo assim, devidamente autorizado pelo judiciário, busquei inicialmente encontrar a escritura pública de doação do terreno da Igreja no ano de 1925, na medida em que as caixas dos arquivos estavam feitas em períodos, constatei que a Data do Cacaré foi citada de maneira

recorrente nos inventários do período de 1894-1925 (Arquivos das 1º e 2º Vara Cível). Dentre os inúmeros inventários e documentos⁷ analisados, não foi possível encontrar a escritura pública desejada, por outro lado, a pesquisa se mostrou fecunda, pois confirmou os caminhos de que era possível detectar o recebedor da Carta de Doação do Cacaré, e assim encontrar o primeiro registro de ocupação do lugar realizado pela Coroa Portuguesa. Para demonstração dos achados, selecionei e transcrevi uma autuação de bens de 1907.

Auto de arrecadação e assolamento dos bens deixados pelos finados José Gonçalves e sua mulher Dona Laceniuda de tal, comparecendo, Francisca Maria de Espedito Santos. (...) Tendo comparecido nesse juízo, Dona Francisca Maria de Espedito Santos, moradora no lugar Cacaré, destes termos e declarado ser avó materna dos herdeiros órfãos, filhos legais de José Gonsalves e sua mulher Dona Laceniuda de tal, falecidos cujo casal (palavra ilegível) ... uma parte de terra agrícola, e uma casa de taipa no dito lugar Cacaré, os quais assim (palavra ilegível) foram sua fortuna na lei arrecadados e arrolados para este juízo (ARQUIVO DO FÓRUM DE CAJAZEIRAS, 1º VARA, 1907, p. 01-02).

Diante das constatações e dos registros de imóveis e inventários do lugar, tendo em vista que Cachoeira pertenceu no passado à comarca de Cajazeiras-PB, confirmou-se as projeções dos mapas apresentados anteriormente, caberia encontrar nos documentos coloniais o registro da Carta de Doação da Data do Cacaré, o que foi anteriormente transcrito por Irineu Joffily. A carta aponta características geográficas ainda presentes e que, indiscutivelmente, fazem parte da paisagem histórica de Cachoeira dos Índios – PB.

RIO DO PEIXE
CACARÉ

Governo de João da Maia da Gama.

O ajudante Luiz Quaresma Dourado, tinha muitos gados para povoar sem ter terras próprias para o fazer, apesar dos serviços prestados a S. M.; e tendo noticia que no sertão das Piranhas, havião uns sitios com agua, chamados um o poço das pedras e outro no rio Cacaré para do poente, como justamente o de uma lagoa para a parte do poente como justamente o de uma lagoa para parte do norte, desagoando os ditos riachos poço das pedras e Cacaré no rio do Peixe, por isto requeria tres legoas de terras, em cada um dos riachos nomendos uma lego em quadro, no lugar do dito poço das Pedras, no lugar de um poço que tem no dito rio Cacaré e no lugar da cita lagôa, ficando-lhe os ditos poços e lagôa no meio de cada uma das legoas, que nos ditos tres sitios pede. Fez-se a concessão das ditas tres legoas de terras em cada um dos sitios nomeados aos 23 de Dezembro de 1708 (JOFILLY, 1893, p. 41).

As informações e apontamentos de Irineu Joffily foram reafirmadas e contextualizadas pelo historiador João Tavares (1909), que também apresentou o desenrolar da ocupação. Se faz importante a presença indígena anterior ao processo de ocupação colonial nos territórios hoje pertencentes ao município, em ambos é apresentado a presença de aldeamentos indígenas, na

⁷ Dentro dos arquivos do Fórum de Cajazeiras-PB foram apontados a existência de outras Datas de Sesmarias doadas pela Coroa Portuguesa, sendo elas a Data do Cipó, Data da Cachoeirinha, Data Cajazeira. No entanto, promovendo o recorte da pesquisa, tomei como objeto principal de estudo para este trabalho a Data do Cacaré que é onde hoje está erguida a área urbana do município de Cachoeira dos Índios.

região do Sertão de Piranhas, estes resistentes à presença dos colonizadores, tendo em vista que a concessão da Carta de Doação está inserida no período das Guerras contra os Bárbaros, no período de interiorização paraibano.

Isso implica dizer que ao longo desse período, houve uma preocupação em encontrar tais riquezas. Já em relação aos povos indígenas, essa busca para escravizá-los fez parte da motivação da participação de vários sertanistas nos conflitos indígenas, já que, na “Guerra justa”, os índios que não se rendiam ao processo estavam passíveis de serem exterminados ou escravizados, principalmente na primeira metade daquele século (SOARES, 2012, p.37).

Muito provavelmente coube a Luiz Quaresma Dourado promover a expulsão indígena das terras cachoeirenses. Os primeiros a ocuparem as margens dos Riachos do Cipó e Cacaré do que vira só na década de 1960 se tornar o município de Cachoeira dos Índios, tiveram sua presença negligenciada por anos nos registros históricos até as evidências arqueológicas recentes encontradas pelo Projeto Akangatu, mudarem este panorama. Embora ainda necessitem de estudos complementares, os vestígios encontrados detectaram se tratar de um aldeamento Tupi, sendo estes autóctones do sub-bacia do Rio do Peixe (DANTAS, 2023).

1.1.3 À Maria Madalena: uma nova História (1894 – 1961)

Uma nova História para a origem do município se faz revelar, uma vez que as comprovações documentais e os achados arqueológicos se colocam como novas fontes capazes de escrever, com referências sólidas, a presença dos colonizadores e dos indígenas que viveram anteriormente à família Cândido de Oliveira, em oposição ao que foi reverberado por anos. O trabalho historiográfico colocou em “xeque” o mito do fundador. Que é assim definido pela historiadora Marilena Chauí:

Ao falarmos em mito, nós o tomamos não apenas no sentido etimológico de narração pública de feitos lendários da comunidade (...), mas também no sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade. (...) Se também dizemos mito fundador (...) impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. (CHAUÍ, 2000, p. 06).

Embora ainda exista um lapso temporal a ser estudado, este trabalho se apresenta como subsídio importante para estudos futuros. De certo, é que os arquivos do Fórum de Cajazeiras-PB, não apresentam nas escrituras públicas e ou inventários, fontes que pudessem ter sido usados para entender o processo de ocupação do meio histórico entre 1708 – 1894. A documentação apresenta comprovações consistentes de que a memória social pode ter sido influenciada com a transmissão de narrativas imaginárias que atendiam os grupos dominantes.

Esta pesquisa exerce, portanto, papel importante de contribuir para um esclarecimento verossímil do passado cachoeirense.

Todavia, tais evidências corroboraram com o documento mais antigo encontrado - dentro do período de tempo delimitado da efetuação da pesquisa - ser de 1894 e se tratar do inventário de Dona Antônia Maria das Neves, que falecida teve a partilha de seus bens, incluindo partes de terras no lugar Balanço (atualmente Distrito do Balanço, zona rural de Cacheira dos Índios) a ser por espólio repartida entre os herdeiros. Partilha esta realizada respeitando o processo legal, sendo apresentada em juízo na comarca de Cajazeiras-PB, para que a divisão fosse estabelecida (ARQUIVO DO FÓRUM DE CAJAZEIRAS, 1ª VARA, 1894). Neste período, o território já vivenciava os ventos republicanos estando a presença do Império no território ainda passível de fontes para melhor ser estudada.

A História política do município também apresenta contradições, segundo a tradição oral e as narrativas históricas quanto à ocupação espacial e populacional do lugar, além de não ter referenciado os indígenas e a Data do Cacaré, colocava-se a falsa compreensão que o início do povoamento ocorreu nos primeiros anos do século XX, e que o nome do lugar que viria a se tornar cidade era identificado como “Catingueira”. Não foram encontrados durante as pesquisas quaisquer indícios oficiais sobre o reconhecimento do lugar com esse topônimo.

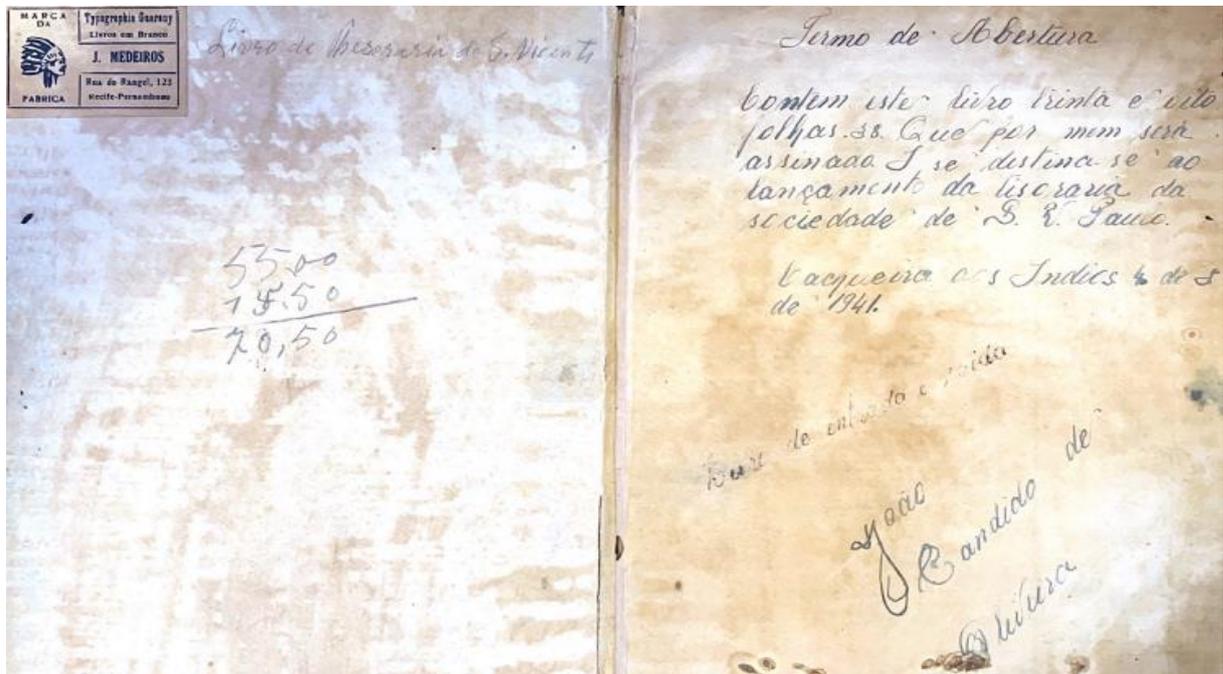
Apresentadas as fontes históricas, observou-se que não se pode ser apagada da História a família Cândido de Oliveira, como a principal benfeitora, pois embora oficialmente não se encontre o registro do povoamento do lugar, foi no Sítio Catingueira pertencente à família de Dona Maria Madalena do Amor Divino (Maria Cândido), esposa de Manoel Cândido de Oliveira, que quando firmaram matrimônio já residia no lugar onde ocorreu o processo constitutivo da Cachoeira dos dias atuais, edificada dentro das braças de terras da Data do Cacaré de 1708.

Coube a Maria Madalena do Amor Divino e a Manoel Cândido de Oliveira, a visão desenvolvimentista de uma casa agrícola, de desfazer-se de suas propriedades, tornando-as o torrão para erguer-se o povoado, junto a seus familiares foram os responsáveis por inúmeras doações, que ao longo do tempo constituíram a cidade. Por eles, foi doado o terreno para a construção da Igreja, da primeira prefeitura, da primeira escola, das primeiras moradias para trabalhadores, do cemitério. Também, construíram um galpão para rancho dos romeiros que seguiam com o destino ao Cariri cearense ao encontro do Pe. Cícero, romarias ainda na atualidade presentes, a fé nos milagres e ensinamentos do padre continuam atraindo multidões

para o Juazeiro do Norte. Isso posto, foi a família que favoreceu e estimulou o povoamento, dando-lhe possibilidades de adquirir características urbanas (Arquivos de Fátima Cândido).

Outra questão que se propôs a responder no advento das atividades de pesquisa, que embora objetivasse primordialmente o Ensino de História do lugar por meio da Educação Patrimonial, foi desvendar a verdadeira razão para a escolha do topônimo do lugar ser Cachoeira dos Índios. Tendo em vista que as versões apresentadas pela tradição oral, e até mesmo a apresentada oficialmente no breve relato da História do município no site da prefeitura, não eram capazes de esclarecer. Como novas documentações encontradas, é possível confrontar a versão de que o lugar passou a ter o topônimo atual no advento da emancipação política em 1961, tendo em vista que o Livro de Tesouraria de São Vicente já atribuía o nome de Cachoeira dos Índios em 1941, apresentado na imagem a seguir:

Figura 9: Livro de registro vicentino.



Fonte: Acervo do Museu da Baixa Grande

Imediatamente, houve um deslocamento do recorte temporal, que até aqui foi narrado e o que se apresenta no documento, e consolidada a emancipação política era preciso um trabalho epistemológico para findar as dúvidas que pairavam sobre o topônimo do lugar, que por hora vinham dificultando o fortalecimento de laços identitários de sua gente ao torrão, que não tinha certeza sequer da motivação, da razão ou da circunstância sobre a escolha da nomenclatura. Realidade que está sendo superada pelo desenvolvimento deste trabalho.

De posse desta informação, fornecida pelo museu da Baixa Grande, passei a buscar junto aos órgãos federativos a versão oficial para suposta mudança do nome Catingueira para o nome Cachoeira dos Índios, gradativamente tendo acesso aos documentos fornecidos pela Assembleia Legislativa da Paraíba, acreditava encontrar a justificativa e explicação da mudança no Projeto de Lei 437/61, nada se mencionou sobre o nome, no entanto, no Decreto Legislativo 437/61 que cria o Município de Cachoeira dos Índios, apresenta-se a seguinte informação:

ESTADO DA PARAÍBA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

João Pessoa, Pb.

Decreto Nº 474, DE 15 DEZEMBRO DE 1961

Cria município de Cachoeira dos Índios, e da outras providências.

O PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DECRETA

Art. 1º - Fica criado o município de Cachoeira dos Índios, desmembrado do município de Cajazeiras com sede na atual vila do mesmo nome, que ficará elevada à categoria de cidade. (Fonte: ARQUIVOS DA ALPB)

Ficando constatado que antes da emancipação política, a vila que se tornou cidade já era assim nomeada como apontava o registro financeiro de 1941, a questão a ser respondida era: quando foi atribuído a nomenclatura ao lugar? Os documentos oficiais apontaram para o fato de que o Sítio Catingueira que pertencera à família Cândido de Oliveira foi popularizado para referenciar o lugar, que teve com o aumento populacional a elevação de povoado à categoria de vila, e já desde o primeiro registro titulada de Cachoeira dos Índios - oficialmente o lugar nunca recebeu o nome de Vila Catingueira –, quando ainda fazia parte do conglomerado territorial do município de Cajazeiras em 1915.

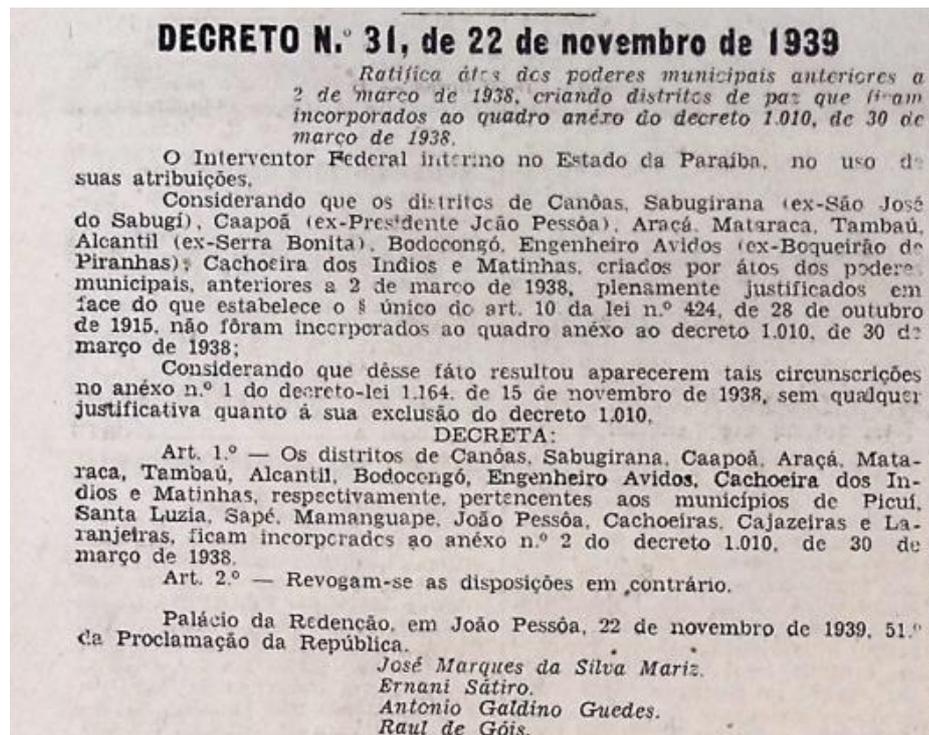
Pelo ato municipal anterior a 02-03-1938, e no parágrafo único do artigo 10 da Lei Estadual nº 424, de 28-10-1915, são criados os distritos de Cachoeiras dos Índios e Engenheiro Ávido e anexados ao Município de Cajazeiras. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o Município é constituído de 3 distritos: Cajazeiras, Engenheiro Ávido e **Cachoeira dos Índios**. (STEIN ET e TAL, 2013, p. 3, grifo do autor)

A resolução das leis orgânicas de divisão territorial e administrativas dos municípios paraibanos é referenciado pelo Presidente em exercício em 1916 o Coronel Antônio da Silva Pessoa, ao apresentar à Assembleia Geral Legislativa pelo Relatório dos Estados Brasileiros – PB⁸ na abertura do ano legislativo.

⁸Fonte: Biblioteca Nacional Digital, pela Hemeroteca Digital, disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720445&Pesq=lei%20424&pagfis=854>. Acesso em: 19 de junho de 2022.

Portanto, fica claro que Cachoeira dos Índios, torna-se distrito assim nomeado e delimitado em 1915, pertencente ao município de Cajazeiras -PB, tendo com a imposição legal seus territórios definidos e referenciados nas novas legislações de organização territoriais e administrativas do Estado em 1938 e 1949. Conforme publicação no periódico A União em 23 de novembro de 1939.

Figura 9: Cópia do Decreto 31/1939.



Fonte: Arquivos do Jornal A União.⁹

É muito provável que dificilmente saberemos os motivos utilizados na época para nomear e particularizar o lugar dentre tantos municípios paraibanos, pois não encontramos pessoas vivas capazes de relatar como a escolha ocorreu e por qual razão, nem tampouco registros documentais que a legitimem. Neste ínterim, a pesquisa pode atribuir narrativas para justificá-la a partir do olhar do presente, dando lugar com comprovações às concepções apresentadas anteriormente, para isto fabricou-se o inventário histórico patrimonial do lugar.

Contudo, elenco que as fontes documentais serviram de aporte para também estabelecer com o passado às relações suficientes de consciência de que muito precisava ser apresentado, a exemplo da Lei N° 318/49 que fixa a Divisão Administrativa e Jurídica 10 Od.o.

⁹Fonte: Biblioteca Nacional Digital, pela Hemeroteca Digital, disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720445&Pesq=lei%20424&pagfis=854>. Acesso em: 19 de junho de 2022.

.E/s.t/.a.d/.o ..d;a Paraíba, que apresenta a manutenção da delimitação territorial do Distrito de Cachoeira dos Índios, realizada em 1915.

XI – MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS – Nº

b) Divisas interdistritais

2 – Entre Distritos de Cajazeiras e Cachoeira dos Índios:

COMEÇA na rodovia central Cajazeiras – Fortaleza nos limites com o Estado do Ceará, segue pela referida rodovia até o meio de sua ponte sobre o riacho São José; segue pelo curso deste riacho a montante, até a barra do riacho das Marimbas à sua margem direita; segue pelo curso deste mesmo riacho a montante, até defrontar o serrote do Cemitério, e daí por um alinhamento reto ao pico do cemitério no lugar Marimbas nos limites com o Estado do Ceará. (Fonte: ALPB, 1949, p. 37 -38).

Nas delimitações do município da Lei 318 de 1949, encontramos a descrição do Rio São José, também presente no Mapa de Conrado Niemeyer elaborado em 1817 (FORMIGA, 2014), não restando dúvidas que a origem de Cachoeira Índios de hoje teve pedra fundamental em 1708 (JOFFILY, 1893) a partir do vícios dos conquistadores portugueses e que recebera esse nome em 1915 (STEIN ET e TAL, 2013).

Nome que vai ser utilizado para diferenciá-la das demais cidades paraibanas no advento da sua emancipação política em 1961, e os documentos produzidos durante o desenrolar dos acontecimentos históricos daquele ano, levaram a sua independência política de Cajazeiras, tomando as rédeas do seu desenvolvimento a partir de 26 de dezembro daquele ano.

Não consegui precisar com clareza quais os agentes políticos do lugar foram fundamentais para a aprovação do projeto de lei que tramitou em poucos meses, mas os jornais da época registraram a comitiva de pessoas que, em festa no palácio do governador, representaram os cachoeirenses.

A UNIÃO – 4ª feira, 27 de Dezembro de 1961.

Novos Municípios Emancipados Governador Assina Decreto

O Governador Pedro Gondim após sua assinatura pela manhã, aos projetos legislativos que emanciparam os distritos de Cuitegi, Mãe D'água e **Cachoeira dos Índios**. Esses novos municípios desmembrados de Guarabira o primeiro; Teixeira o segundo e Cajazeiras o terceiro foram criados por inspiração do **deputado Joacil de Brito Pereira** (Mãe D'água e **Cachoeira dos Índios**) (...) Da ocasião da solenidade de emancipação que tiveram lugar na sala de auditório do palácio, falaram vários representantes das novas comunas, todos eles expressando o agradecimento (ilegível) municípios pela sanção governamental (A UNIÃO, 1961, p. 04, grifos do autor).

A reportagem apontou na solenidade a presença de autoridades, além da presença de comitivas de todos os novos municípios emancipados, registrando a presença dos que aguardaram a assinatura do governador, inclusive os que representavam os cachoeirenses. Todavia, não houve a nomeação de quem do lugar estava presente.

Por fim, não pretendo encerrar a argumentação da ocupação territorial que conduziu ao longo do tempo a consolidação da emancipação apresentada até aqui, pelo contrário, busco nesta escrita melhor apresentar o município, a partir do levante a Memória Social e as fontes documentais, e por meio delas apresentar subsídios para que estudos futuros possam tornar a luz da História ainda mais clara. Há muito ainda o que se pesquisar, descobrir e escrever para construção de narrativas a ser também utilizadas e democratizadas, como fontes de acesso escolar dos saberes históricos do município, objetivo principal deste trabalho.

1.2 Memória Social e os saberes históricos escolares.

Na pesquisa o município de Cachoeira dos Índios foi apresentado por uma nova perspectiva historiográfica, trazendo luz a fatos históricos até então desconhecidos. Dessa forma é preciso também apresentar o percurso metodológico para que ocorresse a busca e o confrontamentos de fontes orais e outros documentos, manuscritos e impressos,

Quando os trabalhos de pesquisa foram projetados, a Memória Social seria fiadora para aquisição e indicações de fontes complementares, para retratar os patrimônios históricos do município, ao promover a produção em História Oral temática, metodologia de pesquisa escolhida diante das dificuldades de fontes de acesso escolar, a serem utilizadas em sala de aula.

Compreende-se que as dificuldades de ensinar e aprender História em Cachoeira dos Índios não está distante de outras realidades da educação básica em muitas cidades e escolas brasileiras, visto que, na prática, o Ensino de História (assim como outras disciplinas) está voltado para atender o cumprimento de metas educacionais que constam nos currículos.

Neste entendimento, e para mitigar a falta de fontes, se fez necessário tomar a postura de professor pesquisador ao tempo que os alunos participantes da pesquisa foram desafiados a tornarem-se alunos-pesquisadores, a fim de promover o levante da memória por meio dos patrimônios como lugares de recordações (ASSMANN, 2021) resultado disto foi a elaboração dos inventários patrimoniais do município, que servirá de material didático para o Ensino da História.

Dedico-me então a buscar compreender a memória social da comunidade. A partir dela podemos conta (e problematizar) a História do município, que ainda está ausente das aulas de História na Escola Municipal Maria Cândido de Oliveira. Com a pesquisa pretendo abrir espaço para a escuta, debate e reflexões para que a memória social seja trabalhada no espaço escolar e possibilite a construção de narrativas historiográficas na sala de aula, que nos ajudem a inserir o ensino de História do município no currículo escolar.

Para realizar esta tarefa se fez necessário a participação de algumas pessoas da sociedade local, para por meio das suas memórias contar a trajetória e nuances dos bens materiais, imateriais e naturais (LEMOS, 2013), que foram reivindicados pelos estudantes participantes da pesquisa como relevantes. Assim, de forma participativa com a comunidade, partimos a campo para ouvir com empatia o que a tradição oral não permitiu esquecer.

Essa empreitada de formação será apresentada detalhadamente no capítulo a seguir. Ao usar as aulas de História para problematizar conhecimentos que não são usuais nas relações de aprendizagem, as aulas-oficinas de História foram responsáveis por conduzir a aquisição de saberes que os fizeram, por meio da escuta com empatia, escreverem o primeiro inventário juvenil do patrimônio de Cachoeira dos Índios, consolidando além de saberes, identidade.

Nas suas narrativas escreveram para eles e seus iguais, as memórias que estavam na transmissão oral, ao promoverem o registro dos conhecimentos produzidos de maneira mais próxima do entendimento dos estudantes da Educação Básica. Com uma linguagem própria a suas idades, acredito que fazem a leitura dessas Histórias mais palatáveis, envolvente e apaixonante, tornando-as fontes para o ensino, que passará a adentrar a escola, como saberes escolares edificados.

Ao analisar as contribuições do uso da Memória Social para o Ensino de História, com a efetiva participação dos alunos da Educação Básica do Ensino Fundamental- Anos finais, se fez possível consolidar o Letramento Histórico (ROCHA, 2020). Esse entendimento foi possível ao relacionar esses saberes com a compreensão da História de modo consciente, tendo os estudantes sido capazes de relacionar e reivindicar os patrimônios históricos do município, com as memórias locais. Estes patrimônios, bens culturais, só existem e permanecem quando se transmite suas narrativas por gerações, atribuindo significado no passado com no presente. Aprende-se e assim estes se preservam, se não houver o reconhecimento social sobre, estes podem deixar de ser lembrados, e não transmitindo seus valores identitários podem ser esquecidos ou destruídos.

Ao escolher trabalhar a memória social levei em consideração a ideia de que é por meio da memória que podemos ligar o passado e o presente, revelar as relações sociais do passado, e observá-lo sendo vivido culturalmente nas tradições e costumes no tempo presente. São esses relatos que foram catalogados, gravados e transcritos para inventariar os patrimônios reivindicados pelos alunos pesquisadores durante a execução das atividades.

Ao utilizar do recurso pedagógico dos estudos de campo, foi possível realizar a tarefa anteriormente mencionada em cada depoimento, para isto ouvimos as pessoas do município, homens, mulheres e LGBTQIA+ de várias idades, jovens e idosos, moradores da zona rural e

da área urbana. Todos estes, falaram sobre os bens culturais que vivenciaram, sejam *in loco*, ou pelas representações da Memória Social, que transmitidas pela oralidade foram apresentados como saberes e significados dos bens culturais reivindicados pelos estudantes.

Para realizar essa tarefa, encontrei subsídios de atuação metodológica no livro “História oral na sala de aula” de Ricardo Santhiago e Valéria Magalhães (2015), dando voz às narrativas históricas que estavam até então silenciadas no ensino da disciplina. De acordo com seus escritos,

A sensação de fazermos parte de um grupo vem, entre outras coisas, da memória coletiva. Lembrar coletivamente une os indivíduos e permite que eles compartilhem vivências. A ideia de pertencimento à coletividade é reforçada por recordações comuns. Identificamo-nos uns com os outros porque podemos dividir tais experiências. (...) Seja qual for seu nome, a identidade resume quem somos e a que comunidade ou grupo social e/ou étnico pertencemos, afirmando-se pelo compartilhamento de uma memória coletiva. Nossa história de vida é, sim, singular mas está também atrelada ao grupo, referenciando-se repetidamente a ele. Procuraremos reconhecer a história local, por meio da escuta da história oral, entendendo seu papel como importante e estando atento às críticas sobre sua eficiência historiográfica, já creditando o que é escrito. Como existe a dificuldade de fontes escritas para nós, será aqui ainda mais promissor o trabalho com a história oral para registro da memória social, por ser solo fértil de saberes históricos, nos subsidiará como fontes que irão legitimar, somadas aos bens patrimoniais, a escrita das narrativas históricas da cidade que pretendo consolidar ao final da pesquisa (2015, p.42-43).

As memórias sociais registradas pela História Oral foram importantes para o fazer participativo¹⁰. Os patrimônios foram problematizados como objetos históricos e culturais que servem como fontes, lugares de memória, fazeres, práticas e vivências para desvelarem, por meio da oralidade, o seu usufruto das narrativas da tradição oral que por sua vez contam trajetórias e imaginários do e sobre o lugar.

De forma semelhante a análise feita por Francisco Regis L. Ramos (2004), comparo os patrimônios histórico-culturais com os objetos tangíveis e intangíveis de observações, representações e significados. Como o autor aponta que existe a História nos objetos, não resta dúvidas que os patrimônios são também representações objetivadas. Assim como uma peça do museu, os bens culturais pesquisados contêm a mesma capacidade de evocação de significância identitária para os cachoeirenses, desde que sua historicidade seja elevada pelas narrativas de memória, construídas ao longo do tempo pelas pessoas do lugar.

De acordo com Francisco Carlos Franco:

Para tanto, nota-se a necessidade de se ampliar o uso das cidades, que normalmente são apropriadas pelos cidadãos como meios para gerir sua subsistência frente aos desafios e dificuldades do mundo contemporâneo, o que é legítimo, mas insuficiente.

¹⁰ “Nessa perspectiva, considera a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural.” (IPHAN, 2016, p. 05)

Estamos em um tempo de urgências, o mundo da pressa, que nos leva a estabelecer uma relação superficial e meramente utilitária com a cidade, em busca de uma qualidade de vida que acaba se amparando no consumo, no efêmero, no reconhecimento pessoal etc. (...) Não basta conhecer e reconhecer a importância das culturas e dos patrimônios locais, das ruas, vielas, bairros, da cidade, aspectos relevantes nem que só fazem sentido se os indivíduos os vivenciam, pratiquem e os tornem presentes na vida individual e da comunidade (FRANCO, 2019, p.61).

Embora tenha optado por utilizar o termo município, atribuo o entendimento que o autor ao usar o termo cidade se refere às manifestações cotidianas do campo e da área urbana. Por esta razão, as ações metodológicas aplicadas olharam das janelas para fora da escola, e buscaram nas várias localidades, ouvir as pessoas para depois de maneira crítica fornecer subsídios para a escrita.

Por esta razão, foi proposto o desafio de promover a fabricação dos primeiros inventários do patrimônio Histórico no (e do) município de Cachoeira dos Índios -PB, direcionando ao Ensino da História um processo de ensino e aprendizagem que toma o lugar como campo, uma extensão da sala de aula, atribuindo um olhar cuidadoso do território produtor particular de memórias individuais e coletiva.

A prática que desenvolvi para ação de professor pesquisador foi norteada pela experiência exitosa de Renata Fernandes, que apresentou a ideia de uma educação não formal na construção de guardiões da memória ao retratar a experiência do Projeto Sol em Paulínia - SP. Na oportunidade, ela utilizou da História Oral como fiadora do acesso às lembranças e esquecimentos, “ (...) pois permite o conhecimento da reconstrução das vivências e experiências (...) em razão das condições que os momentos da entrevista oferecem.” (2005, p. 170).

Concordando com Gil e Trindade, lembro que:

Não há concepção de patrimônio sem convocação à memória. Esta, geralmente pensada apenas como capacidade humana de acumular conhecimentos e informações, memorizar, ou associada às lembranças, sugere, imprecisamente, algo que se guarda e se recupera. (...) A memória, assim como os sentidos atribuídos ao patrimônio, inconstantes, indomáveis, voluntários ou involuntários, emergem e trans-versalizam o tempo. Diante da dissipação do "quem sou eu", do "quem somos nós", do "quem são os outros, ou por que são outros", a memória e o patrimônio possibilitam agitações, outros movimentos, pensamentos, pequenas investidas, ao menos em sentidos provisórios. Ancoram uma coletividade, as identidades que suscitam, seus pertencimentos, em suas discontinuidades, reatualizando-as. Enfim, as narrativas de memória e os patrimônios materiais e imateriais, como narrativas, são narrativas de identidades (GIL, TRINDADE, 2014, p.16-18).

Compreendo que ao realizar um estudo sobre o Patrimônio Histórico- cultural do município de Cachoeira dos Índios, passo a observar e perceber que sua História é cotidianamente contada por seus habitantes, através da memória transmitida por suas tradições orais, por suas paisagens urbanas e rurais, e assim fazem parte viva da identificação do gentílico cachoeirense. Enxergo que os patrimônios estudados são responsáveis na construção da

memória coletiva e da identidade do lugar. Ao usá-los como objetos de estudo da pesquisa, busquei produzir uma sistematização de saberes, que se coloque viável ao problematizar sua construção histórica também nas aulas da disciplina e História nas escolas municipais de Ensino Fundamental, fazendo parte também da vida escolar, como saberes históricos de igual importância aos até então apresentados nos livros didáticos, que nada dissertam sobre o lugar onde vivem.

Como pilar desse processo no Ensino de História faço uso do conceito Memória Social para tecer novas e importantes percepções para o ensinar e aprender a disciplina e de como esse saber pode contribuir para a compreensão dos fatos históricos que não estão isolados, mas conectados ao que se vive no mundo todo. A vida humana está envolta pelas memórias sociais e individuais, e muito do que aprendemos é transmitido por ela no cotidiano por várias gerações, portanto, em tempos históricos diferentes, sendo rememorada e ressignificada, silenciada ou esquecida. Assim, a História pode problematizar memória como nos apresenta Le Goff: “O mesmo acontece com a memória. Tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica.” (2013, p. 51).

O presente trabalho de pesquisa propôs e conseguiu promover o elo entre a História que se ensina na escola e o passado dos estudantes e/ou dos seus territórios. Como processo de elaboração da História, as tradições locais e orais possibilitando os diálogos entre os sujeitos históricos, o “eu” e os “outros” como apresentado por Le Golf e reafirmado por Selva Fonseca:

A formação da consciência histórica, o respeito às tradições locais e orais pressupõem a compreensão do “eu” no “mundo”, do “universo”, enquanto dinâmica, movimento, transformação, história! (...) Reafirmamos nossa defesa da história oral como possibilidade de diálogo passado e presente, de ouvir a voz do outro, de trabalho com memória individual e coletiva (FONSECA, 2006, p. 139).

Ao estabelecer relações da História oral e da memória social, como possibilidades para a efetivação de um Ensino de História voltado para o desenvolvimento de competências e aprendizagem significativas do entendimento do mundo, da História e da memória para fabricar um ensino mais efetivo e formativo para a cidadania, conseguimos edificar o aprendizado.

Com esta compreensão, o Ensino de História se faz como percurso fecundo para a construção de identidade e pertencimento na História pelos alunos do município, ao serem propositalmente desafiados a olhar os seus espaços de vivência com olhos de alunos pesquisadores da História. Olhando para seus amigos, para as lideranças comunitárias, para os agentes culturais e para os anciões como fontes de saberes, que foram utilizados, no despertar para o conhecer, valorizar e preservar o meio ambiente histórico que está inserido.

Nesse ínterim, e segundo Ricardo Oriá “(...) a temática da memória e de sua materialização através dos bens consubstanciados no patrimônio histórico é recente no âmbito da historiografia brasileira” (2002, p. 129). Para o autor, é papel do ensino de História por meio da Educação Patrimonial, revelar esses bens da memória, sendo eles materiais ou imateriais como uns dos elementos importantes no processo de ensino e da aprendizagem da História enquanto disciplina escolar, “(...) a fim de estimular, nos alunos, o senso de preservação da memória social coletiva, como condição indispensável à construção de uma nova cidadania e identidade nacional plural” (Oriá, 2002, p.130).

Doravante realizada a identificação, e reivindicados os patrimônios que se tornaram os objetos da pesquisa, busquei por meio do levante da memória proposto pelo Akangatu, realizar o inventário patrimonial, e assim registrar as narrativas pela História oral. Tarefa essa realizada com a participação efetiva dos discentes, foram os alunos-pesquisadores que contribuíram ao reivindicar e indicar os bens materiais, imateriais e naturais do município, que passaram a fazer parte do cotidiano nas aulas de História, com levantamento dos bens edificados, como nos aponta Oriá (2002). Obviamente que este trabalho não apresentará todos os bens do município, mas os que foram reivindicados pelos alunos serão apresentados ao longo dos capítulos seguintes, resultando em um trabalho promissor e duradouro, abrindo espaço para fomentar atividades futuras, que podem servir de inspiração a outras realidades escolares.

Como exemplo muito próximo e inspiração para o desenvolvimento das atividades, conheci um pouco da atuação da Associação Retratores da Memória de Porteiras-CE (REMOP)¹¹, apresentados por Santos (2013) e Nunes e Santos (2021), quando descrevem as ações de um grupo de jovens de Porteiras- CE, que de maneira muito altruísta e com ajuda do Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC) tomam os espaços de memória do município e partem a fazer de maneira revolucionária a reivindicação dos seus patrimônios artísticos, culturais, arquitetônicos, sociais. Além disso, os integrantes do Grupo REMOP passaram a promover eventos problematizadores das relações da sociedade com a cidade, destacados por eles com a exposição: *Memórias da afrodescendência*, que na ocasião debruçou seus olhares para a comunidade quilombola dos Souza.

A experiência de Porteiras – CE esteve para esse trabalho como um horizonte possível de possibilidades de desenvolver uma atividade similar em Cachoeira dos Índios, ao menos pretendemos com este projeto alcançar objetivos parecidos. Não está ainda em nossas

¹¹ Grupo responsável pelo desenvolvimento de ações de educação patrimonial e fundador da Casa da Memória em Porteiras -CE. Sobre a História do referido grupo ver Santos (2011).

aspirações, por exemplo, criar um museu como o que por eles foi fundado. Meu desejo é de com a educação patrimonial proporcionar um ensino de História que incorpore as experiências das histórias vividas por nossos alunos e as trajetórias de suas comunidades, o que já vem sendo experimentado pelo município que temos como modelo, já que com a fundação do Museu Comunitário da Casa da Memória, de Porteiras, a cidade já possui o que pretendemos construir.

Único museu de Porteiras, a Casa da Memória possui um acervo museológico, utilizado no ensino de história e da educação patrimonial, e vem promovendo palestras, oficinas e seminários para os diferentes segmentos sociais do município, bem como visitas monitoradas para estudantes e demais visitantes, (...) (NUNES; SANTOS, 2021, p. 136).

Portanto, tendo a convicção de que nossos alunos e toda a sociedade cachoeirense, têm direito a conhecer e estudar a sua História e que com o projeto que desenvolvemos, possam se sentir prontos a reivindicar suas memórias edificando a construção de pertencimento, identidade e de sujeitos da ação do desenvolvimento dos saberes culturais e históricos da cidade, que passarão a ter cadeira nas aulas de História na Educação Básica do município.

Importante destacar que para além da construção de identidade e da História de Cachoeira dos Índios, por meio do levante da memória, o Ensino de História tem protagonismo neste trabalho, pois todas as aplicações metodológicas foram planejadas e executadas para que os alunos passassem a melhor compreender a História que lhes eram apresentadas, até o advento da pesquisa, nos livros didáticos, em aulas expositivas, em filmes, sempre distantes das suas realidades históricas. O currículo lhes apresenta antigas sociedades de um passado distante, como Egito e Mesopotâmia, revoluções e guerras, gritos de independência e rebeliões populares que fazem parte da mesma História, em que Cachoeira dos Índios não está à margem. A pesquisa colocou o lugar para os alunos participantes como o centro dos acontecimentos que escritos, estudados e trabalhados conectam as memórias locais às histórias globais.

Mesmo as atividades sendo desenvolvidas em um município relativamente jovem, não se podem deslegitimar que ao longo desse tempo muitas memórias e patrimônios foram edificados, merecendo ser estudados e transformados em conhecimento como direito da sociedade do local. Esta é a força motriz deste estudo e meta a ser alcançada.

O município estudado não possui em seus currículos o Ensino de História e culturas locais, embora tenha encontrado nos arquivos da Câmara de Vereadores, no decorrer da pesquisa a Lei Municipal de Nº 517/2013¹², que instituiu há mais de dez anos a

¹² Fonte: Arquivo da Câmara de Vereadores de Cachoeira dos Índios-PB

obrigatoriedade de inclusão da História do município a ser ensinado nas escolas de Ensino Fundamental públicas e privadas. A legislação não é aplicada, mesmo já havendo leis que regulamentam a inserção destes temas no espaço escolar, eles ainda estão fora dos currículos, o que faz com que os professores de História pouco trabalhem e conheçam sobre o assunto para poder dialogar com os alunos em sala de aula.

Acredito que ao propor e realizar um estudo utilizando a Memória Social e a Educação Patrimonial, o Akangatu foi responsável pelo início de um processo de construção, ou ao menos foi ferramenta problematizadora da existência de uma cultura histórica no município, ao se dispor a discutir sobre o patrimônio e História existentes. Ao mesmo tempo, foi capaz de produzir um material de fácil acesso escolar, podendo ser aplicado como fonte, especialmente nas aulas da disciplina.

Como suporte legal de legitimidade do desenvolvimento do projeto, tenho a meu favor a Constituição Federal de 1988 no seu art. 216 denomina o que é patrimônio cultural:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 2023, p. 181).

Destaca-se que o município apresentou todos os requisitos necessários em lei para desenvolvimento do trabalho, tendo como base a escola e o Ensino de História como ferramenta de levante para o reconhecimento da representação destas identidades que acreditamos serem necessárias ao estudo e compreensão dos nossos jovens. A Constituição Federal em seu art. 216, diz que: “§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. (BRASIL, 2023, p. 181). Além disso as legislações educacionais também estimulam o desenvolvimento de atividades com foco na valorização da memória e da preservação dos bens culturais nas escolas. Como é proposto por Ricardo Oriá, é preciso “Conhecer para preservar – preservar para conhecer” (2002, p.143) ao desenvolver um projeto em Fortaleza – CE, que levou alunos, estudantes de graduação em História, e da educação básica a olhar a cidade e suas necessidades de preservação de memórias e bens culturais.

Este estudo busca corroborar com o que é preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNS), que indicam a implementação de currículos escolares regionais e municipais, que têm como foco de aprendizagem todo conhecimento produzido pelos estados e municípios. Ao focar minha atenção especificamente à História do município, compreendo que a Educação Patrimonial é um caminho promissor para realização de pesquisas como esta, que pode contribuir com dados e fontes para a construção de currículos locais que atendam a necessidade de elaboração dos currículos de ensino, não apenas para Cachoeira dos Índios, como também para outros municípios brasileiros, que infelizmente não possuem currículos próprios.

Por sua vez, o município não ensina a sua História nas escolas. Como já apresentado não há nem currículo prescrito, nem material didático disponível. Também quase não possui referência bibliográfica que possa trazer à cena da sala de aula e da própria sociedade o seu pertencimento à História. Até a defesa e publicação deste trabalho, tudo que se sabia do município estava nas lembranças dos mais velhos e ou mais jovens, que em seu dia a dia pouco (ou quase nunca) era discutido nos ambientes de convívio afetivo, e o que mais me preocupou é que estava ainda mais distante do espaço escolar.

Tais percepções foram consideradas determinantes para a realização desta pesquisa. Há necessidade de que a História do município deva se fazer presente dentro do espaço escolar, tendo em vista um outro fator de distanciamento: a comunidade escolar não participa dos eventos cívicos de comemoração da emancipação política, pois esta acontece em períodos de férias escolares, faltando assim um marco motivador para o trabalho da data comemorativa no percurso do ano letivo. Deste modo, como é possível ensinar História na Educação Básica nos anos finais do Ensino Fundamental em um município que não tem trabalhos com a cultura histórica?

Tal problemática nos leva a uma perspectiva de que a construção de uma História identitária pode ser feita de maneira coletiva, relacionando como o passado e o presente se comunicam, perpetuando ou modificando as relações sociais através das transmissões da memória pela oralidade. Revelando-se em tradições culturais de ordem religiosa, política, laboral ou literária, a exemplo dos cordéis que muito falam sobre as memórias das populações do Nordeste.

Acredito, assim, como James Fentress e Chis Wickham (1992) que o caminho para reivindicação de origem histórica, parte das mais diversas formas de se fabricar e contar as origens das comunidades, e as memórias sociais serão invocadas todas as vezes que seu

patrimônio for questionado e ou problematizado, pois a pedra e cal ganham vida quando se contam as relações dos homens com esses espaços.

Confio que os fatos sociais estão no arcabouço de reconhecimento destas sociedades. Estes, por sua vez, são artefatos de cultura que devem ser ensinados. Nestes termos, Fentress e Wickham (1992, p. 08) lembram: “Dentro desta perspectiva social, existe uma importante dimensão entre memória como ação e memória como representação; recordar/comemorar enquanto tipo de comportamento, e a memória tomada cognitivamente, como rede de ideias” Os autores apresentados colocam a memória social com algumas definições, diante da argumentação de que a memória por mais que seja individual é fruto de uma construção coletiva e social, no qual as memórias, os sujeitos históricos não vivem isolados, constroem seus saberes e fazeres de forma coletiva, a memória é sua em convivência com o outro, a memória produzida e transmitida é resultante da vida em coletividade, é portanto, consolidada por meio das forças sociais e históricas que o indivíduo está inserido. (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 20).

Desta forma, toda a construção de memória e esquecimento, preservação e destruição de um patrimônio parte das forças que legitimam as ações e o que deve permanecer ao longo do tempo, nas sociedades atuais que olharam para o passado e decidirão o que as futuras gerações devem aprender na sala de aula e para além do espaço escolar. Logo, afinal o que é memória social?

Podemos ir olhando a memória social como expressão da experiência coletiva: a memória social identifica um grupo, conferindo sentido ao seu passado e definindo as suas aspirações para o futuro. Ao fazê-lo a memória social faz muitas vezes exigências factuais sobre acontecimentos passados. Por vezes, podemos confrontar estas exigências factuais com fontes documentais, outras, não podemos. Em ambos os casos, porém, a questão de nós considerarmos estas memórias historicamente verdadeiras revela-se muitas vezes menos importante do que a de eles considerarem verdadeiras as suas memórias. (...) A memória social é uma fonte de conhecimento. (...) (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 41-42).

A memória social, portanto, é para nós um importante caminho teórico para a construção de uma História que está presente na memória das pessoas, e que pode ser praticada, evocada, considerada e ensinada em sala de aula, para a compreensão do passado e do presente. Portanto, é com a participação dos discentes que ocorrerá a reivindicação da memória a ser utilizada nas aulas de História no contexto escolar.

Ao promover este trabalho, com a participação dos estudantes, construiu-se o nosso próprio percurso histórico a partir das memórias e oralidades narradas e das histórias contadas, as transferimos para o campo da escrita, com o propósito de inseri-las na cultura letrada escolar. Não menos importante, a memória social também se fez presente nas lendas e mitos que são contadas como narrativas de verdade para quem conta com o caráter de verdade que se relata,

não sendo necessário buscar mecanismos de prova a quem ouve para também tomar como verdade. “São realmente uma sequência de vínculos narrativos que permite que a história seja lembrada como história” (FENTRESS, WICKHAM, 1992 p. 92).

Na conjuntura atual do Ensino de História essas memórias ainda estão ausentes na escola Maria Cândido de Oliveira, e para efetivar essa aproximação a pesquisa se colocou para investigar, registrar, explorar e se apropriar (HORTA, 2009) das memórias e patrimônios que merecem ser escritos e registrados. Consoante Fentress e Wickham, a História escrita passou ao estágio da individualização de quem a escreve. Segundo eles, “A forma como o conhecimento social é conservado na memória coletiva é sempre muito diferente da forma como ele aparece por exemplo, num código. Este ponto é muito importante. A palavra escrita não é um espelho dos nossos pensamentos”. (1992, p. 23). Eles contemplam:

A capacidade de escrever para congelar informações de uma vez por todas faz de uma nota escrita uma maneira muito mais cômoda de preservar a memória de informações pormenorizadas e específicas, (...). A informação pode ser conservada em livros e em computadores; enquanto essa informação estiver disponível quando e onde for necessário ninguém se dará o trabalho a memorizar (FENTRESS, WICKHAM, 1992, p. 22).

Para este trabalho a Memória Social está além da exatidão ou do enquadramento a modelos de escrita, pois ela está presente na História e memória oral, nas narrativas, sobre trajetórias vividas e imaginárias. Como já elencamos anteriormente, a escrita é um meio de registrar e levar ao acesso à memória e à História dos bens que não sejam contados em parágrafos de livros, ou na captura de imagens fotográficas, a memória social será vivenciada.

Isso porque, ao registrar de forma escrita a trajetória vividas e imaginadas, entendo não ser capaz de representá-las como tal, pois a escrita impõe regras e limitações não sendo capaz de expressar com uma veracidade desejada pela memória contada em entrevista e registrada pela História Oral, a escrita não descrever o momento vivido, pode apenas tentar aprisionar o pensamento que passará a ser lido e interpretado, e que dificilmente irá se equiparar a memória vivenciada. Que por muitas vezes, no trabalho com a História Oral, muitas memórias podem não ser relatadas, no momento da sua produção, tendo em vista que ao relatar representamos a memória por meio da voz, ao se referirmos a determinado evento histórico a ser rememorado, nem sempre toda a memória se faz naquele estante revelar pela voz.

Nesse sentido, no mesmo instante ou algum tempo depois, outros fatos não rememorados sobre o mesmo acontecido podem ser revelados. Nas experiências vivenciadas durante as atividades de pesquisa não foram raras as vezes que um entrevistado (a) buscou, dias depois, apresentar novas informações não prestadas anteriormente no registro de suas memórias

durante a produção de História Oral, e que não constam nas transcrições escritas sobre os patrimônios estudados. A memória abre-se a outros recortes temporais, que ainda não foram por nós aprisionados na escrita dos inventários realizados: “O que a escrita preserva não é a memória de *coisas*, mas a de *palavras*.” (FENTRESS; WICKHAM, 1999, p. 31) Assim, quem ler as transcrições não terá acesso à memória completa, do mesmo modo que ao ter acesso ao que foi transcrito, pode atribuir às memórias registradas outros sentidos, e após a leitura, produzir a sua memória própria, e de seu modo passar a reproduzir suas próprias interpretações.

Construindo o levante da memória dos bens materiais e imateriais, não foi deixado de lado as relações de uma história viva e presente, que muitas partiram das experiências vicárias de memória em comunidade produzidas ao longo dos anos. Resultado deste trabalho satisfatório, os alunos pesquisadores foram capazes de promover o “Inventario Juvenil do Patrimônio Histórico Cachoeirense”, resultado da Historiografia Escolar Aplicada (Produto de Pesquisa).

Para realização deste trabalho foi utilizado dos mecanismos balizadores propostos pelo Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais- INRC a partir de pesquisa de campo (GONÇALVES, 2001, p. 67) buscando informação com as pessoas escolhidas pelos alunos a serem entrevistadas, por meio da entrevista de História Oral.

Outro caminho que se apresentou necessário para a pesquisa foi a análise de fontes materiais, documentais, que foram importantes para a problematização da memória relatada, sem que essa tenha sido a prioridade da pesquisa. Os documentos apresentaram-se como fontes complementares importantes, tanto para a produção de entrevistas, quanto para a escrita. Como lembram Cainelli e Schimidt,

No ensino da História, a palavra documento suscita, pelo menos, duas interpretações. Na primeira, ele pode ser identificado com o material usado para fins didáticos, como livro didático, mapa histórico e filme com objetivos educacionais. A característica principal desse conjunto de material é sua finalidade didática ser preestabelecida desde sua produção. Nessa condição, eles podem ser designados como suporte informativo. Na segunda interpretação, documento quer dizer fonte, isto é, fragmentos ou indícios de situações já vividas, passíveis de ser exploradas pelo historiador (CAIELLI, SCHIMIDT, 2004, p. 90).

Segundo as perspectivas das autoras, o trabalho com as fontes documentais, foram usadas como suporte informativo para os alunos pesquisadores, quando estas fontes foram apresentadas pelos narradores no momento das entrevistas. Por outro lado, coube a mim a responsabilidade do professor pesquisador de observar esses documentos como fontes, primárias e secundárias, indo aos seus encontros. Estas por sua vez foram responsáveis por legitimar e também confrontar narrativas históricas, a exemplo da Data do Cacaré e das que serão apresentadas nos capítulos seguintes.

Não restam dúvidas da importância das fontes materiais para o historiador em seu trabalho. Por isto, destaco que a busca por essas fontes só foi realizada após a produção da História Oral, quando se fez necessário para a complementação ou confronto das informações reveladas pela Memória Social. Foi ela que indicou os caminhos da pesquisa documental, pois a cada entrevista foi sendo me direcionado quais acervos documentais buscar informações complementares, unindo uma fonte a outra para assim realizar o trabalho historiográfico. Desta forma, a memória social se coloca como uma fonte de conhecimento possível de representar o passado por meio das fontes materiais, em seus mais variados suportes.

Refletir sobre uma proposta de Ensino de História somada à Educação Patrimonial se faz de muita importância, pois ela pode possibilitar novas percepções do tempo, do passado e do presente, principalmente quando se permite o uso da memória na Educação Básica. O percurso metodológico desenvolvido foi pensado para oportunizar a formação consciente da História, tanto no ponto de vista dos docentes quanto para os discentes.

Na ocasião da aplicação de metodologias que incorporaram o Ensino de História à Educação Patrimonial, este trabalho de pesquisa demonstrou que quando o município é vivenciado pelos estudantes e professor oportuniza-se a reflexão do território como cenário de saberes da História, atribui importância à memória social e aos bens patrimoniais locais, como marcas do tempo que ajudam a contar a História do município. Como legitimador desta conclusão de aquisição da aprendizagem histórica dos alunos-pesquisadores, estão as suas contribuições registradas no “Inventário Juvenil do Patrimônio Cachoeirense”. Servindo de documento para realização da avaliação, utilizada para comprovar que ocorreu de forma exitosa a consolidação do Letramento Histórico, como defende Rocha (2020).

Se faz necessário estimular e propagar a aplicação de novas práticas didáticas, que se utilizem da memória social de forma consciente do seu significado, e com isto “(...) tem-se a oportunidade de estudar este processo de transformação social na experiência contemporânea. É este um dos sentidos em que a memória social é verdadeiramente testemunha do passado e fonte histórica.” (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 102).

Para isto, temos como elemento a Educação Patrimonial, sendo uma metodologia capaz de possibilitar a reivindicação da memória para uso no ensino da disciplina História. Para realizar esta tarefa, utilizo os patrimônios materiais, imateriais e naturais, que ao serem reivindicados pelos alunos-pesquisadores deixaram os espaços do esquecimento, e ou apenas de recordação, passando a problematizá-los como fontes da História e mecanismo para o levante da memória, protagonizado pelo Akangatu no município.

No entendimento de que todos possuem o direito à salvaguarda de sua memória, seja ela individual ou coletiva, além do direito de conhecer os seus bens culturais e os de outras culturas, desenvolve-se no cenário educacional a metodologia da educação patrimonial (PAIM, GUIMARÃES, 2012 p. 82).

Portanto, acredito que a compreensão do Patrimônio Histórico, que rodeia a vida em sociedade no passado e no presente, deve ser colocada como força motriz do Ensino de História no seu fazer no chão da escola. Proponho a reflexão de que “toda História é local” (NEVES,1997), sendo necessário o despertar para a compreensão do pertencimento de que a História também aconteceu e acontece nos territórios cotidianamente vivenciados por estudantes e professores. Faz-se, nesta perspectiva, necessário colocar o município e suas histórias no centro do espaço temporal e histórico a ser problematizado em espaço escolar.

A História não está apenas nos livros didáticos utilizados na escola, nas narrativas docentes, em formas de aula, está também na sua família, na sua rua, na sua comunidade, acontece ali no lugar em que vive, e que pode a partir da experiência da Educação Patrimonial, ser problematizado, refletido e melhor estudado. Ao atribuir importância às memórias e narrativas históricas do seu município aproximam-se da História ensinada, ao tempo que fortalecem seus sentimentos de pertencimento, de historicidade, de identidade e da memória social. Com esses conhecimentos históricos se torna possível compreender que onde se vive também constitui parte integrante da “História global”.

Assim sendo, o Ensino de História estará disponibilizando aos estudantes compreenderem-se como sujeitos da ação e da preservação dos seus bens culturais, capazes de entender a História em todas as suas dimensões. A História de Cachoeira dos Índios passou neste propósito a se revelar de dentro das salas de aulas da E.M.E.I.E.F. Maria Cândido de Oliveira, onde professor e alunos tornam-se pesquisadores deixando o espaço escolar para realizar Historiografia Escolar Aplicada, tendo o município como Meio Histórico (CARDOSO, 1979), processo este de construção de saberes que apresento no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 2 – LETRAMENTO PATRIMONIAL

Neste capítulo, apresento como a Educação Patrimonial pode contribuir para a efetivação de boas práticas para o Ensino de História na Educação Básica, tendo em vista que ao ser implementada como proposta de ação educacional, pode favorecer uma aprendizagem da disciplina, em que alunos possam se sentir participantes e/ou representados. Acredito que o direito à memória é a força motriz para pensarmos a relevância da Educação Patrimonial e suas importantes contribuições para o Ensino de História, em sua base teórica interdisciplinar, capaz de permitir o uso da História Oral, Memória, Patrimônio, as vivências da história no cotidiano de cada discente e de cada professor no chão da escola.

Por esta razão, busco me apropriar destes saberes como pontes para caminhos metodológicos práticos de pesquisa, olhando o município de Cachoeira dos Índios e suas vivências históricas, e assim compreender as relações do presente com o passado do lugar. Apresento o *Akangatu*, (Projeto de Ação Educacional) como fiador deste levante da memória.

O levante da memória que proponho e consigo assentir, utiliza-se do Patrimônio como gerador da aprendizagem histórica. Segundo Neves “o local é o nosso espaço de atuação, é onde fazemos história” (1997, p. 25), por sua vez, a Educação Patrimonial convoca os professores e alunos a observarem com atenção a História que está a sua volta. Para esta tarefa, sair da sala de aula é necessário, pois muitas vezes os saberes locais não são apresentados pelo currículo formal de ensino. Nesse direcionamento,

A história oral, as histórias de vida, a ampliação da noção de fontes, escapando-se do monopólio da documentação escrita e oficial, contribuem para que a pesquisa histórica possa ter no local/atual seu objeto e ponto de referência privilegiados. A história de onde se vive e se atua é, a um só tempo, a história de quem a faz e sente diretamente é o único ponto de referência possível para a compreensão das histórias mais distantes: de outros locais, ou da chamada história geral (NEVES, 1997, p. 25).

Acredito, assim como a autora, que é possível aproximar os conhecimentos históricos do município com os globais, seja nas pesquisas históricas e, principalmente, no ensino de História na Educação Básica. Também acredito que para se compreender a História é preciso se compreender individualmente como sujeito¹³ histórico do seu tempo, classe social e espaço territorial que ocupa, percebendo nesse lugar sua identidade sociocultural e histórica, como uma das tarefas que esta pesquisa se propôs a realizar.

¹³ Destaco a compreensão do sujeito histórico conforme apresentado pela teoria marxista: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. (MARX, 1997, p. 21)

Desta forma, ao refletir sobre o processo de aprendizagem da História com o uso da Educação Patrimonial, em ampliação de metodologias já aplicadas, formulo a ideia da aquisição do Letramento Patrimonial durante o processo educacional escolar, que conduza a aprendizagem consciente da importância dos patrimônios histórico-culturais e sua preservação para a História. Observando, a princípio, os saberes prévios dos estudantes e as possíveis mudanças de concepções do que é o patrimônio, antes, durante e após a aplicação das aulas-oficinas de História.

Nesse sentido, durante atividades desenvolvidas e após avaliação dos conhecimentos prévios, foi apresentado aos estudantes conhecimentos teóricos sobre Patrimônio Histórico-cultural. Realizada a apresentação dos conceitos que agora se somaram aos saberes prévios, busquei responder a seguinte questão: Durante o processo de aprendizagem os estudantes seriam capazes de atribuir valor e significado histórico aos bens culturais do seu município? Isto posto, após a realização das atividades de formação, logo foi apresentado um quadro favorável para a concretização de que seria possível com a formação em Educação Patrimonial estimular a reflexão para o reconhecimento e valorização, com consciência histórica dos bens culturais do lugar. Desta forma, o Letramento Patrimonial ao longo do processo de realização das atividades efetivou-se como diálogo promissor para compreensão da História.

Portanto, está colocada a compreensão do Letramento Patrimonial como um processo educativo, que deve se propor a permitir o encontro da saberes formais (escolares) e informais (vivência social), disposto a oportunizar metodologias para que os indivíduos possam reconhecer e perceber os patrimônios histórico-culturais do lugar como fontes históricas, que apresentadas por meio da Educação Patrimônio nas aulas de História permita-os serem capazes do autorreconhecimento como sujeito da História. Assim, o tornando capaz de reivindicar, por meio da memória social, os patrimônios que constituem sua identidade cultural e compreensão do mundo. O bem por ele reivindicado deve contribuir para compreensão que a História começa no lugar onde vive, e que a partir dela pode se reconhecer como sujeito do mundo, determinando os patrimônios que cabem, como vestígios do passado, a serem reivindicados por estes sujeitos.

Esta compreensão formula-se a partir das contribuições de Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro (2013) que indicam caminhos para práticas educativas com o Patrimônio Histórico na Educação Básica, apresentando bens culturais como espaços e lugares da memória, a serviço da construção de saberes históricos escolares. Dando-lhes sentido à disciplina que buscamos melhor aprender e ensinar, permitindo novas possibilidades a não limitar os saberes apenas às bases curriculares, aulas expositivas, uso do livro didático como fonte de conteúdo, permite-se apresentar aos discentes pensar

História por meio dos vestígios produzidos ao longo do tempo, no seu lugar de vivência, onde passado e presente se encontram na compreensão histórica que busco oportunizar neste trabalho historiográfico.

Compreendo que os estudantes são sujeitos históricos, aptos a contribuir na identificação, reivindicação e preservação dos patrimônios e memórias que ajudam a narrar a História. É vivenciando os patrimônios nas aulas de História, seja em atividades comunitárias ou escolares, que os estudantes produzem suas memórias sociais. Fundamento o entendimento e a compreensão de que as vivências históricas com os patrimônios são importantes. Porém, defendo que cabe ao ensino formal se colocar como instrumento para permitir a escrita da História dentro do espaço escolar, ouvindo as memórias e as tradições orais, ao historicizar estes saberes, o Letramento Patrimonial se coloca como um processo metodológico capaz de produzir uma historiografia escolar aplicada.

Desta maneira, para permitir a escrita da História no espaço escolar, se faz necessário ir em busca dos saberes que estão além deles, como orienta nas suas reflexões Selva Guimarães Fonseca (2006):

Trata-se de assumir uma postura dialética que lhe permita captar e representar, com nossos alunos, o movimento sócio-histórico e temporal das sociedades, as contradições, as especificidades, as particularidades, sem perder de vista a universalidade. Por sua vez ao colocar-se em práticas educacionais contribuir para concretização da “consciência histórica, o respeito às tradições locais e orais pressupõem a compreensão do “eu” do “mundo”, do “uni” – “verso”, enquanto dinâmica, movimento, transformação, história!” (FONSECA, 2006, p. 139).

Defendo que o Letramento Patrimonial pode ser adquirido por meio das aulas de História, com ações educativas em Educação Patrimonial, permitindo aos discentes se perceberem não como espectadores dos patrimônios edificados, mas, serem sua força de construção e preservação. Nas aulas propostas não se busca que os estudantes sejam meros receptores de saber, permite-se que ele seja capaz de olhar ao seu redor, e perceber que pode fabricar, por meio desta observação, saberes históricos, vivenciando-os, preservando e transmitindo as memórias sociais adquiridas pelo que viu ou pelo que ouviu dos seus ancestrais, na sua comunidade ou na educação escolar. Dessa forma, adquirindo consciência que só poderá haver, para eles, patrimônio histórico de sentido, para o reivindicarem cotidianamente, no instante em que este debate adentra na sala de aula.

Em síntese, sem vivência histórica e compreensão dos bens históricos os patrimônios podem não ter sentido e valor algum. Se não houver o reconhecimento dos patrimônios locais, estes podem ser esquecidos ou demolidos, obrigando professores e estudantes a buscarem referências históricas e culturais fora de suas vivências. Logo, esses fatores são preponderantes

para a construção de pertencimento e identidade com o lugar em que se vive. Como consequência negativa, sem essas vivências é possível produzir uma identidade cultural alheia à realidade, deixando os discentes vulneráveis ao projeto cultural do neoliberalismo e suas imposições, como o contínuo desejo civilizador de controle das potências econômicas mundiais, quando o que é de fora e feito pelas elites econômicas é de maior valor. Portanto, é preciso buscar formas de coexistir historicamente com os projetos globais (MIGNOLO, 2020)

Ademais, o que é capaz de constituir a identidade¹⁴ da população cachoeirense? O caminho para respondermos essa questão passa primordialmente pelas aulas de História, e encontra como ponte de junção de saberes a Educação Patrimonial: o patrimônio fonte e força motriz para o levante da memória, que juntos tornam-se saberes históricos, capazes de promover o Letramento Patrimonial, e, conseqüentemente a percepção de valores e pertencimento que são únicos dos cachoeirenses. Educar para possibilitar as concepções de pertencimento.

Dessa forma, busca-se que ao perceberem-se como sujeitos históricos, os alunos sejam capazes de reivindicar, valorizar e pertencer a ponto de desejar preservar os bens culturais que narram a sua História que se funde a do município. Cientes disto, tenham autoestima de representar o lugar onde vivem, construindo significado e identidade culturais, com referência de perceber o valor de outras culturas sem dar as costas para suas origens, em tempos de neoliberalismo.

Assim, como são identificadas outras comunidades humanas, pelos seus critérios de formação religiosa, político-histórico ou social, que possamos com subsídio do patrimônio histórico, da memória registrada pela História Oral, durante aulas de História embasadas por essas fontes, promover uma formação, em que os estudantes sejam capazes de identificar-se culturalmente com o seu lugar (MIGNOLO, 2020). Para tanto, busco junto aos estudantes construir as suas interpretações do que é ser cachoeirense.

Como já apresentado, a Educação Patrimonial, foi utilizada como instrumento conceitual e metodológico para a realização das atividades de ensino, me permitindo subverter a ordem esperada na educação formal, deixando os livros didáticos momentaneamente de lado

¹⁴ Ao apresentar o conceito de identidade, utilizo dos pensamentos de Joël Candau (2021) no qual ele propõe a relação direta entre a memória e a construção de identidades que se constituem dentro de um processo relativamente de proximidade das relações sociais, familiar, tradições religiosas, afetivas, transmitidas pela memória, segundo Candau “transmitir uma memória e fazer viver, assim, uma identidade não consiste, portanto, em apenas algo, e sim uma maneira de estar no mundo” (2021, p. 118). Assim como ele acredito que a memória do lugar e as relações com os patrimônios históricos vivenciados são capazes de construir vínculos com a terra de origem sem, contudo, se perder nas concepções de pertencimentos globais, mais ao contrário permite o fim do silenciamento identitário por grupos dominantes.

e indo ao encontro das memórias, estas a serem despertadas a cada patrimônio reivindicado, que ainda permanece alheio aos currículos oficiais, me serviram de “objetos problematizadores para o ensino e a aprendizagem da História em âmbito escolar. Acredito que:

A **metodologia específica** da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente. Outro aspecto de fundamental importância no trabalho da Educação Patrimonial é o seu **caráter transdisciplinar**, podendo ser aplicado como método em todas as disciplinas, (...) (HORTA, 2009, p. 03).

Assim, pensar em atividades utilizando esta metodologia para o Ensino de História vai ao encontro do que eu acredito. A priori, o processo inicia na observação cuidadosa da realidade vivenciada historicamente no município, e na identificação de quais são os bens culturais e ou naturais que se pretende ou não reivindicar como patrimônio, conforme também apresentado por Funari e Pinsky (2002). O patrimônio toma forma de rituais, edifícios e ofícios que são contados pela escrita ou pela oralidade representada. Sendo, portanto, condicionantes para as construções de narrativas da memória e da História de quem os vivenciam, seja no presente ou no passado representado por estes patrimônios, sobreviventes ao tempo.

Analisando isto, busco a Educação Patrimonial para subsidiar e ao mesmo tempo promover um levante da memória usando do patrimônio cultural nas aulas de História para além do espaço escolar. Os estudantes participam dessa movimentação, apresentando seus saberes prévios adquiridos em convívio familiar e comunitário, sendo chaves importantes de ligar os saberes formais aos saberes históricos informais, apresentando o que do lugar sabem e o que desejam aprender, utilizando os patrimônios como fontes a serem problematizadas nas aulas de História, tornar os saberes populares fontes para o conhecimento científico/escolar que ainda não se faz presente nos espaços educacionais.

Ao professor de História que busca atividades educacionais, como as que aqui apresento, enfatizo a necessidade de sair da zona de conforto que é a de lecionar nos espaços escolares, respeitando, claro, cada realidade educacional, em um país tão distinto. Apresento, todavia uma proposta possível, em que o professor pode ser protagonista ao nas diversas formas de ensinar História, se adequando à realidade imposta e ou subvertendo-as, quando acreditar ser necessário. Para este trabalho, o Patrimônio Histórico se apresentou como a ponte de aproximação, subversão e construção de conhecimento, para além da sala de aula.

Para a consolidação da pesquisa, procurei promover o engajamento de toda a comunidade a começar pela escola. Com êxito e compreensão da gestão escolar, Secretaria de Educação, quadro docente e de educadores de apoio, consegui adesão de um grupo significativo de alunos. A final.

Os locais de realização das pesquisas não são apenas as universidades, mas também as escolas, as comunidades onde se inserem a estabelecimentos de ensino. Em relação aos temas e aos problemas, é possível destacar a vivência e experiência dos profissionais da educação, ou seja, suas histórias de vida, as relações que o professor estabelece com os sujeitos, os saberes históricos relativos aos temas e problemas do presente do passado, as práticas pedagógicas, as fontes, os documentos, a mediações entre os saberes, o cotidiano da escola e o mundo (SILVA, GUIMARÃES, 2012, p 38).

Assim como os autores, entendo a escola Maria Cândido de Oliveira como um espaço de construção de ciência, em especial histórica. Por esta razão, a escola, a comunidade e os patrimônios que os cercam foram escolhidos como campo de ação deste trabalho, que teve sua execução de pesquisa dividida em dois momentos.

Primeiro, buscou-se mobilizar a participação dos discentes nas atividades de formação para tomada de conhecimentos de saberes históricos, compreendido por meio da Educação Patrimonial e História Oral. Este momento teve a sala de aula como espaço de saberes a serem compreendidos e também fabricados pela interação docente e discente, a saber: saberes e conceitos sobre patrimônio e identificação dos bens do município. Encontrei em Horta (2009) e sua “práxis do aprender fazendo”, estimular os alunos, desafiá-los a identificar, por meio da memória social, o patrimônio da cidade e ao observá-lo, registrar, explorar e avaliar sua apropriação (PACHECO, 2022, p 148).

Sendo assim, foram desenvolvidas as aulas-oficina de História, Aulas Passeio, e realizadas entrevistas de História Oral. A aula-oficina de História:

(...) afasta a ideia de aula expositiva, à medida que pressupõe um aprendizado que envolve necessariamente a participação dos alunos e implica a realização de leitura, de análise e de reflexão acerca dos materiais propostos e dos textos teóricos selecionados. Tendo como propósito desenvolver reflexões articuladas com atividades práticas de análise de documentos diversos, selecionamos diferentes fontes documentais – música, imprensa, gravura, vídeo – que possibilitariam indagar acerca das problemáticas tratadas e refletir sobre as noções de cidade, nação, história, memória e patrimônio que se encontram presentes em práticas diversas de ensino-aprendizagem de história (BRITES, PEREIRA, 2010, p. 334-335).

Nesta etapa, apliquei esse recurso metodológico em encontros no contra turno escolar, tendo em vista que não havia no momento de execução da pesquisa horário na grade curricular para desenvolvimento de saberes em História do município, não podendo alterar o cronograma das aulas e nem tampouco o planejamento escolar já estabelecido. As atividades foram, portanto, iniciadas com a formação em quatro aulas-oficinas de História. Por fim, seu

planejamento e execução metodológica apresento nos subcapítulos subsequentes, estas tinham a finalidade de promover a aquisição do Letramento Patrimonial.

Todas as ações foram pensadas na perspectiva formativa para os discentes, defendida por Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro (2013) no *Guia Básico da Educação Patrimonial* que tem seu sentido norteador para práticas docentes, além do uso dos patrimônios como fontes históricas, mobilizadores da memória social, fornecendo subsídios para a construção de narrativas históricas. Deixando evidente apenas um contraponto à proposta das autoras, discordo da propositura por elas empregadas de que a Educação Patrimonial ofereça uma “alfabetização cultural”.

Nesse sentido, amplio a proposta das autoras, evidenciando que reconheço suas importantes contribuições para o desenvolvimento da Educação Patrimonial no Brasil. Porém não comungo apenas com a premissa defendida por elas de que seja necessário realizar na escola um processo de “alfabetização cultural”, a meu favor uso algumas de suas contribuições que acredito serem importantes para a efetivação do trabalho. Na contraposição, apresento as minhas convicções de que as transmissões de saberes e memórias sociais são iniciadas a partir do nascimento e a inserção social dos sujeitos, sejam inicialmente a grupos familiares, serviços de acolhimento, comunidade, sociais e religiosos. Esta socialização lhe atribui valores sociais e culturais, quando o indivíduo é incluído nos espaços de educação formal já carrega consigo sua memória social, já é “culturalmente formado” dentro dos seus espaços de sociabilidade.

Por sua vez, ao adentrar no espaço escolar passara por processos de letramentos, de aquisição de leitura, escrita, saberes científicos e entre estes poderá ser oferecido nas relações de ensino formal, incorporar a consciência do que é patrimônio histórico, lhe atribuindo valores sociais e sua necessidade de preservação, estes sim podem-se adquirir na escola. Nas aulas-oficina de História possibilitamos que os discentes compreendessem os conceitos do Patrimônio Histórico/ Cultural, e tonam-se capazes de promover a reivindicação dos bens patrimoniais que contam a História do município.

Defendo, antes da observação dos bens culturais a serem registrados, ser preciso apresentar conceitos que lhes legitimem, permitindo aos alunos enxergarem sentido ao que se constituiu historicamente à sua volta. Diante disto, as aulas-oficina de História foram formuladas tomando o cuidado de ouvir os alunos e seus saberes sobre o município, ao tempo que os conceitos de patrimônio, identidade, memória e fontes históricas foram trabalhadas, para junto com eles aprender e compreender, quais as melhores formas de identificar, reivindicar e descrever os bens culturais. Quais seriam os indicados por eles como patrimônios históricos do

município a serem estudados? Aqui lembro que em Cachoeira dos Índios não existem “patrimônios tombados ou registrados oficialmente”.

A apresentação de conceitos e sondagem de conhecimento de mundo ocorreu ao longo de quatro encontros formativos (aulas-oficina de História) organizados com as seguintes abordagens conceituais: 1. O que é Patrimônio Histórico/Cultural? 2. Patrimônio Histórico Natural. 3. O valor da memória e da tradição oral. 4. Patrimônio, Memória e Fontes Históricas.

Em cada um dos encontros de formação mútua entre alunos e professor foi trabalhada uma sequência didática, em que se buscou ouvir os discentes e ao mesmo tempo apresentar-lhes conceitos sob a perspectiva histórica dos Patrimônios Material, Imaterial e Natural. Também foram trabalhados os pressupostos teóricos-metodológicos, da História Oral e do conceito de memória, para que ao final da formação estes pudessem compreender a dinâmica do patrimônio e da História do lugar, em suas dimensões urbanas e rurais.

Nessa perspectiva, compreendendo que adquirir saberes sobre patrimônio histórico permite aos discentes e docentes a perceber e reivindicar o “direito à cidade”. Dessa Maneira,

O ser humano tem também a necessidade de acumular energias e a necessidade de gastá-las, e mesmo de desperdiçá-las no jogo. Tem necessidade de ver, de ouvir, de tocar, de degustar, e a necessidade de reunir essas percepções num "mundo". A essas necessidades antropológicas socialmente elaboradas (isto é, ora separadas, ora reunidas, aqui comprimidas e ali hipertrofiadas) acrescentam-se necessidades específicas, que não satisfazem os equipamentos comerciais e culturais que são mais ou menos parcimoniosamente levados em consideração pelos urbanistas. Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), necessidades de informação, de simbolismo de imaginário, de atividades lúdicas (LEFEBRE, 2008, p.105).

Passo, portanto, a compreender que para a efetivação da aprendizagem, pretendida pela disciplina História a Educação Patrimonial é uma ferramenta importante para construção de pertencimento cultural e histórico. Como nos aponta o autor, o município deve ser degustado, vivido, visto e ouvido.

Para esta finalidade, entendo que “A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva”. (HORTA, 1999, p.06). Deste modo, todo o processo de formação foi planejado e executado para o desenvolvimento de habilidades e competências nas quais os alunos fossem capazes de identificar de forma consciente os patrimônios do município e quais poderiam reivindicar, atribuindo-lhes valores e significados, e pudessem defender a ideia que estes deveriam ser preservados e melhor estudados no espaço escolar.

Nas atividades propostas busquei permitir aos alunos tomar para si, de forma ousada e autônoma, a responsabilidade de indicar e reivindicar os patrimônios históricos a serem estudados na pesquisa, e por sua vez serem inventariados de maneira inédita no município. Entre os possíveis bens a serem reivindicados, caberia a mim como de fato veio a ocorrer, promover o recorte temporal e histórico, dentro da viabilidade de efetivação da pesquisa dentro do cronograma estipulado pelo ProfHistória/URCA.

Por esta razão, observando as relações de ensino e aprendizagem no percurso da pesquisa e a aquisição de habilidades e competências idealizadas, estabeleço, como fator avaliativo de concretização desta aprendizagem, o Letramento Patrimonial, que pode ser alcançado com essas práticas educativas da disciplina História escolar, observando as dimensões em que os patrimônios se apresentam no contexto socio educativo. Assim, o indivíduo que consegue, a partir das suas vivências históricas, observar para além do contexto escolar o valor da memória, da sua identidade, como fator de construção histórico social, percebe que a cultura não está isolada no mundo, mas completa o mundo, consciente do seu patrimônio enquanto um bem coletivo e que obtém valor singular.

Neste sentido, as atividades deste trabalho apontam caminhos práticos para o Ensino de História, que podem levar os alunos a construir conhecimento, por meio de ações pedagógicas. Não apenas limitados aos espaços escolares, a aquisição do Letramento Patrimonial, caminho possível para gerir uma melhor compreensão da História ensinada, pode apontar para uma convicção que essas atividades podem ser adaptadas e desenvolvidas em todas as escolas e cantos deste país.

Nesse direcionamento, muitos trabalhos vêm sendo publicados sobre atividades e pesquisas entre o Ensino de História e o uso do Patrimônio Cultural, debruçando vários olhares sobre a História local. Aqui destaco, as obras que ajudaram a pensar e refletir sobre o Akangatu, a saber: “Patrimônio Cultural e Ensino de História.” (GIL, TRINDADE, 2014). “História, Memória e Patrimônio: Possibilidades educativas” (PAIM, GUIMARÃES, 2012), entre outros trabalhos de qualidade. Apresento a seguir cada aula-oficina de História trabalhada, bem como o aprendizado construído sobre eles.

2.1. Aula-oficina de História: O que é Patrimônio Histórico/Cultural?

Tabela 1: 1ª aula-oficina de História

	PLANO DA AULA-OFCINA DE HISTÓRIA
	O QUE É PATRIMÔNIO HISTÓRICO/CULTURAL?
Resumo:	<p>Tendo a Educação Patrimonial como ferramenta para o Ensino de História, esta oficina procura desenvolver uma melhor percepção do conhecimento de mundo e dos valores culturais do lugar. Utilizando dos Patrimônios Históricos como fontes para contar a História do município, representados de forma material, imaterial e natural (LEMOS, 2013). Os alunos serão desafiados a apresentar seus saberes prévios sobre o tema por meio da “pedagogia da pergunta” (FREIRE, 2014), pós isso, usa-se a exposição oral de conceitos pelo docente, leituras e representações audiovisuais. Ao final do encontro realiza-se atividade de indicação dos patrimônios apontados preliminarmente pelos discentes.</p>
Objetivos:	<p>Compreender o que é patrimônio histórico cultural, analisar as mudanças e permanências na História do município, por meio de suas construções, transmitidas pela memória social e dos seus patrimônios como fontes da sua identidade.</p> <p>Conhecer e reconhecer, por meio dos patrimônios, a noção de pertencimento histórico, possibilitando perceber e compreender sua responsabilidade de atribuir valor do patrimônio do seu município sem a necessidade do reconhecimento do Estado.</p>
Requisitos:	<p>A aula-oficina de História será ministrada pelo professor de História para alunos do Ensino Fundamental II, anos finais. Nas atividades pode-se utilizar como recursos didáticos, aparelhos eletrônicos de reprodução áudio visuais, TV, projetor de imagem, caixa de som, celular, tablete, material escolar diverso. Sendo as atividades desenvolvidas no espaço escolar e ou fora dele.</p>
Competências e Habilidades:	<p>Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.</p>

	<p>(EF06HI02) Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas.</p> <p>(EF09HI23) Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo.</p> <p>(EF09HI27) Relacionar aspectos das mudanças econômicas, culturais e sociais ocorridas no Brasil a partir da década de 1990 ao papel do País no cenário internacional na era da globalização.</p>
Sequência didática:	ROTEIRO DE ATIVIDADES
Atividade 1	Exposição oral do professor. (Duração 20 min)
	Ao iniciar a aula o professor apresenta proposta de Ensino de História e da Educação Patrimonial e suas breves concepções sobre o assunto para instigar a curiosidade, buscando os saberes prévios dos alunos sobre o tema com questionamentos. Nesta atividade faz-se a seguinte pergunta: Existe patrimônio histórico no seu município?
Atividade 2	Debate e diálogo sobre o tema. (Duração 20 min)
	Neste momento os alunos são desafiados a verbalizar os seus saberes indicando de maneira individual e ou coletiva, quais são por eles considerados patrimônios, pode acontecer de não haver indicação, cabe ao docente entrar no debate e instigar a memória social dos envolvidos no processo, questionando-os sobre as atividades realizadas coletivamente, construções antigas do lugar, seu estado de conservação, modificações no espaço, costumes locais, espaços de sociabilidade e convivência.
Atividade 3	Atividade de leitura. (Duração 25 min)
	Para essa tarefa deve-se buscar uma realização coletiva ao ler o texto: “Patrimônio Cultural: Uma construção da cidadania” (ALBUQUERQUE, 2012), findada a leitura é hora do compartilhamento de impressões do texto.
Atividade 4	Apresentação audiovisual. (Duração 15 min):
	Exibição do vídeo “O que é Patrimônio Cultural? Bens materiais e imateriais – exemplos no Brasil” do canal do Youtuber <i>Vem Fazer História</i> , findada a exibição é hora do compartilhamento de impressões do conteúdo digital.
Atividade 5	Produção de desenhos à mão livre. (Duração 20 min)

<p>Para esta atividade o docente pode imprimir o mapa territorial onde o patrimônio que deseja estudar está localizado, mantendo apenas demarcados suas fronteiras, tendo o interior em cor clara para permitir a visualização do que for desenhado. Oportunamente uso o mapa de Cachoeira dos Índios, para que cada discente utilize dos saberes problematizados na oficina, como forma de retratar através de desenhos os patrimônios que melhor conseguiu identificar.</p>	
Atividade 6	Atividade domiciliar (Lição de casa). (Duração 10 min)
<p>Esta atividade pode ser iniciada ainda durante a oficina, que é a escrita do diário de bordo, descrevendo o que aprendeu e o que produziu durante a aula-oficina. Ainda no chão da escola, o professor deve orientar os discentes com realizá-la e incentivá-los a buscar novas informações sobre os temas abordados para o próximo encontro.</p>	
Avaliação:	<p>Realizada de forma diagnóstica, tendo o conhecimento prévio dos discentes, os objetivos propostos com uma abordagem qualitativa somados aos saberes adquiridos na aula, sendo a avaliação conduzida pela participação no debate proposto e na produção de texto dissertativo, desenhos entre outras formas de expressão cultural, na perspectiva de Jussara Hoffmann (2010) de “respeitar primeiro avaliar depois”, na qual analisa-se também o trabalho docente e se seus objetivos almejados foram alcançados, permitindo um processo contínuo circular de aplicação, avaliação e reavaliação.</p>
Fontes:	<p>Atividade 4: https://www.youtube.com/watch?v=BUU2nI-QZ_U</p> <p>Atividade 5: Mapa de Cachoeira dos Índios. Disponível em: http://geoftp.ibge.gov.br/produtos_educacionais/mapas_mudos/mapas_do_brasil/</p>
Referências:	<p>ALBUQUERQUE, Umbelino Peregrino de. Patrimônio Cultural: uma construção da cidadania IN: TOLENTINO, Átila Bezerra. (Org) Educação Patrimonial. Reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2021, p. 4-5.</p> <p>CERRI, Luis Fernando. Didática da História: uma leitura teórica sobre a História na prática. Revista de História Regional. Ponta Grossa: UEPG, n. 15, 2010.p. 264 -278,</p> <p>FREIRE, Paulo. Por uma pedagogia da pergunta. Rio de janeiro: Paz e Terra, 2014.</p> <p>HOFFMANN, Jussara. Avaliar respeitar primeiro avaliar depois. Porto Alegre: Mediação, 2010.</p>

2.1.1 Registro de experiência Aula-oficina de História 1: O que é Patrimônio Histórico/Cultural?

A oficina “*O que é Patrimônio Histórico/Cultural?*” Estabeleceu como possível para mim o que anteriormente era visto como perspectiva hipotética de prática docente. Essa proposta foi apresentada no II Congresso Nacional do ProfHistória na UERJ em 2022. Naquele momento, o uso do patrimônio se mostrava como uma alternativa de aprendizagem, para melhor ensinar, a ideia era de poder, no meu trabalho docente, compartilhar com os estudantes os saberes locais, ao tempo que o Ensino de História leva a vivenciá-los.

Pensando em desenvolver competências e saberes sobre o tema abordado com os alunos e uma efetivação da aprendizagem, acredito que levá-los a pensar a história a sua volta, se faz também promovendo oficinas que lhes permitam entender o patrimônio e a história a seu redor, (...) e o meu desejo é o despertar para a importância da preservação do patrimônio, e que assim os alunos possam escrever e participar da História de Cachoeira dos Índios – PB (DANTAS, 2022, p. 13, No prelo).

Ao planejar e executar a primeira aula-oficina de História, pude observar que é viável, ao apresentar conceitos ainda pouco problematizados nas aulas formais de História, suscitar o desejo nos discentes para conhecer e compreender os valores históricos vividos por eles no cotidiano.

O primeiro encontro foi utilizado para apresentação dos objetivos e finalidades da pesquisa, dos estudos propostos, definição da participação dos alunos a eles e a seus responsáveis legais. Ao finalizar as explicações de caráter burocráticos, porém essenciais, início a apresentação da proposta de aprendizagem a que é dedicada este trabalho, o uso da Educação Patrimonial como ferramenta para aprendizagem da história.

Observando, de maneira norteadora de todas as aulas-oficina de História desenvolvidas, busquei subsídio teórico de ação na “Didática da História”, em que “os objetivos do ensino se deslocam para promoção de identidades que possam ser refletidas e assumidas seletiva e criticamente pelo sujeito, em vez de impostas desde fora”. (CERRI, 2010, p. 271), somadas à “Pedagogia da Pergunta” “(...) cuja prática não há lugar para a dicotomia entre sentir o fato e apreender a sua razão de ser” (FREIRE, 2014, p. 30).

Expressando estas concepções, todas as oficinas iniciaram com a arte de perguntar, tendo-as como norteadora expressão dos saberes que esperamos emergir a cada questionamento. Diante disso o encontro dos saberes iniciou com a seguinte questão direcionada aos discentes: Vocês sabem o que são patrimônios históricos e culturais?

Em resposta, sem muitas dificuldades, os estudantes verbalizaram sua “visão de mundo”, em discussão, indicando alguns patrimônios; o curioso e não surpreendente é que eles

apresentaram os bens culturais nacionais, exemplificando: sítios arqueológicos, o Museu do Ipiranga, o frevo e as Cataratas do Iguaçu, não havendo qualquer indicação sobre os patrimônios do lugar, talvez pelo fato destes patrimônios não estarem inseridos e nem serem lhes apresentados em contextos escolares anteriores.

Considerando a relevância da participação cidadã na seleção e preservação do bem cultural que configura a memória identitária da coletividade da qual pertença, propõe-se discutir o patrimônio cultural no ensino formal objetivando instrumentalizar o cidadão para que tenha condições de se incluir culturalmente de forma ativa na construção da cultura da cidade, em defesa da cultural local (ANDRADE, LAMAS, 2020, p. 16).

Sendo assim, logo na primeira pergunta na aula-oficina de História realizada dentro do espaço escolar - lugar formal de ensino e aprendizagem- foi possível a inserção dos saberes locais, ensinados e aprendidos no cotidiano de suas casas, transmitidos pela tradição familiar e social, na escuta dos avós e outros anciões e suas memórias, no convívio em comunidade, nas celebrações religiosas, com os próprios amigos nas brincadeiras de rua. Estas relações humanas acabaram por advir em saberes histórico-culturais, apresentados como valores a serem aprendidos no chão da escola.

Na medida em que foi proposto o diálogo sobre suas compreensões dos bens patrimoniais, gradativamente foi aos alunos apresentado o conceito de Patrimônio Histórico descrito por Carlos Lemos (2021) em suas dimensões Materiais, Imateriais e Natural, estes saberes científicos passam a ter atribuição de sentido para os estudantes. Passados as apresentações conceituais iniciais, apliquei uma atividade de leitura participativa, utilizando-me para isso do texto “Patrimônio Cultural: Uma construção da cidadania”, e apresento por meio dele os conceitos patrimônio e cidadania.

A leitura apresenta as dimensões do papel do Estado e da sociedade para a salvaguarda dos bens culturais e da memória, instruindo os meios de preservação através de uma educação cidadã, oferece uma concepção do valor imensurável da preservação dos patrimônios e fortalecimento identitário, permitindo a contínua transmissão cultural, que aproxima a relação do passado com a História vivenciada no tempo vivido. (ALBUQUERQUE, 2012).

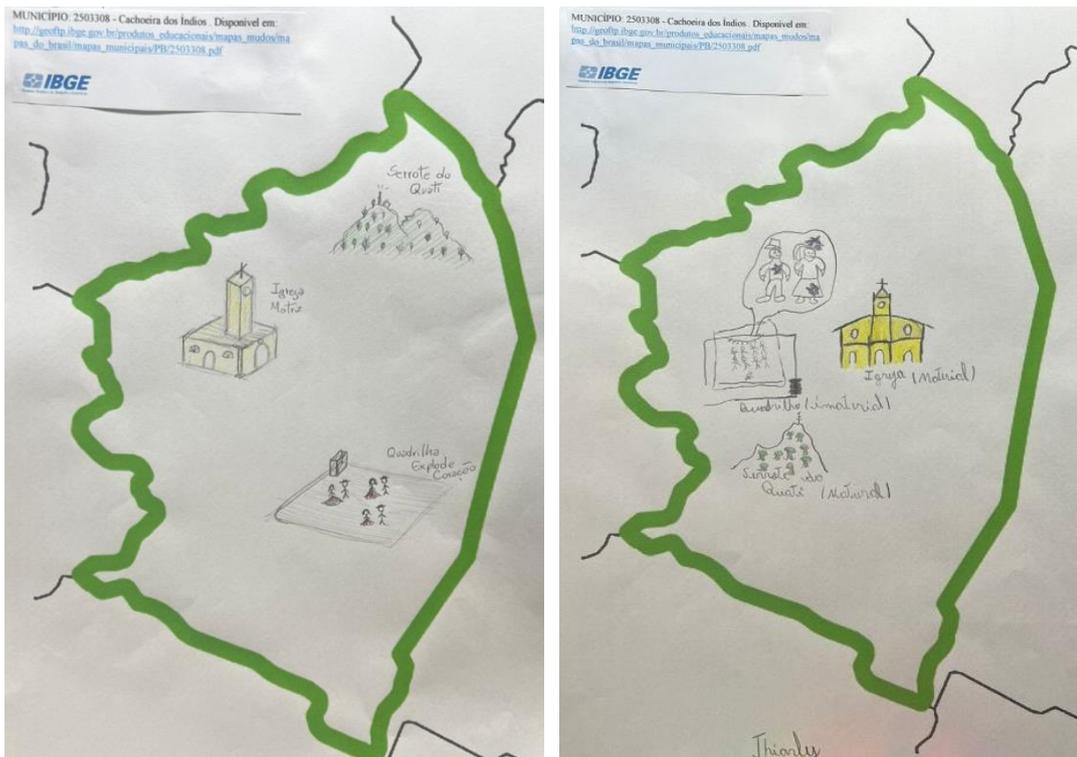
Daí a importância de o patrimônio ser disponibilizado para produções de saberes históricos escolares, oportunizadas nesta aula-oficina, assim registrado pelo discente.

Na escola, em uma das salas, sentamos nas cadeiras e o professor arrumou a mesa e colocou os eletrônicos, ao meio da aula fomos lendo e debatendo sobre os patrimônios, cada um (**aluno**) lia um parágrafo e debatíamos sobre. Aprendemos sobre o que é patrimônio. Sobre como identificar um patrimônio, e como aquilo se torna um patrimônio (Discente Matheus Lacerda, grifo do autor.).

Após a leitura, houve um debate sobre o que são os patrimônios culturais, com os discentes colocando suas interpretações. Findada a roda de conversa, foi exibido o vídeo “O que é Patrimônio Cultural? Bens materiais e imateriais – exemplos no Brasil”. A escolha deste recurso ocorreu por sua capacidade de síntese explicativa, permitindo aos alunos observar e testemunhar com recurso digital as representações dos conceitos. (BURKE, 2017).

Após mais um ciclo de exposição de conceitos, entre perguntas e respostas em roda de conversa, apresentei o desafio de resolução de atividade, cabendo aos estudantes, se apropriando dos conceitos estudados, representar o Patrimônio Cultural do município. Disponibilizei o mapa territorial para que livremente desenhassem os bens culturais do lugar em que vivem. No mapa, desenharam o Serrote do Coati (natural), a Igreja Católica de N.S da Conceição (material) e a Quadrilha Junina Explode Coração (imaterial).

Figura 10: Mosaico de desenhos do mapa atividades 1ª aula-oficina de História.



(Desenho da discente Ingrid Lopes).

(Desenho do discente Thiarly Santos).

Fonte: Arquivos da pesquisa.

Ao final da primeira oficina orientei os estudantes a justificar a sua escolha e conversarem sobre suas relações com a História do município. Assim, busquei registrar as informações fornecidas por eles que contribuíssem para traçar estratégias para a formação em Educação Patrimonial. Com isto, desenvolver paralelamente o registro da escrita das memórias

por eles vivenciadas no encontro. Como extensão de oportunidade de aprendizagem encaminhei também atividades domiciliar (dever de casa): a escrita do diário de bordo (ANEXO I).

Os relatos das vivências históricas serviram de balizador da aprendizagem. Ao escrevê-las, eles me forneceram subsídios para analisar a eficácia da metodologia aplicada ao Ensino de História. Suas narrativas tornam-se para mim patrimônio de saberes consolidados, comprovando de fato as possibilidades de sucesso de aplicabilidade. Conforme verificado, com o registro do estudante a seguir:

Nesse primeiro dia de aprendizados eu pude ver a minha cidade com outros olhos, pude ver que ela é muito mais que uma simples cidade e que tem os seus próprios patrimônios culturais. Como a banda Cabaçal, os naturais como o Serrote do Coati e outros. Fizemos três desenhos, de três patrimônios (Discente João Lé).

Foi observado ao final do primeiro percurso, a participação dos discentes, de modo que a entrega dos relatos escritos das vivências da oficina foi marcada para o encontro posterior. Foram resultados do encontro: saberes prévios, com os conceitos apresentados ao externalizarem de forma verbal, escrita e por desenho livre suas representações, demonstraram alcançar a compreensão do que é Patrimônio Cultural e que a Educação Patrimonial é uma ferramenta eficaz a ser utilizada no Ensino de História.

Figura 11: Mosaico dos registros fotográficos da 1ª aula-oficina de História



Exibição do vídeo sobre patrimônio cultural.



Apresentação dos patrimônios em desenhos



Leitura e conversa sobre patrimônio e sua preservação.



Registro do final da aula-oficina de História.

Fonte. Arquivos da pesquisa.

2.1.2. Aula-oficina de História: Patrimônio Histórico Natural

Tabela 2: 2ª aula-oficina de História

	PLANO DA AULA-OFFICINA DE HISTÓRIA
	O QUE É PATRIMÔNIO NATURAL?
Resumo:	<p>Busca-se apresentar o conceito natureza numa perspectiva histórica, e o entendimento de que as paisagens, suas permanências e transformações estão ligadas às relações do homem com o meio ambiente. Deste modo, o Patrimônio Natural é estudado pelo prisma do percurso de preservação, mudanças e permanências existentes pelas escolhas realizadas pela humanidade ao longo do tempo. A natureza é percebida como meio-ambiente histórico. ao oferecer os recursos necessários para a formação cultural de cada sociedade. Ao apresentar essa perspectiva, busquei, permitir que os discentes possam perceber a natureza a sua volta e sua influência, ao contribuir no passado e no presente para a concepção de pertencimento, identidade, com características únicas, conferindo particularidade e necessidade de preservação para a sobrevivência humana.</p>
Objetivos:	<p>Estabelecer a relação da natureza do lugar com as intervenções humanas, em que os alunos sejam capazes de perceber a presença da natureza ou sua destruição em relação às ações do homem ao logo do tempo, também possam observar a necessidade desses espaços paisagísticos como lugares de construção de saberes históricos, produzidos pelo homem e sua relação com natureza, seja para sobrevivência, como também para atribuição de significados da cultura imaterial, tornando-os espaços de memória social.</p>
Requisitos:	<p>A aula-oficina de História será ministrada pelo professor de História para alunos do Ensino Fundamental II, anos finais. Nas atividades pode-se utilizar como recursos didáticos aparelhos eletrônicos de reprodução áudio visuais, TV, projetor de imagem, caixa de som, celular, tablet, material escolar diverso. Sendo as atividades desenvolvidas no espaço escolar e ou fora dele.</p>
Competências e Habilidades:	<p>Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (EF06HI05) Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas. (EF08HI20) Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas. (EF09HI05) Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos na região em que vive.</p>
Sequência didática:	ROTEIRO DE ATIVIDADES
Atividade 1	Exposição oral do professor. (Duração 15 min)

<p>Como as oficinas foram pensadas em sequência didática, a aula deve iniciar com uma conversa sobre as impressões do encontro anterior e o breve relato dos alunos da atividade domiciliar proposta, quais informações sobre os patrimônios seus familiares e amigos conheciam. Depois do diálogo, deve-se dar prosseguimento a aula com uma nova sondagem.</p>	
Atividade 2	Debata e diálogo sobre o tema. (Duração 20 min)
<p>Neste momento, o docente apresenta o tema da aula, a saber: o que é patrimônio natural. Em seguida usa da pergunta norteadora, para identificar os saberes prévios: vocês sabem o que é Patrimônio Natural? Abre-se então um novo diálogo e exposição do conceito a ser estudado, uma nova oportunidade de os alunos verbalizarem seus conhecimentos sobre o tema a ser estudado. É possível que ocorra a identificação de patrimônios naturais distantes do seu cotidiano, sendo necessário as explorações destes no debate para aproximar a possibilidade de identificar os que estão ao seu redor.</p>	
Atividade 3	Apresentação audiovisual. (Duração 15 min):
<p>O que é Patrimônio Natural? Exemplos de Patrimônios Naturais no Brasil do canal do Youtuber <i>Vem Fazer História</i>, após a exibição é hora do compartilhamento de impressões do conteúdo digital.</p>	
Atividade 4	Análise de mapas (Duração 20 min):
<p>Para realizar esta atividade o professor pode apresentar mapas do município e provocar os alunos a reivindicar os bens naturais do seu lugar. Como opção, a dica é o uso do aplicativo de celular ou computador, Google Earth. (outra opção é imprimir o mapa da vegetação da cidade e apresentar aos alunos para que observem e tirem suas conclusões, na falta de acesso à internet) o uso do aplicativo é interessante pois ele apresenta sua versão em 3D, possibilitando uma experiência sensorial e tecnológica interessante. Para essa atividade, os alunos podem ser levados para a sala de informática. Aqui, eles serão desafiados a encontrar e identificar os bens naturais do lugar, por meio de imagens de satélite que considerem importantes, o que está preservado e o que foi modificado, ao tempo que observam e debatem com orientação do professor essas questões.</p>	
Atividade 5	Atividade de leitura. (Duração 15 min)
<p>Proposta de leitura do texto, “Como saber o que é patrimônio?” que deve ser compartilhada entre osicineiros. (Como sugestão é possível propor uma conversa a cada parágrafo, ou ao final do texto, promovendo o debate sobre os conceitos apresentados no texto a depender dos interesses do grupo).</p>	
Atividade 6	Exercício de fixação da aprendizagem (Duração 10 min)
<p>Como atividade da oficina, é possível desafiar os alunos a apresentarem um breve inventário histórico cultural, onde indicarão previamente o que já conseguiram assimilar, indicando os patrimônios que conhecem, a sua História, aqueles que passaram a conhecer e conhecem pouco ou nada sobre (modelo de tabela em anexo).</p> <p>Na oportunidade, é possível transformar a atividade em um estudo de campo interdisciplinar com a participação da comunidade e da família. Planejando e executando um piquenique ou visita ao patrimônio natural apontado durante a oficina.</p>	
Atividade 7	Atividade domiciliar (Lição de casa). (Duração 05 min)
<p>Ao final de mais um encontro, o professor deve orientar a produção de mais um diário de bordo, para os alunos registrarem as atividades realizadas na oficina e suas experiências de aprendizagem. Pode aqui ser o momento de visualizar com as famílias e comunidade escolar uma saída de campo</p>	

para consolidar a aprendizagem em sala com a vivência histórica. Cabendo aos alunos trazer o resultado das conversas com os familiares para viabilidade de atividade externa.	
Avaliação:	A partir desta oficina, passo a usar a perspectiva de avaliação em História, buscando atribuir valor às capacidades adquiridas durante o processo formativo de forma qualitativa a compreensão dos conceitos apresentados. Neste sentido, buscase a concepção de avaliação formativa de aprendizagem e processos de ensino (SCHMIDT, CAINELLI, 2004)
Fontes:	Atividade 4: (disponível em: https://earth.google.com/web/ , Atividade 5: Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/
Referências:	CERRI, Luis Fernando. Didática da História: uma leitura teórica sobre a História na prática. Revista de História Regional . Ponta Grossa: UEPG, n. 15, 2010.p. 264-278, FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim et al. Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação . Brasília: IPHAN, 2016, p. 7-8, 2016. FREIRE, Paulo. Por uma pedagogia da pergunta . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. LEMOS, Carlos. A. C. O que é patrimônio histórico . São Paulo: Brasiliense, 2013. SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar história . São Paulo: Scipione, 2004.

2.1.2.1 Registro de experiências, aula-oficina de História 2: O que é Patrimônio Natural?

As atividades planejadas para esta oficina, foram projetadas para o pensar a natureza como um Patrimônio Histórico, como conceito a ser problematizado, ensinado e compreendido nas aulas de História da Educação Básica. Na oportunidade, apresento como um dos desafios, o pensar a natureza, suas paisagens e os biomas, como saberes históricos, opondo-se a ideia convencional de atribuir o seu ensino como tarefa de outras disciplinas escolares.

Em consonância com essa percepção, a Educação Patrimonial vem sendo uma das ferramentas atuais de interseção do Patrimônio Natural com o Ensino de História. Rafael Ribeiro apresenta que por décadas a concepção da salvaguarda da natureza ficou sob os cuidados de órgãos ambientais, distantes do ensino e dos estudos históricos, até mesmo do IPHAN, que só com a constituição de 1988 e as ações de reconhecimento da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO) destes bens, passou a reivindicá-los com mais clareza como espaços históricos, apontando os resultados paisagísticos das ações da humanidade e suas intervenções com o espaço, ao longo tempo (RIBEIRO, 2007).

Nesta perspectiva de historicizar as paisagens como bens histórico-culturais, a oficina: “O que é Patrimônio Natural?” foi planejada, buscando relacionar o Ensino de História com os

patrimônios naturais do Brasil reconhecidos pela Unesco¹⁵ a partir de Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (PARIS, 1972). Todavia, penso que para relacionar uma prática didática de História ao Patrimônio Natural se faz necessário a reflexão sobre as concepções dialéticas entre “humanidade e natureza ou natureza e humanidade”.

Utilizando do entendimento que a natureza se constitui como meio-ambiente histórico, aproximo-me do pensamento de Ciro Flamarion Cardoso, quando para o autor “quanto mais o homem dominar a natureza, mas dependerá dela.” (1979, p.19). Compreendo o processo de mudanças das sociedades associadas, a passagem da coexistência com a natureza ao longo do tempo impôs inúmeras transformação ao “ambiente natural”, a começar pela implementação da agricultura no período neolítico e posteriormente balizando drásticas mudanças para atender os moldes do capitalismo e suas demandas produtivas exploratórias, ocasionando graves degradações ambientais e mudanças profundas nas relações humanidade-natureza.

Segundo o autor, a cada interferência humana a natureza devolve com respostas climáticas o desequilíbrio provocado, resultando no aparecimento de pragas, agravamento das secas, ou com chuvas que podem ser catastróficas, principalmente, para aqueles que não têm recursos de enfrentamento a uma realidade que foi imposta pela ação social da humanidade em especial pela parcela menor que concentra a riqueza e a produção. Por esta razão, as ações de preservação, transformação, ou destruição do espaço natural, estabelece-se com relação à interferência da humanidade no meio ambiente ao longo do tempo por se configurar como espaço histórico (CARDOSO, 1979). Pensar o Patrimônio Natural é antes de tudo refletir as escolhas humanas do que destruir ou preservar, diante das demandas da produção capitalista e sua insaciável busca por recursos naturais em defesa do lucro.

Como o intuito de conduzir as atividades da segunda aula-oficina de História, busquei contribuir para a compreensão dos conceitos apresentados durante as atividades. O segundo encontro iniciou com uma breve conversa mediada sobre os relatos de experiência do que estudamos no encontro anterior, apresentando as respostas obtidas em questionamentos sobre a memória de seus familiares e amigos acerca dos patrimônios locais. Cada estudante realizou um breve relato da memória social compartilhada no cotidiano familiar. Verbalmente os estudantes compartilharam o que ouviram em casa e realizaram a leitura dos registros escritos em seus diários de bordo. Nestes escritos registraram a memória social revelada pelos seus familiares quanto às suas experiências e aprendizados sobre o conceito trabalhado na aula oficina anterior.

¹⁵ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29>, Acesso em: 28 jul 2023.

Após a conversa inicial a exposição sobre o tema de aula começou com uma questão problematizadora: “Alguém sabe o que é Patrimônio Natural?” A partir dos conhecimentos prévios verbalizados no início do encontro já era possível ter a compreensão que os alunos sabiam de alguns patrimônios naturais globais e nacionais, adquiridos na escola, em casa, inclusive indicando alguns patrimônios locais por eles identificados. Vejamos, o que Thialy registrou em seu diário de bordo:

Como atividade de casa da primeira oficina, conversei com meus pais e contei o que eles me disseram no início da oficina, me falaram sobre as histórias das quadrilhas e da igreja ouvimos relato dos pais de cada um dos colegas, o professor estava falando sobre o patrimônio natural e nos mostrou um mapa da vegetação da cidade de Cachoeira dos Índios, ao analisarmos o mapa percebemos que grande parte era preservada (Discente Thiarly Santos).

Ao analisar o relato do aluno foi possível compreender que a proposta de Educação Patrimonial apresentada na aula-oficina de História foi promissora. Assim, como Thiarly todos os outros alunos realizaram a atividade, que se consistiu em questionamento, debate e conversas ficando perceptível que a proposta de ensino permitiu aos estudantes refletir e melhor compreender os conceitos apresentados.

Nas atividades pensadas, após a escuta dos saberes prévios, apresentei aos alunos de forma verbal, o conceito de Patrimônio Natural, e o dever de se educar para a cultura de preservação, essencial para a sobrevivência deles e do planeta. Orientando-os a olhar para do município como meio-ambiente histórico (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 2013), lugar onde vive e onde está inserido no mundo e conseqüentemente na natureza, presente de forma bruta ou planejada nas praças e jardins urbanos, nas reservas naturais do seu lugar e as mudanças provocadas para o uso do solo pela agricultura. Busquei nesse processo de apresentação de conceitos enfatizar que espaço territorial e suas transformações para diversos usos pela humanidade, torna-o um patrimônio histórico a ser preservado ou modificado.

Continuando a abordagem, foi apresentado o vídeo do canal do Youtuber *Fazer História*: “*O que é Patrimônio Natural? Exemplos de Patrimônios Naturais no Brasil*”. A exibição é curta, de aproximadamente quatro minutos. Ele, apresenta o conceito Patrimônio Natural de forma ilustrada, e mostra os patrimônios reconhecidos pela UNESCO no Brasil. Um dos exemplos utilizados é o Monte Pascal, lugar da chegada dos portugueses e de instalação de missões jesuíticas, o lugar é considerado patrimônio natural e imaterial da humanidade¹⁶.

¹⁶ Prado e Porto Seguro – Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal , Disponível em : <https://www.ipatrimonio.org/prado-e-porto-seguro-parque-nacional-e-historico-do-monte-pascoal/#/map=38329&loc=-16.876535118323208,-39.30264472961426,15>

Após a exposição do vídeo, mediei mais uma roda de conversas sobre o patrimônio, com perguntas problematizadoras, como por exemplo: Afinal, por qual razão a natureza pode ser considerada um patrimônio cultural? Busquei acrescentar à conversa a reflexão de paisagens para contemplação ou transformação, provocando-os a pensar e repensar a natureza que os cercam de maneira historicizada, trazendo a natureza como fator de uma melhor qualidade de vida, necessidades de preservação. Como dever a ser protagonizado pelo Estado, mas também pela sociedade civil e por eles, impressões colocadas como urgentes.

O papel do Estado não se esgota na conservação exclusiva da natureza, já que, como foi dito, patrimônio natural é o todo constituído pela integração do homem à natureza. Por essa razão, **é igualmente dever do Estado promover a educação para a natureza.** O estilo de desenvolvimento que hoje prevalece está moldado pela ordem econômica internacional, afetando, em alguma medida, todas as populações da Terra (XAVIER. 1987, p. 235, grifo do autor).

Todavia, voltando-se a essa necessidade educacional a oficina foi planejada e desenvolvida para apresentar o conceito de Patrimônio Natural como conhecimento histórico, relacionando às relações homem meio ambiente, seja destrutiva, sustentável ou contemplativa. Na educação para identificação e preservação a partir do lugar de vivência histórica, Xavier (1987) nos orienta a demonstrar e educar ao ponto de levar o aluno a perceber que uma ação de destruição do espaço natural do lugar pode afetar populações de outros lugares do mundo.

Como mecanismo de estudo, apresento em sequência das atividades dois mapas, o primeiro de forma ampla e geral com uso de aparelho celular por meio do Google Earts, em que observamos o município Cachoeira dos Índios por imagens em 3D, numa proposta pouco conhecida pelos alunos, quase nunca vivenciada, para estimular a percepção que venho postulando sobre a relação natureza-humanidade; outro, impresso para que pudessem marcar os pontos que consideram importantes registros naturais do lugar.

Figura 12: Vista panorâmica do Serrote do Coati.



Fonte: Arquivos da pesquisa

Figura 13: Mapa do uso e ocupação territorial.



Fonte: INPE/geoprocessamento¹⁷

¹⁷ Mapa do Uso e ocupação do solo - 1:25.000 (Atualização 04/02/2015) disponível em: http://geopro.crn.inpe.br/cachoeira_dos_indios_pb.htm, acesso em 28 jul 2023.

No mapa da figura 13, “Uso e ocupação do solo”, os alunos e eu percebemos que existem muitas serras, serrotes, morros e rios temporários, típicos do bioma da Caatinga presente em 100% do território geográfico dos limites do município. Na área urbana, onde existe uma maior intervenção humana, detectamos que lá consta a menor cobertura vegetal de toda a Cachoeira, impressões confirmadas nos dados apresentados nos gráficos explicativos, contribuindo para a compreensão que a interferência do homem na natureza do lugar, seus usos econômicos e reservas naturais estabelece as preservações ou transformações da paisagem.

Começamos vendo o mapa da cidade, observei que a cidade tem 58% de suas matas preservadas (...) vi a importância dos patrimônios naturais e de sua preservação, cuidar desses locais para que haja vida, pois sem a natureza, sem as árvores e os rios, não haverá vida nem beleza. Embora eu nunca tenha visto na comunidade falar sobre um patrimônio natural, aprendi que o Serrote do Coati é (Discente João Victor).

Vejamos a experiência registrada por outra aluna:

O professor Djalma passou um vídeo que explicava sobre o patrimônio natural, debatemos sobre o vídeo e depois ele nos mostrou um mapa de Cachoeira dos Índios para identificação dos Patrimônios Naturais. (...) Eu aprendi sobre o patrimônio natural, antes eu achava que tinha mais a ver com geografia, porém agora entendo melhor a conexão da História da comunidade com a natureza (Discente Ingrid Lopes).

Observei que os alunos conseguiram entender a dinâmica dos bens naturais, com as relações que o homem estabelece sobre os espaços lhes atribuindo valor e significado, a exemplo do Serrote do Coati, que é considerado pelos alunos e pela comunidade como patrimônio do município (DANTAS, SANTOS, 2024). Embora, o IBAMA, quando provocado por mim sobre a existência de áreas de preservação no município, tenha afirmado que “não foi identificada qualquer unidade de conservação federal na área referida”.¹⁸

No entanto, destaco que mesmo sem proteção legal no mapa apresentado pelo INEP em 2015, Cachoeira tinha uma cobertura vegetal preservada de 58% e 35% de área degradada, que são indicativos de uma cultura local de preservação da natureza, mesmo sem as imposições do Estado. Aproveitando-me destas informações, ratifico que a Educação Patrimonial se apresenta como uma possibilidade educativa de unir a vocação local para a preservação com o Ensino de História, capaz de promover no seu fazer, o despertar para a necessidade urgente de diminuir os efeitos degradadores ambientais que a humanidade vem realizando ao longo da História, começando por promover as ações de cuidado local para consequências positivas globais.

¹⁸ Despacho nº 15931452/2023-Supes-PB, Processo nº 02303.007035/2023-95. Interessado: Divisão de Informação ao Cidadão À/Ao Coordenação de Ouvidoria. Assunto: Levantamento de Informações.

Não podendo deixar de trabalhar durante a oficina que a cultura local de proteção do ambiente está sob ameaça na atualidade, com a chegada das máquinas do progresso cortando o solo e destruindo a caatinga preservada, causando impactos ambientais, ainda a serem calculados. Causas disto, o Programa de Integração do São Francisco- PISF, que vem edificando aquedutos pela construção civil, com o avanço da obra, árvores desabam afugentado a fauna, destruindo o que por anos a comunidade preservou. As obras não afetam o meio-ambiente apenas, vêm provocando mudanças profundas nas relações sociais do município.

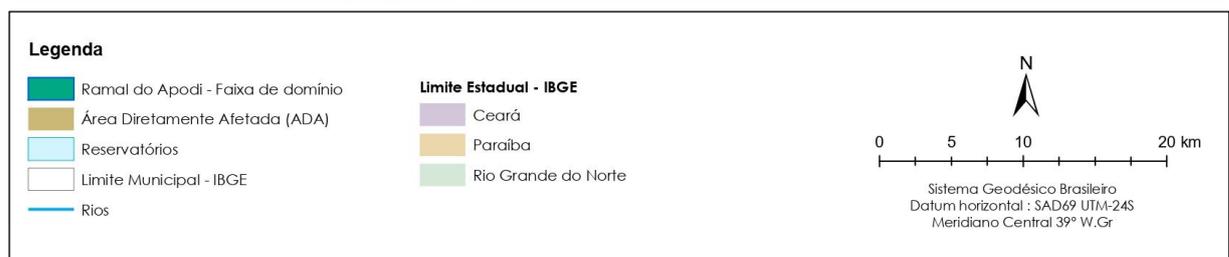
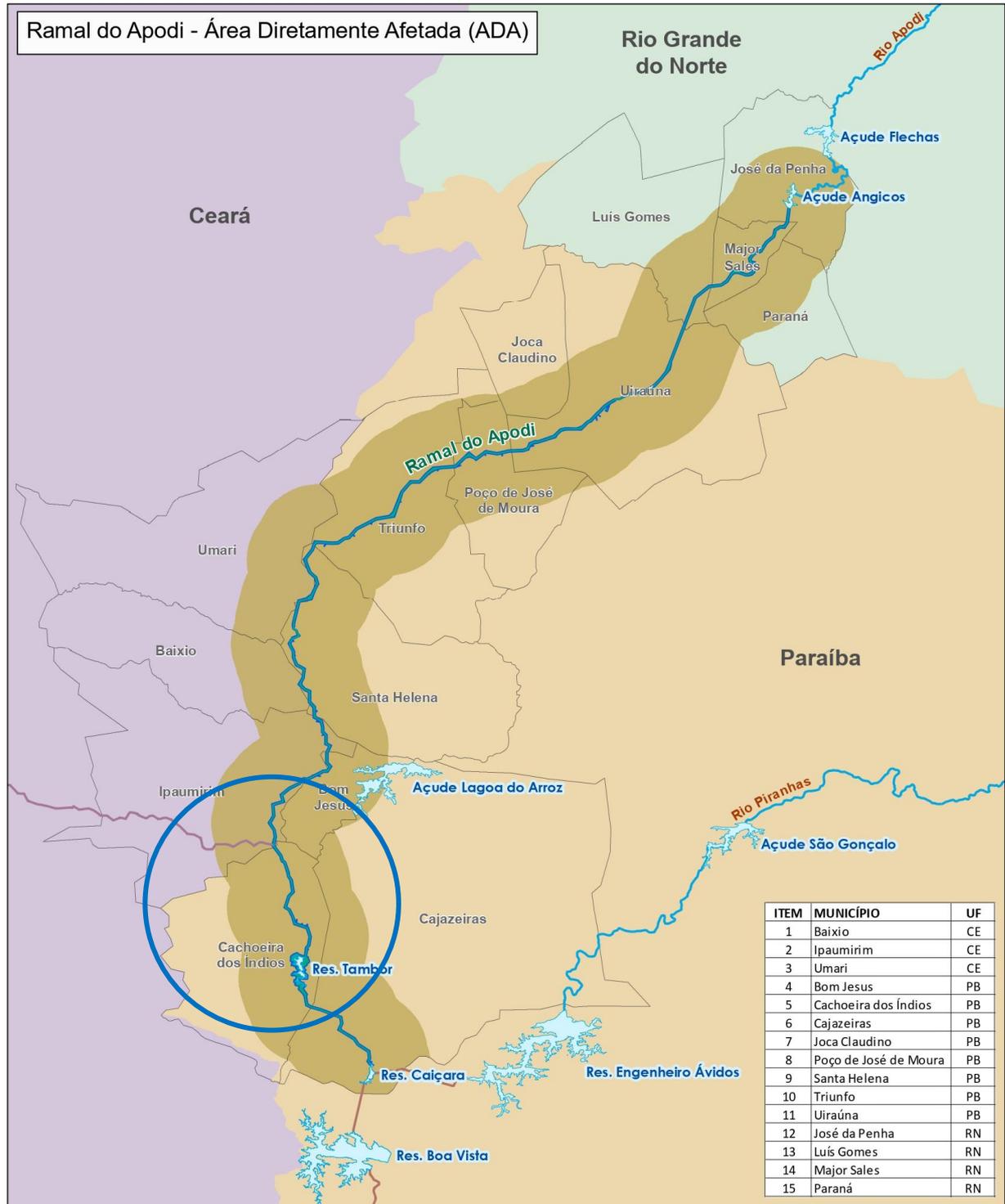
As obras previstas para execução no município de Cachoeira dos Índios no Estado da Paraíba, interceptam uma região na zona rural, com área estimada de 631,5953 hectares, nas quais foram identificados no cadastro fundiário 212 imóveis passíveis de desapropriações. As instruções processuais e a homologação dos acordos para pagamento das indenizações devidas são realizadas em audiência junto à Justiça Federal na região, oportunidade em que são prestadas todas as informações ao proprietário do referido imóvel. Tais desapropriações podem ser parciais ou totais destes imóveis, a depender do traçado do projeto de implantação das obras do Trecho IV do PISF, denominado de Ramal do Apodi (Fala.BR sob o nº 59009.000275/2023-19).

A intervenção do Estado Brasileiro, rompe a tradição local, ao tempo que comunidades rurais como as Lages, Sitio Redondo e Pedras Pretas por exemplo, passaram por um processo de desocupação do meio-ambiente histórico, que foram constituidores ao longo do tempo de suas identidades, vivenciadas na relação com a natureza, nos tradicionais banhos de rios, as plantas frutíferas cultivadas nos roçados, plantados como ofício, passado por gerações familiares, darão em breve lugar as águas represadas ao final do reservatório Tambor, que passará a ocupar o espaço que antes era de vivência social.

Durante a oficina, em roda de conversa, foi questionado aos discentes: Uma vez pertencentes de uma geração que vive essas mudanças, serão vocês guardiões desta memória de um patrimônio que deixará de existir, devido a mais uma intervenção humana na natureza? A inferência humana fez migrar para outros lugares estes grupos sociais que forçadamente se espalharam para o núcleo urbano ou até mesmo foram obrigados a migrar para outras cidades, pois o seu espaço natural será ocupado pelas águas aguardadas do Rio São Francisco.¹⁹

Figura 14: Mapa da área atingida pelo Trecho IV – Ramal do Apodi.

¹⁹ De acordo com o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. PBA 07, Trecho IV- Ramal Apodi, o município de Cachoeira dos Índios-PB tem uma área estimada de aproximadamente 631,5953 hectares de terras afetadas para a construção civil de aquedutos e barragens, impactando ao menos 50 famílias, estas ficando submetidas ao processo de realojamento e assentamentos em outras localidades. (BRASIL, 2020)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional-MDR, PBA 15 - Apoio Técnico para Implantação de Infraestrutura de Abastecimento de Água ao longo do Canal. (BRASIL, 2020, p. 13). Adaptado pelo autor.

No desenrolar da aplicação desta pesquisa, Cachoeira dos Índios vivencia o que teorizou Ciro Flamarion Cardoso (1979) em que o Estado (governados pela humanidade) altera as relações entre natureza/homem, estabelecendo novas funções produtivas para o espaço, afetando principalmente o contexto histórico local, que por escolha humana, tornar-se-á outra representação da natureza, durante a construção dos aquedutos que cortam a zona rural do lugar.

Feita esta análise, os estudos da aula-oficina conduziram para mais uma atividade de leitura participativa. Era hora de apresentar conceitualmente a possibilidade de identificar os patrimônios que os discentes passaram a reconhecer na sala de aula, por meio das aulas-oficinas de História. Para essa tarefa foi apresentado para leitura coletiva e discussão o texto: “Mas, como saber o que é patrimônio?” (FLORÊNCIO, 2016).

Na ocasião, durante a leitura de cada parágrafo, abriu-se uma roda de conversa e compartilhamento de interpretações da leitura por todos. Apresentei os conceitos e as possibilidades de as pessoas por meio da comunidade reivindicarem de forma autônoma e altruísta os seus patrimônios, dando valor às culturas e a História do seu lugar. Na leitura trabalhada o autor apresenta a seguinte reflexão:

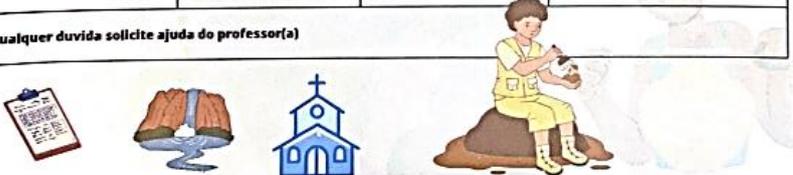
Entre os elementos que constituem a cultura de um lugar, alguns podem ser considerados patrimônio cultural. São elementos tão importantes para o grupo que adquirem o valor de um bem - um bem cultural - e é por meio deles que o grupo se vê e quer ser reconhecido pelos outros. Notem que nem tudo que forma uma cultura é patrimônio cultural. Por exemplo, aspectos como a falta de educação no trânsito ou o costume de jogar lixo na rua são, sem dúvida, aspectos culturais, mas, definitivamente, não são patrimônios culturais. O patrimônio cultural tem importância para muita gente, não só para um indivíduo ou uma família. Dessa maneira, interliga as pessoas. É sempre algo coletivo: uma história compartilhada, um edifício, uma festa ou um lugar que muitos acham importante, ou outros elementos em torno dos quais muitas pessoas de um mesmo grupo se identificam (FLORÊNCIO, 2016, p. 7-8.).

Ao final da leitura e debates, os alunos envolvidos no processo foram desafiados a promover um inventário prévio dos bens culturais do lugar, buscando em suas memórias e seus saberes prévios, agora somados aos conceitos estudados, apresentar quais patrimônios poderiam ser melhor estudados nas aulas História por eles na escola, foram desafiados a indicar possíveis bens culturais existentes, mas, que por ventura, não conhecem a fundo suas narrativas históricas, afirmando assim os saberes locais possíveis a serem estudados no espaço escolar.

Para efetivação desta atividade foi entregue individualmente uma como demonstrado na figura 14 com perguntas e respostas para realização do exercício: “Identifique os patrimônios do seu município.” Cada aluno foi interpelado a identificar patrimônios locais, que por eles ou pela comunidade foram ou são conhecidos e reconhecidos, podendo citar um ou mais de um na atividade, que estava dividida nas três dimensões dos bens culturais. Apresento a resolução do exercício da aluna Ingrid Lopes.

Figura 15: Atividade da 2ª aula- oficina de História.

 IDENTIFIQUE OS PATRIMÔNIOS DO SEU MUNICÍPIO			
Aluno (a): <u>Jayrny Lopes</u>	PATRIMÔNIO MATERIAL	PATRIMÔNIO IMATERIAL	PATRIMÔNIO NATURAL
Nome do Patrimônio cultural	Sítio arqueológico Boa Fé	Quadrilha explode coração. / Festa de São José	Serrote do Quati
O que é? (Um prédio, um objeto, uma lenda ou paisagem)	Sítio arqueológico Tupi	Grupo de dança junina	Paisagem.
Em qual lugar do seu município esta localizado o patrimônio?	Sítio Boa Fé	Escola Maria Cândido de Oliveira	Próximo ao bairro Pedra da Moça
O que você sabe sobre a história desse Patrimônio?	Foram achados vestígios de cerâmica Tupi	A quadrilha está em seu XXV aniversário em Cândia	Pessoas de todas as idades subiram o serrote para assistir TV antigamente
Qual período, década ou ano ele foi construído ou é realizado?	Não sei	No mês de Junho	Não sei
Esse patrimônio é usado hoje em dia pela sua comunidade?	Sim	Sim, pois todos os anos reúnem alunos para montar o grupo	Sim, as pessoas vão lá para fazer trilhas, ver a paisagem
Como se fabrica, aprende e é ensinado pelas gerações?	Futuramente acho que terão excursões	Sempre chamam alunos, então sempre tem novas pessoas	Na escola, os professores falam sobre e organizam passeios pra lá
Como esse patrimônio é vivenciado pela sua comunidade e ou	Não sei	Em festas juninas e apresentações	Trilhas pelo serrote.
Qualquer dúvida solicite ajuda do professor(a)			



Fonte: Arquivos da pesquisa.

O exercício buscou possibilitar novas oportunidades de estudos que vão contribuir para a identificação consciente dos patrimônios por eles reivindicados na atividade, e despertar curiosidade do que é preciso aprender mais, como eles registraram em seus diários de bordo.

Apreendi que os patrimônios naturais devem sim ser preservados, até para ajudar na natureza, podem virar pontos turísticos e que no passado vivíamos na natureza e usamos ela para viver nas cidades, assim podem trazer turistas para a cidade. A natureza fornece um pouco de nossa forma de viver, usamos ela na minha cidade, para tirar matéria prima para ferramentas, remédios do mato, retirar alimentos e frutas como manga, goiaba, seriguela, cajarana e caju. Apreendi que eu posso indicar os patrimônios da minha cidade, que é minha cultura mesmo que o governo não tenha feito nenhum registro oficial (Discente Thiary Santos).

Para o aluno Matheus, a oficina possibilitou novos aprendizados. Vejamos o que ele escreveu:

Aprendi sobre os patrimônios naturais da nossa cidade, alguns que eu sequer sabia que existiam e que inclusive eram alguns dos mais importantes da cidade e também alguns dos mais bonitos, incrível como em uma aula só aprendi desse tanto sobre os patrimônios e sobre a nossa cidade (Discente, Matheus Silva).

Ao final da oficina os alunos tiveram como orientação para atividade de casa elaborar o segundo diário de bordo e buscar novos diálogos com a família e a comunidade sobre os patrimônios que ainda não conheciam a fundo. Partiu deles, o desejo de realizar um piquenique no Serrote do Coati, pois nenhum deles conhecia esse lugar, que segundo a tradição oral, no seu sopé obtiveram as condições necessárias para a ocupação do território do município e que eles desejam ir pela primeira vez, estudantes e professor conheceriam juntos esse lugar que é símbolo da cidade, marcado por narrativas imaginárias. Eles passaram a compreender esse espaço como Patrimônio Natural do município após a realização da segunda aula-oficina.

Figura 16: Mosaico dos registros fotográficos da 2ª aula- oficina de História.



Segundo dia de oficina debate sobre as atividades domiciliares e discussão dos conceitos de Patrimônio Natural



Conversa após a apresentação audiovisual dos patrimônios naturais do Brasil.



Leitura do texto de Sônia Florêncio (2016) seguido de conversa sobre patrimônio e de como reivindicá-lo.



Registro da realização do exercício de identificação dos patrimônios do lugar.

Fonte: Arquivos da pesquisa

2.1.3 Aula-oficina de História: O valor da Memória e da Tradição Oral

Tabela 3: 3ª aula-oficina de História

	PLANO DA AULA-OFFICINA DE HISTÓRIA.
	O VALOR DA MEMÓRIA E DA TRADIÇÃO ORAL.
Resumo:	<p>A memória como fonte da História foi usada como conceito norteador para a realização desta atividade, possibilitando aos alunos acesso ao conhecimento histórico que os ajudem a perceber que as memórias sociais são transmitidas pela oralidade, legitimam a tradição cultural e histórica do lugar onde vivem, pontuando-os como responsáveis, por manter e transmitir esses saberes. A memória por sua vez passa a ser problematizada na História do município. A oficina busca trazer a reflexão para dentro do espaço escolar, e assim, fomentar a ideia de pertencimento e de consciência deles como sujeitos da História, capazes de atuar para valorização da História e dos saberes locais.</p>
Objetivos:	<p>Refletir sobre a memória e a tradição oral como saberes importantes para a escrita da História, pois contribuem para a construção da identidade, com o reconhecimento de que a História também acontece no município, sendo, portanto, capaz de entender que as memórias vivenciadas por eles são frutos da transmissão das tradições orais da comunidade.</p>
Requisitos:	<p>A aula-oficina de História, será ministrada pelo professor de História para alunos do Ensino Fundamental II, anos finais. Nas atividades pode-se utilizar como recursos didáticos, aparelhos eletrônicos de reprodução áudio visuais, TV, projetor de imagem, caixa de som, celular, tablet, material escolar diverso. Sendo as atividades desenvolvidas no espaço escolar e ou fora dele.</p>
Competências e Habilidades:	<p>Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.</p> <p>(EF06HI07) Identificar aspectos e formas de registro das sociedades antigas na África, no Oriente Médio e nas Américas, distinguindo alguns significados presentes na cultura material e na tradição oral dessas sociedades.</p> <p>(EF09HI16) Relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação.</p> <p>(EF09HI36) Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência.</p>
Sequência didática.:	ROTEIRO DE ATIVIDADES
Atividade 1	Exposição oral do professor e diálogo com estudantes. (Duração 20 min)

<p>Mantendo a ideia de trabalho sequencial didático, o encontro deve iniciar com uma conversa sobre as impressões do encontro anterior e o breve relato dos alunos da atividade domiciliar proposta, e das conversas com familiares e amigos sobre os conceitos abordados, em seguida, deve-se dar prosseguimento didático. Como sugestão, iniciar a aula com questionamento, sobre o que é memória. Tema estudado nesse encontro.</p>	
Atividade 2	Apresentação audiovisual e roda de conversa (Duração 20 min):
<p>Após a apresentação do tema da aula e diálogos iniciais, deve-se exibir o episódio do desenho animado do Bob Esponja: “A memória mais feliz da vida do Lula Molusco” (Canal Nickelodeon em Português). O vídeo escolhido trata a questão da construção da memória e do esquecimento, da tentativa de imposição de memórias entre os personagens. Após a exibição do vídeo busque a problematização das formas de registro da memória feitas no episódio</p>	
Atividade 3	Atividade de leitura. (Duração 20 min)
<p>Para esta atividade, deve-se dividir a turma em dois grupos para realização de leitura de textos sobre memória reflexão e socialização entre todos. Para esta ocasião escolhemos textos do livro “História e memória: o lugar onde vivo” sendo para o grupo 1, o texto: “Seu Toninho, talento musical da Ponta Grande”, que descreve o registro da memória de um patrimônio imaterial, e para o grupo 2, o texto: “Cidade Perfeita”, que trata das relações da cidade e do campo, presente na memória da escritora com seu lugar. Após as leituras em grupos separados, os discentes são convidados a socializar as impressões de cada texto, ao tempo que o professor deve mediar o debate para relacioná-los com as memórias do lugar onde moram e o que aprenderam. Enfatizar que os textos foram produzidos por alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, assim como eles, enfatizando que eles podem fazer um trabalho semelhante e publicarem suas memórias em livros.</p>	
Atividade 4	Exposição oral do professor e roda de conversa (Duração 10 min):
<p>Neste momento, o professor deve apresentar o papel da transmissão oral para a construção da memória, tendo em vista que se busca trazer para a sala de aula os conhecimentos da História do lugar que ainda não são trabalhados no currículo local. O professor deve apresentar o conceito de História Oral e de como ela pode ser utilizada para o registro da memória, ao tempo que deve instigar aos alunos a falarem de suas memórias, como a adquiriram. Acredita-se que devam falar sempre que aprenderam com os mais velhos, por esta razão deve-se estimular a prática do ouvir com empatia e o respeito dos saberes apresentados pelos anciões, como fontes de transmissão de conhecimento que não podem cessar com suas mortes.</p>	
Atividade 5	Atividade de leitura, exercício de fixação da aprendizagem e debate. (Duração 20 min)
<p>Leitura do texto: “Os idosos”. Esta atividade de fixação da aprendizagem deve ser proposta de forma individual, promovendo um novo ciclo do debate, sobre o que são fontes históricas, apresentando a memória oral como uma fonte para a História, que pode e deve ser valorizada e estudada nos espaços escolares., para o fortalecimento da identidade local. Ao coletar as respostas deve-se realizar uma nova roda de conversas. Como sugestão de questões problematizadoras, pode-se perguntar: Qual a importância das memórias? Qual a relação das memórias do passado com o presente? As memórias ajudam na construção de futuro e da sua identidade cultural?</p>	

Atividade 6	Atividade domiciliar (lição de casa). (Duração 10min)
	Findada a terceira oficina, o professor deve orientar a produção do terceiro diário de bordo, para os alunos registrarem as atividades realizadas no encontro e suas experiências de aprendizagem.
Avaliação:	Como suporte teórico para a realização da avaliação em História, com atribuição de valor a capacidade formativa adquirida durante o processo de aprendizagem proposta pela oficina, avalia-se de forma qualitativa a compreensão de conceitos, por meio da avaliação formativa de aprendizagem e processos de ensino (SHIMDT, CAINELLI, 2004)
Fontes:	Atividade 2: disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7_Vfth3GQwU Atividade 3: Disponível em: https://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox Atividade 5: Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca
Referências:	BITTENCOURT, Manoella. Seu Toninho, talento musical da Ponte Grande. In: DERMC, Diretoria de Ensino da Região de Mogi das Cruzes. “Histórias e Memórias: o Lugar onde vivo” , Mogi das Cruzes-SP, 2016, p. 220-221. CERRI, Luis Fernando. Didática da História: uma leitura teórica sobre a História na prática. Revista de História Regional . Ponta Grossa: UEPG, n. 15, 2010.p. 264 -278, FREIRE, Paulo. Por uma pedagogia da pergunta . Rio de janeiro: Paz e Terra, 2014. LEMONS, Carlos. A. C. O que é patrimônio histórico . São Paulo: Brasiliense, 2013. PARANÁ, Governo, do Estado do. O professor PDE e os desafios da Escola Pública Paranaense : produção didático-pedagógicas. v. 2. Curitiba: Secretária de Educação. Do Paraná, 2012. SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar história . São Paulo: Scipione, 2004. SILVA, Mariana Campos. Cidade perfeita. In: DERMC, Diretoria de Ensino da Região de Mogi das Cruzes. “Histórias e memórias: O Lugar onde vivo” , Mogi das Cruzes-SP: Prefeitura Municipal, 2016.

2.1.3.1 Registro de experiências, aula-oficina de História 3: O valor da memória e da tradição oral

A terceira aula-oficina de História foi pensada na perspectiva de desenvolver a compreensão da Memória Social como fonte para a História, estimulando os discentes a refletir sobre como acontecem os processos constitutivos das narrativas do passado reveladas pela memória produzidas em torno dos patrimônios histórico-culturais de Cachoeira, no presente e no passado. A memória atribui aos patrimônios significado, mediante as interações sociais da

comunidade. Durante a aula, os alunos foram estimulados a perceber que a memória social é uma fonte de conhecimento histórico, compreensão importante para que fosse possibilitado a aquisição de uma consciência de preservação das tradições e dos monumentos históricos, refletindo sobre a importância da preservação dos bens culturais, materiais e imateriais, pois sem esta consciência os patrimônios podem deixar de existir, dificultando os elos de compreensão do passado. Fentress e Chris Wickham apontam que:

A memória social é uma fonte de conhecimento. Isso significa que faz mais do que fornecer um conjunto de categorias através da qual, de um modo inconsciente, um grupo habita o seu meio; da também ao grupo matéria de reflexão consciente. Isso significa que devemos situar os grupos em relação as suas próprias tradições, descobrindo como interpretam os seus próprios “fantasmas” e como os utilizam para fontes de conhecimento (FENTRESS, WICKHAM, 1992, p. 42).

Por esta razão, a aula-oficina de História buscou atrelar a memória aos patrimônios no contexto de vivência dos estudantes, estimulando a percepção de que a Memória Social já faz parte dos seus conhecimentos adquiridos em comunidade. Estes saberes já lhes permitiram indicar preliminarmente os patrimônios do lugar onde moram, evidenciando que um monumento de pedra e cal não possui valor e significado sem a presença da memória, transmitida pela oralidade cotidianamente. É a memória social que atribui significado e relevância histórica e cultural aos bens do município, capazes de proporcionar a ideia e ação de pertencimento, capacidades estas desenvolvidas ao longo da atividade.

Durante a atividade, busquei consolidar o valor da memória transmitida pela oralidade, como fonte histórica aos patrimônios por eles indicados nas atividades anteriores, com o intuito de mostrar também que a memória da comunidade pode lhe ajudar a desvendar saberes e sentidos para a compreensão da História, que ainda não são ofertadas pela educação formal.

Puxando o fio dos conceitos e debates realizados na aula-oficina de História anterior, os alunos foram convidados a apresentar as suas impressões sobre as reflexões propostas, trazendo as novas informações coletadas conforme orientado pelo professor na atividade de casa. Na ocasião, eles apresentaram as memórias dos pais e amigos sobre o Serrote do Coati, como seus familiares conviveram com esse espaço da natureza. Ouvi eles dizerem das trilhas que os pais faziam para comer coco catolé, João Victor relatou que seu avô tinha no Serrote uma roça, onde na juventude plantava milho, feijão e mandioca, que ajudou a sustentar a família.

A atividade, introduziu com os saberes prévios dos discentes o conceito de memória como fonte para a escrita da História, pois “a memória transforma o vivido em experiência compartilhada - não para eternizar o passado, mas para entendê-lo como uma construção que

reforça a pertença ao grupo” (GIL, 2019, p.156), por meio da transmissão da memória, a ancestralidade se faz presente no cotidiano, possibilitando assim observá-la como um fonte de explicação para a organização social e cultural da comunidade em que se está intrinsecamente inserido.

Após a conversa inicial, foi ofertada uma conversa reflexiva de como a memória se faz ponte do passado capaz de ligá-lo ao presente das relações sociais vigentes, sejam elas na escola, na família, na comunidade e gradativamente o entendimento da sua presença no mundo. Para apresentar estas reflexões faço uso do desenho animado Bob Esponja: “A memória mais feliz da vida do Lula Molusco”. O episódio traz a questão da memória dos personagens, em que o Lula Molusco afirma não ter lembranças felizes, e insistentemente o personagem Bob Esponja busca mecanismos (objetos, fotografias entre outros) para que ele possa lembrar ou identificar as memórias que afirma não possuir.

Como resultado das reflexões propostas, os estudantes registraram:

No filme do Bob Esponja, observamos a importância de passar a memória e preservá-la, para que o patrimônio não seja destruído, como uma receita de família por exemplo, minha vó sabe a receita e passou, minha mãe se ela não me passar e eu não aprender a receita acaba, ou seja, foi esse conceito que o vídeo nos trouxe (Discente Thiarly Santos).

Entendo que o aluno chegou a essa reflexão pois o personagem Lula Molusco destrói, ao longo do episódio, tudo que o Bob Esponja tentou produzir para lhe lembrar algo feliz. Porém, ao final, mesmo promovendo a destruição, acaba por protagonizar uma lembrança feliz por meio da relação de convivência feita entre os personagens, já que Bob Esponja insiste em transmitir as lembranças para evitar o esquecimento, isto é “(...) esse pequeno milagre de memória feliz constituído pelo reconhecimento atual da lembrança passada.” (RICOEUR, 2020, p. 425) assim como a transmissão oral da memória, que se não é realizada pode relegar as identidades culturais ao esquecimento histórico com o lugar.

Entre as reflexões realizadas na atividade apresentei a proposta de leitura de dois textos nos quais, alunos como eles, descrevem suas memórias do lugar onde vive. Para essa atividade o grupo se dividiu em dois, um leu o texto: “Seu Toninho, talento musical da Ponta Grande”, que descreve o registro da memória de um patrimônio imaterial, o outro leu o texto: “Cidade Perfeita”, ambos descreviam as memórias escolhidas pelos alunos sobre patrimônios do município de “Mogi das Cruzes-SP e foram extraídos do livro “Histórias e Memórias: O Lugar onde vivo” (2016).

Após as leituras, cada grupo verbalizou as memórias escritas pelos estudantes e de como eles, aos seus modos, descreveram sua cidade, Seu Toninho tocador foi logo comparado

com a Banda Cabaçal Os Monteiros, do Sítio Cipó em Cachoeira dos Índios, sempre convocados a tocar em eventos religiosos no município e região. Na roda de conversa foi apontada a necessidade de se transmitir os saberes e fazeres, para que os instrumentos continuem a fazer música durante várias gerações, animando as festividades locais.

Do mesmo modo, ao apresentarem as interpretações do texto “A cidade perfeita” os estudantes buscaram referências nas memórias coletivas para relacionar o que foi lido com as belezas por eles atribuídas à cidade de Cachoeira do Índios.

O nosso texto foi escrito por uma aluna do 8º ano. A menina fala sobre trabalhadores rurais de sua cidade, fala de pássaros e ninfas que precisamos pesquisar para descobrir o que era, no geral fala da cidade de uma forma bem fantasiosa e até pouco mística, dando um ar peculiar (Discente Ingrid Lopes).

Cada aluno pode pensar suas memórias com relação ao meio histórico que estão inseridos, os lugares que frequentam, as pessoas que convivem, também como pontes de acesso ao passado, nas vivências históricas do presente projetam as suas memórias futuras, serão eles os responsáveis pela preservação e transmissão oral da cultura local, nos seus ofícios, saberes e fazeres.

Após o vídeo nos dividimos em grupos, no meu grupo estava Ray e João Victor, e no outro Matheus e Ingrid, cada grupo ficou responsável por ler um texto, o título do nosso texto era seu Toninho talento musical da Ponte Grande, já o do outro grupo era cidade perfeita, no nosso texto lemos uma memória de vida, já o da outra equipe era uma memória coletiva, então debatemos sobre a diferença entre memória de vida e social. (...) Nessa oficina, notamos a importância de aprender e repassar a memória, para que assim a cultura social e de vida não perca sua origem, daí também trazemos a importância do projeto para que os alunos aprendam em sala de aula a História do lugar onde foram criados, valorizando o que está ao seu redor (Discente Thiarly Santos).

Utilizando-me dos pensamentos de Santhiago e Magalhães (2015), busquei, no momento da roda de conversa, mediar os pensamentos e ideias das diferenças entre Tradição Oral e História Oral, que embora sejam muito parecidas, distinguem-se. A Tradição Oral aproxima-se das narrativas imaginárias, como a história do encantamento da Pedra da Moça que existe na cidade. Neste lugar encantado, segundo a tradição, habita uma jovem cabocla que pode aparecer e distribuir riquezas para quem desvendar o mistério que a mantém aprisionada no Serrote do Coati.

Ao apresentar História oral, busquei esclarecer sua proximidade com a memória vivenciada pelas pessoas em comunidade, que ao narrarem sua história de vida ou do seu grupo social, fornecem informações para a História Oral Temática, colaborando para descrever as identidades culturais do lugar, temas estes debatidos após as leituras dos textos propostos.

Depois de termos assistido o vídeo, nos dividimos em dois grupos para fazer a leitura de dois textos. O texto "Seu Toinho, talento musical da Ponte Grande" ficou com o

grupo de Thiarly, Ray e Victor, enquanto eu e Matheus ficamos com o "Cidade Perfeita", um texto de memória de vida e o outro de memória social. Com esses textos veio o aprendizado de que deve se passar a memória adiante, que eu entendo como uma forma de não perder suas raízes e preservar a identidade de um lugar ou a importância e a sabedoria de alguma pessoa que ajudou a construir essa identidade (Discente Ingrid Lopes).

As compreensões registradas pelos estudantes apresentaram a aquisição de sentido dos conceitos apresentados ao longo da atividade didática de História, avaliados também pela propositura de resolução de exercício para uma sondagem da fixação da aprendizagem. Assim, estimular ao mesmo tempo o respeito aos anciões como portadores de experiências de vida e social, sendo fontes de saberes fecundos de acesso à memória do local.

Nesta oportunidade, ofereci para a leitura o texto “Os Idosos” (autor desconhecido), que propõe uma sensibilização dos jovens no projeto para reverenciar os mais velhos como fontes de saber, assim como transcrito no texto.

Para a história, os idosos significam uma oportunidade única para recuperar informações sobre o passado. Mais do que isso, é a chance de preservar testemunhos e experiências de sujeitos que, em sua memória, nunca tiveram a oportunidade de registrar seu modo de vida, sua história (PARANÁ, 2012 p. 21).

O respeito aos anciões, como referências de saberes de mundo, torna-se tema para as aulas de História, por compreender que seus saberes contribuem para entender a construção de significados sobre os acontecimentos do passado e as práticas cotidianas.

Depois da leitura debatemos sobre memórias, e sobre os idosos que aliás são grandes fontes de conhecimento, pois com eles podemos aprender muitas coisas do passado, coisas que eles conviveram. Os idosos simbolizam grande parte da história que temos hoje, inclusive na oficina percebi que eles podem ser, entrevistados, pois tem muita história para nos contar, seria até legal de ouvir, afinal quem não gosta de uma bela história contada por pessoas que já tiveram muitas experiências na vida (Discente Matheus Silva).

Nesta oportunidade, também aproveitei para introduzir o tema da quarta e última aula-oficina de História. Os estudantes foram questionados se a memória dos idosos poderia ser considerada uma fonte histórica, se sabiam o que eram fontes históricas e quais as diferenças entre elas. Após a leitura, eles responderam o exercício para reconhecimento de saberes prévios.

Figura 17: Atividade 3ª aula-oficina de História

A Memória é uma fonte histórica?

Aluno (a) *Matheus Vaccerra*



Os idosos
 Envelhecer é uma grande vitória. Significa estar vivendo há muito tempo, já ter passado por várias experiências e testemunhado inúmeros acontecimentos. Conviver com os idosos é um privilégio, pois temos a possibilidade de partilhar toda essa memória, esse conhecimento acumulado sobre o mundo.
 Para a história, os idosos significam uma oportunidade única para recuperar informações sobre o passado. Mais do que isso, é a chance de preservar testemunhos e experiências de sujeitos que, em sua memória, nunca tiveram a oportunidade de registrar seu modo de vida, sua história.

Notes

1. Ao trabalhar com pessoas idosas, o historiador estará utilizando qual fonte?
 História Oral () Textual () Visual () Midia interativa

2. Você sabe o que é fonte Histórica? Cite três exemplos.
 fonte de onde foi tirada aquela história
 uma pessoa, um filme ou um documento

3. A Memória (individual e ou social) é uma fonte histórica? Explique:
 Sim, pois pode ser compartilhada
 por a vivência de uma pessoa ou
 um grupo

Fonte: Arquivos da pesquisa.

O exercício apresentado acima foi respondido pelo aluno Matheus, que demonstrou compreender a importância da memória como fonte. Nem todos tinham conhecimentos prévios claros a respeito das fontes históricas ao responderem o exercício, o que permitiu a realização

da sondagem avaliativa do que foi assimilado na atividade, para o direcionamento da próxima aula-oficina de História.

Aprendemos a diferença da memória de vida para memória coletiva, a de vida é a que é sua, não tem valor de agregar a história da cidade, já a coletiva é a memória contada pela pessoa representando a comunidade que esteve presente no evento histórico ou aprendeu de forma coletiva dos outros contarem, essas memórias são a identidade do lugar e também minha (Discente Thiary Santos).

Vejamos as reflexões de João registradas no seu diário de bordo:

No dia de hoje eu João Victor aprendi a importância de escutar, conversar e ler sobre as fontes históricas, desde pequeno eu sempre amei escutar as histórias dos meus avós, contando sobre suas aventuras e como era viver no interior do Nordeste. (...) Com isso pude aprender muitas coisas e posso contar as histórias para os meus filhos e netos, quando tiver. Para que as memórias dos meus avós não sejam esquecidas (Discente João Lé).

Ao final de mais um encontro, orientei a realização de atividade domiciliar para cada participante: registrar suas memórias e aprendizagens durante a aula-oficina realizada, por meio do seu diário de bordo, escrevendo o que para eles é “O valor da memória e da tradição oral.”

Figura 18: Mosaico dos registros fotográficos da 3ª aula-oficina de História.



Registro do início da terceira aula-oficina de História.



Exibição do desenho do Bob Esponja.



Exposição oral do professor Djalma e roda de conversa sobre memória apresentado no episódio exibido.



Registro da realização do exercício fixação da aprendizagem.

Fonte: Arquivo da pesquisa

2.1.4 Patrimônio, memória e fontes históricas

Tabela 4: 4ª aula-oficina de História

	PLANO DA AULA-OFICINA DE HISTÓRIA
	PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E FONTES HISTÓRICAS
Resumo:	<p>Esta atividade apresenta os bens culturais como fontes prósperas para a compreensão histórica, por meio das relações sociais e suas necessidades de preservação. A memória é uma fonte de saberes locais, pois pela oralidade se faz a sua transmissão por gerações, cumprindo o papel de ser a fiadora da cultura e da identidade local, que precisa ser registrada ao longo do tempo. Assim como as fontes materiais tornam-se registros, criando pontes de compreensão do passado no presente, permitem também estimular a compreensão de que os alunos são sujeitos problematizadores da História.</p>
Objetivos:	<p>Apresentar as diferentes formas de estudar a História, tendo as fontes históricas como inspiração para o desejo de compreender o passado, por meios dos registros e vestígios deixados pelo homem ao longo do tempo. O patrimônio, a memória, os objetos, documentos e fotografias, devem ser problematizados para a compreensão do passado no tempo presente.</p>
Requisitos:	<p>A aula-oficina de História será ministrada pelo professor de História para alunos do Ensino Fundamental II, anos finais. Nas atividades pode-se utilizar como recursos didáticos aparelhos eletrônicos de reprodução áudio visuais, TV, projetor de imagem, caixa de som, celular, tablet, material escolar diverso. Sendo as atividades desenvolvidas no espaço escolar e ou fora dele.</p>
Competências e Habilidades:	<p>Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.</p> <p>(EF07HI01) Explicar o significado de “modernidade” e suas lógicas de inclusão e exclusão, com base em uma concepção europeia.</p> <p>(EF09HI32) Analisar mudanças e permanências associadas ao processo de globalização, considerando os argumentos dos movimentos críticos às políticas globais.</p>

	(EF09HI33) Analisar as transformações nas relações políticas locais e globais geradas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação.
Sequência didática:	ROTEIRO DE ATIVIDADES
Atividade 1	Exposição oral do professor e roda de conversa (Duração 20 min)
	Nesta oportunidade o professor deve indagar os alunos sobre suas atividades domiciliares e seus registros. Os alunos podem verbalizar o que produziram. E em seguida o professor lança o questionamento: Vocês sabem o que são fontes históricas? Abre-se uma conversa para sondagem dos conhecimentos prévios dos discentes.
Atividade 2	Exposição de fontes, debate e diálogo sobre o tema. (Duração 20 min)
	Em seguida, deve-se apresentar a aula-oficina como proposta norteadora de uma pequena exposição de objetos, fotografias, documentos, jornais entre outros, (pode-se inclusive apresentar documentos do lugar, da escola ou do que o docente achar conveniente para a apresentação das fontes). Para realizar a aula-oficina, optando por reunir e apresentar objetos e documentos pessoais (fotografias, documentos, imagens sacras, cartas familiares, coleção de moedas, livro que publiquei), colocando tudo em cima da mesa para que os alunos possam observar e assim propor as impressões sobre cada objeto.
Atividade 3	Apresentação audiovisual, roda de conversa e debate (Duração 10 min)
	Exibição do vídeo: “A pedra da Moça” do canal do Youtube <i>No tempo do ronca</i> , findada a exibição é hora do compartilhamento de impressões do conteúdo digital.
Atividade 4	Atividade de História oral (Duração 30 min)
	Aqui os alunos foram convidados a olhar a sua escola como um conjunto patrimonial, devendo por meio das entrevistas gravadas para registrar a memória das pessoas sobre o lugar. Para essa atividade devem ser orientados a realizar procedimento de pesquisa em História oral. A turma deve ser dividida em três grupos, realização de entrevistas de posse (ficha técnica, gravador e celular para registro fotográfico). Grupo 1 Pesquisa a escola como patrimônio material, Grupo 2 Pesquisa a escola e seus bens Imateriais e o Grupo 3 Pesquisa a escola e o patrimônio natural. Saem da sala em busca produção em História Oral, e após voltam a sala para apresentar as descobertas. Ao final com ajuda de programa online “Transkriptor” fizemos a transcrição dos depoimentos.
Atividade 5	Atividade de avaliação (Duração 10 min)

<p>Ao final da última aula-oficina de História, deve ser apresentado uma atividade de sondagem. O docente pode solicitar ao final da atividade que cada estudante responda a um questionário com as seguintes problematizações (devendo ser adaptada a realidade de cada contexto de aprendizagem): 1. Quais foram os patrimônios que você identificou? 2. Quais patrimônios você gostaria de aprender mais? 3. Quais patrimônios imateriais você participa ou gostaria participar ativamente? Descreva-o. 4. Você acha que é possível aprender a História dos patrimônios por meio de um levante da memória? 5. Quais patrimônios você reivindicaria para serem problematizados em sala de aula? A partir das respostas obtidas ao final da atividade, é possível pensar e planejar novas estratégias em sala de aula ou para além dela sobre os temas indicados e outras abordagens²⁰ para efetivação do Letramento Histórico.</p>	
Atividade 6	Atividade registro de vivências (Duração 10 min)
<p>Esta atividade deve ser realizada na sala. Por se tratar do último encontro de formação em Educação Patrimonial os registros devem ser entregues ao professor para que ele realize a avaliação.</p>	
Avaliação:	Realizada de forma diagnóstica, tendo o conhecimento prévio dos discentes, os objetivos propostos com uma abordagem qualitativa somados aos saberes adquiridos na aula, sendo a avaliação conduzida pela participação no debate proposto e na produção de texto dissertativo, desenhos entre outras formas de expressão cultural, na perspectiva de Jussara Hoffmann (2010) de “respeitar primeiro avaliar depois”, no qual os analisam também o trabalho docente, se seus objetivos almejados foram alcançados, permitindo um processo contínuo circular de aplicação, avaliação e reavaliação.
Fontes:	Atividade 3: https://www.youtube.com/watch?v=Ks9hSVVNIlo Atividade 4: https://app.transkriptor.com/files ,
Referências:	BITTENCOURT, Manoella. Seu Toninho, talento musical da Ponte Grande. In: Histórias e Memórias: o Lugar onde vivo . Mogi das Cruzes-SP, 2016, p. 220-221. CERRI, Luis Fernando. Didática da História: uma leitura teórica sobre a História na prática. Revista de História Regional . Ponta Grossa: UEPG, n. 15, 2010.p. 264 -278, FREIRE, Paulo. Por uma pedagogia da pergunta . Rio de janeiro: Paz e Terra, 2014. LE MOS, Carlos. A. C. O que é patrimônio histórico . São Paulo: Brasiliense, 2013. RAMOS, Francisco Régis Lopes. A danação do objeto: o museu no ensino de História . Chapecó: Argo, 2004.

²⁰ Obs.: As perguntas estão direcionadas para buscar subsídios suficientes a atender aos objetivos desta pesquisa. A quarta oficina conclui a formação em Educação Patrimonial planejada. Como nova abordagem, os estudantes participantes foram convidados a realizar novas atividades de aprendizagem, em estudos de campo (aula passeio) e prospecções de pesquisa em História Oral, para ao final tentar elaborar um inventário do patrimônio histórico do município.

	<p>SANTIAGO, Ricardo. MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. História oral na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.</p> <p>SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar história. São Paulo: Scipione, 2004.</p>
--	---

2.1.4.1 Registro de experiências, aula-oficina de História 4: Patrimônio, Memória e fontes históricas.

Para realização da quarta oficina, foi colocado em evidência o patrimônio histórico-cultural como norteador das problematizações de aprendizagem, dando a atenção aos bens culturais como fontes capazes de evocar as narrativas da memória e da História do município, da comunidade escolar e dos estudantes. Foi proposto a realização de uma reflexão sobre fontes históricas e práticas de entrevistas de História Oral, em exercícios práticos de observação, identificação e reivindicação dos patrimônios. Para melhor compreendê-los, foram apresentadas as diversas fontes históricas, a saber: materiais, do que é palpável; as imateriais, dos saberes e fazeres; a natureza, como meio histórico. Finalizando a oficina foi realizada a primeira saída de sala para a escuta da memória para e elaboração de entrevista de História oral.

Inicialmente, a sala onde ocorreu o encontro foi preparada, para que quando os estudantes adentrarem logo encontrassem sobre a mesa de atividades alguns objetos, formando uma exposição. Na ocasião, optei por apresentar alguns documentos e objetos pessoais, para que eles observassem com atenção. Enquanto observavam as peças sobre a mesa, apresentei as impressões do que foi trabalhado na atividade anterior e instigando o compartilhamento dos saberes coletados como os familiares, suas interpretações e registros no diário de bordo.

Logo a inquietação e curiosidade transformaram-se em perguntas sobre os objetos colocados intencionalmente diante dos seus olhos. A intenção desta problematização foi a desafiadora tarefa de atribuir valores e significados para os objetos, para eles apresentados pela primeira vez.

Com os objetos em exposição, busquei problematizar a importância das fontes históricas para constituir as narrativas de representações do passado. Tomei o cuidado de apresentar as várias possibilidades que elas oferecem deste entendimento. Sobre a mesa estavam peças religiosas, fotografias, cartas recebidas por familiares, jornal estudantil, livro, coleção de moedas, documentos pessoais, entre outras peças.

A intenção da atividade era o de despertar o entendimento para o que são as fontes históricas como espaços de representações de memória. Cada objeto questionado por eles me

servia de fonte de memória. Por exemplo a ampulheta, para mim, é um símbolo do professor de História, trabalhador e sindicalista. Já o crucifixo representa a formação religiosa, inserida pela tradição e formação familiar. É importante destacar que alguns deles tomaram sentidos diferentes para os estudantes.

Hoje o professor Djalma começou a aula falando de memória e fontes históricas, ele apresentou um minimuseu, que nele tinha as suas fontes históricas e memórias, o que me chamou atenção foi uma carta da mãe dele, que mesmo ele não tendo muito contato, ele ainda guarda, como sua memória (Discente João Lé).

Veja como retratou esse momento outro discente:

Hoje no laboratório de robótica da Escola Maria Cândido, estávamos todos presentes, como o dia de hoje falava sobre memórias e fontes históricas, o professor Djalma expôs na mesa, vários objetos, que trazem memória de importância para ele, após o debate sobre os tipos de fontes da história material e imaterial, (...) Djalma nos explicou sobre memórias e fontes históricas, para assim podemos realizarmos as atividades do dia, trouxe-nos objetos de importantes valores para sua memória, ele nos explicou como cada objeto traz uma lembrança, e nos falou a importância de os manter preservados, um objeto que me trouxe muita atenção foi a ampulheta, que tinha ela por conta da história, que ela representa o tempo e a escolha dele em ser professor dessa disciplina (Discente Thiarly Santos).

Ao apresentar alguns objetos sobre a mesa não informei inicialmente aos estudantes quais me pertenciam. Deixei-os para observação livre, cada um poderia concentrar sua observação, reflexão e ter sua interpretação particular sobre todos ou sobre apenas um deles. Sobre a mesa, estavam meus objetos pessoais, que são vestígios das minhas vivências e fontes materiais da minha história de vida. Cada um dos objetos, ao ser por mim observado, aciona o gatilho de uma lembrança/ou memória que representa quem eu fui no passado, e do que me tornei, representado ali naquele momento da aula. No entanto, para os estudantes, os objetos eram observados pela primeira vez. Coloquei como questionamento: Qual sentido atribuiriam a cada um deles? Os objetos expostos teriam o mesmo significado para eles e para mim? A resposta obtida não foi de se surpreender, todas as análises realizadas pelos estudantes foram diferentes das por mim atribuídas.

Esta experiência de observação e problematização dos objetos foi pensada para realizar uma comparação entre a “História nos objetos” e a História nos patrimônios”, apresentando ambos como fontes mobilizadoras da memória. A partir do pensamento de Francisco Ramos e a “História nos objetos”:

Defende-se, portanto, uma "História dos objetos" que pressupõe o saluto da "História nos objetos": o objeto é tratado como indício de traços culturais que serão interpretados no contexto da exposição do museu ou na sala de aula. (...) Com atividades vinculadas à "historicidade dos objetos" na própria sala de aula, o professor incita a percepção dos alunos e aí eles terão o direito de saborear, com mais intensidade, as propostas de reflexão oferecidas pelo museu. Desse modo, não se trata mais de "visitar o passado", e sim de animar estudos sobre o tempo pretérito, em

relação com o que é vivido no presente. (...) Mais que isso: alarga-se o juízo crítico sobre o mundo que nos rodeia (RAMOS, 2008, p. 22-24).

Ao propor os exercícios de observação, reflexão e interpretação dos objetos, foi levantada a discussão de como estes podem deixar o lugar de ornamentos em uma estante, tomando sentido de arquivo pessoal, e assim também fonte problematizadora para a historiografia. Ao utilizar estes objetos como documentos (vestígios do passado) para análise dos alunos, apresento-os como podem ajudar a revelar narrativas da memória que muito dissertam sobre o passado. Na pequena exposição estavam sobre a mesa, à disposição dos estudantes, objetos que contam uma história, ou várias histórias, pois cada um deles passou a ser ressignificado pela observação de cada um, que os atribui sentidos diferentes. O exercício fez-me reavaliar conceitos e práticas docentes, aprendi junto com os alunos, que é possível “fazer História em sala de aula”, oportunizando o acesso a fontes históricas, os estudantes são capazes de historicizar, aumentando a compreensão do estudo da disciplina, evidenciando que não é importante apenas para obtenção de sucesso nas avaliações escolares.

Justamente falando em História, observei a atração dos alunos por um objeto em especial, a ampulheta, que foi meticulosamente analisada, manuseada de cima para baixo. O curioso é que nenhum aluno descreveu essa ação em seu diário de bordo. Enquanto uns não sabiam o que era, um afirmou ser um relógio antigo. Com o subsídio do cronômetro do celular, cravaram juntos o tempo que a areia percorria de um recipiente para o outro, exatos 42 segundos. Sem se dar conta estavam em sua ação utilizando os vestígios para lhe dar sentido: o de descobrir como a passagem do tempo é registrada com exatidão por aquele instrumento.

Não é isso que buscamos ao fazer ciência histórica na sala de aula? Usar os vestígios para narrar as vivências humanas ao longo de sua existência. Justamente pela ampulheta começamos a conversar e debater sobre as fontes históricas. Para os alunos, foi descrita como um instrumento não mais utilizado para contar o tempo, ao tempo que, para mim, enquanto mediador da conversa, representa o símbolo da ciência que dá valor a minha força de trabalho na carreira docente.

Gradativamente, a dinâmica da aula-oficina buscou promover a reflexão de outros objetos expostos sobre a mesa. Nos primeiros instantes cada estudante escolheu um objeto para apresentar suas impressões, e utilizando das suas deduções verbalizaram as representações e sentidos históricos do objeto escolhido sobre sua compreensão. Ocorreram questionamentos convergentes e divergentes sobre cada objeto, que nunca tinham visto anteriormente, mas foram capazes de lhes atribuir sentidos e significados, pois suas memórias lhes permitiram historicizar cada objeto apresentado. Pós ponderações dos estudantes, observei que os objetos apresentados

foram capazes de promover um levante de memória, primeiro das representações dos estudantes, e depois as minhas.

Obviamente que a atividade foi conduzida para que eles entendessem que as fontes históricas materiais e imateriais podem ter atribuição de valor e sentido ressignificados, quando fora do seu contexto histórico. Porém, quando estes objetos e memórias estão ligadas às memórias individuais e coletivas, assim como aos patrimônios, as fontes históricas tomam sentido de pertencimento histórico, perpetuando sua transmissão e preservação. Busquei promover a compreensão de que um patrimônio ou uma fonte sem contexto histórico não tem sentido.

Observe: uma carta de amor de um casal de jovens só faz sentido para eles. Na hipótese desta carta (objeto) ser perdida, poderá se tornar lixo, pois não tem o mesmo valor para quem encontrá-la, será apenas um pedaço de papel sem sentido. O autor Francisco Régis L. Ramos esclarece que os objetos ao qual se atribui valor podem ser descartados com facilidade em um contexto que não seja defendido pela memória, perdendo finalidade se não tiver relações vivenciadas com o tempo presente (RAMOS, 2008).

Neste ponto, reafirmo a comparação da “História dos objetos” (RAMOS,2008) com a “História dos patrimônios”, pois entendo que cada patrimônio é resultado da representação da memória social, podendo ser compreendidos como resultado das atribuições de significado para a memória, na perspectiva que ela transmite a historicidade e sentido da existência, transmissão oral, preservação, e sentimento de pertencimento à História. No processo educativo, a oficina buscou colocar os patrimônios como objetos de estudo, fonte histórica para a atribuição de sentidos históricos do município.

Por esta razão, a atividade educativa, oportunizou a reflexão para a compreensão dos patrimônios como fontes históricas locais, após a observação e debate sobre a exposição, segui para a próxima atividade. Findadas as discussões iniciais, voltei a atenção dos estudantes para assistir ao vídeo produzido por artistas locais no canal do Youtube: “No tempo do ronca”, para apresentar de maneira áudio visual a lenda da Pedra da Moça, que narra o aprisionamento de uma cabocla no Serrote do Coati, caso popular também transmitido pela tradição oral a gerações. Essa história é reconhecida como uma particularidade cultural do município.

Momento de aprendizagem, registrado nos diários de bordo por Thiarly e Ingrid.

Depois assistimos o vídeo que descrevia a lenda da Pedra da Moça, feito por pessoas da nossa própria cidade, entendemos a lenda, rimos bastante, como o humor do vídeo, que é uma história contada pelas pessoas, sendo uma tradição da minha cidade (Discente Thiarly Santos).

O professor Djalma nos mostrou um vídeo do canal “No tempo do ronca”, sobre a lenda da Pedra da Moça. Debatemos sobre a lenda, sobre a memória e a identidade que a lenda traz para a nossa cidade, após o vídeo fizemos uma atividade de reivindicação do patrimônio material, imaterial e natural (Discente Ingrid Lopes).

Durante os debates, percebi que os alunos conseguiram compreender a importância da memória social como fonte histórica, ao tempo que cada um apresentou uma versão sobre a moça da pedra no Serrote do Coati, questionando o vídeo em meio a risadas, que não era bem assim que as pessoas tinham contado. No entanto, todos foram muito felizes ao descrever o lugar e a lenda como patrimônios do lugar.

Veja o que registrou o aluno:

As atividades também serviram para me mostrar que posso aprender sobre a história da minha cidade se eu parar e ouvir as pessoas, é importante também registrar essas memórias, para que elas não se acabem. O professor ensinou que podemos fazer isso por meio da História Oral. Aprendi também que os objetos são fontes da História, chamadas fontes materiais, documentos, fotografias são marcas da História, registram o momento e se conservados ajudam a contar a minha vida, da minha família, e da minha cidade. Assim como os Patrimônios que são bens que podem ajudar a contar muito sobre a História de Cachoeira dos Índios, e somos nós quem preservamos (Discente, Thiarly Santos).

Ao final do debate e roda de conversa, os alunos foram convidados a realizar mais uma atividade de produção, indicando os patrimônios que gostariam de ter como “objetos” para estudos escolares, preenchendo a figura seguir:

Figura 19: Atividade da 4ª aula-oficina de História.

 QUAIS PATRIMÔNIOS VAMOS REIVINDICAR?		
Aluno (a): <i>Matheus Bocerda da Silva</i>		
INDIQUE OS PATRIMÔNIOS DO SEU MUNICÍPIO QUE VOCÊ QUER FAZER O LEVANTE DA MEMÓRIA PREENCHENDO OS QUADROS ABAIXO:		
MATERIAL	IMATERIAL	NATURAL
<i>igreja da cidade</i>	<i>quadrilhas saninas</i>	<i>Serrote do goati Serrote de são João gaim</i>
Que tal fazer uso da História Oral para encantrar esses saberes? Para isso é preciso ouvir com empatia a comunidade. Vamos pesquisar?		

Tabela produzida baseada em Carlos Lemos (2013).

Cada aluno tinha opção de indicar o patrimônio que desejava melhor aprender, ouvindo a comunidade, registrando a memória, reivindicando o patrimônio a ser inventariado. Como continuação das atividades, utilizei em todo o percurso a “pedagogia da pergunta”. Tendo apresentado os conceitos, indaguei os alunos: Quais patrimônios vamos reivindicar?

(...) em quanto a inquietação dos estudantes, a sua dúvida, a sua curiosidade, a sua relativa ignorância devem ser tomadas pelo professor como desafios a ele. No fundo, a reflexão sobre tudo isso é iluminadora e enriquecedora do professor como dos alunos. A curiosidade do estudante às vezes pode abalar a certeza do professor. Por isso é que, ao limitar a curiosidade do aluno, a sua expressividade, o professor autoritário limita a sua também. Muitas vezes, por outro lado, a pergunta que o aluno, livre para fazê-la, faz sobre um tema, pode colocar ao professor um ângulo diferente, do qual lhe será possível aprofundar mais tarde uma reflexão mais crítica (FREIRE, 1985, p.23).

Nas indicações dos alunos sobre os patrimônios que desejavam aprender mais, novas perguntas foram colocadas na mesa das atividades da aula-oficina de História, ficando notório que se sentiram confortáveis e capazes de indicar os patrimônios com clareza de significado. Diante disto, como poderia realizar um estudo que contribuísse para o registro de informações que pudessem nos ajudar a escrever as histórias testemunhadas por estes patrimônios? Como alternativa, para o levante desses saberes, buscou-se usar como fonte a Memória.

Para registro da Memória Social, os alunos realizaram entrevistas de História Oral, utilizando como objeto de estudo, para a oficina, a Escola Maria Cândido de Oliveira, antes que deixassem a sala de aula para realizar a atividade, apresentei o conceito de História Oral, indicando que utilizaríamos para a atividade a História oral temática, pois a escola estava sendo colocada como patrimônio a ser estudado, e que as memórias sobre a instituição escolar a serem registradas eram resultado das ações da coletividade de quem ocupou ou ocupa aquele espaço cotidianamente. (SANTHIAGO, MAGALHÃES, 2015). Também apresentei os cuidados e técnicas que um entrevista em História Oral necessitar ter, entre esses a elaboração da ficha técnica, roteiro de perguntas, formas de abordagem para uma escuta com empatia, para um registro eficaz.

Logo em seguida às instruções foram direcionados a fazer uso do celular para gravar uma entrevista breve, por meio de um roteiro deveriam perguntar, ouvir, registrar e depois retornar à sala para apresentar o que foi catalogado, conforme registrado:

Em seguida partimos para as atividades do dia, indicamos os patrimônios que nos interessavam mais, para serem estudados por nós. Eu escolhi a Igreja como patrimônio material, a banda Cabaçal como patrimônio imaterial e o que mais quero conhecer o Serrote do Coati. Depois usamos a escola como experiência para o estudo com história oral, para entender, como a história é passada de pessoa para pessoa, ouvindo a memória de alunos e professores, poderíamos aprender sobre a história nossa escola (Discente Thiarly Santos).

Veja o que registrou Matheus:

Aprendemos a entrevistar, como falar, quais perguntas fazer e quais dados colocar. Aprendemos sobre fontes históricas, de onde vem a História, há fontes como pessoas e coisas (**objetos**) materiais e imateriais. (...) Na atividade de entrevista, escolhemos entrevistar uma ex-aluna da escola que participa da fanfara escolar, PROEMUCI, fizemos as perguntas seguindo a ordem do roteiro que escrevemos na sala, mas esquecemos de tirar as fotos da entrevista (Discente Matheus Silva, grifo do autor).

Para a realização de entrevista de História Oral, tomei como referência o pensamento de Santhiago e Magalhães (2015), disponibilizei a ficha técnica de registro da entrevista, nela os alunos fizeram preenchimento, de quem eram os alunos- pesquisadores, responsável pela produção, em seguida identificar o depoente, o tema da pesquisa, local e data e por fim as formas utilizadas para o registro da atividade. (recursos como gravador, celular, caderno)

Na figura 19, é apresentado o resultado do trabalho realizado pela primeira dupla, a ficha técnica usada pelo demais grupos, que elaboraram seu roteiro de perguntas, contendo três perguntas no primeiro quadro, no segundo quadro fizeram a transcrição de áudio (todos optaram por gravar em áudio a conversa) de entrevistas em História Oral, no terceiro quadro apresentam os registros fotográficos. Por fim, deixou-se um espaço para fontes complementares, na eventualidade de precisarem buscar outras informações para registrar e problematizar os dados da memória oral. Divididos, saímos da sala de aula, usando a escola como campo de pesquisa cada dupla ao retornar traria suas interpretações da atividade e registros da memória do patrimônio que se dispuseram estudar.

Tabela 5: Atividade da 4ª aula-oficina de História: Entrevista de História Oral

DATA	ENTREVISTADO	TEMA	PESQUISADORES
06/07	1. OF: Francisco Odair Dantas	Minha escola um Patrimônio Material (Prédio)	João e Ingrid
06/07	2. OF: Abel Junior – Escola Maria Cândido	Minha escola um Patrimônio Natural (Jardim)	Djalma e Ray
06/07	3. OF: Aluna: Ingrid Milena de Araújo Galdino	Minha escola um Patrimônio Imaterial (Prédio)	Thiarly e Matheus

Os discentes João e Ingrid escolheram fazer entrevista sobre o prédio da escola, sendo por eles indicado como patrimônio material. Como forma de registro de informações, ouviram o relato de um professor e logo voltaram a sala para apresentar os seguintes resultados:

Figura 20: Atividade 4 aula-oficina de História 1.

História Oral
Prática de entrevista
Exercício de coleta de dados
FICHA TÉCNICA

Nomes dos pesquisadores: Ingrid, João Victor
 Deponente: Odair
 Tema da pesquisa: Escola Maria Cândida de Oliveira
 local e data: Ribellatoça, Escola Maria Cândida 06/07/2023
 Formas de registro: Gravação digital

ROTEIRO DE PERGUNTAS

- Quem construiu?
- Quem é responsável por cuidar do local?
- Como ela é formada?

TRANSCRIÇÃO

Ingrid: Boa tarde, aqui quem fala é Ingrid, membro do projeto Aventura. Estou aqui para fazer três perguntas objetivas para o senhor sobre a escola. A primeira pergunta é: quem construiu?

Odair: Olha... a informação que eu tenho é que foi construída no governo de José de Sousa Bandeira, ele construiu esse prédio, essa escola né? Então foi esse governo dele, o mandato dele.

Ingrid: A segunda pergunta é: quem é responsável por cuidar do local?

Odair: Sim, a prefeitura municipal através da secretária municipal de educação é que cuida de todas as espaços educacionais do município.

Ingrid: Assim, mas tem alguém em específico?

Odair: Sim! Então assim, a escola possui um diretor, no caso aqui tem uma diretora que é Maria Sônia. E ali quem responde por todos os

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

escola, pelo espaço físico, pela questão pedagógica, em todos os sentidos.

Ingrid: Ótimo. E como ela é formada?

Odair: Então, dentro da escola tem uma equipe administrativa que é o diretor, vice-diretor, tem a parte pedagógica que cuida da parte mais educacional, coordenadores pedagógicos e tem professores e por último os alunos, que são a base de tudo, todo o trabalho é em função dos alunos.

Ingrid: Muito obrigada pelas informações, agradeço ao senhor.

Odair: Eu que agradeço pelo interesse, pelo projeto estar sempre a frente, em busca de informações e registrando, com certeza será valioso todas essas informações.

Ingrid: Obrigada.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS

FONTES COMPLEMENTARES

Fonte: Arquivos da pesquisa

Buscando entender a História da construção da escola como monumento patrimonial edificado, os alunos procuraram ouvir um professor que descreveu suas memórias sobre o edifício da seguinte forma:

Olha a informação que eu tenho é que foi construída no governo de José de Sousa Bandeira, ele construiu esse prédio, essa escola né? (...) a Prefeitura Municipal através da Secretária de Educação é que cuida de todos os espaços educacionais do município (...) tem o diretor (...) que responde pelo espaço físico, pela questão pedagógica, em todos os sentidos, (...) coordenadores pedagógicos, professores e por último os alunos que são a base de tudo, todo o trabalho é em função deles (Entrevista do Prof. Francisco Odair).

Logo, ao retornarem à sala para verbalizar as informações coletadas, os alunos de pronto entenderam que a escola é um patrimônio da comunidade, pois as pessoas o vivenciam, seja pelas relações de trabalho e/ou pela necessidade educacional.

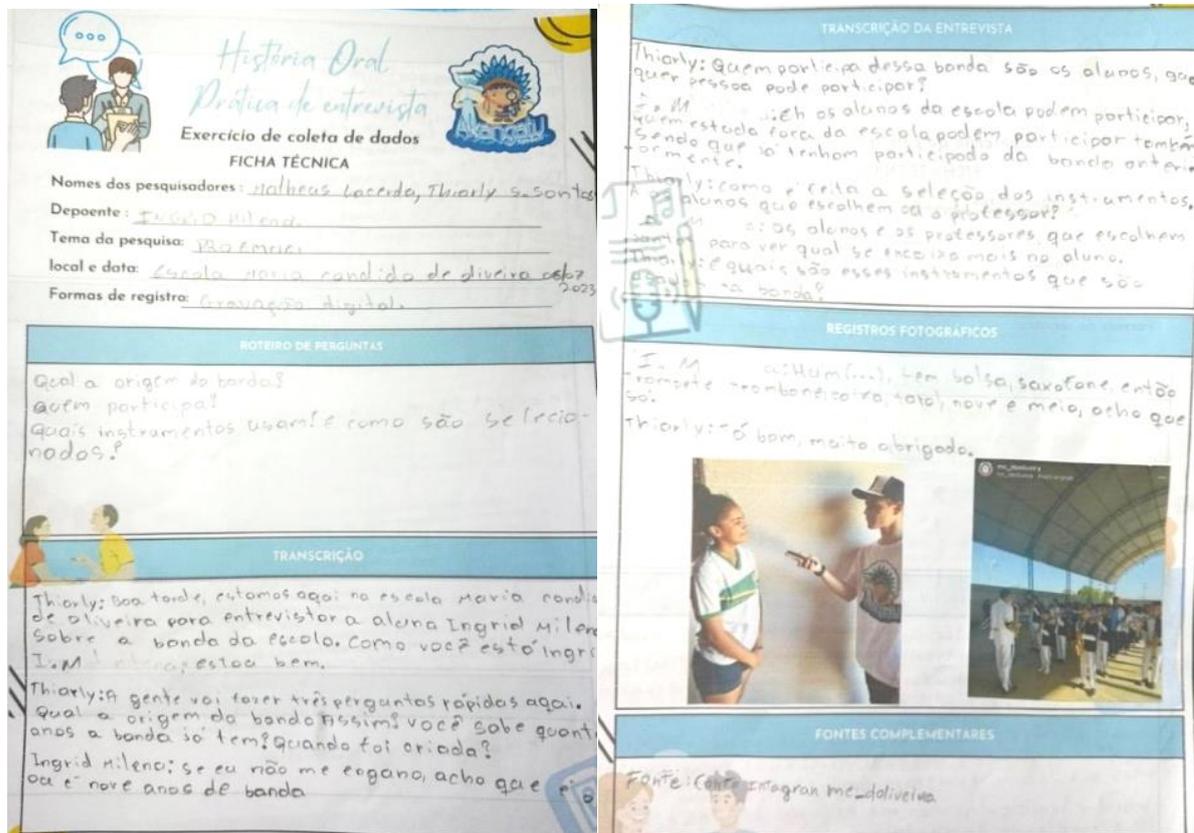
As paredes edificadas são espaços também de construção de memória afetivas nas relações sociais, culturais e educacionais, vividas no seu interior por muitas gerações, construindo ao mesmo instante narrativas históricas que caracterizam a identidade educacional do lugar.

Os alunos Thiarly e Matheus optaram por estudar a escola pela ótica do imaterial escolhendo a fanfarra como objeto do patrimônio, estando certos que sua construção e constituição por ser contínua e permanente ao logo do tempo, necessariamente precisa ser

reconstruída constantemente, pois os integrantes da banda vão mudando a cada novo ano, alunos que entram na escola e os que se despedem ao completar o ciclo de ensino, formando novos músicos.

Vejamos os resultados apresentados por eles:

Figura 21: Atividade 4ª aula-oficina de História, História Oral 2.



Fonte: Arquivos da Pesquisa

A dupla fez o registro fotográfico no momento da realização de História Oral pela aluna e musicista Ingrid Milena, que descreve assim descreve a fanfara:

A banda fanfara, se eu não me engano, acho que é oito ou é nove anos de banda, (os alunos da escola podem participar, quem estuda fora da escola também pode participar também, sendo que já tenham participado da banda anteriormente (**alunos egressos**) (...) os alunos e professor, escolhem juntos para saber qual instrumento se encaixa mais no aluno (...) timbau, saxofone, trompete, caixa, tarol, nove meio, acho que só (...)) (Entrevista de Ingrid Milena).

O terceiro grupo foi formado por mim e pelo aluno Ray, abordamos a natureza como patrimônio escolar, apresentando os resultados a seguir:

Figura 22: Atividade 4ª aula-oficina de História, História Oral 3.



História Oral

Prática de entrevista

Exercício de coleta de dados



FICHA TÉCNICA

Nomes dos pesquisadores: Ray e Dielma

Depoente: Prof. Abel Júnior

Tema da pesquisa: Plantas Naturais da Nossa Escola

Local e data: 06/02/2023

Formas de registro: Gravação de Depoimento (História Oral)

ROTEIRO DE PERGUNTAS

- 1- COMO FOI PROLETADO O JARDIM DA ESCOLA?
- 2- AS PLANTAS SÃO PATRIMÔNIOS DA ESCOLA?
- 3- QUEM CUIDA, E PRESERVA O JARDIM?

TRANSCRIÇÃO

ENTREVISTA: ABEL

RAY: BOA TARDE, QUAL SEU NOME?

ABEL: ABEL JÚNIOR SOU PROFESSOR DAQUI DA ESCOLA MARIA CÂNDIDO DE OLIVEIRA LINGUA PORTUGUESA

RAY: EU QUERIA SABER SOBRE AS PLANTAS DA ESCOLA?

ABEL: EH! (...) AS PLANTAS DA ESCOLA, FOI UMA DECISÃO DA PARTE DE NÓS PROFESSORES (...) MAS QUEM CUIDA É A PRÓPRIA NATUREZA OU ÀS VEZES UM FUNCIONÁRIO QUE POR ACASO TENHA PIEDADE, JOGA UM BALDE DE ÁGUA, QUANDO NÃO ESTAMOS NA SAZÃO DE VERÃO (...)

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

EU SEMPRE PENSEI E QUIS, É PORQUE OUTROS PROFESSORES NÃO ENTRARAM NA LUTA DE UMA ESCOLA ARBORIZADA. POR ISSO ABENTE SENTE NA PELE O CALOR DO NOSSO SEMI-ABERTO

RAY: MAS VOCÊ ACABA QUE AS PLANTAS SÃO UM PATRIMÔNIO DA ESCOLA?

ABEL: EU ACHO QUE DEVERIA TER CONSCIENTIZADO MAIS OS ALUNOS ATRAVÉS DE FOLHAS SEM NECESSIDADE, EM FIM MULTIFUNÇÃO, NÉ? QUANDO TEM ALGO COMO UM PATRIMÔNIO QUE ZELE, NÉ? MAS QUE SÓ CONSEGUE SOBREVIVER SE OS CIDADÃOS PRESERVAM, A GENTE SABE QUE ESSA CONSCIÊNCIA DE DEIXA MUITO A DESEJAR. AS PLANTAS SÓ TEM A CONTABILIDADE DA CRIANÇA

RAY: ALITO OBRIGADO PELA COLHEITA

REGISTROS FOTOGRÁFICOS




FONTES COMPLEMENTARES

Fonte: Arquivos da pesquisa.

Narrativa do professor Abel sobre o Patrimônio Natural da escola:

As plantas foram uma pequena atitude de nós professores, cada um procurou trazer uma planta, mas quem cuida é a própria natureza ou às vezes um funcionário que por acaso tem piedade, dó da planta e joga um balde de água, quando não estamos na época de inverno. É! A gente sempre pensou, né? Eu sempre pensei e quis, é porque muitos outros professores não entraram na luta de uma escola mais arborizada. Eu acho que falta mais conscientização, principalmente dos alunos e de funcionários de modo geral, né? Quando a gente tem aquilo dali como um patrimônio e que zele, né? Que não é só ter patrimônio é zelar pelo patrimônio, porque o patrimônio ele só consegue sobreviver se os cidadãos conseguirem preservar e a gente sabe que essa consciência de classe ela deixa muito a desejar, principalmente nos dias de hoje. (Entrevista do Prof. Abel Júnior).

Em linhas gerais, apresentou-se promissora, tendo em vista que os alunos compreenderam os conceitos de Patrimônio Histórico, Memória e História Oral. Realizadas as entrevistas, voltamos à sala de aula para apresentação do exercício de escuta, transcrições das entrevistas com elaboração dos registros da História Oral, ao tempo que os alunos verbalizaram a compreensão nunca antes percebida de que a Escola Maria Cândido de Oliveira era um patrimônio histórico-cultural, material, imaterial e natural, e que a atividade de entrevista promoveu uma partilha das memórias vivenciadas no espaço escolar.

Uma pergunta foi por mim utilizada para propor novas reflexões: podemos replicar essa experiência escolar utilizando o município como campo de pesquisa, com a mesma finalidade? Isso posto, desafiei os estudantes a realizar essa tarefa, convidando-os a olhar o município como campo de pesquisa histórica, era hora de colocar em prática o que aprendemos, vivenciar patrimônios do lugar, ouvir a memória social e juntos com o professor fabricar um inventário patrimonial, para servir de fonte para o Ensino de História na escola. Os próximos passos realizados foram as prospecções de campo para além do espaço escolar, com os estudantes que toparam a continuação da aprendizagem.

Figura 23: mosaico de registros fotográficos da 4ª aula-oficina de História



Registro do início da quarta aula-oficina de História.



Exibição do vídeo “Pedra da Moça”.



Atividade de indicação dos patrimônios para a pesquisa de campo.



Registro da finalização das aulas oficias no chão da escola.

Fonte: Arquivos da pesquisa.

CAPÍTULO 3. AKANGATU: VIVENCIANDO HISTÓRIAS

Com o desenvolvimento do projeto e a finalização das aulas-oficinas de História, foram elencados oito bens culturais a serem estudados. Entre vários identificados pelos discentes procurei apontar caminhos, indicando os bens que poderiam ser estudados, cabendo dentro do recorte de pesquisa analisar e inventariar três patrimônios imateriais a saber: A Banda Cabaçal Os Monteiros, Quadrilhas juninas e a Cavalgada de São José. Três patrimônios materiais: Sítio Arqueológico Boa Fé, Igreja de Nossa Senhora da Conceição e o Museu da Baixa Grande. E dois patrimônios naturais: Serrote do Coati e Serrote do São Joaquim.

Para conhecer cada um desses patrimônios, os alunos foram convidados a participar de atividades de campo e a produzirem entrevistas de História Oral fora do espaço escolar²¹, proporcionando aos alunos uma prática educativa de vivência histórica: o “Estudo do meio”, no sentido apresentado por Bittencourt (2004). Pois proponho que os alunos possam ouvir as pessoas, aprender com o outro, conhecer espaços nunca antes frequentado. Nesta fase da pesquisa, busco aguçar os conhecimentos estudados nas aulas-oficina de História aplicadas, por meio da “aula passeio”(MAIA, 2019).

Ações aqui apresentadas seguem um planejamento pedagógico. Elas foram iniciadas com a apresentação prévia do espaço visitado, atribuindo valores e importância a serem reconhecidos pelos alunos, realização de um roteiro de estudos, contrato didático de comportamento com atenção à preservação dos bens e respeito à equipe mediadores e ou educadores que lhes esperam, orientação para registros das impressões e saberes estudados, para que no retorno à sala de aula possam desenvolver atividades a serem realizadas como produtos (FRANCO, 2019).

Escolhi fotografar cada atividade realizada, e orientei os alunos a preencher seus diários de expedições de campo para registros das experiências históricas vivenciadas. Aos alunos-pesquisadores foi possibilitada a oportunidade de visitar os patrimônios e aprender sobre eles, por meio das memórias reveladas em cada entrevista realizada. Acompanhando o processo

²¹ É preciso destacar que o trabalho fora do espaço escolar pode esbarrar na burocracia, precisando ser meticulosamente pensado, pois a atividade de pesquisa com alunos menores, por mais que seja simples para o cotidiano escolar, pode gerar percepções de riscos, que tendem a afastar o pesquisador do trabalho com alunos (ou pesquisa com seres humanos) pelos Conselhos de Ética das Instituições de Ensino Superior, o que pode atrasar sua pesquisa, colocando em risco a execução do projeto. No entanto, o que me encorajou a continuar este trabalho é saber que essa burocracia não está presente como obrigatoriedade na Educação Básica. Portanto, ela pode ser replicada, reelaborada, adaptada, como estratégia didática para o Ensino de História em qualquer escola do país.

de escuta e vivência, deveriam, nos diários de bordo, escrever as representações compreendidas e registrar as vivências no projeto. Estes registros tinham também a finalidade de serem usados para realização da avaliação da aprendizagem de forma qualitativa, legitimando a aquisição ou não do Letramento Patrimonial. Tão importante quanto a escuta das memórias, os diários de bordo elaborados configuram-se como documentos que serviram de fonte histórica ao fornecerem informação relevante, ao narrarem suas memórias construídas ao longo das atividades deste trabalho.

Neste sentido, entendo que a atividade de campo faz parte da construção da sua história, vivenciando os espaços, elaborando neles suas memórias, relacionando com estas a suas relações sociais, construindo a sua visão de mundo. Neste ponto, acrescento a contribuição desta pesquisa, para além de ser um observador, o professor de História pode estimular a formação de “aluno-pesquisador”.

Isso porque, pois, por melhor que seja a didática do professor de História, para ensinar um determinado conceito, faz-se também necessário quando possível tornar acessível a ida aos lugares históricos, a mudança de rotina, de ares, as sensações que os cheiros, o vento na pele ou simplesmente a empolgação e desejo de conhecer o novo podem corroborar para aprendizagem consciente da História, que na maioria das vezes a sala de aula, e suas delimitações de espaço, não são capazes de aproximar. De acordo com Francisco Franco.

A educação patrimonial por meio da visitação a espaços/equipamentos culturais públicos e privados é uma possibilidade para que os estudantes aprofundem seus estudos sobre os patrimônios culturais em desenvolvimento no projeto pedagógico. Sempre que possível é essencial propiciar aos alunos o acesso e o contato direto com espaços, objetos, manifestações, apresentações etc., de que as instituições culturais disponibilizam, uma vez que possibilitam vivências e experiências que sensibilizam o educando quanto à sua relevância, além de promover novas reflexões, apurar o senso crítico e ampliar seu conhecimento quanto o objeto de estudo (FRANCO, 2019, p.110).

Dentro da realidade educacional de cada contexto escolar é possível planejar aulas para além do espaço escolar, ofertar visitas a museus, praças, igrejas, parques e afins. Acesso aos patrimônios históricos, observando a articulação entre os conteúdos ministrados e os lugares de estudo, para não parecer aos aprendizes uma atividade paralela ao contexto dos saberes escolares. (FRANCO, 2019). Nesta perspectiva, apresento aqui os registros de experiências das “aulas passeio” como extensão de espaços para o ensino de História, sempre adaptadas às realidades dos envolvidos nesse processo. Neste pensamento, explorei a utilização de patrimônios palpáveis que dialogassem com a formação oferecida nas aulas-oficina. A primeira realidade encontrada para visitação foi a Casa da Memória de Porteiras-CE, oferecendo-me o exemplo real e possível de ações para valorização histórico e cultural do município que ocupam.

A segunda experiência foi a “aula de passeio” ao Serrote do Coati, atividade reivindicada pelos próprios discentes envolvidos neste trabalho, que se dispuseram a entrar na trilha, caminhar por algumas horas para conhecê-lo. Chegando ao topo realizamos o piquenique idealizado. Durante a caminhada buscaram encontrar as referências da tradição para a natureza do serrote, vivenciaram de maneira evidente o encontro do passado transmitido pela memória social, com o presente vivenciado por eles a cada passo, reorganizando as representações do lugar utilizado pelos estudantes no presente vivido, o estudo do meio com finalidade educativa para aquisição de capacidades de observação e relações socioemocionais, também permite um repensar historicamente para os alunos (BITTENCOURT, 2004).

Como desafio, os estudantes deveriam registrar suas impressões e saberes no diário de pesquisa. Ao tempo que registravam, nos fornecem informações de sua aprendizagem. Assim o fizeram: escreveram suas interpretações e contando suas vivências na pesquisa ao tempo que, as tornam para mim fonte de análise da aquisição do Letramento Patrimonial, conforme apresento a seguir.

3.1 Espelho da memória revolucionária

Para fortalecer a formação dos discentes sobre a relação do Ensino de História, memória e patrimônio cultural, planejei e realizei com os estudantes a “aula passeio” à cidade de Porteiras-CE, localizada no sopé da Chapada do Araripe, na região do Cariri cearense. No lugar, eles puderam conhecer experiências e saberes históricos e culturais do lugar, como espelho para ações de estudo no município Cachoeira dos Índios-PB. Ao tomarem conhecimento de mobilização comunitária dos Retratores da Memória de Porteiras - REMOP e da Casa da Memória de Porteiras (NUNES, SANTOS, 2021), eles tomaram como exemplo encorajador de valorização da História da sua comunidade e do seu território.

Assim, como tornaram-se para mim enquanto professor de História da Educação Básica, alicerces basilares de encorajamento para buscar melhorar minhas práticas, olhando para fora da janela da sala de aula como espaços de saberes possíveis, de imediato foram como colírios em meus olhos, permitindo enxergar o lugar que leciono como um espaço de construção de História.²²

²² Conheci Porteiras-CE e o REMOP em atividade de campo proposta pelos professores da disciplina de Educação Patrimonial e Ensino de História Cícera Nunes e Joaquim dos Santos, este último orientador desta dissertação. Como aluno aprendi com a ação revolucionária do grupo que é possível construir História, ao reivindicá-la e vivenciá-la, com consciência dos valores dos bens culturais, movimentando a cidade, ouvindo as pessoas e promovendo ações culturais, é possível atribuir valor e pertencimento à história local no momento em que buscam retratá-la. Da Pedra Branca à Casa da Memória, fui tomado pelo encantamento, na ocasião verbalizei: já havia

Na ocasião da visita ao município de Porteiras-CE, os alunos da Escola Maria Cândido foram divididos em dois grupos: o primeiro formado por estudantes que participaram da formação em Educação Patrimonial; e o segundo grupo formado por alunos que não fizeram formação (grupo de estudantes do sexto ano do Ensino Fundamental), tendo em vista a disponibilidade de um ônibus escolar com capacidade para sessenta alunos. Nesse sentido, contribuiu para a sondagem da aprendizagem entre os estudantes que passaram pela formação em Educação Patrimonial em comparação aos alunos que não tiveram a formação, podendo desta forma observar e avaliar a consolidação do processo de Letramento Patrimonial durante a visita.

Para a pesquisa, a ida à cidade cearense para aprender e vivenciar a História do outro município, tinha como objetivo apresentar como foi realizado levante da memória empreendido pelo REMOP, perceber como ocorreu as construções de valores aos patrimônios do lugar, estimulando a compreensão, de que assim como Porteiras-CE, tem seus bens culturais, Cachoeira também possui, e com esta análise relacionar os valores do seu lugar e os valores do outro.

No roteiro visitamos dois lugares de memória para estudo, a Pedra Branca e a Casa da Memória. Vejamos como os estudantes registraram:

Fomos a Porteiras no Ceará, para ver a Pedra Branca, um patrimônio natural de lá, é uma pedra enorme que fica no topo de um monte. Por que “Pedra Branca”, bem de longe, a pedra é totalmente branca, mas de perto ela é de várias cores e de uma pedra que aos poucos está se desgastando, (...) Aprendi muito sobre a lenda de que havia uma moça que morava dentro da pedra, sobre a cultura de lá, que os cidadãos gostam muito daquela pedra, é muito linda e interessante sendo um símbolo de Porteiras (Discente Matheus Silva).

Vejam como descreve o lugar este outro aluno.

A ida para Porteiras foi muito legal e importante, pois eu aprendi como os patrimônios ajudam a contar a história da cidade. A Pedra Branca é um patrimônio natural e imaterial, lá há uma lenda de uma moça, onde contam que ela foi até a pedra em um dia que acontecia uma procissão, em um buraco a moça acabou sendo encantada pela pedra e até hoje contam que no horário de meio dia se colocar o ouvido, em algum buraco da pedra você consegue ouvir barulho de talheres, como se a moça estivesse almoçando ali. O que achei legal é que em Cachoeira também tem uma lenda sobre uma moça, só que no Serrote do Coati e que assim como a de Porteiras ela faz parte da cultura da minha cidade (Discente Thiarly Santos).

visitado muitos museus, mais aquele era para mim o melhor, pois cada objeto carregava o espírito da memória do lugar, recontado pelos membros do grupo. Esta dissertação sem dúvidas é para mim fruto do que lá aprendi, fazendo por missão levar meus alunos sempre que possível for para saborear dessa experiência histórica, que não pode ser privilégio só meu.

Observando com atenção as narrativas de vivências históricas apresentadas, percebe-se em ambos relatos que os conceitos trabalhados nas aulas-oficina foram assimilados com clareza, conseguiram logo identificar a Pedra Branca como patrimônio, devido ao seu reconhecimento pelo povo do lugar, apresentando a importância da memória para a construção de valor e identidade local, visitando o espaço e ouvindo a História Oral apresentada pela guia constituem suas próprias memórias.

Fomos até a Pedra Branca, com a nossa querida guia Kelly, ela nos contou as lendas da pedra, durante a subida nós tínhamos que prestar bastante atenção no que ela falava, foi nos contando as lendas em todo o percurso. (...) É incrível ver o quanto a comunidade de Porteiras reconhece a importância desse patrimônio, trazendo identidade para a cidade, tudo traz um ar único para o lugar (Discente Ingrid Lopes).

É importante destacar que todos os relatos expressam as vivências com o meio ambiente histórico, promovem o olhar de estranhamento como o patrimônio natural, tomam novos sentidos e impressões, que dificilmente seriam tomadas com tamanha consciência se fossem apresentados por meio de representações do lugar em mapas ou fotografias. Logo, na visita ao primeiro objeto de estudo foram capazes de identificar o patrimônio ao tempo que indicando também como seus lugares de identidade e pertencimento. Disserto, assim como Pestana (2016), é preciso sair da inércia, é necessário a escola ir ao encontro de seus patrimônios em especial o Ensino de História, deve ir ao encontro destes saberes é promover além de conhecimento, é educar para a cidadania.

Como inspiração para sair da inércia nas aulas de História, apresento aos docentes da História, a Educação Patrimonial como ferramenta para o ensino, conhecer a experiência exitosa do REMOP e suas ações culturais que se tornaram com o tempo práticas educativas.

Acreditamos que uma das questões centrais para essa identificação da população foi o auto reconhecimento dos porteirenses e a elevação de sua autoestima, no que diz respeito aos bens da cultura local, que eram encontrados nas exposições culturais, nos debates e nas encenações artístico-culturais, fotografias, objetos e outras formas de registros sobre seus familiares e amigos. Dessa forma, ao se perceberem refletidos em um evento cultural que envolvia a todos, reforçaram seus elos de pertencimento ao torrão natal e à sua comunidade, como também ao conhecimento do passado e à valorização dos bens culturais (SANTOS, 2011, p. 104).

Neste interim de apresentação da aula passeio, a experiência aplicada em Porteiras-CE é por mim espelho replicado, por ser capaz de mobilizar professores, alunos e a comunidade a refletir sobre a História do lugar. Defendo, de maneira contundente, o papel da educação formal como fiadora desse percurso constitutivo, ao utilizar das ferramentas metodológicas aqui propostas como caminhos possíveis a serem replicados em Cachoeira dos Índios-PB não somente, mas tantos outros municípios, mundo a fora.

Imerso nessa reflexão fomos durante o estudo conduzidos à Casa da Memória de Porteiras, que é um espaço histórico que premia como resultado do movimento desses jovens revolucionários. A fundação do museu comunitário mobilizou toda a sociedade do município de forma participativa, o espaço possui um acervo de peças de doação popular que contam a História por meio dos objetos e sua capacidade reveladora da memória que é compartilhada a quem visita o espaço de cultura. (SANTOS, 2011). Sendo, desta forma, apresentada aos alunos durante a nossa visita, como saberes históricos.

É importante frisar que a organização das exposições do museu não é a de apenas proporcionar a materialização da memória dos porteirenses. Em cada exposição, busca-se deixar claro que seu acervo é formado pela expressão de sentidos, não se trata de um antiquário de peças tomadas, expropriadas ou compradas por mecenas e ali depositadas para contemplação. A casa do começo ao fim retrata a memória da população e que se constitui na exposição das peças contextualizadas pela equipe que acolheu os discentes, atribuindo valor e sentido.

Qual sentido foi atribuído ao museu na aula passeio e estudo pelos alunos participantes da pesquisa? Para mim, apresenta-se como espelho a ser refletido, em meu trabalho como professor de História. Então, quais foram os sentidos dados à Casa da Memória, durante a “aula passeio”? Para tanto, vejamos alguns registros feitos pelos discentes:

O museu é dividido em quatro salas, uma com tema de religiosidade, uma sobre história que apresenta objetos dos negros, índios, vaqueiros, outra sobre cotidiano com utensílios domésticos, em uma sala tem uma foto de um homem que sobreviveu ao tempo de Lampião, prestamos muita atenção nos guias que estavam falando das tradições de lá e os objetos que tinham em cada sala (Discente Mirlla Sousa).

No seu diário de expedição, Thiarly descreveu suas aprendizagens:

Fomos para o Museu Casa da Memória, ao chegar lá ouvimos a nossa guia Kelly e o Fabrício sobre a história de Porteiras, um dia incrível e totalmente inesquecível! (...) Observamos as histórias da cidade, contadas por meio dos objetos, na sala da história, tinha peças dos vaqueiros, índios e dos negros, tem um tronco utilizado para os partos. A cela que representava os vaqueiros era uma cela feminina, dos índios tinha um pote de barro, outra coincidência da cidade de Porteiras para Cachoeira dos Índios é a passagem dos cangaceiros, também tem a mesma padroeira. Durante a explicação de Fabrício ele buscou encontrar coisas parecidas entre a cultura da gente com a da cidade (Porteiras), um aluno que não faz parte da pesquisa disse que em cachoeira não tinha nada de importante para a história e nem cultura, eu respondi imediatamente que tínhamos sim, e dei os exemplos do Serrote do Coati e da Banda Cabaçal. A nossa ida foi muito boa, pois nós passamos a entender melhor as coisas que estudamos nas oficinas, e que poderíamos, assim como o REMOP, tentar escrever e contar a história da minha cidade (Discente Thiarly Santos).

A ida a Porteiras, foi protagonizada por alunos que participaram das aulas-oficina e de alunos que não tiveram acesso ainda à formação sobre patrimônio. Contudo a relação entre eles

possibilitou a ambos praticarem novos saberes. Aos que tiveram contato com a Educação Patrimonial, no instante em que alguns alunos presentes, não atribuíam valor algum à cultura de Cachoeira, fizeram com firmeza a defesa dos valores dos bens históricos do seu município, adquiridos durante as aulas-oficina de História, ao tempo que o embate possibilitou refletirem juntos os patrimônios históricos do lugar em que vivem, enriquecendo aprendizagem proposta de vivência histórica.

Nesse sentido, ao desenvolveram na prática diária exercícios de conscientização do povo, da necessidade de valorizar e salvaguardar seus bens culturais e imateriais, o REMOP estabeleceu também o seu elo entre o passado e o presente e seus vínculos afetivos, visíveis na Casa da Memória de Porteiras (SANTOS, 2007, p.107).

Ao retornamos para Cachoeira tive a certeza de que o exemplo dos jovens porteirenses, sendo altruístas, sem a ajuda da iniciativa pública e movidos pelo desejo de atuação como sujeitos da História, torna-se fertilizante para uma postura do Ensino de História que se aproxime de ações exitosas como por eles enfrentadas, que presentearam o lugar não apenas com um museu, mas como exemplo a ser replicado.

A conscientização, o conhecimento, a crítica e a reflexão, o sentir e sensibilizar-se diante do patrimônio cultural de sua cidade possibilita a potencialização do sentimento de pertencimento, do estabelecimento de um novo olhar para toda a herança cultural e se sentir também dono dela, de fazê-la viva dentro de si, de vivenciá-la e preservá-la, para que, os que ainda virão, possam recebê-la como um legado, e que dele usufruam, pratiquem, incorporem, em um diálogo permanente com as heranças de sua coletividade, e que nelas também imprimam suas digitais em consonância com seu tempo, com o cuidado necessário de zelar pela sua essência, em um processo contínuo pela preservação da identidade cultural local (FRANCO, 2019, p. 61.).

Era hora de buscar apresentar Cachoeira aos nossos alunos com olhar de estranhamento para o História do município, com a sensibilidade construída nos diálogos com o REMOP ao concluirmos a visita. Como esse novo olhar disponibilizado por eles torna-se uma missão possível buscar legitimar os patrimônios reivindicados nas aulas-oficina de História, como saberes escolares para o Ensino de História. Assim a aventura começa com a expedição ao Serrote do Coati.

Figura 24: Mosaico de registros fotográficos do estudo de campo



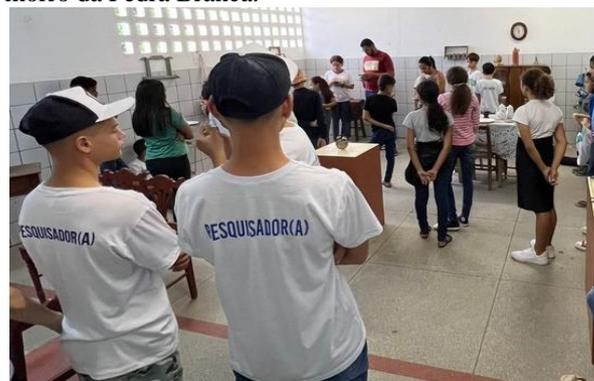
Registro da chegada à Pedra Branca em Porteiras-CE.



Discentes ao lado da imagem de N.S. da Conceição no morro da Pedra Branca.



Casa da Memória de Porteiras.



Casa da Memória, sala temática cotidiano.

Fonte: Arquivos da pesquisa.

3.2 Um piquenique no Serrote do Coati

A paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, locus de interação entre a materialidade e as representações simbólicas (RIBEIRO, 2007, p. 09).

Segundo a tradição oral, o município de Cachoeira dos Índios teve seu processo de ocupação territorial no início do século XX, nas proximidades no sopé do Serrote do Coati, como marco inicial da intervenção homem e natureza no lugar, para torná-lo produtivo, habitável e rentável, garantindo a sobrevivência e permanência no lugar (CARDOSO, 1979), que ao longo do tempo constitui o território geográfico e cultural dos cachoeirenses.

Ao apresentar o conceito de Patrimônio Natural na segunda oficina, os alunos imediatamente identificaram o lugar como uma paisagem natural e cultural, símbolo do lugar que vivem, pela robustez de sua beleza, contemplada não apenas pelos cachoeirenses, pois sua grandeza vai além do horizonte das suas fronteiras geográficas. A paisagem apresenta-se também na tradição oral, transmitida por narrativas como lugar encantado e lendário, por gerações.

Não por acaso esse o foi primeiro Patrimônio cultural que nos dispusemos a estudar e o vivenciamos pelas atividades da pesquisa. Para essa tarefa, convocamos a comunidade para nos auxiliarem com o percurso da trilha e da apresentação das suas representações geográficas, que os alunos iriam conhecer pela primeira vez *in loco*. Reafirmo que nenhum aluno pesquisador havia antes colocado os pés nesse lugar, que fica tão próximo do centro urbano ao tempo que tão distante, por falta de políticas públicas e de ações educacionais que os coloquem como fontes de saber.

Na contramão desta realidade, a “aula passeio” desenvolvida permitiu aos alunos encontrar o que só conheciam por meio de fotografias, jornais e tradição oral. Certo que a aula de História deve ocupar esses espaços como classes escolares, pois “(...) quando possível, entende-se que a experiência de observação *in loco* potencializa a ação educativa, uma vez que nada substitui o contato direto dos estudantes com o espaço urbano e seus patrimônios culturais (...)” (FRANCO, 2019, p. 117-118).

Após a amplitude da visita a Porteiras, era hora de voltar nossos olhares e vivências para Cachoeira dos Índios -PB, motivados pela ideia do piquenique. O serrote do Coati tornou-se classe de ensinamento da História, com autorização dos familiares e guiados pelo Professor Jone Cândido, profundo conhecedor da memória e da geografia do lugar, partimos ao amanhecer do dia marcado, caminhando na trilha rumo ao topo.

Como parte do planejamento e execução desta atividade de campo nomeada pelos estudantes de expedição ao Serrote do Coati, tomei cuidado de orientar para o uso de roupas adequadas, protetor solar, boné, o preparo da bolsa com água para hidratação, opção por alimentos leves, a serem compartilhados durante piquenique idealizado. Não esquecendo de registrar as vivências históricas em seus diários de pesquisas.

Durante a visita conhecemos os lugares que eram até aquele instante apenas representado pela memória dos outros. Os saberes do serrote foram inicialmente adquiridos pela transmissão da memória social, que oportunamente foi colocada frente a frente pela primeira vez com a realidade vivenciada por cada um dos alunos-pesquisadores, certo que no piquenique “sua lembrança assumira a forma da própria paisagem. Uma metáfora se tornara realidade, uma ausência se tornara em presença” (SCHAMA, 1996, p.35). Indo *in loco* ao cenário da paisagem natural construíram suas memórias com o lugar, a paisagem que vivenciaram quando forem narradas, seja de forma escrita ou pela oralidade, será sempre uma representação de um espelho daquele lugar. O momento vivido no piquenique no Serrote foi único, e sempre que quiserem reviver este momento o farão por meio das representações da memória, revisitando o cenário natural, sem necessariamente lá retornar, bastando buscar na memória o passado representado.

Ao presenciarem o Serrote do Coati foram desafiados a compreender as relações humanas com o meio ambiente, ao mesmo instante que constituem lembranças que sem dúvida alguma os colocam como transmissões das narrativas da paisagem que visitaram, atribuindo relevância pela escolha humana de preservação. Vejamos como os estudantes registraram suas percepções humanas da “expedição”, que fez do serrote uma extensão da sala de aula.

Ao registrar sua presença no serrote, a aluna Ingrid escreveu:

No começo da trilha vi alguns pássaros, besouros e flores. Em um momento senti muita dificuldade em subir, mas consegui, com ajuda dos meninos. (...) a volta foi mais tranquila. O Serrote do Coati é uma grande serra localizada na nossa cidade, com várias espécies de planta e animais. Um caminho longo até chegar no topo, porém com uma paisagem deslumbrante. Como a Pedra da Moça, que faz parte de uma lenda muito marcante na cidade. Infelizmente as pessoas, várias pessoas, vão lá e riscam as pedras, então é bem manchada (Discente Ingrid Lopes).

A paisagem que tomou forma em suas lembranças, foi assim registrada por João Lé:

No dia 9 de julho fizemos a Trilha de prospecção para conhecer as características geográficas do Serrote do Coati e sua relação com a memória do lugar, conosco estavam o professor Djalma, os meus colegas Thiarly, Matheus, Ingrid, Ray. Quem nos guiou durante a trilha foi o professor Jone, estava um pouco fechada ele teve que usar o facão para abrir o caminho, enquanto caminhávamos, escutávamos os lindos cantos dos pássaros. O professor Jone nos falou que antes dava para subir de carro até um local bem alto só que pessoas de mal intuito começaram a ir de carro para lá e degradar o ambiente, vendo isso decidiram deixar a mata fechar para dificultar o acesso para esses mal-educados, (...) quando cheguei na pedra da merenda fiquei maravilhado com tanta beleza, dava pra ver toda a cidade, (...) Eu estava vendo a paisagem natural mais linda da minha vida, logo peguei meu celular e comecei a tirar fotos e a gravar os vídeos, eu fiquei encantado com tanta beleza. E nesse dia eu pude ver que minha cidade tem a vista natural mais linda de todas! (Discente João Lé).

O Ensino de História para além da sala de aula permitiu que os estudantes, em seus diários de pesquisa, ao registrarem suas experiências vicárias de aprendizagem, oferecessem para mim testemunhos de sujeitos históricos, pois descreveram o espaço, atribuindo relevâncias de patrimônios histórico-culturais, à medida que apontam suas interpretações da necessidade de conservação e preservação, atribuindo valor e sentimento de orgulho de pertencimento ao lugar.

Como apresentado por Joël Candau, a tradição presente na memória social só ganha sentido se for capaz de ligar passado e presente, dando significado na vida cotidiana, adaptando-se, mantendo os seus significantes (CANDAU, 2021), na construção de uma ideia de pertencimento que importe defender. Corroborando para a defesa de um Ensino de História que possa transformar todos os espaços em salas de saberes produtores de memórias sociais, principalmente os patrimônios históricos e culturais de acesso possível. As descrições das vivências dos alunos atribuem conexões entre a tradição oral com o que foram capazes de

testemunhar, ao desfrutar do lugar ao tempo que captam o vivido nas lembranças, assim registradas pelo estudante Matheus:

O professor Jone foi abrindo caminho com um facão, com o professor Bruno que estava junto conosco (...) O Serrote do Coati é um local com subidas íngremes e cheias de pedregulhos, mas também é um local muito bonito, cheio de vegetação com flores, árvores e alguns espinhos, no começo tem um açude bem bonito, plantações de milho e alguns caminhos diferentes dos que estávamos seguindo. Brincamos, fazendo piadas, minha namorada, Ingrid, deu a biloura, mas depois voltou ao normal, chegamos no topo, comemos e descansamos. (...) Aprendi sobre esses patrimônios da nossa cidade, que aliás eu nunca tinha o visitado, aprendi sobre alguns animais que tem lá, e vimos macacos pela primeira vez (Discente Matheus Silva).

Diante do relato estou certo que “a experiência humana é então expressão da sensação do real vivido, da percepção dessa vivência e do pensamento que eles geram (...) em coletivo, na construção de memórias identitárias e patrimoniais” (MENESES, 2018, p.27). Por razão, a atividade de campo para alunos da Educação Básica, não produz apenas conhecimento científico, quando busquei permitir o uso de outros espaços não escolares, intencionei aproximar o aluno dos patrimônios do lugar, possibilitar a construção de memória identitária de valor histórico e cultura de salvaguarda patrimonial e aprender História simultaneamente.

De encontro da propositura formulada, escreveu o discente Thiarly no seu diário de pesquisa:

Serrote do Coati: Um serrote localizado na cidade de Cachoeira Dos Índios com uma trilha longa até seu topo, apesar da trilha longa a equipe do projeto partiu nessa aventura e valeu muito a pena (...) juntos com o professor Jone e outras pessoas que o acompanhavam. No começo é mata secundária, mas depois, no topo, a mata primária é bem fechada, lá é muito alto e há bastante pontos, como pedra do rei, a caverna, o Pinga, pedra da moça que possui uma lenda, há muitas árvores frutíferas como coco catolé e caju, umas pessoas viram um macaco, mas infelizmente não cheguei ver, um patrimônio natural lindo. Lá em cima tem coco catolé, caju e muitas flores, de várias cores e tamanhos, era um caminho muito difícil andamos muito para chegar no topo, porém pela experiência valeu muito a pena. Passamos por uma caverna, sentamos na pedra do rei e vimos uma pedra com o formato da do filme Rei Leão, foi simplesmente incrível (Discente Thiarly Santos).

Cada discente apresentou as lembranças construídas na memória sobre o Patrimônio Natural estudado, ao mesmo tempo que apresentam com entusiasmo, cada descoberta ao descreverem os espaços, a natureza preservada, as relações de sociabilidade durante trajeto realizado de forma coletiva, entre professores, colegas, namoradas e as belezas naturais do Serrote do Coati, atribuindo-lhe sentido aos saberes conhecidos da tradição oral.

Do encantamento à compreensão da necessidade de unir os saberes prévios, conceitos estudados nas aulas-oficina já apresentadas à vivência histórica, a ponto de legitimar o lugar como Patrimônio Natural, mesmo que não seja ainda assim tombado pelo Estado. A visita foi

útil nesse sentido de oportunizar teoria e prática para tomada de consciência da presença humana nesta paisagem, a fim de lhe manter preservada.

Consentido para este entendimento, a aluno Thiarly apresentou a sua compreensão de preservação dos Patrimônios Naturais, a partir da visita ao serrote:

Um dos pontos mais importantes que aprendi no dia de hoje é a preservação, pois o lugar que estamos nos referindo é uma identidade do nosso lugar, não podemos queimar o serrote, sujar ele, temos que cuidar e preservar é um lugar incrível, merece ser reconhecido e ser utilizado como um ponto turístico do patrimônio natural, mas lindo que já vi e vivi. Serrote do Coati, parabéns por sua beleza natural (Discente Thiarly Santos).

Assim como ele, João Victor demonstrou encantamento da relação homem e natureza, ao perceber que lá existe uma fonte de água que serve às pessoas e aos animais, ao tempo que atribui singularidade às suas memórias representadas como pedra preciosa única, que não é encontrada em outro lugar.

Pude ver que o Serrote do Coati é muito mais do que uma serra, é o lar de vários animais, inclusive vi uma família de macacos que precisam ser preservados, o lugar é cheio de mistério e tem o seu lindo charme que quando você vai lá não quer mais ir embora, ele tem sua lenda que não há igual, pode ter parecidas mas nunca igual, tem o local chamado o pinga onde podemos beber a água mais natural de todas, diretamente de dentro das rochas por um buraco que nunca seca. Eu quero muito poder estudar mais aquele local, quero que todos vejam aquela linda vista e a preservem e cuidem (Discente João Lé).

Se colocando de forma semelhante, Ingrid revela seu entendimento da relação homem-natureza, preservação e destruição e que as decisões tomadas pelo homem ao longo do tempo, foram cruciais para o uso dos recursos naturais e para formação da identidade da população de Cachoeira dos Índios-PB.

Percebi a importância desse Patrimônio Natural, que além de trazer identidade para nossa cidade e ser origem de uma lenda muito marcante para nossa cidade, é um lugar que te faz perceber a conexão do ser humano com a natureza (Discente Ingrid Lopes).

Os registros disponibilizados pelos estudantes jamais seriam possíveis sem o deslocamento da aula de História para o Serrote do Coati, dificilmente os alunos lhes atribuiriam com propriedade tantos adjetivos até aqui compartilhados, presenteando ao leitor a representação da paisagem como um exercício da memória, ao tempo que, apresenta-se como “patrimônio intangível” (GONÇALVES, 2009).

Nesta oportunidade, o Serrote do Coati tornou-se um objeto de pesquisa, sala de aula, campo de descobertas, laboratório histórico-cultural e ao mesmo instante fonte de saberes do meio-ambiente de vivência histórica onde “o patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir (...). O patrimônio, de certo modo, constrói, forma

as pessoas” (GONÇALVES, 2009, p. 28). Em interseção com essa ideia, acredito que essa ação deve ser protagonizada pelo Ensino de História, na formação de com “autoconsciência e histórica.

Figura 24: Mosaico de registros fotográficos da prospecção ao Serrote do Coati.



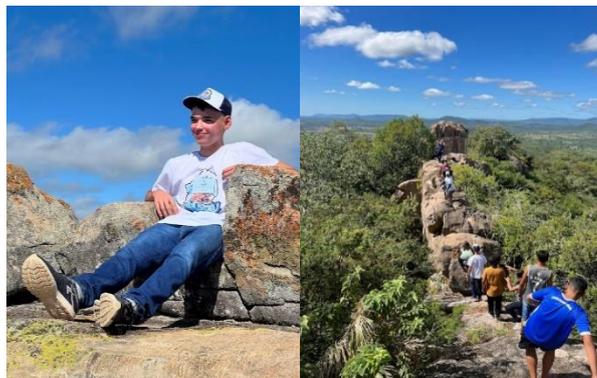
Registro do percurso da trilha do Serrote do Coati. Fonte: Arquivos da pesquisa.



Alunos pesquisadores, registro feito na “Pedra da Mesa”. Fonte: Arquivos da pesquisa



Registro do piquenique e parada para descanso, em seguida, entrada na caverna dos morcegos. Fonte: Arquivos da pesquisa.



Registro de Thiarly sentado no trono do rei e ao lado momento de retorno pelo cordão de pedras. Fonte: Arquivos da pesquisa.

Fonte: Arquivos da pesquisa.

3.3 O Levante da Memória

A educação histórica e a formação da consciência histórica dos sujeitos não ocorrem apenas na escola, mas em diversos lugares. Isto requer de nós uma relação viva e ativa com o tempo e o espaço do mundo no qual vivemos, por menor que ele seja. O meio no qual vivemos traz as marcas do presente e de tempos passados. Nele encontramos vestígios, monumentos, objetos, imagens de grande valor para a compreensão do imediato, do próximo e do distante. O local e o cotidiano como locais de memória são constitutivos, ricos de possibilidades educativas, formativas (FONSECA, 2006, p. 127).

O direito à memória é também uma força motriz deste trabalho, pensado para o Ensino de História no município de Cachoeira dos Índios. Colocando-se como prática docente possível a outras realidades educacionais nos demais municípios brasileiros. Como fonte, a memória permite revelar as narrativas históricas que ainda estão silenciadas em diversos

contextos escolares. Por isso, proponho o seu levante, a memória social despertada pode contribuir para se aprender História a partir do lugar que se vive.

Para esta tarefa, encontro na História Oral um elo entre a tradição oral e a educação formal, o passado e o presente, o lugar e o mundo, a memória e a escrita da História a ser utilizada nas práticas de ensino e aprendizagem. Cachoeira tornou-se para mim a extensão do chão da escola, colocando-se como seara de saberes orais, que registrados na produção de entrevistas, fornecem os subsídios para a escrita da História permitindo elaborar um “inventário participativo” (IPHAN, 2016) a cada levante de memória compartilhada, por quem fala, para os alunos que as escutam, compreendendo como vozes da história do lugar que passam a conhecer durante as expedições de pesquisa.

Tais concepções apresentadas colaboram para “A formação da consciência histórica, o respeito às tradições locais e orais pressupõem a compreensão do “eu” do “mundo”, do “uni” – “verso”, enquanto dinâmica, movimento, transformação, história!” (FONSECA, 2006, p. 139). Ao tomar o município como campo de estudos, busco oportunizar aos estudantes serem também pesquisadores curiosos da realidade local. Coube aos discentes, a tarefa de conduzir as reivindicações patrimoniais a serem estudadas, sendo o momento oportuno de ir ao seu encontro, para melhor estudar, conhecer e reconhecer, dedicando para isso o desejo de ouvir com empatia a memória social da comunidade sobre esses bens, como motes²³ a averiguação da memória social, presentes nas narrativas verbalizadas pela comunidade, sobre os bens que escolhemos estudar.

Segundo Funari e Pinsky (2002), os espaços de vivências das sociedades atuais são legitimadoras de tudo o que o homem produz e faz transformar em cultura – Patrimônio Cultural – que vai se desenhando com as ações do homem no seu fazer. O patrimônio toma forma de rituais, edifícios e ofícios, que são contados pela escrita ou pela oralidade representada (FUNARI E PINSKY, 2002). Os alunos foram convidados a ouvir com empatia as memórias, e aprender os valores dos seus bens culturais, fazendo acontecer o levante da memória de Cachoeira dos Índios.

Acredito que para além da pedra e cal, as narrativas orais são fontes fecundas para o levante das memórias que pretendo registrar, com a participação dos alunos e ajuda da comunidade. Os patrimônios do lugar e as memórias neles invocadas são como representação para melhor exemplificar e aproximar os fatos históricos da realidade vivida no tempo

²³ Muito utilizado pela cultura popular nordestina pelos repentistas durante apresentação de poesia de improviso no dicionário o mote é definido como aquilo que serve como tema (propósito) de algo. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/mote/>, acesso em 21 de agosto de 2023

presente, utilizo para isto, a História Oral como ferramenta de aprendizagem e fonte de saber das tradições e culturas locais a serviço da fabricação de saberes para a educação formal. Para realizar esta atividade de registro, os estudantes foram convidados a participação efetiva neste trabalho de forma estratégica, pois embora seja professor do município há alguns anos, sou migrante e não tinha ainda relações afetivas com a comunidade. Culturalmente existe uma prática da região e das pequenas cidades do Nordeste, do indivíduo ser reconhecido pela família de origem.

O curioso desta constatação é que a primeira pergunta que me faziam, quando em Cachoeira vim trabalhar, era: “você é filho de quem?”, muitas vezes o brilho sumia nos olhos quando relatava ser de outro município, por não encontrarem referência de reputação familiar, imediatamente buscava apresentar minha profissão. No que concerne a estratégia de familiaridade e pertencimento, os estudantes cumpriram esse papel de identidade imediata da pesquisa com o lugar, tendo em vista que eu poderia não ser aceito, os alunos pesquisadores tornam-se também minha certidão de boa conduta, seus familiares são conhecidos, declara-se que as portas das comunidades fossem abertas, para que adentrássemos a ouvir e registrar as memórias da comunidade.

No tocante a mobilização das metodologias de pesquisa, antes da sua aplicação, optei por ser o condutor do processo de entrevistas em História Oral, junto à comunidade, na elaboração do projeto original a ideia era que, os alunos fossem os protagonistas nesta fase da atividade. No entanto, por ser tratado de jovens, com pesquisa adequada às exigências avaliativas do Conselho de Ética, (Resolução 466), atribuir-lhes esse papel poderia colocar o trabalho em risco, pois estes poderiam optar por não fazer parte do grupo a qualquer momento. Por esta razão os alunos foram convidados a participar das visitas programadas, cabendo a mim, realizar as entrevistas, tendo o estudante sua ida optativa mediante autorização e comparecimento do responsável legal.

Para registro da memória social por meio da História Oral, foi elaborado em conjunto com os alunos, três roteiros de entrevistas, uma para cada tema do patrimônio reivindicado a ser estudado para ao final ser inventariado. Feito isso, era hora da mobilização da comunidade. Quem ouvir, como ouvir? Os pais dos alunos foram fundamentais nesta fase da pesquisa, pois eles indicaram as pessoas de reconhecido saber cultural do município para iniciarmos as prospecções de campo.

Colocando em práticas os saberes estudados durante as aulas-oficinas, nas quais foram estimulados a ter sensibilidade no ato de ouvir com empatia aquele que se dispõe a contar o que viveu ou aprendeu com os outros, com a natureza, consigo, corroborando com

alcance da aprendizagem adquirida durante a vivência histórica. Assim, registrou o estudante Matheus Silva: “Bem, fizemos as atividades que se tratavam sobre memória, aprendemos sobre a lenda da nossa cidade e a entrevistar, como falar, quais perguntas fazer e quais dados colocar.” (Arquivos da pesquisa).

Para realização das entrevistas, foi aplicada a “arte da escuta” (PORTELLI, 2016) de maneira ética a cada situação, observando as formas sistemáticas de ação, tendo em vista que ao sair à prática de campo, foi necessário determinar os objetivos de conhecimento, as relações interpessoais de escuta e questionamentos, as melhores formas de utilização dos equipamentos de gravação para ao retorno da atividade de campo fazer a sistematização dos resultados e arquivamentos nos diários de pesquisa.

Os autores Ricardo Santhiago e Valéria Guimarães apontaram-me o caminho de como unir História Oral e memória na consolidação da aprendizagem histórica no espaço escolar, utilizando desse saber como ferramenta pedagógica fecunda para aprendizagem e alcance dos objetivos desta dissertação. Consoante suas palavras: “O uso de história oral em sala de aula pode ser feito por educadores preocupados em fazer com que a história da comunidade, sua memória, suas lembranças, estejam conectadas de forma mais ampla ao cotidiano da escola e as atividades escolares” (2015, p. 32).

Tendo em vista que, a disciplina de História ao buscar a oralidade pode trazer para o ensino a relevância, ao falar de festas e tradições locais, ainda ausentes da educação formal e do dia a dia escolar, procurarei ir na contramão desta ausência, colocando os alunos frente a frente com novas possibilidades de se aprender História, ao promover nesta fase do trabalho o exercício de escuta do outro, com a promoção do diálogo e do respeito às diferenças. Ou seja, o aluno entrará em contato com uma “História viva”, da qual, pode ampliar seu repertório de entendimento de mundo.

Pretende-se, mesmo considerando que ela é narrativa de um fato, que a história oral temática busque a variante considerada legítima de quem presenciou um acontecimento ou que pelo menos dele tenha algum a variante que seja discutível ou contestatória. Como a “verdade”, no caso, é um elemento externo, o entrevistador pode e deve apresentar outras opiniões contrárias e discuti-las com o narrador. Tudo com a finalidade de elucidar uma versão que é contestada. A história oral temática não só admite o uso do questionário, mas, mais do que isso, este se torna peça fundamental para a aquisição dos detalhes procurados (MEIHY, HOLANDA, 2015, p. 40).

Ao escolher trabalhar com a perspectiva de que os alunos envolvidos sejam sujeitos da História, a ser por eles reivindicada junto as suas comunidades, dando à História Oral a oportunidade de tomar a palavra no dia a dia, a ser gravada e posteriormente escrita, acreditamos que “Registro de História oral funcionam como salvaguarda da memória de

grupos e constituem uma forma de afirmação de sua identidade. Muitas vezes esquecida pelo domínio de outras identidades” (SANTHIAGO E GUIMARÃES, 2015, p. 25).

A mobilização para concessão de entrevistas em História oral temática²⁴, foi realizada da maneira mais democrática possível, indo às igrejas, às rádios, à tv local, às salas de aula da escola, usando também a internet como recurso de comunicação, para estimular o interesse da sociedade contribuir, fosse se colocando como depoente e assim registrar seus saberes, ou compartilhando informações que nos levaram as outras pessoas que nos serviram de fonte para feitura do trabalho.

As metodologias para as prospecções foram ancoradas nas concepções Freirianas no despertar do desejo em aprender, convertendo-se na “(...) ‘liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar-se’. Tal liberdade requer que o indivíduo seja ativo e responsável.” (FREIRE, 2021 p.76). No momento que cada entrevista era marcada, os alunos eram convidados a serem coautores da produção da entrevista, como ensina Alessandro Portelli (2016).

Diante das disponibilidades dos entrevistados e dos alunos, eu organizei o planejamento, e com auxílio de aplicativo de mensagens, combinávamos as idas a campo. Como havia a possibilidade de desistência dos estudantes de continuar no trabalho de campo, - estive sempre em posição de abertura ao diálogo estabelecendo estratégias para possíveis frustrações e replanejamentos caso houvesse abandono - , as entrevistas foram sempre pensadas com a participação de dois estudantes, em muitas ocasiões todos estavam presentes, mas em toda a atividade conseguimos manter o padrão mínimo estabelecido, pois como feito nos diários de bordo das aulas-oficina seus registros serviriam de balizadores da aprendizagem.

Tendo em vista que os discentes não poderiam perder dias letivos escolares, devido as atividades de pesquisa, optei por cumprir a agenda de visitas sempre às quartas-feiras à tarde e aos sábados, comumente em dois turnos. Para cada visita busquei desenvolver e somar ao menos três coletas de depoimentos por grupo estudante, evitando tornar as idas exaustivas e desmotivantes, respeitando as individualidades. As entrevistas foram realizadas com a

²⁴ A história oral temática é quase sempre usada como técnica, pois articula, na maioria das vezes, diálogos com outros documentos. (...) Por partir de um assunto específico e previamente estabelecido, a história oral temática se compromete com o esclarecimento ou a opinião do entrevistador sobre algum evento definido. A objetividade, portanto, é direta. A hipótese de trabalho nesse ramo da história oral é testada com insistência e o recorte do tema deve ficar de tal maneira explícito que conste das perguntas a ser feitas ao colaborador”. (MEIHY, 1996, p 165)

anuência dos depoentes, nos lugares por eles indicados na grande maioria vezes, fomos recebidos nos seus lares.

Em decorrência disto, passamos a ir de encontro às pessoas, e assim ouvir suas narrativas de memória. O município tornou-se território de aprendizagem, para mim compreendido como uma extensão da sala de aula. A cada entrevista, com uma escuta atenciosa, aprendemos, compreendemos, registramos, transcrevemos e assim fomos “fazendo História”. A fim de “estabelecer essa relação entre escola e cidade (...) no caso do ensino de História, permitir um acesso democrático a memórias e passados relacionados a determinado território” (DERETTI, 2018, p. 48). A memória que ajuda a contar a História de Cachoeira dos Índios estava afastada do espaço escolar, com o trabalho de escuta é conectada aos saberes da História ensinada. Em decorrência disto passam a fazer parte das discussões da comunidade escolar.

(...) não podemos conhecer nem sentir as nossas recordações a não ser que as <<pensamos>> primeiro; e quando <<pensamos>> as nossas recordações, evocando-as articulando-as, elas deixam de ser objectos e passam a fazer parte de nós. (...) Só quando essas memórias fazem parte de nós é que podemos compartilhá-las com os outros. Os historiadores (...) para eles a memória só se torna vital quando inserta em contexto, pois é aí que se começa a sua história. (...) A memória desempenha um imenso papel social. Diz-nos quem somos, integrando o nosso presente no passado (...) (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 242).

Logo percebi que era possível atribuir aos lugares visitados a referência de me servirem como fonte históricas para a produção de História Oral e registro das memórias coletivas, na medida em que cada conversa foi sendo realizada, ocorreu a transmissão da memória social, no mesmo instante em colocados a ser escutadas pelos estudantes as memórias narradas, cabendo a estes atribuíam significância. Ao serem escutadas e assimiladas, transformavam-se em suas recordações, memórias e vivências compartilhadas da História do lugar, testemunhadas nas relações entre estudante, professor, comunidade e colegas pesquisadores a cada nova entrevista.

Ao longo do processo foram ouvidas vinte e nove pessoas da comunidade, que narram como suas memórias foram construídas e transmitidas; fosse pela tradição oral ou pela memória oral constituídas mediante outros suportes de memória.

Entendo que usar o Patrimônio Histórico Cultural para o levante da memória foi essencial, ao ser referência para as lembranças, estes ora são objetos, ora são lugares de memória, registros tangíveis e intangíveis do tempo.

É justamente das interseções entre Patrimônio, memória social e História oral, que busco nas conversas com os cachoeirenses, inventariar as suas representações, a cada

entrevista busquei usá-la como fonte histórica, que verbalizada e registrada ao som, deixa o território das tradições intangíveis, que captados pelo gravador, torna-se tangíveis, dando-nos a capacidade de materializá-la ao transcrevê-la.

Deste modo, “o patrimônio se inscreve entre a história e a memória” (POULOT, 2009, p. 235). De forma constitutiva, junto à comunidade e aos alunos, foi possível promover o levante das suas memórias, reivindicadas em seus patrimônios ao tempo que inventariei cada processo, para torná-los fontes didáticas de acesso escolar, nas aulas de História.

A noção de patrimônio implica um conjunto de posses que devem ser identificadas como transmissíveis; ela mobiliza um grupo humano, uma sociedade, capaz de reconhecê-las como sua propriedade, além de demonstrar sua coerência e organizar sua recepção; ela desenha, finalmente, um conjunto de valores que permitem articular o legado do passado à espera, ou a configuração de um futuro, a fim de promover determinadas mutações e, ao mesmo tempo, de afirmar uma continuidade. Esboçadas progressivamente por dispositivos de enquadramento de artefatos, lugares e práticas, as diversas configurações desdobram-se através das sociabilidades que as cultivam, das afinidades que se estabelecem por seu intermédio, além das emoções e dos saberes que se experimentam nesse contexto (POULOT, 2009, p. 203).

As atividades de escuta realizadas tornaram-se oportunidades de ensino e aprendizagem, de saberes históricos, de memória social e principalmente no que Poulot (2009), atribui de capacidade de aquisição do conjunto de valores da cultura local, que só pode ser adquirida se vivenciada e sociabilizada. Nesse interim, novas memórias são produzidas, como saberes históricos aptos à transmissão, pela oralidade ou pela escrita, ao relatarem o que presenciaram, em uma conversa com amigos ou registrando suas lembranças nos diários de pesquisa, os alunos pesquisadores produzem também sua “memória social”, pois seus relatos são também fonte de perenidade do passado, desde que não se permita fadar ao esquecimento.

Formou-se então uma identidade para o grupo, iniciado com o projeto de Ação Educacional Akangatu - que antecedeu esta pesquisa - , distinguiu-se pelo uso da camisa, boné e crachá estampando um indígena às margens da cachoeira da memória, simbolizando a fonte de onde os alunos reivindicariam os patrimônios, munidos também de celulares, para registro fotográfico, pranchetas usadas como base de preenchimento das fichas de entrevistas, em trabalho coletivo cada um cumpria uma atividade de registro e a cada encontro fomos pavimentando o levante da memória cachoeirense.

Motivados pelo desejo de conhecer a História do lugar, protagonizaram ao presenciar *in loco* o registo do Sítio Arqueológico Boa Fé a legitimação do topônimo do seu município ao ajudarem a colher as cerâmicas deixadas como prova da presença Tupi no lugar. (DANTAS, 2023). Foram naquele momento sujeitos da História de Cachoeira dos Índios, reafirmando a certeza que a escola também é lugar de produção de conhecimento Histórico e

que os alunos da Educação Básica podem realizar pesquisas promissoras, sendo capazes de fazer ciência e suas descobertas servirem de fonte para trabalhos acadêmicos. Com esse desfecho, as atividades tornaram-se importantes e movimentaram culturalmente o município, em que um grupo relativamente pequeno de alunos passaram a ser reconhecidos pela população e comunidade escolar.

Diante das estratégias metodológicas aplicadas, cada estudante registrou seus olhares às vivências históricas, atribuindo suas interpretações aos patrimônios indicados e reivindicados, para as expedições de campo, atribuindo-lhes valores e identidade.

É pela prática cotidiana, pelo querer praticar e participar, pelo querer frequentar e ter acesso, pelo direito de caminhar, sentir, usufruir as culturas e patrimônios locais que se reforça a identidade de uma comunidade, para garantir que, pelo sentimento de pertencimento, que é reafirmado pelas experiências, vivências, práticas e aproximações constantes, que o indivíduo, além de valorizar os patrimônios culturais locais, irá lutar pela sua preservação. É pelo movimento do que faz sentido, por aquilo de que se apropria, frui e pratica, que as manifestações, objetos, práticas etc., passam a se constituir uma essência que estabelece um diálogo permanente com o ser humano e o território que abriga um lugar com o qual se identifica (FRANCO, 2019, p. 62).

A jornada de pesquisa inicia-se ainda no chão da escola, onde aconteceu a primeira coleta da memória, cada registro serviria de fonte a ser estudada, os estudos continuariam até que fosse possível constituir elementos capazes de descrever satisfatoriamente o entendimento dos patrimônios estudados. Na tabela a seguir, apresento o calendário de visitas e identifico os estudantes que vivenciaram cada encontro da pesquisa com a História Oral, a Memória, com a História e os bens patrimoniais de Cachoeira dos Índios -PB. Em seguida apresento os relatos da História vivenciada a cada conversa pelo município.

Tabela 6: Prospecções de produção de entrevistas em História Oral

DATA	ENTREVISTADO	TEMA	PESQUISADORES
13/07	1. Romário 2. Aline	1. Quadrilha Quadrilhas Juninas 2. Serrote do Coati	Djalma, Ingrid, Mirlla, Thiarly.
18/07	3. Prof. Jone 4. Junior Soares	3. Serrote do Coati /Igreja Matriz 4. Quadrilhas Juninas	Djalma, Ingrid, Thiarly
20/07	5. João Borges 6. Damião 7. Dé 8. Mazinho	Banda Cabaçal Os Monteiro	Djalma, João, Mirlla
20/07	9. Prof. Odair 10. Clenilda	Museu da Baixa Grande	Djalma, Ingrid, Thiarly
22/07	11. Chicola 12. Paulo	Serrote do São Joaquim	Djalma, Ingrid, João, Thiarly

	13. Lenilson		
25/07	14. Edgley 15. Helder	14. Igreja Matriz 15. Quadrilhas Juninas	Djalma, Ingrid, Matheus, Mirlla, Ray, Thiarly.
25/07	16. Gilmar 17. Juvandi 18. Jacildo	Sítio Arqueológico	Djalma, Ingrid, Thiarly,
02/08	19. Gonzaga 20. Assunção 21. Manoel	19. Serrote do Coati 20. Igreja Matriz 21. Museu	Djalma, Ingrid, João, Thiarly.
02/08	22. Wanderley	22. Cavalgada de São José	Djalma, Ingrid, Matheus, Thiarly.
02/08	23. Assis de Bengo 24. Teixeira 25. Manoel da Torre	23. Cavalgada de São José 24. Cavalgada de São José 25. Serrote do Coati	Djalma, Ingrid, Mirlla, Matheus, Ray, Thiarly
05/08	26. Edegildo	26. Igreja Matriz	Djalma, Ingrid, Matheus, Ray, Thiarly
09/08	27. Seu Antônio	27. Serrote do Coati	João e Thiarly.
16/08	28. Maria Francisca	28. Serrote do São Joaquim	Djalma Dantas
03/11	29. Hannah Cacy	29. Sítio arqueológico	Djalma, Thiarly, Matheus, João e Ingrid.

Apresento aqui, as concepções dos patrimônios adquiridos ao longo da pesquisa pelos estudantes, tendo em vista que elas foram responsáveis pela construção do inventário participativo que será objeto de reflexão do próximo capítulo.

Metodicamente, apresento as experiências que compuseram a abordagem de ensino e aprendizagem da História em cada ação realizada durante execução dos trabalhos, notavelmente os relatos obtidos dos estudantes permitem, de forma qualitativa, avaliar os saberes adquiridos pelos estudantes em atribuir relevância a cada bem cultural, lhes apresentados pela face da Memória Social. As visitas realizadas serviram-me também de produção de acervos, pois apliquei de forma criteriosa as exigências historiográficas das pesquisas em História Oral, utilizando de gravador profissional de captação da voz, câmera fotográfica de boa resolução para montar um acervo icnográfico, utilizei do recurso da ficha técnica para catalogação e melhor organização sequencial da memória social coletada, e para o registro individual utilizei o recurso do diário de pesquisa, para escrita das memórias vivenciadas (SANTHIAGO, MAGALHÃES, 2015).

Cada passo da metodologia aplicada, foi pensado para oportunizar aos estudantes e a mim enquanto professor-pesquisador, vivências históricas com o município de Cachoeira dos Índios e sua gente, como um dos propósitos desenvolver o alcance do Letramento Patrimonial, como facilitador da aprendizagem histórica na sala de aula, conforme nos aponta Isabel Barca:

Em História, a aprendizagem é orientada para uma leitura contextualizada do passado a partir da evidência fornecida por variadíssimas fontes. A História não trata de certezas sobre um passado considerado fixo até que novos factos sejam descobertos; existem construções historiográficas diferentes, por vezes a responder a perguntas muito próximas, mas com enfoques diferentes (2006, p. 95).

Mostra disso foi a elaboração dos registos pelos estudantes, que se tornam documentos comprovantes dos significados e valores aos bens históricos reivindicados, estudados e cuidadosamente vivenciado nas prospecções, resultando em um inventário preliminar dos patrimônios históricos, como o retrato da aprendizagem adquirida ao longo da pesquisa. Neste momento, os patrimônios estudados serão apresentados, respeitando o enfoque a eles atribuídos durante o processo de aprendizagem pelos alunos-pesquisadores ao longo das atividades, estando presentes as suas interpretações dos bens materiais, imateriais por eles vivenciados.

Iniciando pelo Patrimônio Imaterial, apresento as representações das memórias das Quadrilhas Juninas, como manifestação cultural estudada, sendo assim registrada por Mirlla:

Aprendi que as quadrilhas são patrimônio imaterial, ainda são pouco valorizadas, mas, são realmente muito importantes para Cachoeira dos Índios, mesmo que algumas pessoas não percebem, quando as quadrilhas saem para dançar, fora de Cachoeira levam o nome da cidade com eles. (...) Que para uma quadrilha ser tão bonita é preciso muito trabalho duro, dedicação e muito dinheiro, os ensaios começam em janeiro para a apresentações no mês de junho (Discente Mirlla Sousa).

Para Ingrid, as juninas como movimento cultural, foram assim representadas:

Com essa entrevista eu absorvi uma lição, pois antes, por mais que eu achasse quadrilhas juninas legais e bonitas, eu não sabia do que tinha por trás das apresentações super elaboradas. É muito importante valorizar esse patrimônio imaterial, sendo quadrilha estilizada ou tradicional, ambas têm uma grande importância para a nossa cidade. (...) Aprendi que as quadrilhas juninas em Cachoeira dos Índios, iniciaram nos anos 90, as pessoas brigavam por uma vaga para dançar e que hoje em dia se tem dificuldades em conseguir participantes, no passado as quadrilhas da cidade fizeram História ganhando festivais em vários Estados como Ceará, Rio Grande do Norte, ele (**entrevistado**) fez algumas críticas à tecnologia, que o celular fez com que as pessoas desinteressassem das quadrilhas. Por mais que discorde um pouco, também tiveram informações interessantes e valiosas (Discente Ingrid Lopes).

De forma a complementar estudos a outros bens imateriais, fomos oportunamente levados a conhecer o Sítio Cipó, onde ocorre a tradicional Festa de São Lázaro, animada com as melodias entoadas pelo som do Pife da centenária Banda Cabaçal: Os Monteiros, experiência, assim registrada por João Victor:

Fomos à quadra de seu Mazinho no Sítio Cipó, lugar onde é realizado os ensaios da banda e algumas festas religiosas entre outras, é uma quadra grande, fomos recebidos com música, alegria e carinho, conversamos com os integrantes da banda e começamos as entrevistas, eles nos falaram do tempo da banda, dos tipos de instrumentos utilizados, falaram das dificuldades de conseguir recursos. A banda é

muito importante para Cachoeira e sempre são chamados para tocar em muitos lugares (Discente João Lé).

Ainda, sobre a visita a quadra de Mazinho no Sítio Cipó, Mirlla ao fazer seu registro no diário de pesquisa escreveu que:

A banda Cabaçal tem mais de 100 anos e ela toca na maioria das vezes em festas religiosas, pela primeira vez tem uma mulher tocando lá. Aprendi sobre o processo de fazer um instrumento que é muito difícil e demorado, já que envolve vários processos, dentre eles o de cortar, serrar madeira de Timbaúba, tem poucas pessoas interessadas em entrar e aprender a tocar e produzir instrumentos, essa cultura pode sumir por não estarem mais querendo participar. (...) no fim eles fizeram uma apresentação especial para nós (Discente Mirlla).

O último patrimônio imaterial estudado foi a Cavalgada de São José, que acontece todos os anos em 19 de março, os alunos-pesquisadores assim registraram as memórias compartilhadas, do que se tornaram saberes adquiridos registrados no diário de pesquisa.

Fomos à casa do fundador da Cavalgada, foi o senhor Assis que teve a ideia de criar a cavalgada da Festa de São José, me chamou a atenção quando durante as entrevistas falarem dos cavaleiros e suas vestimentas, são mais de 800 cavaleiros que participam da festa, alguns com roupas normais do dia a dia e outros com roupas de couro (Discente Matheus Silva).

Para Mirlla, ao registrar suas memórias de sua vivência histórica, durante as entrevistas sobre a cavalgada de São José:

Sobre a Festa de São José, descobri que na primeira festa quem tocou foi a Banda Cabaçal (Os Monteiros) a Cavalgada sai de Cachoeira até as Marimbas, este percurso escolhido por conta da ligação do fundador com as Marimbas. Atualmente essa cavalgada tem em torno de 700 a 800 pessoas que vão de cavalo, o que foi um grande aumento na primeira só 60 cavaleiros, foi no passado que a cavalgada foi uma das primeiras do interior do Nordeste e graças a ela o surgiram várias outras, sempre o padre realiza a benção aos cavaleiros, participam de jovens a idosos de ambos os gêneros (Discente Mirlla Sousa).

Quanto aos registros do Patrimônio Natural do município, pelos alunos-pesquisadores, apresento, inicialmente o Serrote do Coati, que será agora descrito. Através da memória social o Serrote do Coati foi representado, permitindo somar saberes ao lugar, por eles vivenciados. No entanto, aqui serão apresentados os registros das atividades em História Oral. Desta forma, sobre o olhar da tradição oral, Thiarly descreve este patrimônio natural, da seguinte forma em seu diário de pesquisa:

Descobrimos um pouco sobre História da lenda da Pedra da Moça localizada no Serrote do Coati, elas nos contaram que era uma moça muito bonita de cabelos longos, falaram que lá havia um castelo encantado e que você tinha que decifrar algumas palavras para desencantar o castelo, falaram que lá no serrote tem uma da pedra que é um trono do rei. (...) na entrevista sobre o serrote do Coati com o senhor foi simplesmente sensacional eles no contou que apesar do nome, nas suas várias idas a serra nunca chegou a ver um quati, ele nos disse que de certa forma tem um apego pela serra porque quando ocorre um incêndio na serra ele fica triste, porém

vem diminuindo os incêndios na serra, como ele nos contou que a mata já está se recuperando (Discente Thiarly Sousa).

Para Ingrid essa vivência histórica, com as memórias que cercam o Serrote do Coati, foi assim registrada:

A entrevista sobre o Serrote do Coati foi muito boa, ouvir uma pessoa que viveu a coisa é totalmente diferente. Ele contou que pedras rolam do alto da serra no “extremo nada”. Escutava passos, mas quando olhavam não tinha ninguém. E a minha parte preferida: a bela índia que encanta as pessoas para longe²⁵ (eu vou desenhar) (Discente Ingrid Lopes).

Como resultado da escuta da História Oral das memórias do lugar, mostraram-nos o caminho de mais um Patrimônio Natural, como objeto de estudo fomos direcionados ao Serrote do São Joaquim, no Sítio Angical, deste lugar, os discentes fizeram os seguintes registros:

Fomos ao Sítio Angical para a coleta de entrevista (...) lá nos relataram como era viver naquele local e como eles gostavam de lá. Falaram também que eles utilizavam o serrote para caçar, pegar a madeira para a construção de móveis antigamente, relataram que não trocavam aquele lugar para morar em outro. Lá é muito lindo, com muitas árvores e pássaros, fomos à cachoeira junto com seu Lenilson, ele nos mostrou a barragem que na época foi construída pelos locais sendo pago o trabalho com garrafas de milho (Discente João Lé).

Sobre a experiência, entre nós compartilhada escreveu o Thiarly:

No Angical sítio próximo ao Tambor, está localizado o Serrote do São Joaquim, lá um dos entrevistados nos falou que não tem acesso à serra, infelizmente não há trilhas, a comunidade retirava madeira para a construção de alguns moveis, no lugar tem muitas plantas medicinais, eles nos falaram que lá vivem animais como veados e várias espécie de pássaros, em seguida fomos a uma espécie de cachoeira é perto do local ao ar livre, lá conheci a lenda da Pedra da Risada, onde as pessoas passam perto da pedra e escutam umas risadas (Discente Thiarly Santos).

Conclui-se que as experiências da História vivenciada permitem a efetivação do levante da Memória, que foi pleiteado no início da pesquisa. Ao debruçar minha atenção a estudar a memória nas reivindicações dos Patrimônios Histórico-culturais, procurei oportunizar aos alunos-pesquisadores a democratização dos saberes históricos de Cachoeira dos Índios. Estes saberes passaram a ser estudados, refletidos e problematizados em contexto escolar, tendo como fonte de acesso escolar os registros por eles também realizados, ampliando o acesso democrático destes saberes.

Resultados da produção em História Oral, dos bens materiais representados na memória social coleta e das vivências registradas pelos estudantes, apresento sob a ótica deles

²⁵ A Narrativa imaginária da Pedra da Moça e da Cabocla será apresentada pela Memória Social no Inventário do Serrote do Coati no capítulo IV a partir da página 169.

os registros de três patrimônios materiais, a começar pelo Museu da Baixa Grande, assim descrito:

Eu, Ingrid e o professor Djalma fomos super bem recebidos (...) **(o entrevistado)** ele nos contou que o símbolo do Museu é o pilão por conta de o mungunzá ser uma comida típica do sítio, o Museu está localizado ao lado da capela e os itens do Museu foram doados pela própria comunidade do sítio Baixa Grande. Logo em seguida (...) **(a entrevistada)** nos falou que antes o padre falava que Baixa grande não podia ter a capela por conta que era muito perto da matriz, porém na ida de um bispo ao sítio ele falou que podia sim, então a comunidade começou a construção da capela e depois o Professor Odair teve a ideia de construir o museu (Discente Thiarly Santos, grifos do autor).

Ao descrever a vivência histórica no Museu Histórico e Cultural das Famílias do Distrito Baixa Grande, Matheus assim escreveu:

Ao chegarmos lá a pessoa que nos guiou foi o professor Odair, primeiro nos mostrou vários documentos que mesmo sendo antigos estavam bem preservados, documentos de nossa cidade. Depois ele nos mostrou vários objetos do museu, como um toca-discos antigo que era bem interessante, e ao longo do museu fomos vendo várias fotos de várias pessoas indo à igreja, e reconhecemos alguns familiares nossos o que também gerou brincadeiras. Para não esquecer na entrada do museu tinha duas esculturas de pedra feitas por um artista eram sobre os cangaceiros que mataram alguém naquela região (Discente Matheus Silva).

Importante frisar que este espaço histórico é o único, não havendo outro espaço museal em Cachoeira dos Índios-PB, tornando-se, portanto, pioneiro, referência de preservação cultural e exemplo a ser seguido. O Museu faz parte do cotidiano da aprendizagem escolar, pois possibilita visitas de estudantes de toda a região (DANTAS, DANTAS, 2023).

Também reivindicada com Patrimônio Material pelos estudantes e pela comunidade, seguimos os estudos, para melhor conhecer a História da edificação da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. De maneira oportuna, ofereço aos alunos pesquisadores contato com as fontes históricas materiais. Na ocasião, sob minha orientação puderam analisar documentos paroquiais, e sua vital importância para a História a ser construída.

Os patrimônios e os documentos corroborando para construção de uma escrita verossímilante que a historiografia exige, podendo legitimar as memórias sociais por nós tomadas como fonte principal de pesquisa. Nesta perspectiva, apresento os relatos dos estudantes sobre esse bem material:

Hoje fomos até a igreja matriz aqui de Cachoeira dos Índios, para olhar e escanear o Livro de Tombo da Igreja. Chegamos lá e colocamos luvas e máscaras para não correr o risco de danificar o livro, escaneamos algumas páginas e então fomos ver o livro de batismo (acho que o nome da minha mãe está lá). Depois nós fomos tirar fotos da igreja e analisar o altar (Discente Ingrid, Lopes).

O estudante pesquisador Matheus assim registrou sua vivência:

Fizemos análise dos documentos e tivemos a grande experiência de tocá-los cuidadosamente, depois de descobrir coisas novas fomos tirar fotos da igreja, daí partimos para a próxima entrevista. (...) sobre a igreja da cidade, que já passou por muitas mudanças, nessa entrevista ele falou algo muito interessante sobre o sino da igreja, que há formas diferentes de tocá-lo, e isso é muito legal de saber (Discente Matheus Silva).

Os estudos e entrevistas foram direcionados para análise histórica do templo edificado em suas características arquitetônicas, mas também, como um lugar que o passado conserva presente nas memórias transmitidas, entre várias gerações, a igreja, testemunhou em silêncio muitas mudanças em sua arquitetura e também nas relações sociais que a cercam ao longo do tempo. Sobre esses relatos da memória social, que dão voz a esse patrimônio em cada depoimento coletado, os alunos pesquisadores registraram as suas percepções.

Notamos na relação de fé da comunidade com a igreja com as bonitas falas da **(entrevistada)** que conseguiu trazer pra gente uma outra forma de ver a relação da comunidade com a igreja, nos falou que as pessoas ajudam contribuindo com alimentos para a venda e com pequenas quantias de dinheiro para ajudar nos eventos da Igreja. (...) Houve também um acidente na reforma da igreja onde morreram três pessoas por que estavam derrubando uma parede de baixo pra cima. (...) **(entrevistado)** nos mostrou algumas fotos e podíamos notar algumas mudanças na igreja, no altar, ele nos contou que antes a torre da igreja era mais pra frente e não junta como hoje em dia. Uma história até que engraçada (...) é que um padre que veio da Itália e voltou casado com uma mulher daqui de Cachoeira (Discente Thiary Santos).

No seu diário de pesquisa, Matheus registrou as relações festivas, em que a religião é também lugar de convivência da comunidade.

Bem, a Igreja da nossa cidade foi evoluindo muito ao longo dos anos, pois os moradores da nossa cidade ajudaram, houve várias reformas, modificando o que antes era a uma pequena capela do sítio Catingueira que fazia parte da cidade de Cajazeiras. Há também a Festa da Padroeira N. S. da Conceição em dezembro, que tem rezas de missas, novenas e a coroação da santa onde a imagem é o centro principal. Para a coroação é escolhida uma pessoa da Igreja que tenha conseguido arrecadar mais dinheiro para a paróquia, que no momento, tem que colocar a coroa muito devagar e com muito cuidado para representar este grande papel. A festa mudou um pouco pois deixou de ter os leilões de galinha e a venda de bebidas alcoólicas, hoje sempre ao final das celebrações a comunidade se reúne do lado da igreja para a quermesse, com venda de comidas e bebidas para arrecadar fundos para cuidar da igreja (Discente Matheus Silva).

A Igreja enquanto edifício de “Pedra cal” foi, portanto, representada como espaço de memória e de convívio social, que determinou durante muito tempo as condutas sociais e espaços de fé e lazer que uniu em comunhão os cachoeirenses, ao seu entorno, sendo, portanto, creditado relevância e necessária preservação deste patrimônio da fé de sua gente.

O terceiro e último patrimônio material aqui apresentando, faz parte da História e memória recente do município, ao tempo que me serve de prova substancial de que a escola pode e deve protagonizar descobertas científicas e produção de saberes, especialmente no que

tange ao conhecimento da História a ser ensinada, fruto da utilização da Educação Patrimonial como ferramenta para o Ensino de História.

O projeto de Ação Educacional Akangatu, protagonizado por alunos e por mim professor de História da Escola Maria Cândido de Oliveira, iniciado em 2022, foi responsável pelo registro do Sítio Arqueológico Boa Fé, comprovando a presença indígena, durante anos questionada. O registro da experiência compartilhada pelos alunos direciona caminhos para que os alunos se percebam como sujeitos da História, atuando em seu município. Estando presentes, no momento em que o fato histórico de registro do 18º Sítio Arqueológico Tupi no interior da Paraíba e 1º Sítio Arqueológico de Cachoeira dos Índios- PB (DANTAS, 2023), escrevem seus nomes nas páginas da História a ser editada sobre o lugar.

A relevante descoberta, proveniente de uma proposta de aulas de História para além do espaço escolar, possibilitou aos discentes presentes participar de uma descoberta muito importante, tornando-os notícias em diversos jornais impressos e eletrônicos de circulação regional, estadual e nacional.²⁶ Ao tempo que tomam para si a responsabilidade de registrar suas memórias e aprendizagem em diários de pesquisa.

Assim como a legitimação do sítio, pelo arqueólogo Juvandi dos Santos (DANTAS, 2023) aos serem os primeiros cidadãos da cidade a observar o lugar, suas memórias do acontecimento tornam-se imediatamente registros a serviço da memória social, também tornam-se documentos quando as registraram nos diários da prospecção, ressaltando que muitos discentes poderiam ter compartilhado dessa experiência, abandonado o projeto e infelizmente deixando para os que perseveraram a missão de escrever a História do seu lugar.

Os diários de pesquisa elaborados durante o projeto de ação educacional são postos como fonte da memória social, assim como os demais depoimentos colhidos, nem todos os alunos que participaram das atividades do Akangatu escreveram-se com participantes voluntários deste trabalho de pesquisa, uns permaneceram e novos alunos- pesquisadores, decidiram se aventurar no aprender da História do lugar. O momento histórico da confirmação do sítio arqueológicos vivenciado *in loco*, pelos estudantes da Escola Maria Cândido de Oliveira, foram assim por eles representados.

João Victor, a respeito da sua participação na descoberta arqueológica, apresenta-nos suas expectativas, suas sensações durante o momento vivido na companhia de seus colegas e da recepção alegre das repercussões do feito, também protagonizado por ele,

²⁶ Ao final do trabalho nos anexos II, III, IV é apresentado os registros jornalísticos com as repercussões do trabalho de pesquisa.

Eu sempre acreditei que em Cachoeira havia tido índios e sempre que alguém me perguntava se tinha, eu falo que tinha, mas às vezes as pessoas não acreditavam, no dia em que fomos ao sítio Boa Fé eu estava muito confiante que iríamos encontrar. Nós do Projeto Akangatu, saímos em um estudo de campo com o objetivo de encontrar vestígios indígenas no Sítio Boa Fé, junto a mim estavam o professor Djalma, Jacildo, os alunos Ingrid, Thiarly e Mirlla, liderados pelo arqueólogo Juvandi. Daí entramos na trilha e eu fiquei prestando muita atenção e fiquei o mais perto possível do arqueólogo Juvandi para poder aprender com o que ele falasse e para ter a oportunidade de ver como os arqueólogos fazem para identificar os objetos, (...) já por volta das 10h quando já estávamos desistindo, foi encontrado o primeiro pedaço de cerâmica, todos comemoramos e continuamos a procurar mais, infelizmente encontramos muitos pedaços pois a mata onde estavam é secundária e antes o espaço usado para a plantação de algodão. Logo essa descoberta repercutiu por muitos jornais da Paraíba e até no G1 e eu me senti super feliz, até a minha professora da escola me usou de exemplo, foi simplesmente incrível e inesquecível pra mim, e agora eu posso afirmar e provar que Cachoeira dos Índios teve índios (Discente, João Lé).

Ainda, o relato de Ingrid reflete um pouco a expectativa de achar os vestígios indígenas, capazes de legitimar a História do município em que vive, ao tempo que no momento das descobertas passa a refletir o passado e as condições de sobrevivência que estes povos ali enfrentaram.

Chegando lá, Jacildo nos recebeu e logo depois entramos na mata. Fomos em um lugar procurar os pedaços de cerâmica. Por mais que nessa hora nós não achamos nada além de telha, é uma sensação muito diferente, parece até aqueles filmes de arqueologia que tem um monte de aventureiros e pesquisadores. Andamos mais e durante o caminho achamos alguns pedaços de cerâmica Tupi. É um negócio muito louco, porque quando você para pra pensar que se tem esses vestígios, tinham indígenas que moravam por aqui, você começa a imaginar o passado, como eles eram e tudo que acontecia. (...) Fomos em um lugar e nada, andando e nada, até que paramos em um lugar pois parecia haver alguma coisa e então achamos o primeiro pedaço de cerâmica Tupi. Enfim achamos vários, eu achei um (Discente Ingrid Lopes).

Ao registrar sua participação, Thiarly apresenta de forma muito clara a consciência histórica, adquirida do momento que protagonizou, colocando os achados como fontes de novos saberes a produzir, percebendo-se como parte da História do município, ou seja, compreendendo que é sujeito Histórico do lugar no tempo vivido.

No dia de hoje a nossa equipe do projeto Akangatu foi ao local que possivelmente estava localizada uma aldeia indígena, achamos vários cacos de cerâmica indígena entrando na mata junto com um arqueólogo de Campina Grande conhecido como Juvandi que planeja retornar no período de seca para um reconhecimento maior e melhor da área (...) com isso nossa equipe ficou bastante ansiosa para os próximos passos do projeto, o sítio arqueológico foi encontrado no sítio Boa Fé em Cachoeira dos Índios (...) depois disso merendamos na casa de Jacildo proprietário das terras, onde foi encontrado o sítio arqueológico e fomos pra casa bastantes felizes pela descoberta, e com um sorriso de canto a outro por estar fazendo parte da história de Cachoeira dos Índios. Estar ali na mata procurando e ajudando o arqueólogo a achar as cerâmicas foi uma sensação única é gratificante! (Discente Thiarly Santos).

Ao final deste percurso, apresento as representações dos Patrimônios Históricos de Cachoeira dos Índios-PB, para o levante da memória social, representada nos registros

produzidos pelos alunos pesquisadores, que os reivindicaram como fonte de saberes históricos escolares a serem disponibilizados na educação formal. Servindo para mim de subsídio para a elaboração do inventário preliminar, por eles disponibilizados ao compartilharem suas interpretações e aprendizagem de cada patrimônio pesquisado e por eles representados.

Acredito que o Patrimônio Histórico do lugar deve ser aproveitado como fonte fecunda de saberes e vivências do aprender a disciplina História escolar, ao se propor observá-los como fontes capazes de promover o levante da memória. A didática experienciada, corroborou para legitimar Letramento Patrimonial, comprovadamente alcançado como caminho facilitador dos saberes apresentados, a serviço da compreensão da História.

O Letramento Patrimonial, portanto, experienciado e colocado à prova neste trabalho, concretiza-se quando se oportuniza ao sujeito aprendiz identificar, reconhecer, reivindicar, valorizar, pertencer, preservar, defender os bens culturais como patrimônios que o constitui e lhe dar identidade no tempo histórico. Na medida em que compreenda que o patrimônio se eternize na memória, esta por sua vez toma também a forma escrita a preservando do esquecimento, afinal a História é também o registro das memórias apreendidas que ganham simbologias gráficas (ASSMANN, 2011).

Desenvolve-se uma capacidade de interpretação da sua realidade social e histórica, ponte de edificação da Consciência Histórica, como condição humana, na busca de sentido nas permanências ou transformações culturais que advém da passagem do tempo, atribuindo-lhe identidade (CERRI, 2011). Neste ponto, acredito que a Educação Patrimonial pode ser o elo entre “passado e presente”, constante no ato de ir em busca do ouvir, do vivenciar, do pertencer, do contar junto e aprender História com empatia, por meio da memória social da comunidade e o lugar do patrimônio cultural.

A História é cotidianamente escrita, e se apresenta em diferentes espaços, sendo necessário estudá-la não apenas na sala de aula. Voltamo-nos após a escuta da Memória Social, das vivências oportunizadas pelas atividades de pesquisa realizadas dentro e fora do contexto escolar, transformou o município em uma extensão da sala de aula e principalmente em um campo para realização de uma Historiógrafa Escolar Aplicada, resultando no livro digital escrito com a participação dos alunos pesquisadores a ser utilizado como subsídio para a introdução do Ensino da História de Cachoeira nas aulas da Educação Básica. As vivências históricas e a escuta atenta fazem dos alunos escritores das narrativas que unem o passado e a tradição, a oralidade e a escrita a serviço do Letramento Patrimonial e da Consciência Histórica.

A pesquisa resultou em dois inventários inovadores para revelar a História do lugar, o “*Inventário Juvenil do Patrimônio Cachoeirense*”, onde jovens estudantes escrevem as histórias dos patrimônios do lugar, para seus iguais, com uma linguagem que talvez eu não conseguiria reproduzir sem suas colaborações. Dou ênfase que o trabalho desenvolvido prova que é possível fazer ciência histórica na Educação Básica, quando em 02 de setembro de 2023, o projeto protagoniza a ação de promover a exposição em praça pública dos levantamentos preliminares dos patrimônios reivindicados e ocorreu uma grande mobilização social, ficou claro que o levante da memória protagonizado pela pesquisa, resultando na exposição: “Achados para uma Cachoeira dos Índios-PB”, marcaram a efetivação de uma historiografia escolar que passou a esclarecer e atribuir valores sobre os bens históricos culturais que são escritos e narrados com a assinatura dos alunos da Escola Maria Cândido de Oliveira.

Ao produzir um inventário patrimonial participativo, tornar-se-á material didático de acesso escolar para uso nas aulas de História, busquei resolver um dos objetivos iniciais da pesquisa que era o acesso a fontes históricas sobre o município a ser utilizada em sala de aula do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental anos Finais, resolvido essa problemática apresento de forma sistemática os estudos do patrimônio realizado, para promover também um inventário patrimonial. No quarto e último capítulo para além das vivências e das escutas da Memória Social, e dos registros transcritos da História oral os patrimônios ganham em suas narrativas da memória viva, também as contribuições de fontes materiais, documentos, carta e fotografias, contribuem para uma descrição detalhada das origens, transmissões e valores que fazem os bens culturais não se perderem no passado, busco inventariar para historicizar as relações dos cachoeirenses com os patrimônios, sua História e identidade.

Figura 24: Mosaico dos registros fotográficos das atividades de pesquisa.



Registro de visita à igreja para análise de fonte material, livro de tomo paroquial. Fonte: Arquivos da Pesquisa.



Entrevista na beira do riacho, Serrote São Joaquim. Fonte: Arquivos da pesquisa.



Visita à quadra do Mazinho no Sítio Cipó, conhecendo as memórias da Banda Cabaçal Os Monteiros.



Entrevista no Sítio Pedras Pretas, registro das memórias sobre a Cavalgada de São José.



Entrevista realizada na Pedra da Moça, paisagem natural que guarda a lenda da Cabocla aprisionada no Serrote do Coati.



Entrevista realizada no Sítio Angical na residência da família Chicolá, registro de memórias do Serrote do São Joaquim.



Entrevista realizada na escola Maria Cândido de Oliveira sobre as Quadilhas Juninas.



Entrevista realizada na residência de Jone Cândido sobre as memórias da Igreja Matriz e do Serrote do Coati.

Fonte: Arquivos da pesquisa.

CAPÍTULO 4 – INVENTARIAR PARA HISTORICIZAR

Inventariar é um modo de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor. Nessa atividade, é necessário um olhar voltado aos espaços da vida, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio do local. Por fim, cabe enfatizar que esta iniciativa não tem a pretensão de servir de instrumento de identificação e reconhecimento oficial de patrimônio, nem substituir as atuais ferramentas utilizadas nos processos de proteção dos órgãos de preservação do patrimônio de qualquer esfera de governo (IPHAN, 2016, p. 07).

As ações metodológicas deste trabalho científico estiveram voltadas para o desenvolvimento de práticas educativas que pudessem contribuir de forma positiva com o Ensino de História, utilizando da Educação Patrimonial como ferramenta para consolidação do ensino e aprendizagem da disciplina no contexto escolar. Assim como Neves (1997), entendo que a História (vivida) acontece no lugar onde a se vivencia, no cotidiano escolar e comunitário.

Para auxiliar nesta tarefa, com o protagonismo dos estudantes da Escola Maria Cândido de Oliveira, foi possível promover o levante da memória que se pretendia, conseguindo fomentar a participação da comunidade em contar a História do município, utilizando como fontes motivadoras e históricas os patrimônios históricos culturais locais, servindo de ponte entre o passado e o presente dele, resultando nas construções sociais e identitárias do lugar. A memória social despertada nos testemunhos em torno das vivências históricas de sua gente e suas tradições foram o fio condutor do processo historiográfico.

O trabalho de professor pesquisador em História, desenvolvido por mim neste trabalho, buscou articular as diferentes fontes históricas, transformando-as em informações valiosas capazes de narrar e assim produzir o inventário dos patrimônios culturais, a partir das reivindicações dos alunos ao longo do processo de consolidação do Letramento Patrimonial. Utilizar a Educação Patrimonial é permitir-se perceber o mundo como espaço da sala de aula, enfatizando que o mundo não no sentido literal, mas o mundo compreensivo da História de forma individual de cada aluno, “cada cabeça é um mundo” (Michael Derick).

Assim, os inventários aqui apresentados servem como subsídios iniciais para o trabalho docente como fontes de acesso escolar para se trabalhar nas aulas de História do município, ao tempo que podem ser utilizados como resultantes de uma experiência a ser replicada em outros lugares, onde ainda se aprende conteúdos eurocêntricos e pouco se sabe ou se é apresentado sobre os saberes locais nos espaços escolares.

Obviamente que bens culturais catalogados não representam por completo os bens culturais e históricos de Cachoeira dos Índios, pois existem muitos outros que podem ser utilizados como fontes a serviço de estudos futuros, pois tamanha foi a riqueza histórica

descortinada ao longo do percurso constitutivo apresentado, e que impossibilitam ser feito em um único estudo. Ressalto também que o trabalho apresentado foi norteado pelo Inventário Nacional de Referências Culturais em seu Manual de Aplicação (IPHAN, 2000). Apresento o resultado dos estudos dos patrimônios reivindicados pelos discentes que participaram da formação proposta na pesquisa, e colocaram os bens, saberes e sentidos a eles atribuídos para serem melhor estudados e compreendidos no contexto escolar e comunitário ao qual estão inseridos.

Quando se fala em “referências culturais”, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens –que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados. Levada às últimas consequências, essa perspectiva afirma a relatividade de qualquer processo de atribuição de valor – seja valor histórico, artístico, nacional, etc. – a bens, e põe em questão os critérios até então adotados para a constituição de “patrimônios culturais”, legitimados por disciplinas como a história (IPHAN, 2000, p. 11-12).

Seguindo as considerações de Carlos Lemos (2010), apresento neste capítulo os Patrimônios histórico-culturais, imateriais, naturais e materiais, atribuindo a cada um bem sentido e relevância histórica ao ser estudado. Apresento para cada um, sua descrição em ficha catalográfica, seguida da construção histórica de cada patrimônio apresentado, mediante uso das entrevistas de História oral, dos registros oficiais, documentos pessoais, fotografias, jornais e registros audiovisuais coletados durante a pesquisa de campo do Akangatu.

Enfatizo que o objetivo principal alcançado foi o de promover a aprendizagem dos alunos participantes e, que por meio deles fosse possível reverberar esses saberes para mais estudantes, e dessa forma o inventário apresentar-se como suporte teórico-prático para as aulas de História do município. O inventário é apresentado a seguir, inicialmente pelos Patrimônios Imateriais, seguido dos Naturais e por fim dos Materiais colocando-se como uma fonte acessível para o estudo e o Ensino da História de Cachoeira dos Índios.

4.1 PATRIMÔNIOS IMATERIAIS

Patrimônio imaterial é a definição que se refere a práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (PELEGRINI, 2020, p. 71).

Os patrimônios imateriais de Cachoeira dos Índios se apresentaram em suas dimensões do ensinar e do saber fazer transmitindo as tradições vivenciadas pela comunidade por meio da oralidade, e que foram ressaltadas pela reivindicação dos alunos pesquisadores, que indicaram e saíram em busca da memória, colocando-a a serviço dos saberes históricos.

Isto feito, a religiosidade, a música e a dança foram escolhidas como símbolos da construção identitária local, presente na centenária banda de pife Os Monteiro e a festa de devoção a São Lázaro, as quadrilhas com seus passos ensaiados em todos os períodos juninos de devoção a São João, dando vivas à festa da colheita, seja de forma tradicional e/ou estilizada, e por fim o tributo aos vaqueiros e aboiadores, que corajosamente enfrentam as dificuldades do semiárido desde o período de ocupação do território, rememorados todos os anos no dia dezenove de março, na tradicional Cavalgada de São José.

Elas simbolizam características peculiares de grupos que se manifestam em comportamentos, valores e visões de mundo de uma comunidade. Os saberes curativos, religiosos e culinários constituem e como patrimônio imaterial quando articulam as experiências e vivências correlacionadas no presente e no passado. Logo, alicerçam em si relações de sociabilidade, que envolvem práticas e domínios da vida social, expressos em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). A percepção de que seria importante resguardar saberes e fazeres como patrimônio de um povo motivou muitos países a formular políticas preservacionistas próprias (PEREGRINE, 2020, p. 72).

Estes bens do patrimônio cultural intangíveis são respectivamente inventariados, atribuindo-lhes valores históricos, fortalecendo as tradições já edificadas pelos cachoeirenses. Bens estes que ainda não haviam sido sistematizados e escritos com olhar atento da historiografia, registrados, suas narrativas são colocadas à luz da História, por meio do levante da memória coloca-se como também a serviço dos saberes escolares e acadêmicos.

4.1.1 INVENTÁRIO DA BANDA CABAÇAL OS MONTEIROS

Quadro 1: Ficha catalográfica Banda Cabaçal Os Monteiros.

 <p>FICHA CATALOGRÁFICA</p>	<p>Denominação da expressão histórico cultural:</p>	<p>Patrimônio imaterial: Banda Cabaçal Os Monteiros</p>
 <p>Fonte: Arquivo da Banda Cabaçal.</p>	<p>Referência:</p>	<p>Histórica, Cultural e Produção Musical Comunitária.</p>
	<p>Localização:</p>	<p>Sítio Cipó, Zona Rural de Cachoeira dos Índios -PB.</p>
	<p>Proprietário:</p>	<p>Propriedade Comunitária, registrada como associação de músicos, tem como representante legal no período da pesquisa a senhora Maria de Fátima Jesus Santos</p>
	<p>Transmissão do saber:</p>	<p>As atividades são desenvolvidas pela família Monteiro, sendo formada atualmente pela quarta geração de músicos, sendo considerada uma expressão da cultura popular do município. Tem como sítio histórico cultural para ensinamentos e ensaios a quadra de senhor Mazinho, durante todos os períodos do ano.</p>
<p>Modos de fazer:</p>	<p>A banda musical tem se apresentado em todo o Nordeste em eventos de cultura popular, tem presença marcante em seu município onde tem animado há anos as festas religiosas do lugar, como momento especial de sua existência se prepara com especial afinco para a apresentação mais importante, que ocorre durante a Festa dos Cachorros, destinadas as celebrações em honra a São Lázaro.</p>	
<p>Morfologia:</p>	<p>A banda tem origem na mestiçagem das culturas indígenas e africanas presentes na ocupação do espaço territorial onde essa manifestação cultural acontece, com seus instrumentos musicais sendo eles o pife, a caixa e a zabumba originalmente, vem tocando baião, forró, cachorro, benditozinho, entre outras melodias.</p>	

Banda Cabassal²⁷ Os Monteiros

Também chamada de “banda de couro”, “zabumba”, “esquenta mulher”, “terno de zabumba”, “terno” ou, simplesmente, “cabaçal”, caracteriza-se por ser um conjunto instrumental constituído de pífanos, pífaros ou pifes e tambores, encontrados no nordeste brasileiro e demais áreas do país (ERIVAN SILVA, 2008, p. 159).

Presente no cenário cultural da Paraíba, a Banda Cabaçal Os Monteiros, representa a expressão de valor cultural mais longínqua do Município de Cachoeira dos Índios -PB, esta manifestação é reivindicada como Patrimônio Imaterial pela sua população. Com suas canções há mais de 130 anos, a banda, que já se encontra na quarta formação, encanta e anima as festas religiosas, partindo da comunidade dos Monteiros, no Sítio Cipó na zona rural para as mais diversas celebrações, cânticos de novenas, festas de padroeiros e de Nossa Senhoras.

Segundo a tradição oral da comunidade, que busca atualmente o reconhecimento quilombola junto aos órgãos competentes, a banda nasce dos festejos a Santo Antônio na comunidade e ganha força com os festejos à memória de São Lázaro, aqui é importante destacar que esta comemoração se faz ao personagem da parábola bíblica (Lc, 16:19-31) em que um mendigo, que segundo a passagem, é acolhido no plano celestial com tranquilidade, enquanto o rico que tudo tinha é atormentado pelas chamas e pede socorro a Abraão, por meio do mendigo, o que lhe é negado.

Para acolher os trabalhadores rurais descendentes de uma escrava fugida, o santo popular São Lázaro foi, sem dúvidas, a inspiração que proporcionou a criação da banda para animar as festas religiosas, em um lugar onde o trabalho na roça e os barulhos das ferramentas da lida soavam como feridas, e que o som de instrumentos musicais fosse para eles a água benta de Lázaro, que os ajudassem a curar as dores de um dia de trabalho pesado, no sol da caatinga.

Segundo a tradição popular, Antônio Monteiro é o fundador da Banda Cabaçal, pois partiu dele a ideia de juntar os familiares e montar um grupo para animar as novenas. Inspirados nas tradições do cariri cearense ele próprio fabricou os primeiros instrumentos com materiais da natureza do entorno, a começar pelo pife de taboca - espécie de bambu encontrado na caatinga -, a zabumba e as caixas, montando o primeiro grupo musical para animar as festas religiosas da comunidade da região.

A banda Cabaçal Os Monteiros tem como padroeiro São Lázaro, graças a promessa da matriarca da comunidade a **Mãe Joana**, mulher negra que segundo a tradição oral da

²⁷ No registro do CNPJ o nome da banda é escrito com o dígrafo ss, todavia o grupo não utiliza essa forma de escrita, sendo conhecida com a grafia que utiliza o cedilha, sendo esta referenciada por todos.

comunidade foi escrava fugida da região do cariri cearense, que encontrou abrigo nas terras da família Moreira, onde hoje é o Sítio Cipó, popularmente identificado como sitio Cipó dos Monteiros.

Para José Lustosa (2021), a negra Joana (Mãe Joana para a tradição local) aparece na memória da sua família como filha de escravos procedentes da fazenda Serra Vermelha, localizada na zona rural de Cajazeiras-PB, sendo acolhida pela família Moreira, quando estes migraram para o Sítio Cipó (que na atualidade é espaço rural do território de Cachoeira dos Índios -PB) onde para estes prestou-lhe serviços, adquirindo respeito e admiração.

Neste ínterim, Joana adquiriu gleba da família Moreira, ao casar-se com Antônio Monteiro. Formaram família e dela fortalece-se a banda Cabaçal, que desde a primeira formação carrega os laços familiares, identitários e de raízes ancestrais da comunidade que é reconhecida e respeitada pelos cachoeirenses. Desta forma, é preciso destacar que a origem geográfica da matriarca da família Monteiro se torna irrelevante, pois carregam na sua herança as marcas da escravidão, sendo filha de escravos e casada com homem negro migrante do cariri cearense, a força da negritude que resiste naquele lugar.

Mãe Joana se destaca pela sua vocação de parteira:

Ela veio tomar de conta dessa gleba de terra e conheceu Antônio. Que aí foi começou a formar a família Monteiro. Né? Mãe Joana teve dez filhos, né? Teve uma mulher e nove homens. Mais homens, né? Mãe Joana era parteira também. Toda a região aqui, os Moreira, muitos deles aí, Zuca Moreira, foi ela que pegou. Entendeu? E chegava, a pessoa chegava na Casa Grande que era aqui. Chegava amontada no cavalo: “Mãe Joana, Mãe Joana. É acudir fulana”. Ela montava na garupa do cavalo e se mandava. Podia ter rio, tudo que tivesse, eles atravessavam o rio e ela ia. Então ela foi uma parteira aqui atuante mesmo. Toda a região aqui. É Taboca, Cipó, essa região toda aqui ela foi muito atuante. E por isso que hoje nós, tem esse orgulho grande de falar certo nome de Mãe Joana (Entrevistado. 08).

Aqui, a memória tradicional da comunidade se converge com que é relatada por José Lustosa (2021), ambas reconhecem a ocupação do espaço e a importância dos Monteiros para Cachoeira dos Índios, antes mesmo de sua emancipação política, fato que só viria acontecer algum tempo depois. Mãe Joana em pouco tempo se tornou a parteira responsável pelas vidas que nasciam, e para toda vida que ela ajudava a vir ao mundo, existia a banda Cabaçal, idealizada pelo seu marido Antônio Monteiro, para com música promover a celebração.

Coube a Mãe Joana, para além dos partos que realizou, conquistando o respeito das comunidades, organizar a primeira festa em honra ao padroeiro daquela comunidade rural animada pela banda Cabaçal toda ela formada pela família Monteiro. Nas festas destinadas aos santos, todos da comunidade saíam a pedir esmolas para preparar um banquete, que primeiro é

servido aos cachorros e só após a cerimônia e os animais saciados é que as pessoas podem comer e começar, assim, os festejos as som da zabumba e dos pífanos.

O Sítio Cipó, em especial a casa de Mãe Joana, tornou-se um lugar de rancho para os romeiros do Pe. Cicero, que passavam no lugar a caminho do Juazeiro do Norte em busca de benção e curas, longas jornadas de peregrinação em nome da fé. Conta a tradição que foi de uma dessas romarias que se lançaram as bases da festa em honra ao Santo tendo sido Mãe Joana curada das chagas que machucavam a pele de suas pernas.

Aí os romeiros se arranchavam no alpendre da casa de Mãe Joana. Uma romeira por nome Delmira, chegou e Mãe Joana estava deitada numa rede com essas feridas. Aí ela disse: “Mãe Joana, por que é que tá assim?”. Ela disse: “Eu tô com essas feridas. Não sei como é que eu vou fazer”. Ela disse: “Mãe Joana, tô indo pro Juazeiro, você faça uma promessa pra São Lázaro. Que ele é muito milagroso e a senhora vai ficar boa. Pra senhora fazer uma festa pros cachorros”. Ela disse: “Ah, minha filha, eu não tenho condições de fazer festa, não”. Ela disse: “A senhora não vai comprar nada, a senhora vai pedir as esmolas”. (...) “E eu vou pro Juazeiro, quando eu voltar eu trago um quadro de São Lázaro de lá”. E Mãe Joana pediu as esmolas, e quando Delmira voltou, fizeram a festa. Ela trouxe um quadro de São Lázaro (Entrevista, 08).

A Festa dos Cachorros, como é conhecida, é aguardada pela comunidade como um dos momentos mais importantes do ano, tendo como tradição a penitência da comunidade rural sair pelas vizinhanças, e, na cidade a pedir, humildemente, às pessoas esmolas para custear o banquete servido aos cachorros, em lembrança a São Lázaro, como sinal de fé e humildade, que segundo a tradição os ajudam a alcançar a cura das doenças, assim como ocorreu a Mãe Joana, por meio da promessa ao santo popular, para qual festejam.

Figura 25: Velório de Joana dos Santos Monteiro (Mãe Joana).



Fonte: Fotografia de 1941. Arquivo de Mazinho Monteiro dos Santos.

Esta tradição que enlaça a banda Cabaçal Os Monteiro e a festa ao santo popular foi retratada no curta metragem “A fome de Lázaro”²⁸ dirigido pelos cineastas Diego Benevides, e Pablo Maia (2020), gravado na comunidade rural no sítio Cipó. Entre as cenas marcantes os cineastas exibem a fotografia do velório de Mãe Joana. Rodeada de seus familiares, fica evidente que compõem uma família negra, que carrega consigo toda a ancestralidade africana, em seus traços físicos, que transcendem a cada batida da zabumba feita nas apresentações.

O documentário de forma brilhante utiliza a representação da imagem da partida (morte) de Mãe Joana, atribuindo ao som dos instrumentos entoados colocá-la em uma bonita e devida homenagem, pois é ela a matriz principal para fundação e edificação da tradição. O curta ainda destaca toda a preparação do banquete para os cães, tendo como trilha sonora do início ao fim as melodias entoadas pela banda Cabaçal Os Monteiro, puxadas pelo pife e a marcação da zabumba.

Na oportunidade, a Banda Cabaçal representou Cachoeira e a cultura popular da Paraíba, para além dos espaços territoriais, fez o caminho contrário dos descendentes africanos, cruzou o Atlântico, em sentido oposto, sendo representados nas telas do cinema em todo o mundo, orgulhando o Sítio Cipó e aos cachoeirenses, por se fazer um pedacinho da África no município.

Segundo a tradição oral coube ao negro vindo do cariri cearense Antônio Monteiro, a ideia de fabricar os primeiros instrumentos para animar a festa e a tradição. Para os cães o banquete torna-se alegria, assim como sons do pife tornam-se sinfonia para alegrar a comunidade. Segundo o costume a festa só começa com a alvorada da banda Cabaçal.

Na festa de São Lázaro já é antes do meio-dia. (...) Quando é meio-dia, antes de meio-dia a gente toca o cachorro. (...). *[Reproduz o ritmo/toque do cachorro no pífono]: ta ra ta ra – tá – tá ta ra tá ta ra ta ra ta tá ta ra ta ra ta tá – ta ta ra ta ra ta taa - taa - ta ta ra ta ra ta taa.* Antes, porque é na hora que eles (cães) vão almoçar. Aí não pode tocar depois, né? (...) Que aí já é pra chamar os cachorros pro pessoal comer, né? Aí depois que eles comem, solta os fogos pra poder... **(as pessoas se servirem)** (...) Mazinho enfeita aí, dia... o dele é dia 12 de outubro. Dia de Nossa Senhora Aparecida (Entrevista, 07, grifos do autor).

Na banda só tocavam homens da família Monteiro, em instrumentos feitos de maneira autodidata, já que a formação dos músicos sempre foi em família, os mais novos aprendem ao ouvir. Sendo este talvez um dos motivos que faz a banda ir resistindo ao tempo na quarta

²⁸ O curta concorreu a vários prêmios em todo o mundo, sendo o vencedor em 2020 do 49º Festival de Cinema de Gramado terminou, como melhor curta metragem brasileiro daquele ano, o curta tem duração de 17 min, tendo como protagonistas os próprios moradores do sítio Cipó, muitos pertencentes a família Monteiro herdeiros dos fundadores dessa tradição na comunidade. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/03/11/curta-metragem-paraibano-a-fome-de-lazaro-estrela-em-festival-de-cinema-na-suica.ghtml>, acesso em 20 set 2023.

geração de músicos que animam as festas religiosas católicas no município, animando a Festa dos Cachorros do sítio Cipó, indo além das fronteiras do lugar, levam esse legado para outros estados e cidades do Nordeste.

Já de início, com a primeira formação da banda, surgiram os primeiros instrumentos artesanais feitos com zelo e capricho, utilizando dos recursos naturais para construção da primeira zabumba, primeiro instrumento musical a ser utilizado, feito tradicionalmente com madeira de Timbaúba, couro de veado e a madeira de aroeira que é lavada e molhada até formar o arco de possibilitar a amarração do instrumento. Na atualidade, a feitura desses instrumentos já deu lugar a produtos industrializados, no entanto a banda se orgulha de contar com a presença do artesão João Borges que aos seus mais de setenta e sete anos, detém o conhecimento e tem o zelo em repassar para as futuras gerações que tem sido renovada.

O curioso é que ao ouvir o nome da banda Cabaçal logo faz-se a associação a cabaça²⁹ que é um instrumento bastante conhecido do nordestino com muitas finalidades, mas que não aparece como matéria prima para nenhum instrumento a ser utilizado pela banda, não diferente de outras composições na Paraíba, Pernambuco, Maranhão e no Ceará, como é apontado por Pedrasse (2002). Então como é formada a composição da banda e suas características?

A banda Cabaçal Os Monteiros ao longo dos seus mais de 130 anos passou por algumas modificações em sua composição da primeira à formação atual, registrado pela História Oral e pela memória da comunidade. Quais são os instrumentos e músicos que fazem as batidas e sopros virar melodias e animar as festas religiosas? Desde a primeira formação detinha: um zabumbeiro, o tocador da caixa, dois pifeiros e ao longo dos anos foi incorporado o prato, instrumento que só a poucos anos faz parte das apresentações junto com o afoxé.

A atual geração se orgulha de ter como grande mestre o senhor Zé do Pife, que quando vivo, sempre ao meio dia, após as refeições alegrava a comunidade dos Monteiros ao toque do pífono, produzindo um som que de tão bonito, segundo a memória social, é lembrado.

“(...) quando troava o Pife aqui na casa dele, que ele morava lá em cima, quando troava o pife o povo corria pra ir assistir. Porque achava bom assistir mesmo, a comunidade gostava. Hora de meio-dia as vezes a gente começava escutar o pife, ele tocando. A gente já ia pra lá”. (...) (Entrevista 08).

A melodia que sai do sopro no Pife chama ainda hoje a atenção dos jovens que iam o escutar tocar, à época não havia o encantamento da internet e da televisão e a grande atração

²⁹ Segundo o Dicionário Oxford: recipiente feito dos frutos de determinadas plantas, a que ger. se corta a ponta da extremidade menor e retira-se a polpa para servir de gargalo, us. para guardar alimentos, sementes, água doce, vinho, disponível em: <https://www.google.com/search?q=caba%C3%A7a+significado&oq=Caba%C3%A7a+s&> Acesso em 29 jun 2023.

era o som da banda Cabaçal Os Monteiros. Na atualidade, a quarta geração de pifeiros se encontra na quadra do Sr. Mazinho, dando continuidade à tradição histórica da família e da comunidade, sempre que se aproxima das festas religiosas, em que são convidados, logo se apressam a ensaiar as toadas para reverenciar os santos padroeiros das comunidades que vão visitar.

Para cada celebração a banda é conduzida pelo passeio do pífano tendo uma melodia para cada ocasião:

(...) nós toca um dobrado, uma marcha de passeio, uma marcha rebatida. A marcha... a marcha rebatida é assim, ó: [*Reproduz a marcha rebatida no pífano*]: tá ra ta tá ta tá tá tá ta ra - tá ra ta tá ta tá ta tá ta ra - tá ra ta tá ta tá ta tá ta ra - tá ra ta tá ta tá tá tá ta ra. (...) É a marcha de passeio. É essa aqui: [*Reproduz a marcha de passeio no pífano*]: ta ra ta ra ta tá - tá ra ta ta ta tá ra ta ta tá ra ta ta tá - ta ta rá ta ta rá tá tá ta ta rá tá tá - ta ta rá ta ta rá tá tá - tá ta ta ra tá ta ra ta tá - ta ta rá ta ta rá tá tá ta ta rá tá tá. Essa aqui leva em ritmo de baião (Entrevista 7).

Presente na memória das celebrações religiosas de toda a região, a forma de apresentação das melodias muda para as procissões, a banda ajuda os fiéis ao ditar os passos da caminhada, quanto mais rápido se entoa o toque do pífano e da zabumba mais ligeiro são os passos dos fiéis atrás do andor. No livro *Festas dos Quilombos*, a autora Gloria Moura, apresenta as suas interpretações nas festividades em comunidades rurais negras, a presença do batuque e a sonorização que o produz, fazer da música o meio capaz de revelar quem realmente essas pessoas são, a cada batuque o som das suas dores, alegrias e o valor do seu trabalho são sonorizados, assim escreve ela: “No Maranhão, em Santa Rosa dos Pretos, se morre alguém há o toque do tambor de choro; depois, o do tambor de alegria. A esperança invade os habitantes dos quilombos e se traduz na alegria de brincar, cantar, representar, rezando para os santos (...)” (MOURA, 2012 p. 69).

Os Monteiros em muito se assemelham às atividades culturais dos quilombos apresentados pela autora, pois para cada celebração exige-se da banda repertório diferente, uma entonação de melodias a cada ocasião, marcadas pelo toque africano da zabumba, torna-se cerimonialista de liderar as procissões, nessa ocasião a que toca é “*a marcha de passeio. É, o povo andar ligeiro*” (Entrevista,07), na celebração da missa toca-se o “benditozinho”, melodia lenta e contemplativa. Na tradicional Festa de São Lázaro, ao meio dia, na pontualidade do sol sob suas cabeças, “toca-se o cachorro”, melodia acelerada e festiva, marcada pela vibração contagiante. Cada melodia é entoada para reverenciar os santos, momento em que a banda faz a “venda”, como é nomeada a apresentação inicial desta em cada celebração.

Tradicionalmente ao meio dia da festa de São Lázaro, a banda entoa o toque do Cachorro- canto rápido e festivo-, que marca o banquete servido aos animais, e logo após a

feira social com fogos, muita comida e alegria, puxada pelo som dos pífanos a comunidade se junta aos animais para arrastar o pé. A banda Cabaçal Os monteiros entoa nos pífanos e zabumbas o toque do Cachorro, em celebração à tradição que foi iniciada pela Mãe Joana Monteiro há mais de 100 anos.

A festa de São Lázaro e a banda Cabaçal são atividades da cultura popular presentes na comunidade rural negra dos Marianos, no Sítio Cipó. São também testemunhas da presença da ancestralidade africana, que faz a cultura popular pulsante, uma festa quilombola, conforme disserta Gloria Moura:

Celebrar São Lázaro, com a oferenda aos cachorros, também encontra equivalência africana. Na Guiné-Bissau, na cerimônia de casamento, a etnia *pepéu* consome tabaco, azeite de palma, farinha, aguardente, galinhas, porcos e cães. Diferentemente da mesa de São Lázaro, no fim da cerimônia sacrificam-se e comem-se os cachorros. Aqui, os cães comem a comida que lhes ofertam na África com o mesmo sentido ritual. Oferecer alimento a participantes é uma constante nas festividades rurais negras (2012, p.121).

A festa tradicional da comunidade, que ainda luta para se consolidar como quilombola, tem suas raízes profundas na África conforme nos apresenta a autora. Por sua vez, a Banda Cabaçal, logo é um símbolo cultural da presença ancestral africana na cidade de Cachoeira dos Índios, sendo reconhecida na região pela sua tradição comunitária negra rural ecoada pelo som forte da zabumba a cada nova apresentação. Ao longo dos anos, Os Monteiros vêm representando o município em vários festivais de cultura popular no Nordeste, é muito comum encontrar referências à Os Monteiros quando se fala em bandas cabaçais no interior da Paraíba. Conforme nos apresenta Elinaldo Braga (2015) em mapeamento realizado para permitir troca de saberes desses agentes da cultura popular, colocando também a cidade de Cachoeira dos Índios como lugar desta representatividade cultural do Estado.

Figura 25: Mapa das bandas cabaçais do Sertão da Paraíba.



Fonte: (BRAGA, 2015, p. 64).

Presente na Paraíba como referência de cultura popular Os Monteiros ao longo dos seus mais de 100 anos de contribuição se fazem presente na identidade cultural do município, e na região em apresentações, em novenários, nas festas de apresentação de devoção a um santo católico, na ocasião em honra da padroeira da cidade Nossa Senhora da Conceição, no mês mariano e na festa de São José. A banda mantém a tradição de fazer a venda ao santo padroeiro.

“Aí vai depender se, olha só, se for em igreja, ou seja, em uma reza ou uma devoção, aí nós, faz a venda. (...) Uma venda é o santo mais, tipo... os dois pifeiros vai primeiro. Se ajoelha lá. Eles voltam, vai o zabumbeiro e o caixeiro. Eles voltam, aí vai eu nos pratos e a menina que eles marcaram. (...) Aí ali quando a gente volta que o pifeiro vai, aí ele vai fazer a venda. Aí vai, faz a venda, aí volta de novo. Aí quando termina aquela venda, terminou a gente já sai um atrás do outro pra finalizar lá fora (Entrevista, 06).

Existe toda uma representação de respeito à religiosidade local que os membros do grupo seguem a tradição da sua ancestralidade. Desde a primeira formação os homens da roça vestiam-se das melhores roupas, as que ainda não eram levadas para a lida do campo, apresentavam-se para reverenciar os santos católicos, ao tempo que a música se tornava sinônimo de lazer, diversão e libertação, por se tornarem para a comunidade mais que simples agricultores, a cada “assopro” no pife um sorriso de alegria de quem leva melodia por onde passava, rompendo o silêncio de quem ao escutar esquecia por alguns minutos o sofrimento de quem vive em áreas secas, com trabalho árduo e pouco reconhecido, assim como quem vive no Sítio Cipó.

Mesmo já tendo seu reconhecimento como um Patrimônio Imaterial dos cachoeirenses lhe era devido a atribuição de valor de bem da cultura tradicional e popular pelo Estado. Ao longo desses mais de 100 anos de existência, resistência e sobrevivência, Os Monteiros conquistaram, com a defesa de sua ancestralidade herdadas do casal de Monteiro, o Prêmio Mãe Maria do Peixe³⁰ da Secretaria de Estado da Cultura da Paraíba, em reconhecimento do Estado da Paraíba como um grupo musical de cultura popular.

³⁰ EDITAL “MÃE MARIA DO PEIXE” DE CONCURSO PÚBLICO No 04/2021 PARA A CONCESSÃO DE PREMIAÇÕES ARTÍSTICO-CULTURAIS A SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DA PARAÍBA, (...) em conformidade com a Lei Federal no 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc), Lei Federal no 14.150/2021 (que altera a lei Aldir Blanc), Decretos Federais nos 10.464/2020 e no 10.751/2021, Decretos Estaduais no 40.595/2020 e no 41.563/2021, da Lei Federal no 8666/93 e suas alterações, do Parecer emanado pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, sob o no 1526/PGE - MA-2021 e demais legislações pertinentes a matéria, e, ainda, regido pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e transparência, torna público o EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO, para concessão de premiações artístico-culturais, denominado “MÃE MARIA DO PEIXE” (MARIA DOS PRAZERES SANTOS SOARES), que objetiva a premiação de 116 (cento e dezesseis) vídeo-biografias, que valorizem, registrem e compartilhem o trabalho desenvolvido por iniciativas coletivas nas áreas das artes cênicas - teatro, dança, circo e ópera -, da música, do circo tradicional itinerante e da cultura popular e tradicional, assim como constituir o Acervo da Cultura Paraibana – Memorial da Pandemia. (SECULT-PB, 2021,

O prêmio para mim apenas legitimou o que a memória coletiva de sua presença, marcante nas festividades religiosas de Cachoeira dos Índios, já há tempos havia reverenciando, pois sua importância já era reconhecida no mapa desta cultura popular (BRAGA,2015), pela preservação ao longo do tempo, na qual a comunidade rural negra e a família Monteiro, mantêm suas formas de ser e fazer, mantendo a tradição de transmissão de saberes, onde o novo, o jovem se encontra e reencontram nos ensaios na quadra de Mazinho com sua ancestralidade e sua História, ao tempo que toda a cidade os convoca para as novenas e renovações e a cada novo convite de ir se apresentar tradicional festa de São José nas “Marimbas” a banda Cabaçal vive como prêmio para a cultura popular tradicional.

O grupo concorreu ao concurso de fomento à cultura no período da pandemia de Covid-19, para a concessão de premiações artístico-culturais através da Lei Aldir Blanc³¹. Foi a oportunidade de a banda Cabaçal Os Monteiros reivindicar e provar que é o Patrimônio Imaterial dos cachoeirenses, reconhecido pelo Governo Estadual da Paraíba naquele ano. Foi a coroação definitiva do grupo de tradição ancestral africana de forma institucional, respeitando a sua afirmação de ser povo negro, ao concorrer e vencer a premiação destinada às cotas raciais.

Na atualidade, a banda resiste ao tempo e às novas opções musicais. Assim como seus ancestrais escravizados, Mãe Joana e seus pais são raízes da tradição ao som do pife, um dia resistiram a escravidão, deixou-se para brotar destas raízes, ramos como herança de luta do trabalho, fé da musicalidade da negritude que resiste em não permitir morrer, renova-se a cada geração, que une a sabedoria dos anciões pretos velhos ao desejo de aprender da juventude, tendo eles como fontes de saber.

A confirmação deste legado para a banda e para a comunidade do Sítio Cipó, é ter na última geração brincante a presença da primeira integrante feminina: a pequena Mirela de Aninha, que carrega no sangue de descendência negra, a responsabilidade de criança de não esquecer os ensinamentos do primeiro casal Monteiro que ocupou aquele lugar. Vida longa à Banda Cabaçal Os Monteiros, Patrimônio Imaterial de Cachoeira dos Índios – PB.

Figura 26: Mosaico de registros fotográficos da Banda Cabaçal Os Monteiros.

p. 01). Disponível: <https://drive.google.com/file/d/1A472hHdoVkJmJTdp2NKH1JWdEGKXDr39B/view>, acesso em: 17 jul 2023.

³¹ Lei Nº 14.017, de 29 de junho de 2020 que: Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Disponível em : https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114017.htm, acesso em: 18 jun 2023.



Ensaio na Quadra de Mazinho. Fonte: Studio Rural, 03 de março de 2022.



Apresentação na Igreja de N.S. da Conceição centro de Cachoeira dos Índios. Fonte: Helder Sousa, 2017.



Festa de São Lázaro na Comunidade os Monteiros. Fonte: Silvana Sousa, 2006.



Apresentação da banda na Festa de Santo Antônio, Sítio Pitombeira, Cachoeira dos Índios, setembro de 2022. Fonte: Arquivo pessoal de Mazinho Santos.



Apresentação para o Akangatu. Fonte: Arquivos da pesquisa, 2023.



Apresentação na Praça Pe. Cícero, na Exposição Achados para uma Cachoeira dos Índios-PB, Fonte: Arquivos da pesquisa 2023.

4.1.2 INVENTÁRIO QUADRILHAS JUNINAS

Quadro 2: Ficha catalográfica Quadrilhas Juninas

 <p>FICHA CATALOGRÁFICA</p>	<p>Denominação da expressão histórico cultural:</p>	<p>Patrimônio Imaterial: Quadrilhas Juninas</p>
 <p>Fonte: Arquivo pessoal de Romário Silva. (2021)</p>	<p>Referência:</p>	<p>Histórica, Religiosa, Folclórica, Cultural e Comunitária.</p>
	<p>Localização:</p>	<p>Não possuem sede própria, as atividades acontecem em espaços públicos, ensaiam para apresentações no lugar e em todo o Nordeste</p>
	<p>Proprietário:</p>	<p>As juninas do município são associações culturais, compostas por comissões administrativas, podendo ser dirigida por um presidente. Cada agremiação elege à sua maneira o seu representante legal a cada ciclo junino.</p>
	<p>Transmissão do saber:</p>	<p>As atividades são desenvolvidas nas escolas, pelas comunidades do campo e da cidade, organizadas em cada agremiação, que ao longo do ano preparam atividades de seleção para formação de dançarinos, quando ensaiam os passos das quadrihas para a exibição nos arraiais no mês de junho.</p>
<p>Modos de fazer:</p>	<p>As quadrilhas se organizam em ciclos juninos anuais, promovem ensaios em lugares públicos, onde são colocadas em prática as coreografias, que serão comandadas pelo puxador, em cada apresentação. Os grupos trabalham o ano todo de forma cooperativa para arrecadação de fundos para montagem de figurino e custeio das apresentações.</p>	
<p>Morfologia:</p>	<p>As quadrilhas têm origem europeia, chegando ao Brasil no século XIX, uma dança em forma de quadrado que se popularizou no país e no Nordeste tornou-se tradição no mês de junho, em referência à festa da colheita e reverência à religiosidade católica. Hoje essa dança folclórica se divide em duas formas de apresentação: a tradicional e a estilizada.</p>	

Quadrilhas Juninas

Quadrilha: A grande dança palaciana do séc. XIX, protocolar, abrindo, os bailes da corte em qualquer país europeu ou americano, tornada preferida pela sociedade inteira, popularizada sem que perdesse o prestígio aristocrático, vivida, transformada pelo povo que lhe deu novas figuras e comandos inesperados, constituindo o verdadeiro baile em sua longa execução de cinco partes, gritadas pelo "marcante", bisadas, aplaudidas, desde o palácio imperial aos sertões (CASCUDO, 2005, p. 747).

As quadrilhas juninas estão presentes em todo o território brasileiro, em especial no mês de junho quando celebram o momento da fatura das colheitas, que ocorre no mesmo período de veneração aos santos católicos Santo Antônio, São João e São Pedro, ganhando força da cultura popular no Nordeste brasileiro, em especial na Paraíba. Quando Luís Cascudo (2005) definiu o termo quadrilha no *Dicionário do folclore brasileiro*, ele talvez não mensurasse o valor que essa manifestação cultural ganharia para o município de Cachoeira dos Índios, e principalmente para os cachoeirenses.

A ligação palaciana apontada pelo autor talvez esteja nas lendas presentes no Serrote do Coati, pois segundo a memória social do lugar existe lá um trono real fincado naturalmente na rocha, que deverá pertencer a quem desvendar as escrituras da Pedra da Moça, e então, no serrote, imediatamente, surgirá um castelo medieval e o decifrador das letras escritas na rocha ganhará poder e riquezas por libertar a moça do lugar. O que nos permite imaginar que as comemorações desse feito seriam realizadas pelas danças coreografadas das inúmeras quadrilhas juninas que existiram e continuam a existir no município, assim como ocorreu nos palácios medievais aristocráticos onde surgiu.

Para os brincantes, Cachoeira dos Índios deveria ser conhecida como a “*cidade das quadrilhas juninas*”, por ser uma atividade de cultura popular que sobrevive, resiste e se transforma ao longo do tempo. Tradicionalmente, as atividades juninas no município sempre foram ligadas diretamente ao contexto escolar, as crianças e adolescentes antes mesmo da emancipação política em 1961, já se apresentavam nos arraiás nas festas que marcam o fim do semestre e início do recesso escolar do meio do ano, não diferente da atualidade, em que festividades são na grande maioria organizadas pelas escolas do município.

“(…) a quadrilha junina pro nosso município, (…) ela representa a identidade cultural do nosso povo, (...). Principalmente a quadrilha tradicional, me referindo mais ao passado que remete muito às comemorações do mês de junho. (...) combina com a colheita, do inverno. Que acontece mais ou menos a colheita do milho, do feijão. Tanto é que essas manifestações ela tem grande número de comidas típicas, né? (...) Que hoje vem se transformando, mas continua sendo a identidade cultural, porque Cachoeira dos Índios sempre foi uma cidade que teve muitas quadrilhas juninas. E hoje ainda tem algumas, não como antes, se transformou, mas que deu continuidade a essa tradição, né? Não mais como tradicional, mas como estilizada, que é a realidade de hoje (Entrevista, 15).

Segundo a memória social da comunidade, as festas juninas sempre estiveram presentes no cotidiano da comunidade, acontecendo tanto nas comunidades rurais como nos espaços urbanos, nos terreiros das capelas, dos sítios, nas ruas e nas quadras escolares. Ao longo do tempo se transformando e adaptando-se com as ideias de cada novo ciclo junino, ao tempo que existem grupos para manter a sua tradicionalidade nos moldes das primeiras quadrilhas que se têm notícia no imaginário do lugar.

Em Cachoeira dos Índios - PB, as comemorações das festividades juninas pela Igreja católica acontecem na zona rural, promovidas pelas comunidades que têm os Santos Juninos como seus padroeiros, sendo São João padroeiro do sítio Tabocas, e Santo Antônio padroeiro dos sítios Bom Sucesso, Baraúnas e Pitombeira. Todos os anos as comunidades celebram novenários na semana que antecede o dia de cada santo, encerrando com a missa no dia do padroeiro (SOUSA, 2017, p. 21).

Segundo Helder Sousa (2017), no município existe a simbologia presente na religiosidade católica de preparar a fogueira, das comidas de milho - herança indígena presente na comunidade-, do ato de enfeitar as casas com bandeiras coloridas e soltar balões, que fazem parte dos festejos que preparam e ocupam tempo de espera das apresentações de quadrilhas no município.

Tendo como fonte a memória, os primeiros registros dessas manifestações culturais no município são da década de 1970, com a fundação das primeiras quadrilhas rurais. Vejamos essas narrativas produzidas nas entrevistas 01 e 04.

Sempre existiu aquelas quadrilhas, é... tradicionais, mas do seu sítio. Soledade, que era montada e com o presidente José Soares, que é professor. Ele montou uma quadrilha lá, é... tradicional. Em seguida veio a quadrilha de Balanço que também era Beija-Flor quando começou (Entrevistado 01).

Bem, quadrilha junina em Cachoeira dos Índios iniciou em meados nos anos 70, na verdade. Quando foi nos anos 80 eu comecei a dançar quadrilha, ainda criança. Nos anos 90, é... depois que já dançava na quadrilha Linda Rosa, na época, da Linda Rosa de Cachoeira dos Índios. (Entrevistado,04).

A tradição das quadrilhas juninas vem sendo desenvolvida pela comunidade ao longo de mais de 50 anos, caracterizando-se como um patrimônio imaterial do lugar, tendo em vista que mesmo diante das décadas passadas a tradição continua viva e todo mês de junho é esperada pela população, que vê sempre surgir uma nova agremiação, ou até mesmo perceber que de um ciclo junino para outro alguma agremiação de quadrilha deixa de se apresentar, restando a comunidade a expectativa de se questionar será irá retornar as apresentações no ano seguinte. E, muitas vezes, ressurgem ainda mais bela.

Símbolos de várias gerações, as quadrilhas no município acabaram se tornando o lugar de encontro dos jovens, motivo de lazer e diversão, pois muitos após saírem da escola perdiam o elo de se apresentar nas festividades, acredita-se que dessa necessidade as quadrilhas juninas

tomaram conta das ruas e bairros do espaço urbano. A vontade de dançar quadrilha fora do contexto escolar fez dos ex-alunos, brincantes, pois postularam a oportunidade de continuar a dançar, tornaram-se representantes da cultura local, levando o nome de Cachoeira dos Índios para onde fossem convidados para competir seja no Estado ou fora dele, era também uma oportunidade de conhecer novas cidades e culturas quadrilheiras e desse intercâmbio trazer novas experiências e ideias para novas apresentações.

Ao longo do tempo está cultura popular se edificou, sem deixar de perceber suas modificações a cada novo ciclo junino. É preciso também, entender que existe nesse bem cultural um processo de transformações e busca por retorno às origens, movimento contínuo de desaparecimento, surgimento e até renascimento de muitas quadrilhas ao longo desses anos.

A quadrilha junina, ou simplesmente “**junina**”, é reconhecida como um bem que carrega a identidade e a cultura dos cidadãos cachoeirenses, estando sempre presente na memória social, no seu fazer mantém-se como uma tradição a ser preservada e mantida entre as gerações de brincantes, desde suas contribuições iniciais, com as pioneiras Quadrilhas Beija Flor, Soledade, Arraiá do Aguiar, Beija Flor da Pitombeira, Linda Rosa, Luar do Sertão, Pétalas de Flor, Fogo na Boneca, Cangaço, entre outras que se formaram nas comunidades rurais, nos bairros e nas quadras escolares e que não se apresentam mais. As que se apresentam carregam consigo a simbologia do início, que é a possibilidade de trazer música, beleza e alegria a cada apresentação.

Essas primeiras quadrilhas são denominadas na atualidade de tradicionais por ter em suas formas de apresentações buscado a caracterização com elementos do homem e da mulher do campo, que sai a comemorar as festas de junho, tempo de colheita e de casório, é quase que unanimidade na memória dos cachoeirenses que a dança da quadrilha aconteça após uma cerimônia de casamento.

Daí a presença do casal de noivos puxando os outros casais componentes, conduzidos por um puxador a ditar os passos a seguir: “olha a chuva” (onde o cavalheiro protege a dama com seu chapéu de palha) “*Anavantú e Anarriê*”³² (que vem do francês que quer dizer avançar e o seguinte retornar em seus lugares) que aproxima e afasta os casais em filas paralelas, outro passo para exemplificar é o “olha a cobra” (todos pulam do risco de um ataque de cobra imaginário).

Ao conceituar uma quadrilha tradicional Hugo Neto diz que:

³² Dicionário informal: Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/diferencaentre/anava>, acesso em 04 jul 2023.

Na prática, decidem se sua quadrilha vai se apresentar com mais símbolos juninos ou regionais, se suas coreografias terão mais anavantus e anariês ou movimentos coreografados inspirados em outras danças, se na sua trilha sonora vai entrar Luiz Gonzaga. Aqueles que atuam na criação mexem diretamente com a esfera simbólica, com a tradição (2008, p, 95).

Como toda boa festa que se preze, a quadrilha preocupa-se com a forma de se vestir para o baile, nas quadrilhas tradicionais é forte a presença, na confecção das vestimentas, o uso do tecido de chita, chapéu de palha, calças costuradas e vestidos com babados para dar movimento, com a utilização de cores vibrantes, florais, que remetem ao trabalho simples do homem e da mulher do campo.

“As quadrilhas de antigamente elas não tinham, necessariamente, uma coreografia. Elas tinham passos que eram anualmente repetidos, né? Geralmente, tipo assim, às vezes tem quadrilha que muda só o nome. Mas aquele túnel que todo pessoal faz, pega assim na mão, ali é um... ali é um túnel. (...) Tem o parafuso que em outro lugar recebe o nome de caracol. (...) Por quê? Porque a quadrilha tradicional geralmente ela é a puxada por um casal de noivos. Então o restante do grupo só segue eles, né?” (Entrevista, 15).

Ao longo do tempo, foi se observando uma nova forma de pensar essa manifestação, que surge na década de 90, as chamadas quadrilhas estilizadas que passam a preparar a apresentação com passos marcados por um processo de padronização, de coreografias sincronizadas, com a utilização de adereços diversos, roupas mais trabalhadas e bem luxuosas passando a ocupar os arraiais das festividades. O casamento matuto como motivo da festa passa a dar lugar a um tema que será encenado e contado por meio da dança apresentada pelas juninas no município. Helder Sousa ao conceituar a quadrilha junina estilizada em Cachoeira disserta:

(...) Sua estrutura está voltada mais para a competições. (...) Embora não exista uma data exata para o surgimento de quadrilhas estilizadas, estima-se que esses grupos estilizados tenham surgido dos anos 90. Em Cachoeira dos Índios- PB, esse estilo só ganhou espaço entre os anos 2005 e de 2008 (...) essas mudanças aconteceram praticamente em toda a sua estrutura, como figurino, músicas, coreografias, adereços, entre outros aspectos (SOUSA, 2017, p. 37, 38, 40).

Essa nova geração vai ser marcada pela fundação de novas quadrilhas, a exemplo da Linda Rosa, que segundo a tradição é a primeira que passou pelo processo de transição do modelo tradicional para o estilizado, sendo gradativamente seguida pelas que já existiam e que foram sendo fundadas, a exemplo das quadrilhas Maria Chiquinha e Menina Moça, que levaram o nome do município trazendo prêmios em festivais de quadrilhas regionais. Tais competições também servem de combustível para alimentar uma competição entre as quadrilhas, rivalidade que faz com que as agremiações busquem superar as rivais não no ringue de luta, mas na explosão de beleza e cultura nos arraiais e competições.

A exemplo, temos a realização da 16ª Etapa regional do Festival de Quadrilhas promovida pela Federação de Entidades de Quadrilhas Juninas da Paraíba (FEQUAJUNE)³³ realizada em junho de 2017, no município, que reuniu agremiações de várias cidades da região:

A etapa municipal das cidades do Alto Sertão aconteceu na cidade de Cachoeira dos Índios. Na disputa, quadrilhas de Sousa, Cachoeira dos Índios, Cajazeiras, Marizópolis e São José da Lagoa Tapada tiveram 10 minutos para montar o cenário e 26 minutos para se apresentar. No total, 10 juninas se apresentaram no ginásio da cidade. Em terceiro lugar, garantindo uma vaga no estadual ficou a “Tradição Nordestina”. Em segundo, ficou o grupo “Fazenda Brasil Caboclo” e a vencedora da região foi a “Moleka Enxerida”, da cidade de Cachoeira dos Índios (GIPB, 2017).

Neste ano, Cachoeira passa a ser vista como um celeiro de quadrilhas juninas de qualidade, colocando a cultura do lugar no ranking das 26 melhores quadrilhas do Estado, a Moleka Enxerida ficou em 6º lugar geral e a Tradição Nordestina na 26ª colocação geral, representando o município nas disputas estaduais na cidade de Patos-PB em junho do mesmo ano. Na ocasião, a primeira apresentou-se de forma estilizada e a seguinte buscou resgatar as quadrilhas tradicionais. Ficou evidente a cultura quadrilheira do lugar de forma eclética, justificando a já percepção para a população que Cachoeira é a “cidade das quadrilhas juninas no sertão paraibano” que passou a ser referenciada pela cultura junina em todo o Estado.

Como toda manifestação cultural, a quadrilha requer para mais que a vontade de dançar e apresentar as tradições da cidade, precisa de planejamento, ensaios, empatia, garra, determinação e, principalmente, dinheiro. Para conseguir apresentar uma quadrilha existe uma demanda financeira de altos custos, principalmente na era das quadrilhas estilizadas que competem em festivais pelo Nordeste.

Algo marcante dessa tradição no município é a atividade cooperativista e solidariedade, onde a comunidade participa ativamente para financiar os grupos juninos. Para se apresentar, as agremiações começam o trabalho logo após a temporada de junho de cada ano, organizam-se de maneira colaborativa e vão em busca do apoio da comunidade, promovem rifas, sorteios, festas, venda de comidas e bebidas para arrecadação de recursos para dançar no arraiaí e recentemente têm obtido recursos da prefeitura municipal para custeio de vestimentas e transporte, tendo em vista a realidade de investimento para financiamento no Brasil ainda depender de leis incentivo à cultura, que ainda não são feitas de forma permanente (RUBIM, 2010).

Não, mas período junino é apresentações. A quadrilha... a quadrilha é igual escola de samba. A gente termina em julho, folga julho e agosto começa. Começava, né? Porque

³³ Fonte: <https://reporterjunino.com.br/2017/06/20/festival-classifica-quadrilhas-juninas-para-competicoes-regionais/>

essa junina que chegou agora na cidade, volto a dizer, tá prometendo tudo aos componentes. Então ninguém vai mais trabalhar. A gente... a gente dançava junho, folgava no mês de julho e em agosto começavam os trabalhos. Quermesse, bingo, seresta, festa, rifa, para conseguir dinheiro ter como comprar as coisas (Entrevista, 04).

Como fator cultural da cidade, tem-se a busca de forma solidária, colaborativa e participativa, para assim colocar a quadrilha pronta no arraial:

Então a gente fazia rifa, né? Às vezes eu tirava do meu bolso alguma coisa para doar e servir de brindes, para sortear. Fazia rifa, fazia bingo, pedia alguns patrocínios, né? Em alguns locais da cidade, alguns mercados. Às vezes recorria à prefeitura também. E a gente tinha essa ajuda, mas não cobria tudo, né? Então a gente tinha que trabalhar um pouco mais, às vezes eles pagavam mensalidade, uma mensalidade de cinco reais, certo? Pra durante total “x” de meses, pra cobrir o pagamento da costura. Então, era mais ou menos dessa forma que acontecia pra que a gente pudesse colocar a quadrilha no arraial (Entrevista, 15).

Mesma experiência compartilhada pelo entrevistado a seguir:

E do carnaval até o mês de junho a gente realiza trabalhos em rifa, festa, é... ensaio da saudade, o pré-junino. (...) passou um dia parado na pista no quebra-molas, pedindo dinheiro a quem passava, apresentando nosso projeto. (...) Que é justo para arrecadar dinheiro e conseguir botar a quadrilha dentro do “arraial”. (...) Pra colocar uma quadrilha junina estilizada dentro do “arraial”, hoje em dia, é difícil. Porque não gasta menos de 30.000 (Entrevista, 01).

Conclui-se que a tradição cultural popular manifestada pelas quadrilhas juninas em Cachoeira dos Índios se faz com a participação de toda sociedade, que coletivamente contribui para a manutenção deste bem histórico e cultural do lugar, por ser financiada, ensaiada e produzida por muitas mãos, que se unem a cada passo coreografado, a cada batida da zabumba, ou do pé firme no chão ao toque do som do xaxado, ou das mãos que aplaudem, seja do público ou dos brincantes, ao som do forró e do baião adaptados ao ritmo da quadrilha, é um bem cultural compartilhado em todas as dimensões no seu fazer.

É preciso destacar a necessidade de preservação e renovação constante desta cultura, para o brincante e referência cultural do município, Helder Sousa (2017) a “*modernidade sufoca as tradições*” na medida em que as agremiações vêm tendo dificuldade de mobilizar os jovens para a continuidade do movimento. Segundo ele, a globalização ao tempo que traz avanços tecnológicos, possibilita outras formas de lazer que podem ser fatores de distanciamento dos jovens desta atividade cultural.

No entanto, por ser feita a muitas mãos coreografadas nos arraiais é possível acreditar que a cultura não deixará de existir no município, pois a cada ciclo a esperança se renova pela emoção que todos que participam expressam vivenciar no momento da apresentação. Exemplo dessa resistência e longevidade encontramos na fundação da quadrilha Tradição da Roça que busca as raízes das quadrilhas que iniciaram no município nos anos 70, fundada em 2017. Ao

tempo em que 2023 marcou o retorno da quadrilha junina Moleka Enxerida que havia por alguns anos deixado de se apresentar, retornar aos arraiais renovando o ciclo junino.

Não podendo deixar de evidenciar a Explode Coração que é a quadrilha tradicional da Escola Maria Cândido de Oliveira que é um símbolo de renovação da cultura junina em Cachoeira. Muitos alunos já egressos da escola agora assistem seus filhos, sobrinhos e a nova geração de brincantes, continuarem a fazer a cultura acontecer em todo mês de junho, ocupando os lugares que já foram deles, ao tempo que podem também observar as quadrilhas da melhor idade que se formam a cada ano, nos centros de apoio social do município. A cultura das quadrilhas é, portanto, um patrimônio imaterial que precisa ser apoiado para que não se deixe de fazer. Viva as Quadrilhas juninas de Cachoeira dos Índios.

Figura 27: Mosaico de registros fotográficos das Quadrilhas Juninas



Quadrilha Arraial do Aguiar, 2008. Fonte: Arquivo pessoal de Romário Silva.



Quadrilha Maria Chiquinha, 2001. Fonte: Arquivo Pessoal de Helder Sousa.



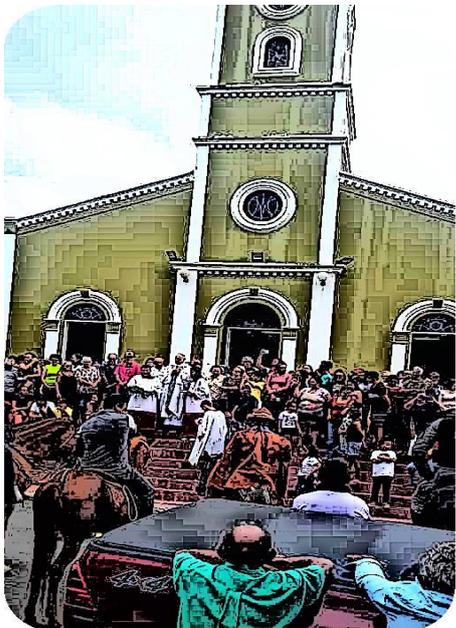
Quadrilha Moleka Enxerida, 2017. Apresentação campeã da Etapa Alto Sertão do Festival de quadrilhas sediado na cidade. Fonte: TVREPORTE.



Quadrilha Explode Coração da Escola Maria Cândido de Oliveira. 2023. Fonte: Arquivo pessoal de Romário Silva.

4.1.3 INVENTÁRIO DA CAVALGADA DE SÃO JOSÉ DAS MARIMBAS

Quadro 3:Ficha catalográfica Cavalgada de São José

 <p>FICHA CATALOGRÁFICA</p>	<p>Denominação da expressão histórico cultural:</p>	<p>Patrimônio Imaterial: Cavalgada de São José das Marimbas.</p>
 <p>Fonte: Arquivos da Pesquisa</p>	<p>Referência:</p>	<p>Histórica, Cultural, Religiosa e Comunitária.</p>
	<p>Localização:</p>	<p>Inicia com a chegada dos vaqueiros que se reúnem na Igreja Matriz e de lá saem transpondo as estradas rurais até o Distrito de São José das Marimbas</p>
	<p>Proprietário:</p>	<p>Propriedade Comunitária. A organização é espontânea dos trabalhadores do campo, vaqueiros e amazonas, seus familiares e amigos. Com suporte de infraestrutura e apresentações culturais da Prefeitura Municipal e outros entes públicos, reedita-se anualmente.</p>
	<p>Transmissão do saber:</p>	<p>A Cavalgada que tem dia festivo no dia de São José, realizada por gerações no município, diariamente na lida com o gado, ou sendo apreciada como atividades de lazer. Na atualidade por quem não reside na zona rural, mas que valoriza o ofício do vaqueiro do passado e do presente como tradições valorosas do povo sertanejo, que aguarda a chegada do dia do padroeiro para reunir gerações e assim transmitir os valores da tradição da vaqueirama no percurso até às Marimbas</p>
<p>Modos de fazer:</p>	<p>A manifestação popular ocorre como uma referência às antigas tropas de gado que rasgavam a caatinga sertaneja para comercialização da criação em centros comerciais, em que os cavaleiros e amazonas hoje montam em seus animais e ao som da tocada de aboio se confraternizam.</p>	
<p>Morfologia:</p>	<p>Iniciou-se a partir das intenções da coroa portuguesa no século XVII, em deslocar para os sertões a criação de gado, resguardando o litoral para a cultura açucareira, constituindo a ocupação dos sertões nordestinos na marcha lenta da tangida do gado ao som dos aboios. Vestimentas de couro, caracterizando a identidade sertaneja a coragem do vaqueiro como desbravador, referenciada na cavalgada de São José das Marimbas, todos os anos no dia 19 de março.</p>	

Cavalgada de São José Das Marimbas

Foi preciso que surgisse o vaqueiro para garantir a aventura da penetração horizonte a dentro. Trazia o vaqueiro a volúpia do sol nos olhos devoradores de distâncias. E para a sua vida será necessária a largura descomunal do horizonte, que a coragem desvendara. E desenha-se o sertão através das ‘rotas traçadas pelo gado’. Ao vaqueiro, sim. Deve a vida social que [no sertão] abrolhou intensamente. Deve a economia, que, sob a sua vista, à sua voz suja de poeira, se modelou, cresceu e auxiliou a combalida dos canaviais [...]. Foi o vaqueiro, tangendo boiada, procurando pasto, que descobriu as terras ignoradas do sertão. Eurico Alves Boaventura (QUEIROZ, 2010, p. 71).

A cavalgada que parte de Cachoeira dos Índios com destino ao Distrito das Marimbas, iniciada no final do século XX, consolidou-se como tradição no município, quando montados a cavalos, éguas e jumentos, os cavaleiros e amazonas, recebem o título de vaqueiros, que assim como no período colonial é motivo de honra. “Vaqueiro, criador ou homem da fazenda, são títulos honoríficos entre eles” (ABREU, 1998, p. 135).

Ao montarem em seus cavalos, na festividade em honra a São José, desde a primeira edição ao transpor os caminhos rurais do município todos os anos, - única exceção do ano de 2021 devido a pandemia de COVID-19 em que a cavalgada não se realizou - reverenciam a coragem de seus antepassados em desbravar a caatinga na lida do gado, rapidamente sendo admirada pela população.

As cavalgadas que em Cachoeira se reitera é, sem dúvida, uma herança europeia no tempo presente. Assim como as cantadas nas baladas da Canção de Rolando entoadas na Idade Média relatava o nobre cavaleiro medieval corajoso e defensor da fé cristã católica (JONIN, ABÍLIO, 2006), no município, no dia 19 de março, a canção, encontra-se com o honroso vaqueiro nordestino³⁴, corajoso e devoto de São José. Nas estradas de terra que levam ao Distrito das Marimbas, são herdeiros do heroísmo, da coragem, combatentes desbravadores do semiárido no Alto Sertão paraibano, são aqui vaqueiros e sinônimos de cavaleiros medievais.

Foram os europeus os responsáveis pela implementação da pecuária como meio colonizador do interior do Nordeste, conseqüentemente estabeleceram a formação da identidade sertaneja vinculando a lida com o gado, a religiosidade católica, para a construção da identidade cultural do lugar onde vivem. O binômio religiosidade e trabalho vestem os vaqueiros do passado e do presente no município de Cachoeira dos Índios - PB.

³⁴ Característica do ambiente sertanejo e que se constitui como um dos mais significativos símbolos nacionais, o Ofício de Vaqueiro é uma das profissões mais antigas do país – remonta ao início da criação extensiva de gado – nascida no século XVI, quando Portugal ordenou o afastamento do gado da orla da então província, em carta de 18 de junho de 1551 do governador Tomé de Souza ao rei. (BAHIA, 2013)

Neste entendimento talvez involuntário da vocação do lugar para a pecuária, este trabalhador rural tem raízes fincadas na cultura e na tradição cachoeirense, no dia de São José, buscam reproduzir a tangida em marcha lenta do gado pela caatinga, iniciadas no período colonial, cavalgando por mais de 16 quilômetros. A montaria em longas distâncias que marcaram as relações de trabalho, produção e comércio, é representada no desejo de sentir as mesmas sensações dos vaqueiros ancestrais.

As memórias afetivas e heroicas, construídas no passado e narradas pela tradição, mantém presentes as recordações das aventuras de pega do boi, dos tropeiros que cruzavam a caatinga para comercializar o gado. No Nordeste e em Cachoeira as gerações aprenderam essas histórias por meio das canções entoadas do aboio, que ocupou o lugar das baladas medievais, para retratar a vida do homem sertanejo.

O gado não se prendia ao descampado; internava-se pelas caatingas e amontoava. O vaqueiro corria-lhe ao encalço, e com uma vara de ferrão em alguns pontos, em outros pela simples apreensão do rabo, deitava a rês em terra e subjugava-a. (...) as viagens eram sempre interrompidas nas horas de maior calor; não se ferravam os cavalos, cujo casco rijo resistia às pederneiras sem estropeio (ABREU, 1998, p. 222-223).

O autor Capistrano de Abreu (1998) descreve essa passagem da história do povo sertanejo durante o processo de ocupação do interior dos sertões, apresentando de forma detalhada o enfrentamento destes sujeitos históricos, as dificuldades de convivência com a caatinga, ainda hoje, percebidas pelo homem do campo cachoeirense. De forma semelhante ao que ocorria no passado, o destemor é necessário para a sobrevivência, enfrentar as condições adversas deixam marcas, símbolos de vitória as batalhas cotidianas travadas por quem enfrentou e enfrenta o semiárido nordestino.

Assim, o gado apresenta-se como razão e símbolo da ocupação do sertão para a vaqueirama, para o melhor manejo com este animal, buscou-se outro, o cavalo foi incorporado. Dois animais são colocados em condições opostas, uma a ser capturado em fuga, o outro é montado pelo homem e utilizado como ferramenta de trabalho. São assim os três juntos personagens da construção da tradição popular, não existiriam vaqueiros sem que o gado e cavalo o legitimassem como tal.

Dito isso, é importante mencionar o fato de que a relação entre o vaqueiro e o gado é fortemente interpolada com a relação do vaqueiro e seu cavalo, já que essa relação é crucial para o ato de campear e encontrar a rês dentro da vegetação fechada da caatinga. Segundo um dos vaqueiros com quem conversei, se o cavalo for bom e bem treinado, a campeada se torna menos perigosa, pois o cavalo conhece os caminhos que tem de pegar para chegar até a rês desgarrada (CUNHA, LOPES, 2018, p. 117).

Na atualidade, as relações como esses animais e o trabalho do vaqueiro, vem se modificando, com as mudanças promovidas pelas tecnologias que chegam às comunidades

rurais, trazendo facilidades à modernidade. O cavalo, aos poucos, vem sendo substituído nos trabalhos diários por novas ferramentas e meios de transporte. Mas, a cavalgada de São José demonstra que cavalgar ainda é uma atividade de imponência e mantém seu espaço na tradição popular.

Como fatores preponderantes para a manutenção da tradição, a transmissão da memória, a saber fazer continua a ser ensinado e corrobora para preservar viva a tradição à ancestralidade das atividades pecuaristas no sertanejo. A lida do gado não deixou de existir, ela continua presente, porém, agora em currais e pastos de capim cercados. Novas técnicas de manejo da agropecuária trouxeram melhores condições de trabalho, no entanto, o ofício do vaqueiro permanece vivo e sempre é intentado a celebração nos festejos do dia de São José.

É... eu descreveria a festa de São José como a mais importante festa do município de Cachoeira dos Índios pelas tradições culturais, o resgate cultural do vaqueiro nordestino, que é o responsável pela colonização do sertão, e por ser, é... uma tradição familiar que passa de pai pra filho. E envolve o ato religioso: cavalgada, vaqueiro, fé. Fenômenos fortes e que permanecem na nossa cultura desde os primórdios do tempo, mesmo na era da modernidade, na era da informática, eu definiria hoje a festa de São José como, é o objeto cultural. Porque a gente não pode valorizar uma cultura acima de outra, mas um dos objetos culturais mais importantes do município. Então, eu diria de fundamental importância pra manutenção da nossa história, da nossa cultura (Entrevista, 22).

A Cavalgada de São José, é compreendida pelos cachoeirenses como uma tradição, não por acaso, faz-se presente desde o Brasil Colonial nos sertões nordestinos, estando presente como forma de ocupação embrionária no hoje emancipado município de Cachoeira dos Índios, no coração do Sertão de Piranhas. Os rebanhos que aqui encontravam água e pasto precisavam ser comercializados no passado em mercados distantes, tendo que deslocar os animais por longas distâncias, sendo o vaqueiro, por meio da cavalgada, o responsável pela entrega dos animais (FORMIGA, 2013), a atividade motivada pela necessidade do trabalho, torna-se na atualidade, em um festejo.

O gado para chegar ao mercado consumidor fazia intermináveis caminhadas, havendo pessoas especializadas na condução destes animais. (...) Costumavam locomover-se com um homem caminhando à frente da boiada, cantando o "aboio sertanejo", enquanto os demais acompanhavam as reses tangendo-as e vigiando-as para que não se dispersassem. Caminhavam de 4 a 6 léguas por dia se havia água com facilidade no caminho, mas estendiam a jornada até 15 ou 20 léguas, emendando dias e noites, nas áreas onde não havia água. Nas passagens dos rios, um vaqueiro, pondo sobre a cabeça uma caveira de boi, nadava na frente da boiada a fim de que os animais o acompanhassem (ANDRADE, 1964, p. 185).

Não é de se estranhar que a Cavalgada que vai ao encontro da Festa de São José nas Marimbas há mais de vinte anos, conta com uma sistemática da tropa de cavaleiros semelhantes. À frente, vão os puxadores com bandeiras e estandartes do santo, o aboiador permanece

presente durante o trajeto que não mais leva o gado, mas cavaleiros que festejam o heroísmo dos vaqueiros que iniciaram a cultura da vaqueirama no lugar. O aboiador não vai montado ao cavalo, adaptando-se a modernidade do tempo presente, vai ao alto de um carro de som, cantando as toadas do aboiadores sertanejos como manda a tradição.

Só que a festa do vaqueiro, a cavalgada em si, ela traz também o aboiador, que é um poeta, que é um cidadão que tira repente. É claro, mas numa outra linha diferente do violeiro, né? O violeiro tirar aquela aqueles moldes, aquela poesia com a viola tocando. Já o aboiador tira sem viola, ou geralmente com um pandeiro ou sem. Geralmente aqui é só no aboio mesmo, é na goela. Nem com pandeiro eles vêm. Mas é a mesma linha, poeta, o mesmo... a mesma forma de cantar num ritmo diferente. Mas são bem próximos são, na realidade, se exige que quem... quem aboie, como quem é violeiro, tenha realmente uma veia poeta pra fazer rimas. E rimas que diga respeito à cultura, à tradição do vaqueiro. E da fé, da religião acima de tudo (Entrevista, 22).

Ademais é possível perceber, nesse outro relato, sobre a presença indispensável da figura do aboiador, que se configura a manutenção da tradição:

Na verdade, hoje o que se escuta muito é aboio, toadas. E a prefeitura tem trazido, aboiadores de fora, participam que geralmente vão acompanhando em um carro de som. O aboio é... o boi, na verdade, é um canto. É uma toada que vem aí já dos antigos vaqueiros que existiam aqui no interior do Nordeste, que tangendo seu gado. Saiu cantando aquelas toadas em uma em uma melodia às vezes um pouco triste, e nessa toada que é um pouco poética ela, é retrata o momento, o dia a dia, o sofrimento do povo, a alegria, o inverno. Tudo isso é cantado no aboio (Entrevista, 24).

A cavalgada que se tornou uma grande tradição carrega também consigo a herança da memória quando muitos vaqueiros vestem roupas de couro, com chapéu e gibão, acabam também por celebrar o ofício do vaqueiro herói do sertão e” (...) a fama e a glória que advêm de sua destreza e talento” (BAHIA, 2013, p. 13) comparável com as tradições medievais, são compreendidos como cavaleiros na batalha, ao se embrenharem na vegetação da caatinga montados a cavalos, fizeram do Nordeste o seu campo de batalha e de glórias.

Percebemos nas memórias orais, semelhanças entre os aboios entoados na festa de São José com a balada da canção de Rolando anteriormente mencionada, trova medieval que mistura história e poesia, ao retratar batalhas em que os cavaleiros eram os heróis principais, na defesa do rei e da fé católica que lhes conduzia. Na Europa, a nobreza se ocupava da batalha, no Nordeste brasileiro o camponês, o guerreiro trabalhador, combate no sertão, desafiando e vencendo a seca, pegando o boi no mato com a mão e o jogando ao solo, toma as vestimentas de couro como armaduras, sendo forte e corajoso (FENTRESS, WICKHAM, 1992).

(...) “Vós combateis muito bem! Assim deve se comportar todo cavaleiro que usa armas e cavalga um bom cavalo! Na batalha, deve ser forte e altivo; senão não valeria quatro tostões; melhor que seja monge num mosteiro qualquer e que reze o dia todo por nossos pecados.” (JONIN, ABÍLIO, 2006, p. 50).

Naturalmente suas glórias, e histórias são contadas nas toadas (canções) dos aboios como os heróis que foram e são. Por esta razão, a cultura é valorizada pelo campesinato do lugar que todo o mês de março tem sua memória exaltada na cavalgada de São José. Quando os cavaleiros de Cachoeira encilham seus cavalos, colocam as vestimentas de couro em preparação para o encontro em frente à igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição, acabam por estar rememorando os cavaleiros medievais carolíngios ao tempo que referenciam os vaqueiros do Alto Sertão Paraibano, sinônimos de coragem, bravura e liberdade.

Outrora, quando o trabalho escravo prevalecia, aqueles que conseguiam acender no sertão como homens livres ou escravos de segurança, sonhavam em receber a qualificação de vaqueiro, era uma honraria talvez semelhante ao título de nobre europeu, era ser livre, receber mais e poder ter seu próprio rebanho, fator que colocava-os socialmente acima dos escravos e camponeses livre. Fato que contribui para o povo nordestino se sentir representado por este título de honraria, conforme nos é apresentado por Capistrano de Abreu (1998).

Nada mais natural que a cavalgada de São José que começou com o desejo de um vaqueiro de reunir amigos para atividade de lazer com raízes nas relações de trabalho persistentes da pecuária, receba prontamente o reconhecimento cultural de identificação dos cachoeirenses. O senhor Francisco de Assis da Silva (Assis de Bengo) ao propor a manifestação cultural no dia de São José para promover a cavalgada, conseguiu proporcionar o resgate do sentimento de pertencimento e de valorização dos antepassados, edificando o trinômio *“trabalho, tradição e fé”*.

Olha, eu toda a vida eu tive vontade de fazer essa cavalgada, mas eu achava que era muito difícil. E aí nunca fiz. Aí quando foi um dia acontece que nem eu mais ele **(pessoa do lado durante a coleta de História Oral)** estava conversando aqui na propriedade, só nós dois lá, aí peguemos a falar em pega de boi, em tropa de burro, que tudo isso eu participei e eu gosto, eu acho bom. Aí chegamos em cavalgada, aí faltava 11 dias pra dia de São José, dia legítimo da cavalgada. Ele disse: “Mas...”. Ele me chama Tropeiro, não sabe? “Mas esse ano não dá certo não, Tropeiro, porque já tá muito tarde, tá vencido. Nesse ano não dá certo, não, mas outro ano dá certo”. eu disse: “É mesmo, rapaz”. Aí combinei, assim, com ele: “É mesmo”. Mas eu saí, eu fiquei sempre com vontade. Aí saí, quando cheguei ali na cidade e encontrei um amigo meu, falei com ele, ele disse: “Oh, rapaz, se você fizer, eu lhe acompanho. Eu lhe acompanho e talvez vá mais gente acompanhando-nos”. Cheguei mais na frente, encontrei outro, disse que ia... tinha vontade de fazer essa cavalgada e ia... e ia fazer. Aí ele disse: “Faça, que eu lhe acompanho”. Aí, o seguinte, eu dizia... eu dizendo a uns e os outros dizia a outra acolá. E sei que, resultado: ainda entrei lá com 63 cavaleiros comigo no primeiro ano (Entrevista, 23, grifo do autor).

Embora a Cavalgada seja associada diretamente às festividades no Distrito de São José das Marimbas, em homenagem a seu santo padroeiro que é realizada há mais de 80 anos (DIAS, 2020), a atividade de reunião dos vaqueiros não faz parte da programação religiosa, assim como

as atividades dos tropeiros do gado até aqui apresentada no período colonial também não tinham relação com festejos católicos.

Com relação à montaria a cavalo, para outras atividades laborais no passado Cachoeira foi cenário de “(...) parada obrigatória para os tropeiros de burros que transportavam rapadura e farinha de mandioca da região do Cariri e sal do Rio Grande do Norte” (FERREIRA, SANTANA, 2006, p.13). Encontrando rancho e água para os animais no povoado, eles também notórios cavaleiros nordestinos, deixaram seu legado no município. São inúmeros os relatos de cachoeirenses que no ciclo do algodão, aturam nesta atividade. Sendo oportuno relatar que o idealizador da cavalgada, seu Assis de Bengo, é conhecido como Tropeiro:

O tropeiro foi peça importante na ligação do interior com o litoral do Brasil. Ele era comerciante, era emissário oficial, era correio, intermediário de negócios, portador de bilhetes, recados, aviador de encomendas e receitas. Era um traço de união entre os centros urbanos afastados. Os tropeiros deram continuidade ao desbravamento das regiões afastadas do litoral, seguindo o caminho dos bandeirantes e sertanistas, primeiros desbravadores das terras do interior do Brasil que também desafiavam a caatinga em longas marchas, montados em seus cavalos para ligar o sertão ao litoral, estes usaram da montaria para outra finalidade (PAES, 2001, p.57).

Como personagens da História do município em seu tempo histórico, o vaqueiro e o tropeiro enlaçam as narrativas da lida com o gado e do trabalho de comercialização de produtos, mensageiros entre o campo e a cidade, edificando saberes e fazeres, do período colonial à república. Marcaram como ferro no couro do gado, a prática da montaria, popularmente nomeada de cavalgada.

Esta prática, insere-se no contexto das festividades religiosas em honra a São José como uma ação cultural popular profana de tradições ancestrais de valorização do trabalho, sendo preciso enfatizar que durante o percurso não são realizadas orações ou procissão com a imagem de São José. No entanto, o profano e o religioso se convergem, pois é quase uma unanimidade que todos os cavaleiros e amazonas comungam do catolicismo e da devoção ao santo padroeiro.

Por outro lado, a cada edição ocorre o distanciamento da religiosidade. Nas primeiras edições, os cavaleiros estavam mais próximos de serem compreendidos como romeiros, pois “nos primeiros anos a gente ainda conseguia parar em capelas de Redondo e Tambor. E ali se fazia uma oração, coisa do tipo. Mas ultimamente ela tem tirado direto pra lá, né? Pra Marimbas. Nem canta, nem reza.” (Entrevista, 24).

(...) o povo da cavalgada quase não assiste à missa. Quando o padre Levi era vivo, ele era muito amigo da gente, aqui do povo, aí quando foi um dia, ele já tinha celebrado a missa e já tinha vindo embora, **(Quando os cavaleiros chegaram)** que ele vai celebrar em outros cantos, também tem razão, né? De não esperar por a gente, porque quem luta com muita gente não pode dominar o povo, não. Tem vezes que a gente chega lá cedo e ele celebra a missa pra gente lá no patamar da igreja. **(Certa vez)**

quando o padre Levi era vivo ele estava lá, aí nós chegamos já tarde, aí ele disse: “Mas, é, vocês chegaram fora da hora da missa, mas eu vou celebrar uma missa pra vocês aqui agora”. Aí veio pra calçada e celebrou a missa. Chamou todo mundo e celebrou a missa. (...) (Entrevista, 25, grifos do autor).

Curiosamente, a memória social e a tradição oral atribuem o início da manifestação da cultura popular a um pagamento de promessa a São José, que justificaria a religiosidade católica para a realização da cavalgada, o que não se comprovou nos relatos apresentados pela comunidade envolvida na fundação da cavalgada de São José, nem tampouco nos registros de livro de tomo da Paroquia de Nossa Senhora da Conceição.

Ao longo de mais de vinte anos de celebração, só se encontra no livro de Tombo paroquial (1994 – 2017) 05 registros de celebrações destinadas aos cavaleiros, sendo em sua maioria benção e apenas dois registros de celebração de missa solene destinada aos vaqueiros, a primeira realizada pelo Pe. Janduí Alves em 2004 e a segunda em 2014 celebrada pelo sacerdote Pe. Walter Anacleto.

No dia 19 a partir das 09h00, o Padre celebrou juntamente com a comunidade de São José das Marimbas, as festividades alusivas ao seu padroeiro. A festa teve como destaque a Santa Missa e toda uma programação específica dando início com a cavalgada (...) ao chegarem ao ponto final, o Padre deu a benção e em seguida iniciou a Santa Missa. Uma multidão de fiéis prestava homenagens ao tão glorioso e honroso São José, pelo seu testemunho e fidelidade ao evangelho de Jesus Cristo (PAROQUIA N.S. DA CONCEIÇÃO, 2014, p. 75);

É inegável a relação de fé e devoção presente na cavalgada iniciada por seu Assis de Bengo e amigos no ano 2000. No entanto, é preciso destacar que ao longo dos anos a celebração em honra ao Santo foram mantidas primordialmente pela comunidade católica das Marimbas, a falta de registro nos documentos paroquiais aponta a um distanciamento do sagrado na realização da manifestação cultural pela Igreja Católica, mesmo ocorrendo a missa que poucos cavaleiros, amazonas e vaqueiros participam, boa parte deles só partem em marcha depois de passar em frente à Igreja Matriz para receber a benção do sacerdote com o rito da aspersão com água benta.

Desde a primeira edição, não se tem o cortejo de procissão com o santo em oração, formada inicialmente por “pessoas simples, que, como nós, que fomos juntos aí tomando cachaça pelos caminhos e até chegar por lá” (Entrevista, 24), os cavaleiros se utilizam do dia do padroeiro para confraternizar ao chegarem ao Distrito de São José das Marimbas, reencontram-se com a fé e a tradição, quando não se embriagam de alegria no percurso.

A tradição cultural é estabelecida pela ideia de unir um grupo de amigos vaqueiros e ex-tropeiros de Cachoeira dos Índios, para se divertir, ao tempo que se congregavam com a comunidade das Marimbas, onde muitos tem laços afetivos e familiares. Tornando-se ao longo

do tempo em um grande evento, cada ano a festa cresce e se consolida como referência para outras cavalgadas que se espalham pelas cidades círculos vizinhos, trazendo junto com a tradição também a geração de emprego e renda para os moradores locais.

É, assim, inicialmente a gente informou ao padre que seria feito. No primeiro ano, assim, muita gente não acreditou até, né? Mas a gente contou com a ajuda de pessoas também lá da comunidade, pra fazer a comida das pessoas. Tinha a Fiinha de saudosa memória, que era uma pessoa muito ativa lá na igreja católica, foi quem nos ajudou lá pra fazer a comida desse povo todo que chegamos lá. Da do segundo ano em diante, a própria igreja, foi se organizando mais, a comunidade também foi se organizando lá, pra receber as pessoas. Já os bares, as pessoas que vendiam bebidas e comida. Então, mudou. Mudou totalmente a história, né? De forma que do terceiro, do quarto ano em diante, a prefeitura já tomou conta, porque ela, assim, cresceu de uma dimensão muito grande. Hoje a cavalgada chega a ter em torno de 700, 800 pessoas a cavalo E fora os que vão de outros meios pra lá (...) Vale salientar que a cavalgada das Marimbas ela foi a primeira do interior do Nordeste. Já tem aproximadamente eu creio que 25 anos. Então, depois dessa, sugeriram inúmeras outras. Hoje vai pra Marimbas desde jovens, de ambos os sexos, até idosos participam da cavalgada. Várias pessoas. A própria polícia militar hoje já disponibiliza o esquadrão de cavalaria pra ir de cavalo (Entrevista, 24).

Após inúmeras edições bem sucedidas, a cavalgada de São José é uma festa de tradição religiosa e popular de exaltação do vaqueiro e dos tropeiros, em reconhecimento de suas contribuições para o desenvolvimento econômico, ocupação territorial, e identidade cultural dos cachoeirenses. Mesmo se adaptando ao tempo presente, mantém viva valores inegociáveis das tradições do trabalho, narrativas das glórias dos sertanejos e das sertanejas que são astutos, corajosos, inteligentes, religiosos, verdadeiros nobres, heróis da caatinga nordestina.

Ao se reunirem anualmente com destino ao Distrito de São José das Marimbas carregam as tradições dos antigos, reverberam nos aboios entoando os patrimônios imateriais que nos ajudam a aprender, escrever e ensinar a História do lugar. Sua importância, ultrapassa os limites territoriais do município. A cavalgada de “São José de Marimbas”, integra o calendário de eventos oficiais do Estado da Paraíba, consolidando-se como uma atividade de festejo tradicional e popular de referência cultural estadual conforme Lei Estadual Nº 10.013 de 13 de junho de 2013 (PARAÍBA, 2013 p.1).

A Festa popular também foi capaz de estimular ao longo dos anos a constituição de identidade local, desenvolvimento turístico e econômico, conforme as exigências apontadas pelo Decreto Nº 43.686 de 11 de maio de 2023 (PARAÍBA, 2023, p. 1) e que são vivenciadas pela população a cada novo dia 19 de março do ano vindouro.

Olha, a festa de São José tá hoje pra Cachoeira dos Índios, como tá pra Bahia aquela lavagem das escadas do Senhor do Bonfim. Dada a importância, porque ela se agregou a nossa cultura. Ela se agregou de tal maneira que não dá pra separar. Tanto que no período da pandemia, e ela teve que ficar paralisada e era uma questão de saúde pública, a falta foi gritante e todo mundo reclamava. E ainda tinha quem quisesse fazer, porque tá ele enraizou, não pode parar. Agora, o evento tem se demonstrado, é ... no decorrer desses anos, já ultrapassou muito mais de uma década, estamos

chegando aí praticamente há duas décadas da existência da festa, e pra que ela aconteça o poder público não pode se separar. (...) Agora, a festa, essas que a gente chama festa do povo, a festa mundana, é porque vem bandas, atrações nacionais de peso, porte. E já tem terminado a cavalgada, já tem terminado os atos religiosos, aí o povo dança mesmo com força, namora, bebe, comemora. E danado velho me perguntaria, porque a maioria dos vaqueiros, o pessoal mais jovem, volta tudo bebo no nome no lombo dos cavalos (Entrevista, 22).

Para outro representante da memória social, a Cavalgada trouxe turismo, criação de renda e desenvolvimento:

A vila é muito pequena, né? Mas aí, como eu te falei, a prefeitura passou a ver as Marimbas com outro olhar. Então, nos anos seguintes o distrito recebeu uma pavimentação, calçamento. Desapropriaram uma área lá, já pra fazer uma quadra poliesportiva, onde hoje é realizado os shows e eventos, tá entendendo? E assim a estrutura de movimento de vendas, de bebidas de refrigerantes, de comida, cresceu demais. Marimbas, né? E a gente fica feliz por isso, porque movimentou. É algo que movimentou a vida financeira daquele povo. Religiosa e financeira, né? Porque Marimbas é um lugar muito esquecido. Por ser o lugar mais distante do nosso município, ele nunca foi tão visto assim com um olhar de ajuda. Que você só ajuda uma pessoa não é dando dinheiro, quando você dá condições a pessoa de trabalhar, de produzir, de crescer economicamente, você também tá ajudando aquela pessoa e ele tá conseguindo a independência dele. Eu conheço pessoas em Marimbas que deixou de ir pra São Paulo pra criar galinha, pra ficar vendendo galinhas abatidas na festa de São José. Então, é algo bom, né? (Entrevista, 24).

Assim como os ofícios dos vaqueiros e dos tropeiros foram se transformando, sem permitir esquecer a essência dos ancestrais, a cavalgada de São José das Marimbas permitiu a edificação de identidade local, da manutenção da cultura pecuarista, e assim como no passado a manifestação cultural mantém a vocação de liberdade, coragem e empoderamento do homem vaqueiro, em buscar com o heroísmo da sua força de trabalho a escrever a narrativa de sua história. Vida longa à Cavalgada de São José, Patrimônio Imaterial da população de Cachoeira dos Índios.

Figura 28: Mosaico de registros fotográficos da Cavalgada de São José.



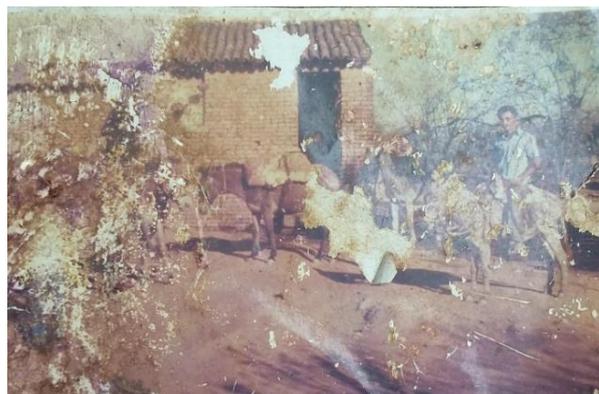
Encontro dos cavaleiros em frente à Igreja Matriz. Fonte: Arquivo pessoal Jone Cândido.



Chegada dos vaqueiros ao Distrito de São José das Marimbas, em 2018. Fonte: Resenha Política.



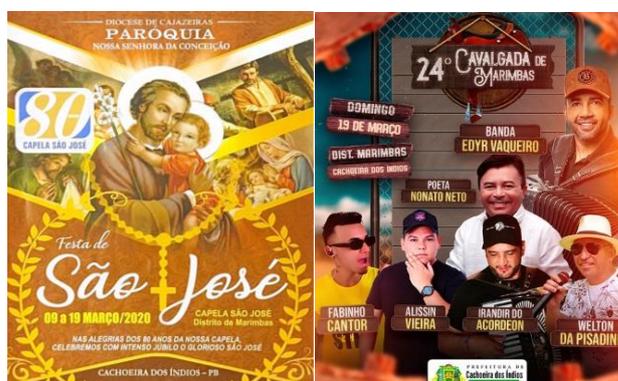
Registro do Sr. Assis de Bengo, idealizador da cavalgada que se tornou tradição, 2017. Fonte: Arquivo Helder Sousa.



Registro da atividade de tropeiro, tangida de burro do Sr. Assis de Bengo, década de 70. Fonte: Arquivo Helder Sousa.



Registro do vaqueiro cachoeirense saindo em marcha sobre os cavalos, 2017. Fonte: Arquivo Helder Sousa.



Panfleto da festa de São José 2020. Fonte: Capela São José Distrito das Marimbas e cartaz das atrações musicais após o término da cavalgada em 2023. Fonte: Prefeitura Municipal de Cachoeira dos Índios-PB.



Início da Cavalgada tendo a frente a cavalaria da Polícia Militar da Paraíba, 2024. Fonte: Arquivos da pesquisa.



O rito da aspersão com água benta realiza pelo Pe. Deusimar Gomes dando a bênção aos participantes da Cavalgada de 2024. Fonte: TVDS.

4.2 PATRIMÔNIOS NATURAIS

Professor, **(a natureza)** em tudo, por tudo. Pra começar, olha, hoje nós estamos, assim, bebendo água intoxicada. Você planta uma roça aqui, passa veneno. O veneno leva pro rio. E o rio leva lá pro açude. E do açude vem pra nossa mesa, pra nosso corpo. Nessa serra o uso é mais pouco do veneno. E além de natureza. Você vê que Patos se tornou uma cidade mais quente porque exploraram ela. Olha a diferença de nós que tá debaixo desce... **(pé de seriguela)** pra quem tá no meio do sol. Né? Nós precisamos, nós dependemos dela e ela de nós nada (Entrevista, 12, grifo do autor).

A compreensão do agricultor cachoeirense que forneceu esta análise ao compartilhar da sua memória social e sabedoria adquirida em anos de convivência com a caatinga, suas imposições cotidianas ao trabalho no campo, constituíram com o depoente uma relação íntima com a natureza. Ao apresentar sua reflexão consciente e profunda sobre a relação humanidade e natureza em que as interferências humanas sobre o meio ambiente refletem diretamente nas mudanças climáticas e sociais, apresenta-se com clareza sua percepção que o uso de veneno para maior produção agrícola acaba por interferir na natureza, e esta má interferência é revertida em malefício para a própria comunidade.

Ao compartilhar seus saberes, o depoente comprova o que aprendeu na realidade dura do trabalho. O pensamento apresentado por Ciro Flamarion Cardoso no livro: *“Escravidão, agricultura e capitalismo”*, atribui à natureza o conceito de “Campo histórico”. Ao defender a preservação dos recursos naturais e o seu uso consciente para fins de produção agrícola no campo, o entrevistado, assim como o autor, corrobora para o entendimento de que “o condicionamento do homem pelas condições geográficas é cada vez mais o condicionamento do homem pelo próprio homem” (CARDOSO, 1979, p. 19).

A escolha pela preservação é humana, o uso do veneno também, e ambas podem promover alterações no ecossistema. O veneno que mata o inseto, intoxica a água, e o agricultor que pulverizou poderá consumir, a árvore de seriguela que por escolha humana não tombou para dar espaço a lavoura, servirá de sombra e alimento para quem a preservou. Assim sendo, no meio ambiente preservado nos Serrotes do Coati e do São Joaquim, houve a opção em não desmatar as vegetações fazendo destas paisagens, aqui inventariadas, “meio histórico”, assim, sendo são também Patrimônios Naturais de Cachoeira dos Índios.

Patrimônio natural é uma categoria de reconhecimento de elementos naturais que, ainda que acione questões referentes à proteção da natureza, se constitui pela perspectiva da cultura e do patrimônio. Isso implica afirmar que patrimônio natural é uma categoria do patrimônio cultural (...) O processo de identificação e reconhecimento de bens naturais como patrimônio natural tem uma historicidade e uma institucionalidade que impactam claramente a constituição do acervo do patrimônio natural em níveis local, nacional e internacional (LEAL, 2020, p. 75).

Os estudos e conceitos sobre a natureza como patrimônio são relativamente recentes, ganhando notoriedade e relevância em políticas ambientais internacionais, influenciadas pela Organização das Nações Unidas – ONU e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, sendo o Brasil signatário destas instituições internacionais, que contribuíram para implementações de leis e propostas para o reconhecimento e a preservação destes patrimônios no país (PEREIRA, 2018).

Ao propor a defesa da necessidade de reconhecimento dos patrimônios paisagistas do município, se apropriou da Constituição Federal, no seu art. 216, no inciso V que diz, “os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (BRASIL, 2023, p. 181). Sendo, portanto, um dever do Estado e da sociedade reivindicar, reconhecer e preservar a paisagem natural como meio histórico. Embora, não exista também nenhuma área de preservação ambiental ou parque ecológico estabelecidos em nenhuma instância de poder federativo.³⁵

Mesmo ainda sem ter o reconhecimento do Estado, os Serrotes do Coati e o do São Joaquim são meios históricos, responsáveis por traduzirem a identidade dos cidadãos cachoeirenses sendo reconhecidos por estes como Patrimônios Naturais, monumentos da identidade e do pertencimento local.

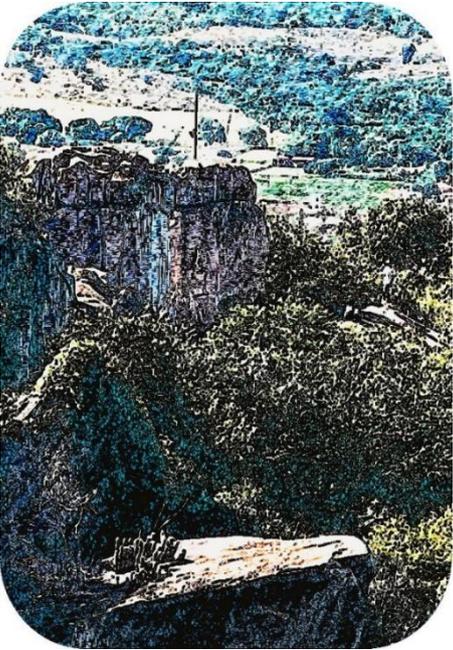
O patrimônio natural não representa apenas os testemunhos de uma vegetação nativa, intocada, ou ecossistemas pouco transformados pelo homem. Na medida em que faz parte da memória social, ele incorpora, sobretudo, paisagens que são objeto de uma ação cultural pela qual a vida humana se produz e se reproduz (SCIFONI, 2006, p. 16).

Os serrotes são assim interpretados como páginas para a escrita da História, pois são cenários produtores da memória social, que ao ser reivindicada, levanta-se, assim como os serrotes em direção aos céus, erguendo-se como monumentos a serviço das narrativas históricas retiradas do esquecimento, trazendo luz aos saberes e tradições do município.

³⁵ O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e a Superintendência de Administração do Meio Ambiente do Estado da Paraíba – SUDEMA-PB, foram por mim provocados apresentar informações sobre uma possível atuação para defesa do serrote. O IBAMA, respondeu que em Cachoeira não existem áreas de preservação permanente ou reserva legal, segundo o órgão federal “não foi identificada qualquer unidade de conservação federal na área referida, encaminhando solicitação de informações junto a SUDEMA, que infelizmente até o término deste trabalho ignorou a solicitação, inviabilizando uma posição de dados concretos. Fonte arquivos da pesquisa: Despacho nº 15931452/2023-Supes-PB, enviado para o e-mail djalma.trezeano@gmail.com, em 29 de maio de 2023.

4.2.1 INVENTÁRIO DO SERROTE DO COATI

Quadro 4: Ficha catalográfica Serrote do Coati

 FICHA CATALOGRÁFICA	Denominação do bem histórico e cultural:	Patrimônio Natural: SERROTE DO COATI
 <p>Fonte: Arquivo da pesquisa, 2023</p>	Referência:	Histórica, Natural, paisagística, folclórica e de turismo ecológico e aventura.
	Localização:	Sítio Serrote do Coati, zona rural de Cachoeira dos Índios -PB.
	Proprietário:	Área rural está dividida em 04 áreas (lotes) de terras, sendo proprietários Francisca Maria de Moura Sousa, Iranildo Pessoa da Cruz, Sebastião Nogueira de Oliveira, os herdeiros de Francisco Landim Ramalho, entre outros proprietários.
	Situação de ocupação:	Embora seja de propriedade particular, o Serrote do Coati, tem boa parte de sua área preservada por escolha dos proprietários e pela legislação vigente. O entorno é usado para a agricultura, pecuária e outras atividades ligadas ao campo, com a presença de habitações no seu sopé, onde residem alguns proprietários, que mantendo a preservação do serrote com suas rochas permite a manutenção da fauna e flora até o topo da colina.
Uso:	O serrote do Coati é hoje um símbolo da ocupação do município e a prática de boas convivências com a natureza que se mantém preservada, o lugar não sofre grandes modificações, e é usado para o lazer. As pessoas caminham em suas trilhas, tendo contato com a natureza e ao tempo que desfrutam das belas vistas que o lugar oferece a quem alcança o cume.	
Morfologia:	O processo de formação geográfico do Serrote do Coati o constituiu como: “relevo Cristalinos menos elevados: Maciços e Serras Baixas com altitudes entre 300 e 800m dispersos pela Depressão Sertaneja (LIMA, 2014, p. 92) no alto sertão paraibano, tendo uma elevação de 506,27m ocupando uma área de aproximada de 3000m². Como patrimônio natural ele ganha significado de identidade e cultura do lugar em narrativas místicas particulares do lugar.	

Serrote do Coati

ESTADO DA PARAÍHYBA CAJASEIRAS

(Comarca, município e cidade)

Data de 1700 o início do seu povoamento. O seu nome proveiu da grande quantidade de cajazeiras que havia em todo o seu território.

Limites: Os municípios de S. João do Rio do Peixe, Souza, S. José ao Piranhas, e o Estado do Ceará.

Viação: Uma estrada de rodagem em início para Souza.

Serras: Vital, Arara e **COATI** (FONTE: ALMANAK LAEMMERT, 1917, p. 3244, grifo do autor).

Quem conhece Cachoeira dos Índios -PB, ou até mesmo aquele viajante que segue nas rodovias do alto sertão paraibano³⁶, ao cruzar as rodovias federais, seja a BR-230 saindo de Cajazeiras e acessando ou não a PB-420 com destino ao Ceará, ou ainda, os que trafegam no sentido do Cariri cearense para a capital Fortaleza pela BR-110, mesmo sem pôr os pés em solos cachoeirenses, encanta-se ao pôr os olhos na imponente colina, que majestosa em beleza natural se agiganta na paisagem do semiárido tropical.

Antes mesmo da chegada ao serrote, este torna-se símbolo da grandiosidade do lugar, já que o seu sopé se desenvolveu e já se destacava em sinônimo de Patrimônio Natural do município.

Figura 29: Mosaicos de registro fotográfico do Serrote do Coati



Fotografia do Serrote do Coati registrada nos anos 80. Fonte: Arquivo pessoal de Jone Cândido.



Fotografia do Serrote do Coati registrada em julho de 2023. Fonte: Arquivo da pesquisa.

A princípio, já em 1917 quando o serrote que se levanta no território que à época pertencia a cidade de Cajazeiras -PB, este foi descrito para caracterizar a sua potencialidade de referência geográfica e natural, na medida em que já destacava-se como uma das serras mais importantes do lugar. Importância, descrita no Almanack Laemmert, na publicação do “*Anuário: Administrativo, agrícola, profissional, mercantil e industrial da República dos*

³⁶Fonte: Departamento de Estradas de Rodagem da Paraíba-DER/PB, Mapa Rodoviário 2023. Disponível em: https://der.pb.gov.br/institucional/rodoviario/mapa-rodoviario/copy_of_mapa-rodoviario-edicao-2023, acesso em: 11 out 2023.

Estados Unidos do Brasil” (1917), onde se encontra entre as serras, como um bem de referência para a cidade de Cajazeiras-PB.

O Serrote do Coati foi descrito à época, na mesma página onde se encontra escrito o nome do juiz, do promotor, dos industriais, dos comerciantes, dos professores, órgãos estaduais e federais e das riquezas produzidas pelo homem do campo e da cidade. O Almanaque é fonte de informações subsidiárias, pois registra dados importantes para compreensão do passado. O que demonstra a importância do Serrote na presença histórica do lugar. Muitos dos que lá foram descritos como autoridades não ocupam mais os cargos, o juiz e os professores não são os mesmos, deram lugar aos profissionais, do presente. (ALMANACK LAEMMERT, 1917, p. 3244).

No entanto, o Serrote do Coati continua lá, imponente, testemunhado a História e sendo cenário natural (meio-ambiente histórico) para as transformações sociais, econômicas e políticas, que fizeram da sua encosta espaço para a ocupação territorial, que levou este lugar a passar de Data do Cacaré para o Sítio Catingueira, depois povoado, distrito, até ter reconhecida a emancipação política em 1961, hoje município Cachoeira dos Índios, que sobre sua sombra se desenvolve a cada entardecer.

Segundo a tradição oral, a ocupação territorial da sede do município, teve início entre o final do século XIX e início do século XX, tendo como protagonista a família Cândido de Oliveira, que escolheu o entorno do serrote para fazer morada, criar sua família e em contrapartida oferecer as condições necessárias para o crescimento do lugar.

Foi de São João do Rio do Peixe de onde vem a família. Que eles vieram pra cá mais ou menos em 1901. Então antes eles vieram fazer um monitoramento da região. Pra saber se compensava ou não que eles estavam comprando, né? E aí eles compraram essa propriedade que é muito grande, que estava inclusive o Serrote do Coati, que pegava divisa com as terras dele e pegava o Serrote todinho, né? Aí, mais na frente, foram vendendo e foram indo embora. O que era é de Antônio Francisco hoje de seus herdeiros era de um irmão do meu avô. Então, praticamente o município quase todo era da família Cândido e Galdino. Aí depois vieram outras famílias: Ricarte, Guedes, Moreira. Entendeu? (Entrevista, 03).

Corroborando com a memória social, a tradição oral e a busca historiográfica em arquivos documentais, passam a convergir para a narrativa de ocupação do serrote como um monumento da natureza, testemunho do tempo e da comunidade que ao seu entorno crescia.

As primeiras (**famílias**) onde essas terras que é de Dunga, de Terta, foi do povo do finado Dodô (**Joaquim Cândido**), que era família, que é família do avô de João de Cândido. Foi um dos primeiros donos daqui dessa área aqui pegando aqui ao redor de Cachoeira e subindo aqui em procura do serrote, e pro lado de lá, que chama o serrote do lado do serrote dos Querubim. Aí depois foi foram vendendo e o finado Dodô, vendeu pra Antônio Francisco, aqui ao redor aqui. E ficou aí, vendeu essa parte aí do serrote, ao povo do finado Zé Lira de Dolores, do cartório de Cajazeiras. Que era desse pessoal. Aí já foi, os cabeças morreram e os filhos venderam tudo. Mas, sempre,

os principais daqui mesmo era na época que foi fundada aqui, era os Cândido (Entrevista, 19, grifo do autor).

A partir das informações das coletas de dados em História Oral, buscou-se fortalecer as narrativas da memória de forma minuciosa nos arquivos do Fórum de Cajazeiras e nos registros de escritura pública no Cartório Antônio Holanda. Respectivamente, foram encontrados documentos que legitimam a tradição oral, na medida em que oferecem informações importantes sobre a ocupação e usufruto do serrote do Coati e seu entorno para a sobrevivência no sítio histórico, ao tempo que oferecem a oportunidade de reconhecimento de outros personagens da ocupação, uso e preservação deste meio ambiente histórico.

REGISTRO DE IMÓVEIS

Ano: 1956 Transcrição das Transmissões livro 30

N. de ordem: 9789

DATA: 01 de julho de 1956

CIRCUNSCRIÇÃO: Município de Cajazeiras

Denominação ou rua e número: Terras nos sítios cipó e jenipapeiro e Serrote do Coati.

Característico e confrontações: Três partes de terra, (...) uma parte de CR\$ 1.500 no Serrote do Coati, data do Cipó, nesta comarca, em parte no cercado e situações, terras que foram de Antônio Feitosa dos Santos e outros; parto de Cr 70,00, na casa de taipa do Coati; duas partes de Cr 1.500 cada na casa de tijolo e telhas com três portas e duas janelas de frente a vila de Cachoeira dos Índios.

Nome, domicílio e profissão do adquirente: Sebastião Nogueira de Oliveira, agricultor, Cipó, desta comarca.

Nome, domicílio e profissão do adquirente: Cicero Nogueira de Oliveira e Francisca Nogueira de Oliveira, Cipó, desta comarca.

Título: Cessão de herança

Forma do título data e serventuário: Carta de abdicação no cartório do 1º ofício, (...) pelo juiz Doutor Nelson Deodato Fernandes de Negreiros em 14-5-1960 (Fonte: Cartório Antônio Holanda, Livro de Registro de Imóveis 030 ,1956, p.88).

Diante das análises documentais, a memória social e a tradição colocam o serrote como um ponto de encontro entre as gerações dos cachoeirenses, pois sua beleza sempre foi contemplada livremente pela comunidade. Por mais que ao longo do tempo os proprietários que iniciaram a ocupação e os que hoje detém a posse e usufruto das terras do serrote, não há registros de impedimentos de acesso a esta paisagem natural, estando o cenário histórico à disposição da população, que pode livremente desfrutar da natureza que ali resiste ao tempo por gerações.

As escrituras públicas reafirmam que embora existam proprietários reconhecidos legalmente, de fato o serrote do Coati, pertence na verdade aos cachoeirenses, que tem nesta paisagem uma referência de identidade com o município, venerando sua beleza e imponência.

Rapaz, eu comecei a andar naquele serrote em 76, 77. Aí foi o tempo que eu fui embora daqui, passei quase 5 anos em Rondônia. Aí voltei, aí comecei a andar pra ali de novo. Aí teve um tempo que eu ia João de Cândido. Aí depois eu passei a subir com turma, tem até as fotos aqui nos CD, aqui. Comecei a andar com turma pra lá, ajeitava turma de quem quisesse ir. Aqui era assim, quem quisesse ir, cada cá levava seu lanchezinho, sua merenda em uma vasilha. Eu levo, ainda levava pra gente combinar: “Olha, vamos levar bastante água pra nós passar o dia”. A gente levava água, eu levava as vasilhas pra fazer café, pra fazer chá. E nós organizava tudo direitinho, nós, subia e descia, nunca aconteceu nada (Entrevista, 19).

O Serrote do Coati, vem sendo usado há gerações como um lugar de contemplação da natureza do lugar, por oferecer uma vista deslumbrante, que ultrapassa a fronteira da Paraíba. De lá é possível ver do alto, municípios paraibanos e cearenses, tornou-se um espaço também de lazer da comunidade.

Pra mim é muito importante aquele serrote. Eu era nascido, já vim pra aqui pequeno, mas eu me criei no pé lá, andando pelo serrote mais meus pais, meus irmãos, minhas irmãs, tudo ali nós vivemos ali, fiquemos ali. E tudo corria bem, não era? Era. Aí depois, já depois que eu me casei, aí me arrumaram pra eu trabalhar de vigilante lá no serrote. Aí eu trabalhava na torre da televisão, repetindo a repetidora. Aí quem montou ela foi Pedro do Rádio, ele era o técnico de lá. Aí botaram eu pra ser vigilante lá mais o compadre Constâncio, compadre meu, e ficamos lá trabalhando de vigilante lá. Era, eu andava aquele serrote todo ali. Era de televisão, pegando o sinal serra do Jabre. E de cá, nessa parte ali, nós pegávamos o sinal de lá. Aí depois veio, nós pegamos esse sinal do Ceará. Aí vinha pra o Caririçu, do Caririçu vinha pra ela. Era, nós que ficava lá (Entrevista, 25).

É importante destacar que a trilha que leva ao topo da colina não é uma das que proporcionam ao visitante uma caminhada cômoda. O percurso é longo e íngreme, o que favorece de certo modo a sua preservação ecológica. Ainda por descrever suas particularidades da fauna e flora lá presentes, destaca-se a utilização deste meio ambiente histórico, de certo modo, ser realizada de maneira sustentável, a convivência majoritariamente harmônica, que acredito ter influenciado a preservação do meio ambiente.

Marcas das relações entre cachoeirenses e a natureza do Coati estão entrelaçadas nas narrativas da memória social e na sua História, como na chegada da torre de televisão, que influenciou inúmeras expedições ao lugar. Em uma época em que a TV não era encontrada nas casas da maioria dos cachoeirenses, no topo do Serrote do Coati, existia um equipamento que encorajou muitas pessoas a enfrentar a trilha e do alto saber o que acontecia no mundo naquele momento, o serrote se colocava como um portal para os acontecimentos que na cidade o pobre não conseguiria acessar.

Aí vim aqui para Cachoeira, aí foi que comecei a andar mais um menino, mora até em Cajazeiras, lá na Vila Nova. Comecei a andar com ele pra lá, aí foi o tempo que botaram a repetidora lá em cima. Aí, pronto, aí nós íamos com o menino que mora aqui, vizinho aqui. Nós, ia final de semana, nós, ia pra lá no sábado. Uma hora dessa nós subia, porque não tinha televisão aqui, na época aqui, só tinha três televisões. Aí nós, subia pra lá, tinha uma televisãozona grande lá e nós ficava a tarde toda, um pedaço da tarde e à noite assistindo televisão. Dando domingo, 4:30, nós, descia de lá (Entrevista, 19).

As idas dos aventureiros em busca de entretenimento e acesso à informação, tinham como cenário paisagístico a natureza, que era contemplada mesmo sem que os visitantes se dessem conta. Nesse período era comum a casa do motor, onde ficava o vigilante, conhecido como Sr. Manoel da Torre, guardião do serrote por quase 40 anos, assim reconhecido pela generosidade de permitir que as pessoas fizessem companhia a ele e ao serrote em troca de assistir televisão nos anos 1960.

Não tinha energia (...) lá era no motor. Quem era quem trabalhava nesse motor era João Celeste, ele também morreu, ele morava em Cajazeiras. Vinha ajeitar e ligava, aí quando dava 11 horas do dia ligava os aparelhos. (...) Era movido a diesel. **(funcionava, até)** (...) 1 hora da madrugada, para passar o sinal de televisão nessas cidades aqui em redor. Ninguém tinha televisão, muita gente ia pra lá, de 40, 50, 60 pessoas, ia assistir televisão lá. Subia a noite, à tardezinha. Quando chegava ficava a coalhada de gente lá assistindo televisão. Era assim uma festa, (...) vinha gente de Cajazeiras, vinha gente... vinha gente do Ceará assistir televisão (Entrevista, 25, grifo do autor).

A cada novo grupo que subia o serrote ficava marcado a cada passo a identidade dos cachoeirenses com o lugar, adquirindo narrativas, memórias e representações. Para o Sr. Antônio Cândido Sobrinho, a paisagem foi descrita como monumento ecológico, em panfleto elaborado por ele e distribuído à população. Neste documento faz seu relato da satisfação pela preservação do lugar (2009).

Mas, a aventura maior, nesta minha viagem à terra natal, foi subir a nossa Serra do Coati, até o cume, quando verifiquei que, ao invés de desmatada e degradada, como eu pensara estar acontecendo, vi, pelo contrário, que ela continua como a deixei, há muitos anos, integral em sua mata fechada, com suas flores e orquídeas nativas expostas aos visitantes, com seus pássaros, abelhas e borboletas esvoaçando à nossa frente e, até com a permanência de alguns animais silvestres, que ainda tem como habitat e abrigo seguro aquela que é para todos nós da terra um MONUMENTO HISTÓRICO E ECOLÓGICO (Fonte: Arquivo Pessoal de Jone Cândido).

Assim, a tradição de subir a colina e vivenciá-la historicamente por gerações, vem sendo capaz de construir narrativas simbólicas e identitárias e assim vão ao longo do tempo inventando as tradições do lugar, a televisão hoje possivelmente é encontrada na maioria das casas do município (HOBSBAWN, 2022). Mas, o passado se encontra com as belezas e memórias sempre que uma novo cachoeirense decide enfrentar a trilha para desbravar suas belezas e seres encantados, mantendo a tradição que é chegar até seu topo.

A este respeito, em meio as suas rochas, vegetação da caatinga e animais típicos do semiárido o serrote é marcado também pelas lendas que se associam às suas características geomórficas. O lugar é representado por paisagens, que se diferenciam do nascer, ao pôr do sol. Da nascente é possível observar a “Pedra da Moça”, que tem um formato retangular vertical, que se assemelha muito a uma torre de um castelo medieval. Deste rochedo ecoam as vozes dos encantados da tradição oral, pois é lá o lugar onde, segundo a memória social, aparece em noites de lua cheia uma moça capaz de distribuir riquezas, a quem desvendasse os enigmas em escrituras encravadas na rocha.

Onde tem o finado Bidu, a finada Zefinha, que eram um casado, depois se separaram. E o finado do Bidu, rapazinho novo, pelo que contou, que ele sonhava com uma moça ali da serra. Ele chamava cabocla. Pronto. Aí o finado Bidu me contou, ele disse que casou com... descobriu essa moça, aí ela dizia a ele que não contasse pra ninguém. Que se contasse, ela era encantada, dobrava o encanto dela se ele contasse pra alguém. Aí ele disse ficou... impressionou. Estava desconfiado dentro de casa, não aí forçaram ele, ele descobriu. Aí disse que ela parecia a ele chorando, que não era pra ele ter dito nada. Mas aí arrumou, começou a namorar com Zequinha, casou. Aí ela disse: “Olhe, você vai casar, mas eu vou ficar lhe perturbando. Aí Zefinha disse que de dia, de noite, ela escutava aquelas pancadas dentro de casa. Aí Bidu, finado Bidu dizia: “Não tenha medo, que é a cabocla que tá aqui. Eu estou vendo, ela!”. Ele via ela toda hora, mas ninguém via, só quem via era ele (Entrevista, 19).

A narrativa do senhor Bidu aguçou a curiosidade dos cachoeirenses. Ele apresenta a moça como uma cabocla encantada, que de certo modo fez relacionar a presença indígena no município, que até a consolidação das atividades do projeto Akangatu, pairavam assim como a moça no espaço da lenda e do encantamento. Talvez, fosse a moça da pedra a presença espiritual indígena do lugar, pairando sobre o imaginário do Serrote do Coati. Logo, do seu imaginário emerge as mais impressionantes narrativas inerentes e particulares aos cachoeirenses. A presença encantada, assim como o serrote, são patrimônios do município.

Não estando preocupado com a busca de comprovação empírica da sua existência ou não, “(...) o que é verdade para a memória dos indivíduos é verdade para a memória social” (FENTRESS, WICKHAM, 1992), não existe dúvidas quando os cachoeirenses narram a história da cabocla que está aprisionada na Pedra da Moça. A todos os visitantes que chegam ao município, é narrado para eles que de fato é verdade, pois representa a memória social e tradição oral transmitida por gerações de forma particular.

É: Bom, ela acontece lá no Serrote do Coati, como é conhecido. E o que a gente sabe é que antigamente uma moça aparecia pra uns homens que por ali passavam. E quando algumas moças que não conseguiam arrumar um namorado, é... iam à procura dessa Pedra da Moça pra ver se dava certo o namoro. Isso aí são aquelas pessoas, aquelas mulheres que tem dificuldade, né? Pra arrumar um namorado, arrumar um namorado. Tipo não tem aquele Santo lá? O Santo Antônio casamenteiro, né? Que o povo vai, faz aquela.... Aí justamente lá iam para ver se viam essa moça, pra ver se ela não dava uma ajudinha, né? Disse que ela tem uma voz muito bonita. Os cabelos longos, vestes brancas [...]. Eu já ouvi falar umas coisas diferentes de uma moça encantada. Aí tem

uns letreiros lá, que eu nunca fui lá, mas alguém já foi daqui que se decifrar essas letreiro, desencantava. Desencantava a moça e o castelo (Entrevista, 02).

Assim, a moça cabocla se integra ao Serrote do Coati, ao tempo que as escrituras nas pedras não podem ser visualizadas devido a proteção da própria natureza. No lugar das letras encravadas nas rochas está presente uma legião de soldados naturais que há mais de 40 anos não permite que visitantes se aproximem para decifrá-las e assim protagonizar sua libertação. As abelhas escolheram o portal entre as rochas como morada e agem como sentinelas, impedindo o acesso, como símbolo de veracidade desta narrativa, existe no topo do serrote uma singularidade geográfica que é a formação na rocha de poltrona esculpida pela natureza, chamado de Trono do Rei, no ponto mais alto da colina.

Olha, eu já andei muita aqui nessa pedra, já desci muito ali, ó. Naquelas pedras acolá eu desci, ali, ó. Nela, aqui, eu encostei uma vez de acolá pra olhar essas abelhas, e essas abelhas nunca foram tiradas. Nunca ninguém tirou essas abelhas. Já tem o quê? Mais de 40 anos, tem mais de 40 anos essas abelhas aí. (...) diz que de primeiro tinha um reinado encantado, não era? Aí desencantava, agora, um mistério essa pedra tem. Essa pedra tem! Já viram gente! Quando avista gente, se fugia da vista da gente. Esse irmão meu que morreu, ele mesmo tem uma roça ali embaixo, abaixo dessa pedra aqui, vamos supor umas 100 braças. Ele viu grito aqui, de lá da roça ele ouvia grito, gritando assim, dizendo: “Me acuda! Socorro, Jesus, Socorro! Me acuda!”. Esse irmão meu ouvia! Eu mesmo, um dia eu trabalhando, eu era frangotinho pequeno, trabalhando mais ele, e ouvia. Aí nós achávamos que era aqui, mas nada disso, não era. Eram aqui, os gemidos, eram aqui dessa pedra. Gemido aqui já aconteceu muito, muito. Eu não sei de uns anos desses pra cá, que aqui faz anos que eu não ando aqui. Nessa pedra aqui já tem o quê? Tem uns 15 anos a 20 anos que eu andei aqui nessa pedra. (Entrevista, 25).

As narrativas vão, aos poucos, ganhando novos enredos e valores, unindo as memórias do passado com o presente vivenciado, tornando-se representações culturais do município, transformando-se e tomando novos elementos intangíveis junto ao Patrimônio Natural. As narrativas da memória Social apresentadas pelos cachoeirenses são semelhantes ao que são dissertados por Fentress e Wickham, quando retratam os contos na Europa Medieval, também transmitidos pela tradição oral (1992). O serrote ganha características de conto de fadas com a libertação da cabocla aprisionada, por um príncipe capaz de quebrar o encanto. Ainda segundo os autores:

A composição de histórias novas a partir de histórias velhas reflete uma lógica recombinatória em que a habilidade do narrador se manifesta na sua capacidade de explorar ao máximo os temas empregues. (...) As culturas e os contadores de histórias possuem não apenas um repertório de histórias, mas também um repertório de motivos a partir dos quais construir novas histórias. Tanto as histórias como os motivos são passados de um contador para outro, sempre a evoluir e a mudar (FENTRESS, WICKHAM, 1992, p. 80).

Os cenários naturais estudados pelos autores são vales medievais europeus, como o cenário das tradições das lendas construídas tenho o semiárido nordestino, tendo a convicção

que as narrativas que encantam o Serrote do Coati, com suas particularidades naturais, contribuem para a edificação da cultura do lugar, constroem um enredo inspirado nas transmissões orais dos colonizadores, ganhando novos elementos, valores locais, a cabocla dá lugar à princesa medieval, e o vaqueiro pode dar lugar ao príncipe, tornando-se rei ao decifrar as escrituras na Pedra da Moça.

Enquanto o mistério não é desvendado, o serrote tem inúmeras belezas naturais a se revelar a todos que os visitarem. Além da Pedra da Moça, o lugar é rico em individualidades, o lendário pinga, nascente de água mineral, há anos não conhece o que é a seca no Nordeste. Continuamente jorra desta fonte água límpida e potável. Experiência ainda pouco vivenciada pelos moradores, devido a sua geografia de difícil acesso.

A respeito do Serrote do Coati, entende-se que sua formação geológica se faz importante, pois faz parte de inúmeros

- Relevos Cristalinos menos elevados: Maciços e Serras Baixas com altitudes entre 300 e 800m dispersos pela Depressão Sertaneja; (...)
 - Superfícies de aplainamento (Depressão Sertaneja).
- Apesar de apresentarem uma constituição litológica muito resistente – como (granito, gnaisse, migmatito) –, esse material apresenta fendilhamento, fissuras etc., que, de certa forma, permitem a entrada d’água formando aquíferos que, em ponto de saturação, geram fontes d’água, subperenes, alimentando rios e riachos temporários no semiárido nordestino (LIMA, 2014, p.92).

Após conhecer a formação geológica apresentada pelo autor Ernane Lima, compreendemos as razões para a existência do “PINGA”, oferecendo generosamente água para saciar a sede dos animais, no período em que cessam as chuvas. Estive lá, e compartilhei da satisfação de vivência junto ao Professor Jone Cândido, os alunos pesquisadores, guiados pelo Sr. Antônio na prospecção que resultou neste inventário do Patrimônio Natural. Para melhor descrever as suas características de meio ambiente histórico, pude beber daquela água, ao tempo que aprendi o valor imensurável do serrote para a História de Cachoeira dos Índios-PB.

As prospecções feitas em todos os lugares de acesso possível permitiram ter o panorama da potente riqueza natural, e não somente isto, possibilitou também construir memórias pessoais e sociais do ambiente histórico vivenciado, não sendo difícil se prender aos encantamentos do Serrote do Coati. Entre as características marcantes de suas rochas estão descritas também a Pedra da Mesa, ponto de encontro dos visitantes após o primeiro percurso da caminhada na trilha principal que leva ao topo, onde já é possível visualizar o município de forma panorâmica, enquanto se descansa e habitualmente recupera-se o fôlego, para seguir em caminhada com destino ao Cordão de São Francisco ou o Rosário da Moça, que é um conjunto de rochas estabelecidas em sequência.

Para chegar ao topo, o visitante passa por um pequeno portal de rocha que lhe permite o acesso, assim descrito pela memória social, “o cordão, lá onde eu estou dizendo, que tem uma pedra, uma pedrona em cima da outra ali. Mas a gente passa bem por baixo, assim, tem um... um outro e tem **(portal, passagem de rochas)** a gente passa, assim, **(fez gesto com a mão, para indicar que era por baixo)** pega o cordão. Chama cordão, é!” (Entrevista, 25, grifos do autor). O cordão está presente em todos os relatos de memória do serrote do Coati, assim descrito nesta entrevista pela História Oral:

Aí tem uma passagem lá, que a gente passa pra baixar, que a gente chama O Rosário da Moça. Aí, mas nós os meninos chamavam O Buraco da Cobra, que de vez em quando a gente via a jiboia lá. E lá em cima na... outra passagem lá, que a gente viu o tamanduá, que os meninos chamavam A Pedra do Tamanduá. (...) Eu, muitas vezes, dia de domingo aqui eu dizia: “É melhor tá lá em cima da serra do que tá aqui dentro da rua, final de semana”. A mulher disse: “Você não tem o que fazer? Vá então se aquietar”. Aí, quando era na quinta-feira, na quarta-feira, na quinta-feira, os meninos chegavam aqui: (...) Tu vai pra serra? Vamos pra serra?”. Eu digo: “Vamos embora, pode vir pra aqui domingo 6:00 horas, que aqui nós sobe”. Ainda era cedinho via gente do... do Cipó, do Bom Jardim, do Redondo pra ir mais nós pra serra (Entrevista, 19).

Assim que passa o Rosário da Moça, existem dois caminhos possíveis: um que leva a explorar a colina no sentido do poente, onde é possível visualizar o horizonte que leva o olhar a alcançar o Estado do Ceará, no lugar denominado pela população de pedra do rei, devido sua formação geológica ser muito semelhante à que aparece no filme do desenho animado da Disney, o Rei Leão (1994), fato curioso que dá ainda mais magia e mistério ao espaço natural.

Figura 30: Mosaico de imagens e registro fotográfico da "Pedra do Rei".



Imagem do desenho animado da Rei Leão (Disney 1994). Fonte: Cultura Genial.



Imagem da Pedra do Rei, aluno Thiarly. Fonte: Arquivos da pesquisa, 2023.

Novas narrativas sobre as representações da paisagem pela História Oral permitem a transmissão da memória social, reafirmando o pensamento que “tanto as histórias como os motivos são passados de um contador para outro, sempre a evoluir e a mudar” (FENTRESS, WICKHAM, 1992, p.80). Sendo assim, a rocha que aponta como uma seta, destinado os olhares

para o Estado do Ceará, em direção ao pôr do sol, recebem um novo significado. “Tem um pessoal vão lá mesmo só para ver, se divertir, tirar foto. Tem fotos muito bonitas lá. Inclusive uma das pedras, chamada de Pedra do Rei Leão, é a mesma pedra que você vê no filme. Parece até que foi filmado lá, bem interessante” (Entrevista, 03).

A nova geração de cachoeirenses atribui ao lugar as memórias das representações do presente. Como foi feito no passado, onde alguém nomeou a colina de Serrote do Coati, este lugar com seus inúmeros cenários formadores de recordações, ganham novos registros com a percepções do presente. Após contemplar a vista, é possível descer em uma trilha estreita entre rochas e árvores espinhosas, cruzar por baixo a Pedra do Rei, e alcançar a Caverna dos Morcegos e adentrá-la por uma passagem estreita de um lado, e sair para o outro para retornar ao caminho que conduz a parte superior do serrote.

Ao retornar à trilha principal, é possível seguir em direção ao topo do relevo que tem 506m de elevação³⁷, oferecendo uma vista privilegiada de muitas cidades do entorno de Cachoeira dos Índios. No sentido para o nascer do sol, onde é possível contemplar a paisagem acomodado no Trono do Rei, com o olhar voltado para o horizonte paraibano, neste lugar da colina segundo um dos entrevistados, “tem o final da Serra, que é o ponto mais bonito ainda, onde você vê os dois estados: Paraíba na divisa com Ceará” (Entrevista,03).

Tem o Trono do Rei lá em cima, que é uma pedrona grande solta, aí a gente ia e subia, E quando chegava lá e subia pra cima da pedra, tinha gente que não subia, não, mas a maioria subia. Aí ficava lá em cima: Todo mundo tirava foto sentada nessa... pedra, a gente chamava o Trono do Rei. (...), mas eu sempre eu gostei e gosto de lá. (...) pro lado do poente, a parte do lado do poente, aí lá a gente vê... a gente vê até a Aurora-CE, um trecho que a gente vê umas casinhas longe. Vê! Cajazeiras, vê Sousa... Bom Jesus, Ipaumirim-CE, Iara, aqui, a gente vê (Entrevista, 19).

Todos aqueles, que assim como eu, conseguem vivenciar a experiência de contemplar e vivenciar a História deste sítio natural, que se configura como um dos mais exuberantes do Brasil, o caracteriza em sobra de dúvidas como um patrimônio natural conforme preconiza a Constituição Federal art. 216, pois o meio ambiente histórico é “ um testemunho dos processos naturais e das relações criadas entre os seus elementos, (...) tornando-se uma referência histórica, é introduzido na memória social” (PEREIRA, 2018, p.42).

Tais relações se mostram, ainda mais encantadoras com relação à fauna e à flora exuberantes do serrote. Embora esteja localizado a uma distância relativamente próxima ao complexo urbano, a colina mantém de forma resiliente as queimadas costumeiras acometidas

³⁷ Fonte: Localização por satélite no aplicativo Google Earth com as seguintes coordenadas geográficas: 6°54'52"S38°41'59"W, elevação de 506,27 metros de altitude. Disponível em: <https://earth.google.com/web/search/altit/@-6.91385792,-38.70024803,510.04565683a,1373.25941177d,35y,61>. acesso em: 10 out 2023.

quase em todos os anos no período que cessam as chuvas no semiárido, estando Cachoeira dentro do espaço denominado de polígono das secas (FEREIRA, 2006, p.11). Todavia, é detentora de uma boa área de mata preservada, o que permite o contato com inúmeros animais e a vegetação que muda de tonalidade com o retorno das chuvas, o verde e o cinza formam paletas de cores que possibilitam a observação com olhares diferentes do ambiente em cada período do ano.

O contato com a brisa dos ventos, o ar puro e o contato com os animais que de maneira livre e orgânica se exibem para os visitantes, o espaço que por alguns anos já havia sido utilizado para a caça, vem dando lugar para a contemplação da vida, segundo os relatos dos depoimentos coletados,

(Antes) Caçava, aqui primeiro tinha... Olha, tinha tanto bicho, de juriti, eu começar em juriti, mocó, raposa, veado, macaco, aqui até ainda hoje ainda tem macaco aqui nessa serra, ainda hoje tem. Papagaio, aquela maracanã, griguilim, hoje não existe mais isso mais, não. Acabou-se (Entrevista, 25, grifos do autor).

Tem uns macacos, tem soim, que são os saguis, e cobra. Tem bastante cobra que eu vejo lá, já vi lá bastante jiboia. Olha, eu subi uma vez mais Wagner de Vicente Feitosa e um concunhado dele, que mora em Brasília, nós subimos, nós três, aí lá em cima nós topemos um tamanduá. E ... tem muitos animais. Gato do mato tem muito (Entrevista, 19).

E lá... aparece muitos animais: macaco, coati, sagui, que aqui que a gente chama de “soin”, né? E tinha um pessoal antigamente que plantavam lá em cima para atrair veados, que era a macaxeira que eles plantavam lá em cima, milho que eles plantavam lá em cima. Então ficou também conhecida a partir daí. Ainda vão matar juriti lá. De vez em quando, nesse Pinga aí, eles vão matar a famosa juriti. Ela **(ave)** tá entre uma rolinha, né? Uma rolinha cascavel e um asa branca. É... chama-se juriti. Diz que é muito, muito gostosa ela de comer, né? Então o pessoal aqui comia muito, caçava muito ela, né? Até então teve uma época que eles caçavam para comer, não era só a carne do boi, né? Aí faziam isso (Entrevista, 03).

Espaço de uma fauna exuberante, quando em prospecções no serrote, pude também me deparar com alguns desses animais, observei durante todo o percurso de caminhada na trilha, o som do canto de inúmeros pássaros, observei também uma grande quantidade de calangos (pequeno réptil da caatinga), o voo colorido das borboletas, aranhas, formigas, cupins, na Caverna dos Morcegos, não havia possibilidade de contar a quantidade destes animais, e já no retorno da trilha, eu e a equipe de alunos pesquisadores que me acompanhavam, fomos presenteados com a exibição de grupo de um macacos se alimentando do coco catolé, símbolo da flora do lugar.

É importante destacar que a presença destes animais é reflexo da preservação da natureza, admirada pela comunidade e pelos visitantes. As árvores mantidas em pé garantem alimentos e abrigo para os animais que contam com o “pinga” para saciar a sede. A flora do serrote promove um espetáculo à parte, as flores, orquídeas, unhas de gato que insistem em

querer prender o visitante no serrote. No horizonte forma-se um tapete de árvores robustas, retorcidas, com espinhos, ora com tons de verde em outros momentos veste-se de cinza.

A vegetação tem coroada como rainha a palmeira que serve um coco dourado e adocicado, devorado pelos animais e pelas pessoas, que muitas vezes sobem o Serrote do Coati para saborear o famoso e desejado coco catolé, um dos símbolos da natureza local.

Pelo Serrote nós ia comer coco lá. Eu fui lá, uma ruma de gente, aí quebrar coco. E lá terminou essa história quando nós estudávamos aqui no colégio de Cachoeira dos Índios que nós fomos estudantes também, né? De História. (...) Iam pra lá atrás de coco, comer coco. Padre Francisco Geraldo botou uma santa lá pro pessoal ir fazer romaria pra lá. Assim, ponto turístico mesmo. Ele botou uma santinha lá, não foi? Mas aí parece que quebraram, jogaram fora. Quem quebrou foi a moça (**Da Pedra da Moça**). A gente já foi em Via Sacra pra lá com ele, não sabe? A gente já fez caminhada pra lá. (...) Eu cansava de dizer que nós, ia comer coco lá. E juntava todo mundo, nós não tínhamos para onde ir, aí ia comer coco lá. Namorar, ah meu Deus do céu. Comia coco, quebrava coco, namorava, conhecia, fazia de tudo. (Entrevista, 02, grifos do autor)

Assim como as histórias dos encantados, a comunidade usou e continua usando o espaço natural, para se relacionar socialmente e com a natureza, uns caçaram, outros utilizaram para orações e peregrinações, outros se alimentaram do coco catolé. Estas idas e vindas ao serrote fizeram do monumento natural cenário fecundo da tradição oral. A atribuição à cabocla da Pedra da Moça ser casamenteira, é algo que fascina. Quantos casamentos podem ter se formado desse usufruto do bem natural, que também é usado na medicina popular e para as atividades de ofícios? Conforme relatos do uso da vegetação encontrada na colina pela comunidade.

Lá ninguém tirava madeira, não. A madeira lá que era coisa, era aroeira, cumaru. Aroeira, cumaru, aquela braúna. Era, assim, a madeira que tinha, pau d'arco. Era sim. Tinha uma chamada quebra faca (...) a casca dele dava remédio, a gente fazia o chá de quebra faca e tomava. O chá era muito bom para dor, para muitas coisas (Entrevista, 19).

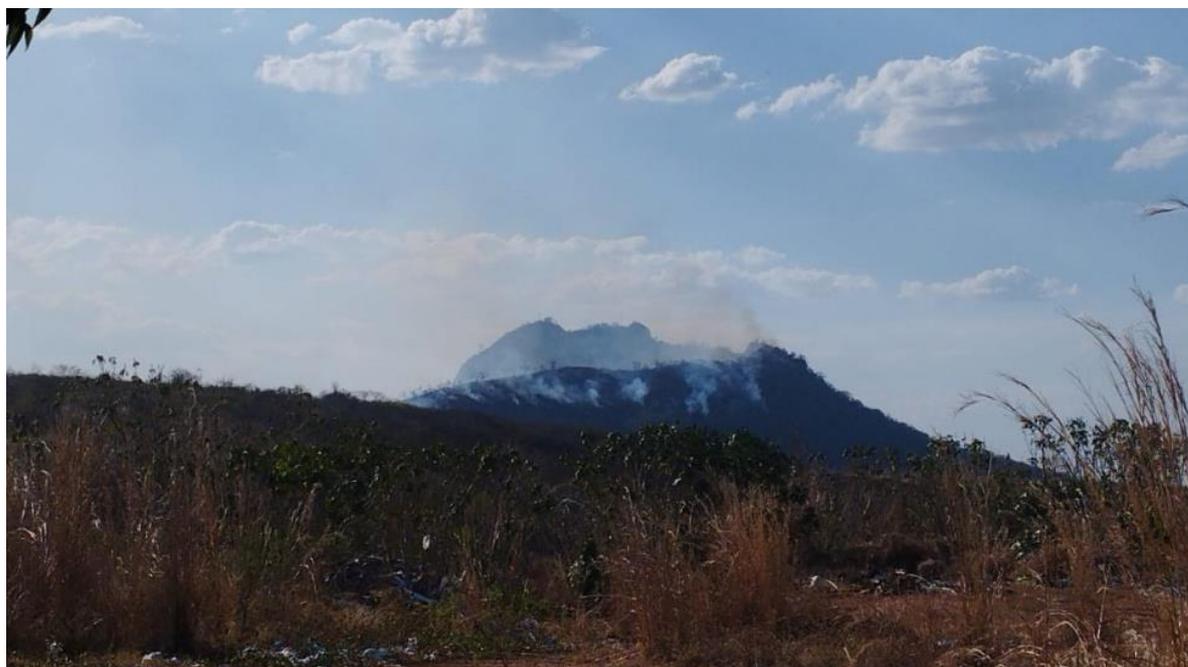
Tem algaroba, tem dois pés ali embaixo, de vez em quando eu tirava a casca pro povo. Algaroba, não sabe? Diz que é bom pra coceira, pra afinar o sangue. E esse raiz de catolé, casca de cumaru, que é bom pra remédio. Eu mesmo fiz chá muitas vezes pro povo. Serve para tosse, a casca de cumaru pra tosse. A esse outro que eu falei, a raiz do catolé é bom também pra tosse, bom pra... pra depressão. De vez em quando eu vinha buscar raiz aqui pra um bocado de gente que tinha naquela cachoeira. Eu deixei de vim. Tá com mais de 2 anos que eu andei aqui. E algaroba, eu não sei nem se os pés se o esse incêndio que deu, se ainda existe ele. Eu vinha buscar lá, algaroba. Aí quando vinha, levava, tirava a casca e levava pro povo. A florzinha dela é bem roxinha (Entrevista, 27).

O Serrote do Coati tem como grande enfrentamento para sua preservação e de todo o ecossistema que lhe rodeia, alguns fatores de risco. Todos os depoimentos relataram a tristeza de observar de longe as belezas e bens naturais do lugar, rotineiramente a cada ano, com a feitura de queimadas, na maioria das vezes, provocada intencionalmente pela população. Este

é o maior risco e fator para sua degradação, pois as chamas colocam em risco fauna e flora, e ao mesmo instante espaços de memória.

Conforme aponta estudos preliminares sobre o desmatamento no Serrote do Coati, realizados por José Barros, os principais fatores da devastação da caatinga lá presente estão na utilização do solo na agricultura e na criação de animais, responsáveis por acometer 20% da área por queimadas, para manuseio do solo (BARROS, 2012). A prática das coivaras, se tornam incêndios de grandes proporções, muitas vezes, não conseguem ser controladas invadindo a mata, queimando a vegetação do serrote, muitas vezes da sua base até o topo.

Figura 31: Registro do Serrote do Coati em chamas.



Fonte: Arquivo pessoal Jone Cândido, outubro de 2023.

Contribuindo para este cenário, está a falta de políticas públicas de preservação desse monumento natural, não existem leis ambientais que sirvam de amparo para a convivência sustentável com este espaço natural, não há leis municipais de proteção deste bem tangível e intangível de Cachoeira dos Índios, nem tampouco proteção de órgãos estaduais e ou federais.

No entanto, existe um sentimento de preservação do local altruísta pelo valor identitário que representa para os cachoeirenses, buscando compreender nos registros oficiais como se deu a divisão territorial e de como essa cultura preservacionista da maioria da população que rejeita as práticas das queimadas. Encontrei junto a documentação cartorial, um Averbamento de Escritura Pública, que tem registrado a destinação de uma área 20% da terra de uma propriedade no Serrote do Coati, à preservação, denominada de Reserva Legal.

Para além do desejo popular, a preservação de áreas está sob a responsabilidade dos proprietários de terras do serrote. Exemplo disso é que foi detectado dentro das braças de terras que pertencem a Iranildo Pessoa da Cruz, uma área para preservação permanente.

REGISTRO DE IMÓVEIS
REGISTRO GERAL

Livro. N.o 2-CF

Matricula N.o 16.971

Data: Em 05 de setembro de 2008

AV-2-16.971- Procede-se a esta averbação nos termos do ofício nº 134/99 de 29.11.99, expedido pela Procuradoria do Estado da Paraíba, que determina 20% do imóvel da matrícula supra seja destinada área de reserva legal, não podendo haver corte raso da vegetação, conforme Lei 4.771/65 (Código florestal), art. 16§ 2º, tudo de acordo com o Ofício que fica arquivado. Dou fé. Cajazeiras-PB, 05 de setembro de 2008 (Fonte: Cartório Antônio Holanda, Livro de Registro de Imóveis Nº 2-CF,2008, p.154).

Assim, a legislação vigente permite compreender que a utilização do meio ambiente natural, de forma sustentável, de certo modo pode corroborar para a sua preservação, se amparando no pensamento de Ciro Flamarion Cardoso (1979) no qual o homem é elemento de preservação ou modificação do meio ambiente, aqui me refiro a defesa do Serrote do Coati, que já é elencado como Patrimônio Natural pelos cachoeirenses. Para que assim, a relação homem e natureza possa se valer da compreensão da preservação deste “monumento ecológico” que ao impor suas belezas, testemunha em seu sopé a História de Cachoeira dos Índios, mesmo se encontrando à mercê de ações danosas a sua existência pela população que o rodeia.

O Serrote do Coati é um Patrimônio Natural vivo do município, para que continue sendo este espaço disponível à construção de memórias e recordações, capaz de fornecer sentido e identidade ao lugar, cabendo aos cachoeirenses preservá-lo e vivenciá-lo, é necessário um esforço coletivo para a criação de um parque de preservação ambiental. Para que o Estado se una aos interesses das comunidades locais em preservar a memória social em seu cenário mais belo, que há anos presta um grandioso serviço à memória e à História, edificando saberes formais e informais que muito dissertam sobre o passado de Cachoeira dos Índios, estimulando, além disso, o turismo, a empregabilidade e o fortalecimento de sua História com as novas gerações.

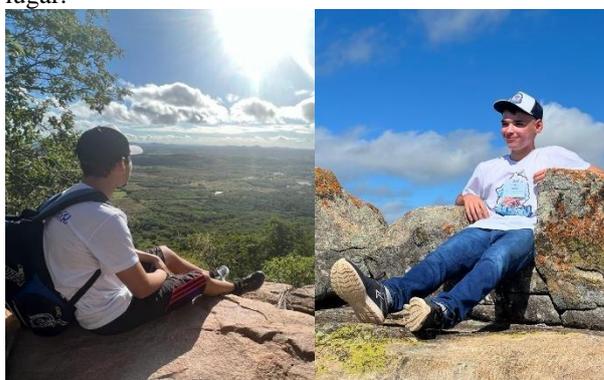
Figura 32: Mosaico registro das prospecções ao Serrote do Coati.



Prospecção à Pedra da Moça, na imagem da direita: Prof. Djalma, Jone, Senhor Antônio, em pé. João e Thiarly sentados ao lado da Pedra da Moça, e à esquerda vista panorâmica da pedra, destacando-se a vegetação do lugar.



Prospecção ao topo do Serrote do Coati, na imagem da passagem pelo portal de rochas que permite o acesso ao Rosário da Moça, registrado na imagem à esquerda com o retorno da prospecção.



Registro dos alunos pesquisadores. Thiarly sentado no Trono do Rei, à esquerda João observando a vista no topo do Serrote de Coati.



Registro da prospecção. À direita, na Caverna dos Morcegos, e à esquerda a subida de retorno para a trilha principal



Palmeira do coco catolé à direita, e à esquerda o aluno Thiarly na nascente de água mineral chamada de Pinga.

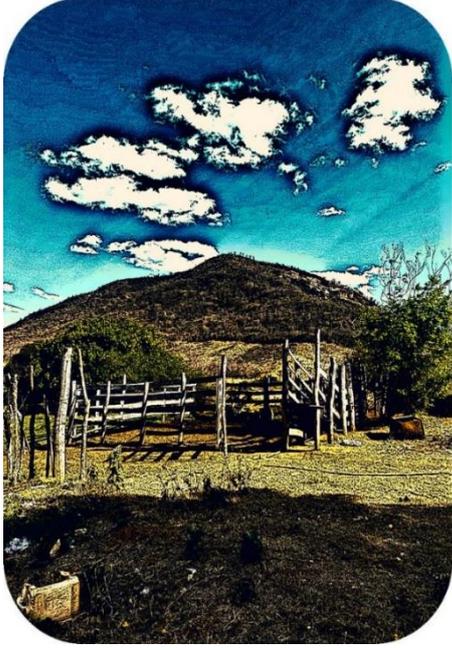


Na imagem à direita, uma bonita flor, e à esquerda o registro de um grupo de macacos perto das proximidades da Pedra do Rei, no final da prospecção.

Fonte: Arquivo da pesquisa.

4.2.1 INVENTÁRIO DO SERROTE DO SÃO JOAQUIM

Quadro 5: Ficha catalográfica Serrote do São Joaquim.

 <p>FICHA CATALOGRÁFICA</p>	<p>Denominação do bem histórico e cultural:</p>	<p>Patrimônio Natural: Serrote do São Joaquim, neste local está a cachoeira que dá sentido ao topônimo do município e ao longo dos anos tornou-se cenário de algumas manifestações culturais.</p>
 <p>Fonte: Arquivo da pesquisa, 2023.</p>	<p>Referência:</p>	<p>Histórica, Natural, paisagística, cultura popular e vivência comunitária com meio ambiente histórico.</p>
	<p>Localização:</p>	<p>Sítio Angical, zona rural de Cachoeira dos Índios -PB.</p>
	<p>Proprietário:</p>	<p>A área rural onde o serrote está localizado, com maior faixa de terras pertencentes a Heleno Francisco Filho. Na atualidade muitas das glebas de terra foram adquiridas por espório familiar e por meio de compra e venda.</p>
	<p>Situação de ocupação:</p>	<p>O Serrote é de vegetação da caatinga que se mantém em grande parte preservada, não havendo construções nas suas áreas de elevação do solo. Em seu entorno, existe a presença de açudes, o parque de vaquejada São Joaquim e uma capela, além de inúmeras moradias que ocupam a área do Sítio Angical, a grande maioria das casas é habitada por agricultores.</p>
<p>Uso:</p>	<p>A área territorial do serrote é usada por toda a população de seu entorno e visitantes. Não é imposto restrições de usufruto e de acesso às áreas de vegetação, dos riachos, da cachoeira e das capelas pelo proprietário, sendo assim, uma grande extensão territorial de livre usufruto da comunidade. No seu sopé, pratica-se agricultura e criação de animais, em especial o gado que é muitas vezes solto para se alimentar da vegetação abundante do serrote, mesmo em períodos de estiagem.</p>	
<p>Morfologia:</p>	<p>O processo de formação geográfica do Serrote São Joaquim é caracterizada como relevo Cristalino menos elevado na depressão sertaneja (LIMA, 2014), tendo uma elevação de 625 metros, ocupando uma área de aproximada de 1 milhão de m². Paisagem Natural recebe adornos humanos narrados pela tradição popular e pela memória social reivindicada.</p>	

Serrote do São Joaquim

REGISTRO DE IMOVÉIS

Registro de Partes de terra e de casa nesta comarca de Cajazeiras, Estado da Paraíba.

ADQUERENTE (S) Heleno Francisco Filho

TRANSMITENTE (S): Espólios de José Francisco de Sousa e Josefa Lins de Albuquerque.

A localização dos quinhões do imóvel São Joaquim, desta comarca, obedecerá a ordem de nascimento dos herdeiros e a classificação das terras, entendendo-se que a classificação destas terras obedece a cinco faixas. Para efeito de localização de quinhões, no imóvel São Joaquim, desta comarca tornar-se-a como início o lado oeste do dito sítio. - **Cartório Antônio Holanda, matrícula nº 07, livro 2-7. fls.15 registro R-10-2 em 30/12/1976** (Fonte: Arquivo pessoal de Heleno Francisco Filho, grifo do autor).

A delimitação territorial descrita na escritura pública lavrada em 1976, aos olhos enrijecidos de quem não conhece a comunidade e as famílias que ocuparam o território do São Joaquim, ao longo dos anos, pode ser interpretada como uma partilha apenas de bens de valores capitais. No entanto, o espólio e a divisão das terras neste caso específico, vieram acompanhadas de valores intangíveis que o dinheiro não compra.

Para os proprietários e moradores, herdeiros também das tradições culturais construídas nesse sítio histórico, as narrativas de identidade com o lugar são fortunas deixadas pelos antepassados, infinitamente renovadas a cada ciclo das chuvas, banhando o riacho que transcende a escrever pela memória a sua História, dando vida a cachoeira do exuberante Serrote do São Joaquim.

A convivência da comunidade com este meio ambiente histórico vem ao longo do tempo lhe atribuindo pelas tradições culturais e populares, feições humanas, com presença de narrativas místicas e encantadas que a natureza não teria condições de produzir sem a interferência humana, os mistérios que ali são presenciados, acabam por ser contados oralmente, tornando-se em saberes locais, edificando o serrote como monumento natural, testemunho do passado, onde se emergem as narrativas populares de uma comunidade campesina como “local das gerações” (ASSMAN, 2021).

Obviamente que para pensar este espaço de gerações, é preciso atribuir a esta prática capacidade da paisagem natural de absorver as mudanças impostas pela modernização, principalmente nas modificações dos comportamentos sociais, que foram sendo adotados pelas comunidades que povoaram o Sítio Angical na base do Serrote do São Joaquim. A agricultura e a vida no campo deixaram de ser atrativas e muitos filhos da terra procuraram fincar raízes em outros solos, o cavalo veio sendo substituído pelas motocicletas e a eletricidade permitiu

conexões com o mundo, o acesso à educação permitiu que muitos buscassem outras profissões nas cidades.

No entanto, os filhos presentes e ausentes, por terem bebido a água que no riacho acabam por manter as narrativas da História Oral vivenciada no lugar por gerações, continuam a contar e elevar os saberes locais onde forem e a quem estiver interessar disposto a ouvir. Ao olharem para a colina tem por ela a referência para a conexão com o passado e a certeza que a história de sua gente lá se encontra testemunhada e pronta a servir de fonte das memórias que se mantêm preservadas.

Como lugar de memória da tradição popular, cotidianamente a natureza coloca-se à disposição do homem, para emergir os saberes de sua gente, segundo o Dicionário Online de Português - Dicio³⁸ - a palavra *Joaquim* tem origem hebraica e significa: “o elevado de Deus”, naturalmente, ou por influência dos céus. O Serrote do São Joaquim é o ponto de relevo de maior altitude do município de Cachoeira dos Índios-PB (GONÇALVES, 2015).

Sua formação rochosa, coberta pela caatinga, é adornada pelo curso do Rio do Peixe, que nasce no Distrito de São José das Marimbas, com suas “correntes de águas preciosas” que equivalem a ouro, é um tesouro para a comunidade que se formou em seu entorno, aproveitando da natureza, ofertando aos munícipes a cachoeira que nomeia seu torrão.

Figura 33: Mosaico de registros fotográficos do Serrote e Cachoeira do São Joaquim.



Fonte: Arquivo pessoal de Maria Lídia Silva de Sousa, invernos de 2016 e 2017.

As águas que por força da gravidade passam em sua encosta, seguem seu curso, banhando boa parte do território, cruzando-o de Sul a Norte, irrigando e fecundando o solo,

³⁸Dicionário Online de Português, disponível em: <https://www.dicio.com.br/joaquim/>, acesso em 18 out 2023.

preconizando a vida, até desaguar no Riacho do Cacaré e de lá atravessa a fronteira com o município vizinho de Bom Jesus-PB e estende-se a perder de vista sua vitalidade.

Como muita propriedade a comunidade se orgulha, em ecoar assim como os som das águas, a cada inverno para todos que possam ouvir, que os povos indígenas no passado saciaram a sede, banhando-se na queda d'água do serrote que ofereceu uma "Cachoeira aos índios". Este monumento natural presente no São Joaquim, sem dúvida alguma é um valioso vestígio do passado como meio ambiente histórico preservado (HORTA, 1999), configurando-se, portanto, em um valioso Patrimônio Natural dos cachoeirenses.

Embora não se encontre nos registros oficiais o motivo para a escolha do topônimo do município, basta visitar o serrote, para visualizar a inspiração para sua escolha e no mesmo instante o nome Cachoeira dos Índios, recebe aos olhos de quem contempla a paisagem histórica, o sentido e o valor que o lugar representa. Esta foi a imediata sensação que senti estando *in loco*, nas várias vezes que visitei o lugar para consolidação deste inventário.

O Serrote do São Joaquim se coloca como uma caneta da paisagem natural, disposta a escrever no horizonte a ancestralidade indígena de seus habitantes que receberam o gentílico de cachoeirense, e marca sua historicidade, como uma das mais poderosas heranças que o lugar oferece a sua gente e a História do município, que se assim são identificados é por ter no São Joaquim a cachoeira que determina a sua naturalidade civil. O lugar é bastante preservado e ainda pouco conhecido e desfrutado por sua gente.

Compondo-o como sítio histórico, as intervenções humanas foram voltadas a utilizar esse espaço para sobrevivência sustentável, permitindo-o ser lugar da memória, se colocando como cenário para o desenvolvimento de relações sociais, econômicas e, principalmente, culturais (XAVIER, 1987). Neste ínterim, a comunidade vem fazendo uso dos recursos naturais de forma sustentável, cuidando para que o fogo no período da seca não o devaste, continuando uma paisagem natural, cenário da memória social e das relações estabelecidas entre homem e natureza. Neste meio ambiente histórico foram produzidas narrativas capazes de servir de ponte entre o passado e o presente.

O processo de ocupação territorial do entorno do Serrote do São Joaquim é marcado pela presença da agricultura e da pecuária, assim como boa parte das comunidades rurais do semiárido nordestino, e é retratado pela memória social de maneira afetiva e de forte consciência ambiental. O serrote, então, vem sendo repassado por espólio territorial e cultural, cenário natural das narrativas da memória social, transmitidas por gerações que atribuem para além de particularidades naturais, narrativas identitárias da memória que conta e reconta sua história.

Aqui para nós é uma alegria. Um ambiente sadio, gostoso, até cheiroso. Uma sombra muito especial. E quem vem no São Joaquim uma vez, quer vir outra. Esse serrote aqui eu chamo “o pulmão do município”. Essa serra devido a ser bem preservada, não haver incêndio, que a gente, é nós todos. **(temos)** Carinho por ela, é o nosso pulmão. É uma fonte de tudo que é bom. Aqui já produziu muito algodão, muito legume, muita fruta. Teve engenho aqui de rapadura, engenho de cana de fazer rapadura feito e puxada à boi. Casa de farinha, na antiguidade, o pessoal na época que vivia do que... comia do que plantava e vivia do que criava. Criava muito boi aqui. E aqui é uma região das melhores (Entrevista, 12).

As relações de convivência com o serrote estão para a memória social como um espaço de encontro para banho no riacho e na cachoeira, espaços para as mulheres lavarem as suas roupas, ao tempo que se relacionavam socialmente.

Lavar roupa, uma vida da gente, da mulher daqui, do setor nosso aqui é lavar roupa, lá tudo é era a maior farra lá, um monte de mulheres, tinha uns olhos de água que não faltava água pra gente lavar roupa, água mineral mesmo, era água pura mesmo. (...) Não sei porque não sei qual foi a casa. Quem descobrir ali e derrubou aquelas matas, acho que acabou. (...) Não quer, mas aí ninguém sabe onde eles vão aparecer (...) mas eles saem em algum canto se eles vão ver depois, né? Eles devem aparecer em algum canto, eles saírem de canto e se muda pra outro, né? (Entrevista, 28).

O trabalho no campo, os fazeres domésticos, sempre estiveram presentes no entorno do serrote, que por escolha dos proprietários preservaram as suas encostas até o cume, a vegetação da caatinga se faz presente em toda sua extensão. Em suas subidas íngremes, o gado é criado livre para se alimentar do que o serrote oferecer. No seu sopé de tudo se planta, embora esteja presente nas narrativas a devastação que muda também a relação com o lugar, a derrubada das matas fez secar algumas nascentes, mas há uma esperança que reapareçam.

Observo, assim mesmo com algumas intervenções danosas a natureza, uma vocação altruísta da comunidade em preservar o que eles definem como uma “fonte de tudo que há de bom”, não se tem registros e nem lembranças da comunidade de que as áreas mais elevadas do serrote foram desmatadas para dar lugar a lavoura, a consciência adquirida intuitivamente pelo respeito da sua beleza imponente permite a comunidade a usufruir da paisagem natural, sem grandes alterações na paisagem.

Embora as necessidades de sobrevivência econômica tenham sempre sido colocadas à prova, a comunidade por escolha sábia preferiu a preservação de forma majoritária, permitindo assim que as relações entre homem e natureza se colocassem naquele lugar em oposição às relações econômicas. Permitiu-se então, que a paisagem natural fomenta a cultura e as tradições, ocupando os saberes e valores intangíveis, conforme é apresentado por Carlos Xavier.

Entretanto, os fatores capital e trabalho e suas relações são privilegiados na análise (...) enquanto o capital natural é tomado como um bem infundável ou como simples fonte de matéria-prima. De fato, habitualmente, por paradoxal que pareça, não se

encara o patrimônio natural como reserva de valor econômico e material, mas, apenas, nos seus aspectos mais abstratos. Os modelos econômicos das sociedades modernas, até recentemente, não se preocupavam com o patrimônio espiritual do homem. composto por valores imateriais e por bens intangíveis, tão indispensáveis à vida e ao desenvolvimento quanto a produção de bens e riquezas materiais. Vê-se que estes bens e valores materiais não atendem a todas as necessidades e aspirações humanas (1987, p. 234).

Embora o Serrote do São Joaquim seja uma propriedade privada, pertencente em sua maior faixa de extensão a Heleno Francisco Filho e sua esposa Maria do Socorro Silva Lins (Cartório Antônio Holanda, Livro 2-7, fls.15, 1976), os proprietários atuais compreendem a necessidade da preservação da natureza, em meio aos sacrifícios impostos pelas realidades cotidianas de trabalho no meio rural. Deixam evidentes suas compreensões do valor do meio ambiente histórico para a manutenção da cultura e das tradições do lugar, permitem assim de forma generosa que a natureza seja um bem da comunidade e não apenas um espaço para aquisição de capital econômico.

O usufruto do espaço natural pela população é permitido, o acesso às matas para busca de remédios, as tradicionais caçadas para alimentar a família de trabalhadores em épocas que o acesso à proteína de criação (gado, porcos e cães) eram para poucos, o uso da água para matar a sede das pessoas e dos animais, os banhos nos períodos de inverno permitiram transformar o lugar em um meio ambiente histórico de convivência social. Não há cercas que impeçam qualquer cidadão de entrar e conhecer a cachoeira e de ter acesso as áreas de vegetação e todas as belezas do lugar.

Eu sei que no tempo que eu gostava de caçar, eu sempre eu pegava, né? É porque não tinha. Tudo era difícil. A gente ia, as vezes ia, quando era no tempo de seca, ia arrancar colé pra comer. É um inhame, não sabe? Chama-se inhame, lá é nos sítios ainda tem muito pé de inhame. A gente tira aquela coisa, o cabra arrancava aquela batata, né? Que todo mundo anda lá. (...) a gente fazia muita coisa lá, né? (Entrevista, 11)

A memória social coloca o serrote como um protetor da comunidade, capaz de fornecer o sustento e a saúde, seja em momentos de seca ou de doenças, do São Joaquim sabe-se que pode se encontrar alento para situações difíceis:

Essa serra é nossa salvação. É o seguinte, quando você precisa de uma madeira pra uma cerca, pra fazer uma casa, a gente vai pra ela. Quando precisa de um mel, tu vais pra ela, pra essa serra. Caçar é só um pouco, porque a maior parte de caçador de tatu aí, eles pegam o tatu e solta. Tem até uma tradição de eles pegarem e não destruir. E sobre a medicina, é. Até nessa pandemia, rapaz, o Jatobá aqui quase que eles comem as cascas tudo. Essa região aqui não adoeceu uma pessoa, aliás, não morreu uma pessoa daqui de perto. Aqueles que se cuidaram com a casca, tem até uma palavra que diz que quando eles tiverem as plantas, (**a natureza**) crescesse e multiplicasse tuas folhas e tuas cascas pra você virar em raízes, e o fruto ser usado em alimento. Então nós precisamos dos frutos, porque nós dependemos delas. Ela não depende da gente em nada (Entrevista, 12, grifo do autor).

Há uma clara relação harmoniosa das pessoas com o lugar, a natureza se revela para além de fonte de recursos financeiros, a capacidade produtiva da mata presente no serrote é compreendida com seu valor de protetora de quem a cerca. Outro fator importante a destacar é percepção da sua força curativa para as doenças do corpo, sua vegetação fornece o remédio para sarar as enfermidades sem nada cobrar. O uso da mata para a medicina natural, faz o São Joaquim ser compreendido também como um “Patrimônio Genético”³⁹ da tradição local. Isso porque, segundo Regina Abreu,

O ouro verde brasileiro encontra-se, em grande parte, preservado nos territórios indígenas. Essas populações, juntamente com raizeiros, erveiros e agrupamento de agricultores tradicionais, são detentores de conhecimento tradicional sobre a fauna e a flora, imprescindíveis para novos procedimentos da ciência (ABREU, 2009, p. 43).

Ora, segundo a vivência apresentada pela memória social, os modos do saber fazer do uso medicinal da casca do jatobá teria sido responsável pela baixa letalidade do Coronavírus para aqueles que usaram da árvore para combater a doença. Os saberes do homem do campo se colocam tão importantes para aquela comunidade, quanto as vacinas, para evitar a morte por COVID-19. Ao tempo, esses saberes e prática locais colocam-se a serviço de estudos científicos, para quem sabe comprovar cientificamente que a casca do jatobá ajuda no tratamento e/ou prevenção da doença.

Ciente também que esses saberes foram construídos dessa relação do homem com a natureza ao longo do tempo, mesmo sem explicação científica a comunidade atribuiu ao São Joaquim a capacidade de minimizar as mortes dos moradores durante a pandemia, que afetou o mundo inteiro.

As árvores também são espaços para as tradições culturais do que é intangível ao entendimento da ciência. Às margens do riacho encontra-se uma árvore centenária e frondosa, que é utilizada como capela natural em honra a Santo Expedito do Deserto, que é “o Santo das causas impossíveis”. Sua imagem está no oco do “pé do mulungu”.

Figura 34: Mosaico de registros fotográficos da Capela no Mulungu.

³⁹ A historiadora aponta para as questões dos patrimônios genéricos como sendo o “ouro verde do Brasil, a partir dos debates internacionais sobre os conhecimentos das populações indígenas e agrícolas que conhecem as plantas e suas capacidades curativas que tem esse patrimônio sendo utilizado para enriquecimento da indústria farmacêutica, que usam dos saberes tradicionais para gerar riquezas que não são distribuídas para as comunidades que desenvolveram tais saberes e os colocaram a serviço da ciência, como espaço de disputas entre o que é coletivo e o que é privado na monetarização desses saberes pela indústria farmacêutica. (ABREU, 2009)



Fonte: Arquivos da pesquisa.

Segundo a tradição, a capela natural foi fruto de uma revelação misteriosa, feita pela antiga dona, já falecida, da propriedade, que através de um sonho apresentou a uma moradora do Sitio Angical uma forma de obter uma graça para suas aflições. Experiência assim relatada:

Eu estava passando assim uns umas coisas, umas tarefas, meia difícil na minha vida, não sabe? Aí eu pedi pra Deus, me dar uma luz, pra eu chegar lá, onde eu quero chegar para eu melhorar essa situação. Aí quando foi uma noite, eu estava assim, deitada entre dormir e acordada. Ai, eu vi uma senhora já de idade, que até eu pensei ... que eu digo, será que essa senhora é a avó de Lenilson, dona do São Joaquim. né? Ela com um pacotinho assim na mão. Aí ela dizia, desenrola esse pacotinho. Aí eu saí, desenrolando aquele papelzinho, quando eu desenrolava dentro do o embrulho tinha o Santo Expedito. Aí ela disse, você vai caçar um canto para colocar Santo Expedito. Eu digo vou. Aí me acordei, quando eu disse a ela que ia, me acordei. Ahhh! Pois é Santo Expedito mesmo que vai me proteger. Aí eu andei por lá de trás e vi aquele buraco naquela é... Dá aquele pé de mulungu, naquele oco lá. (...) (Entrevista, 28).

Segundo Joaquim dos Santos, a experiência onírica relatada pela entrevistada pode estar diretamente relacionada às relações sociais construídas de forma individual ou coletiva em vida, e são representadas pelas pessoas que partiram para o plano espiritual. De forma íntima, em sonhos que têm suas interpretações estreitamente ligadas ao catolicismo, estas pedem orações quando estão em suplício ou trazem alento para os vivos (SANTOS, 2021). Os “mistérios oníricos” também se fazem presentes no São Joaquim, pois o segundo a memória social o Senhor desvendou os caminhos para resolução da aflição de quem sonhou, e relata ter sua aflição alcançada: “alcancei melhorei muito e hoje em dia qualquer tropeçozinho, eu digo Santo Expedito me ajude” (Entrevista, 29).

Os sonhos são narrados como mecanismos que ajudam a decifrar os mistérios temporais dos mortos no além e, igualmente, a resolver pendências terenas dos parentes do falecido. Eles dão orientações aos narradores. (...) as memórias sobre o sonhar com os mortos colocam em cena a credulidade dos fiéis e as tentativas de interpretações dos estados temporais dos mortos e, igualmente, as expectativas sobre o futuro dos vivos. (...) Ao interpretara seus próprios sonhos, eles costumam as memórias como um artesanato, resultado da atuação de muitos artesãos do passado e do presente, fiadores da tradição, aproximando letra escrita e as narrativas da voz, entrelaçando na imaginação aquilo que é mais sensível: o desejo de eternidade." (SANTOS, 2021, p. 92).

O serrote e sua vegetação ganham também uma árvore sagrada, que liga o sonho ao vivido, esta se faz capela e passa a partir da experiência relatada a ser visitada por pessoas em busca de transcendência com o mundo espiritual. O sonho torna-se realidade na promessa alcançada, narrada com veracidade, devoção e fé. O pé de mulungu no São Joaquim tornou-se uma capela natural do Santo Expedito.

Por que ele era comandante de uma legião de soldado Romano, mas ele vivia no deserto, é Santo Expedito do deserto viu? O nome dele certo mesmo é Santo Expedito do deserto. Ah, então. Então por isso aí pode trazer a questão, você pode estar numa aflição no meio do mato, no meio de um de uma coisa, de um perigo na sua vida. Eu acho que pedindo com fé. Mas muita coisa, muita coisa ali que a gente deve preservar com muito carinho e com muito amor. (...) A gente foi no deserto. Aí eu me agradei daquele oco daquele pau, ali já foi muita gente visitar. Já veio muita gente visitar. Pagar promessa (Entrevista, 28).

Neste sentido, a árvore do mulungu figura-se como símbolo do alcance da fé católica professada pela comunidade, que mesmo no meio do “mato” encontra lugares sagrados, esta mesma vegetação também dá lugar a outras tradições, servindo de cenário para as populares pegadas de bois e a vaquejada do Parque São Joaquim, que reúne os vaqueiros esporadicamente em competições de demonstração de suas habilidades no ofício da lida com o gado.

Estes, por sua vez, têm que se embrenhar na caatinga no trabalho, muitas vezes passando por apuros e aflições, muitos destes trabalhadores com certeza, assim como a moradora que sonhou com a capela, já pediram socorro a Santo Expedito quando se embrenharam na vegetação do serrote para se aventurar e pegar o boi com as próprias mãos, o que para muitos poderia ser uma causa impossível, para eles é trabalho diário, quando retornam trazendo o gado e são aclamados pela comunidade.

Figura 35: Registro fotográfico do vaqueiro na Pega de Boi.



Vaqueiro retornando com o boi capturado na Caatinga do Serrote do São Joaquim, em 2020. Fonte: Arquivo de Rogério Delfino de Lima.

Presente em todo o Nordeste, as pegas de boi que são realizadas em Cachoeira dos Índios-PB seguem o mesmo processo de constitutivos semelhantes às realizadas em Pernambuco na maneira como se prática, pois a busca do gado no mato, tornou-se não somente uma relação de trabalho, como também um momento de socialização e confraternização, testemunhado pelo Serrote do São Joaquim. Seguindo, a conceituação desta tradição apresentado pelo antropólogo Renan Martins Pereira:

(...) as pegas de boi no mato que etnografei, são entendidas como parte de uma tradição local na qual participam ricos e pobres. O espaço físico necessário para a competição ou brincadeira de pega de boi não é delimitado (contanto que seja na caatinga, no mato) e muitas delas ocorrem sem fins lucrativos, no sentido de que seus organizadores realizam as vaquejadas às vezes com o mínimo de recursos financeiros, mas com a finalidade de os vaqueiros terem a estrutura básica para correrem e se divertirem como, por exemplo: a alimentação para os competidores e seus cavalos, a premiação em forma de dinheiro ou de troféu e, na maioria das vezes, um certo momento de descontração ao som de forró de vaquejada (com alguma banda ao vivo ou, às vezes, apenas ao som do paredão – estrutura de caixas amplificadas) (2016, p. 66).

Como sítio histórico, a colina oferece sua vegetação como campo de disputas dos vaqueiros, permitindo realização da manifestação cultural. Sem a caatinga preservada não seria possível a manutenção desta tradição secular que estabelece particularidade ao lugar, tomando para os praticantes de Cachoeira suas regras próprias, e condutas morais a serem praticadas, que para a festa do vaqueiro acontecer, respeita-se todo um processo constitutivo.

As inscrições, vamos dizer, assim, que nem esse ano eu coloquei 1.000 reais em prêmio. Porque 1.000 reais em prêmio aí faz as inscrições. Pronto, aí os vaqueiros compram aquela inscrição de cinquenta, o tanto de vaqueiro, não tem não tem limite,

não. Quanto mais vir, melhor, que bota. Eles colocam uma tira de couro no pescoço do boi, né? Que nós, chama de barra, né? Uma faixa de couro, marcada o preço daquele boi. Que tem boi que bota de trezentos, outros de duzentos. Pra ver se coloca igual, por duzentos e cinquenta que nós colocamos nesse ano. E quando o vaqueiro pega aquele boi, está marcado o preço ali, né? Ele é o ganhador. Muitas vezes pega de dois, três, um às vezes não derruba e outro chega perto. O outro estava na festa também, eles racham, eles dividem. Aí eu já fiz várias vezes aqui. (...) é cavalo. Você leva os bois no carro aí solta na entrada do mato e os vaqueiros ficam tudo esperando, a fila esperando. Aí quando você solta os bois, tira o carro e libera, pronto. Aí os vaqueiros entram nos matos de vez, aí ali quem for bom e quem tiver sorte é o vencedor (Entrevista, 12).

Enfrentar os perigos mútuos entre homem – natureza – animal (boi - cavalo) faz dos competidores reconhecidamente corajosos pela comunidade, ao ousarem desafiar a natureza com seus espinhos e pontas de troncos traçoeiros, que cortam a pele sem dificuldades e consegue vencer a força do gado que deve capturar, derrubando ao solo, precisa conduzir o cavalo com habilidade na montaria para se sagrar vencedor.

Os princípios de pertença ao meio sertanejo e da festa da vaquejada (**pega de boi**) se objetivam em sentimentos de honra, orgulho e solidariedade, que emanam dos atores e operam de maneira a integrar o indivíduo à coletividade através de emoções relacionadas à necessidade de acreditar no próprio valor (MENEZES, ALMEIDA, p. 189, grifo do autor).

Hoje, para a comunidade considerada uma brincadeira, não é difícil registrar acidentes com machucados severos, tanto entre animais quanto entre vaqueiros na embrenhada na mata, mesmo com as usuais vestimentas, o gibão, o chapéu de couro e todas as armaduras possíveis feitas em couro, acidentes são muitas vezes inevitáveis. Na atualidade, é possível salientar que a obrigação do trabalho com a lida do gado, vem dando maior espaço à prática da atividade como lazer na maioria da zona rural de Cachoeira dos Índios- PB. Embora aqui venho descrever a manifestação que acontece particularmente no serrote.

Meu pai correu vaquejada, assim, em pega de boi. Ele morreu de queda de boi, assim, porque ele se machucou numa árvore, só que ele morreu com 10 anos depois. Mas saiu de uma pancada que levou no mato pegando boi. (...) Essa tradição aqui é nova. Essa tradição aqui deve ter uns 15 anos pra cá. Agora, tinha tradição antiga de pegar, assim, por precisão, né? O pessoal ia buscar o gado, aí um boi se enroscava lá na roça, ele não queria vim, aí é obrigado a vaqueirama ir buscar e trazer, né? Mas hoje é por diversão, é por festa. Hoje é competição (Entrevista, 12).

A figura do vaqueiro se faz presente como um forte na construção da identidade cultural dos cachoeirenses, em especial no serrote do São Joaquim, com as pegadas de boi que terminam em forró e alegria. Este personagem ganhou também narrativas populares e místicas, essa atividade passa também a ser narrativas dos serem encantados, atribuindo mais mistérios à paisagem natural. As vozes da memória social descrevem que um vaqueiro, em seu trabalho na lida do campo, saiu para buscar o boi no mato, mas jamais retornou, se encantando ao se

embrenhar pela caatinga do São Joaquim. Da sua existência se mantém presente apenas o som do grito que ecoa chamando o gado: “grito de vaqueiro aqui eu já ouvi. À meia-noite um grito de vaqueiro aqui eu caçando de noite, alto que doía nos ouvidos. (...) O vaqueiro é quem anda no mato, muita gente já ouviu” (Entrevista 12), grito este ainda escutado por muitos vaqueiros durante as pegas de boi, ou por pessoas da comunidade que frequentam o serrote por qualquer razão.

Não obstante, muitos senhores e senhoras de saberes e prestígios reconhecidos pela comunidade do lugar afirmam que para além do espírito do vaqueiro que chama o gado sem ser visto ou encontrado, o lugar também é frequentado pela bola de fogo, e tem uma pedra que dá risadas em um som bem alto, que inúmeros moradores afirmam terem presenciado de forma incontestável.

Mas a história que tinha era até **(pedra)** dá risada, que o pessoal tudo a dar risada. porque é história antiga. (...) Foram os meus tios, que falaram muitas vezes. Os mais velhos, trabalhavam com o meu tio falavam nisso, os mais antigos. Aí pegou o nome, mas deve ter acontecido alguma vez, né? Aí pegou o nome por causa da risada e hoje é a referência da região. (...) Nessa serra aqui, já viu uma bola de fogo, que nem uma luz, rodando a noite (Entrevista 12).

As narrativas presentes no cotidiano contribuem para compreender o cenário da natureza exuberante, e suas relações com a comunidade para a construção de identidade aos cachoeirenses. Compreendendo as mudanças e apropriações do presente, o Serrote do São Joaquim, além de meio ambiente histórico, edifica as tradições capazes de “(...) inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente, uma continuidade com um passado apropriado. (...) o passado histórico no qual a nova tradição é inserida não precisa ser remoto perdido nas brumas do tempo” (HOBSBAWM 2022, p.08).

Como Sítio Histórico, o Serrote do São Joaquim, em suas características geográficas, faz limite à leste com o município de Cajazeiras-PB, ocupando uma área territorial cachoeirenses de aproximadamente 1.237.385 m² e 630 metros de altitude⁴⁰ área inventariada apenas de uma parte do conjunto de relevos elevados do local⁴¹, separados pela estrada que leva ao Distrito de

⁴⁰ Fonte: Localização por satélite no aplicativo Google Earth com as seguintes coordenadas geográficas: 6°59'56"S 38°40'04"W, elevação máxima de aproximadamente de 625 metros de altitude. Disponível em: <https://earth.google.com/web/data=MkEKPwo9CiExZl9XbC1fSlhXYXBGalpKZzVyV1hTSTIIVENFdDRJUEwSFgoUMDc0MzEyMDRCMjJDQTgyNkZGOTMgAQ>, acesso em: 27 out 2023.

⁴¹ O Serrote do São Joaquim como reconhecido pela memória social, em estudo apresentado por Adriano Gonçalves (2015) é dividido em Serra do Amaro e Serrote do São Joaquim. No entanto, nos documentos de registro de imóveis da área estudada consta como Sítio São Joaquim, assim como referenciado nas narrativas e vivências da comunidade. A escolha em inventariar este espaço levou em consideração o riacho que forma Cachoeira, lugar onde acontecem as vaquejadas, pegas de boi no mato e espaços do levante da memória coletado nas entrevistas. Esclareço que a estrada divide a serra do São Joaquim estando o lugar mais elevado a 645 metros em terras não inventariadas neste trabalho, embora estejam separados pela estrada são um só, devido ao reconhecimento da tradição popular como tal, sendo, portanto, o local do relevo mais elevado do município.

São José de Marimbás, denominados de “Relevos Cristalinos menos elevados (...)” dispersos pela Depressão Sertaneja (LIMA, 2014, p. 92).

Suas formações rochosas além de possibilitar o espetáculo da cachoeira, foram capazes de produzir outros fatores de peculiaridade. A natureza local produziu elementos para a construção de identidade e narrativas das memórias sociais, as rochas cristalinas presentes foram desenhadas naturalmente, com significados singulares. Ao caminhar pelo riacho que corta o pé da serra, é possível encontrar um coração desenhado na pedra, ou até mesmo se deparar com uma figura de uma mão encravada na rocha.

Figura 36: Mosaico de registros fotográficos nas rochas do São Joaquim.



Coração encravado na rocha dos lajedos no riacho do Serrote do São Joaquim.



“Mão de uma mulher” nos lajedos do riacho do Serrote do São Joaquim. Fonte: Helder Marreta Souza, 2000.

A natureza da colina e do seu entorno oferecem novas formas de produzir e transmitir as tradições, memórias e narrativas particulares dos cachoeirenses, abençoando e protegendo o serrote. A natureza se faz livro aberto para a escrita da História e da memória de sua gente, coloca-se como patrimônio coletivo de vivências múltiplas, escreve com as águas e sua vitalidade boas práticas de convivência com a natureza de forma sustentável. Embora todos os anos a serra esteja sujeita às ações danosas do homem, em que o fogo lhe ameaça, o serrote

conta com o sentimento de gratidão e amor, daqueles que lutam para que as chamas não o devastem. Em sua defesa, também além da mão humana, a fé católica se faz presente nas proximidades da barragem construída por trabalhadores, na época das emergências do governo militar, com suas mãos, ergueram a capela no seu sopé, em honra ao santo que eleva o lugar para junto dos céus.

Eu queria, que não tá no meu desejo, ... Eu queria que preservasse mais. Porque tem uns incêndios, que eu chamo até de incêndio criminoso, que já queimou 99% das matas. Mereceria mais preservação, merece. Essa mata aqui é uma mata muito extensa, que deve ser aqui mais ou menos um... uns vinte quilômetros de mata(...). Era muito bonito nós chegar aqui. Tinha aqui uns trezentos pés de manga, e comer manga madura. Montando em um jumento de emburro pra eles pular com a gente aqui, tomar banho nesse rio, monta em um pau de banana, assim, em um cavalete. Que nesse tempo não tinha cama de ar, né? E descer montado nele e o rio trazendo. Era uma alegria e sempre foi bom, o pessoal vinha. Vinha de fora pra brincar. E no tempo passado a turma vinha lá pro engenho de puxado a boi pra comer rapadura, tomar caldo de cana, alfenim. Sempre teve alegria aqui. E hoje o pessoal tem alegria também, quando eu faço vaquejada aqui lota de gente que todo mundo feliz, até eles dizem que é tradição. Até uma renovação que fizer aqui, uma reza junta muita gente. São Joaquim é tradicional, é pra muito bom, ele é atraente. Porque o povo gosta dessa região (Entrevista, 12).

A natureza como meio ambiente histórico fez do Serrote do São Joaquim um espaço de memória e recordações (ASSMANN, 2021), que por meio da memória social reivindicada, nos é representado nas narrativas da tradição popular como um espaço natural que melhor pode ser aproveitado pela sua potencialidade, além de “pulmão do município”, o serrote é sem dúvida Patrimônio Natural de Cachoeira dos Índios, sendo literalmente o alto monumento de sua História.

Figura 37: Mosaico de registros fotográficos Serrote do São Joaquim.



Registros fotográficos mais antigos encontrados do Serrote do São Joaquim. Ao fundo, como paisagem para o cortejo fúnebre de José Vicente (Zé Quinhoa), em 1972. de Dona Josefa Vitalina (Dedé das Quinhoas).

Registro da cavalgada realizada nas festividades de São Francisco, no Distrito do Tambor. Ao fundo, a paisagem do Serrote do São Joaquim, na década de 80. Fonte: de Heleno Francisco Filho.



Registro fotográfico feita na pesquisa da Pedra da risada, estrada no Sítio Angical, em 2023. Registros fotográficos das pegadas de boi no mato, no Serrote do São Joaquim 2020. Fonte: Arquivo de Lorisvaldo Lima.

Registro Fotográfico da Capela do São Joaquim. Ao fundo, o Serrote como paisagem natural, em 2023. Fonte: Arquivos da Pesquisa.

4.3 PATRIMÔNIOS MATERIAIS

“Grande é a força da memória que reside no interior dos locais” – a frase de Cícero pode servir de impulso inicial para quem se questiona a respeito de uma força específica da memória e do poder vinculativo dos locais. O grande teórico da mnemotécnica romana tinha uma noção clara do significado dos locais para a construção da memória (...) O próprio Cícero cumpriu a passagem dos lugares da memória para os lugares da recordação quando descobriu, segundo sua própria experiência, que as impressões captadas em um cenário histórico são “mais vividas e atenciosas que outras assimiladas por ouvir ou pela leitura (ASSMANN, 2021, p 318).

O estudo dos patrimônios materiais se apresenta em inúmeras possibilidades, tamanho e sua capacidade de arcabouços teóricos arquivistas, perpassados ao longo da História como bens que de forma intencional, ou não, servem de vestígios para compreensão do passado no tempo presente. Dentro desta capacidade encontramos inúmeras intencionalidades para a sua preservação, seja pelo Estado em projetos nacionalistas, pelos interesses dos familiares em resguardar as peças pessoais dos seus ancestrais, cartas, fotografias, inventários e inúmeros outros exemplos possíveis (ASSMANN, 2021).

Muitos destes objetos abandonam seus espaços de origem e ganham novas representações e significados, os que sobrevivem ao tempo e são preservados, por destino ou intencionalidade, podem ocupar espaços de museus a serem contemplados em suas infinitas interpretações sobre o olhar do espectador (RAMOS, 2008). Um óculos, por exemplo, que para mim é essencial para que melhor enxergue o mundo, ao corrigir minha visão, cristalizando as imagens que são representadas na minha retina, talvez não obtenha o mesmo significado ou valor por mim atribuído, por outro sujeito, se um dia forem expostos em um espaço museal.

Ora, tenho plena convicção que os objetos particulares e familiares, assim como os edifícios são gatilhos de recordações e representações do passado, que nos ajudam a compreender a relação com o presente, são monumentos que precisam ser vivenciados pelas

gerações, e desta forma atribuir-lhes significados. Ora, se não conheço, não o vivencio, certamente não posso ser capaz de atribuir significado a estes patrimônios que são testemunhas silenciosas do passado, que muito podem revelar ao serem conhecidos e problematizados nos mais diversos espaços de recordação.

Desta forma, o projeto Akangatu, desenvolvido em Cachoeira dos Índios -PB, debruçou seus estudos e vivências históricas aos patrimônios materiais, que foram reivindicados e a partir do olhar problematizador dos estudantes, durante as formações em Educação Patrimonial, que passaram a compreender os bens materiais do seu município e decidiram aprender mais da História do lugar, reivindicando o que para eles eram patrimônios materiais. Fruto desta reivindicação, apresento inicialmente o inventário de dois patrimônios materiais escolhidos pelos estudantes: a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e o Museu Comunitário Histórico e Cultural das Famílias do Distrito Baixa Grande. Essas escolhas obviamente foram direcionadas pelos aspectos de espaços de recordação e de vivência dos alunos pesquisadores. Destaco que ao inventariar ambos os edifícios me afasto da ideia do patrimônio imóvel, procuro atribuir-lhes como espaço em movimento, vivos e vibrantes, onde as relações sociais e históricas acontecem, sendo responsáveis por atribuir-lhes significado e protagonismo singular na identidade do lugar, são vestígios reveladores dos costumes e tradições que constituem as condutas sociais dos cachoeirenses.

Essa população durante anos conviveu com a incerteza ou até mesmo a negação da presença indígena que nomeia o município, tais narrativas foram confrontadas com o levante da memória protagonizado por professor e alunos pesquisadores da E.E.E.I.F. Maria Cândido de Oliveira. Ao nos dispormos em realizar uma ação educacional em Ensino de História e Educação Patrimonial conseguimos, com a contribuição da História oral em coleta da memória social, transformar a negação em certeza histórica da presença indígena ancestral. Utilizando para isto um trabalho de investigação dos subsídios da Arqueologia, trilhamos os caminhos históricos escolares para revelar, por meio dos vestígios materiais, a presença indígena no lugar. O Ensino de História, realizado em uma escola municipal de Educação Básica, protagonizou o registro do 1º Sítio Arqueológico de Cachoeira dos Índios, convidando para realizar o registro e a catalogação junto ao IPHAN o Arqueólogo Juvandi dos Santos (UEPB), que o nomeou de Sítio Arqueológico Boa Fé, permitindo colocar os vestígios da arqueologia, à serviço da reconstrução da História do município.

O objeto de estudo da Arqueologia é o passado. O arqueólogo tem papel de unir os fatos, a memória daqueles que partiram, mas deixaram marcas indeléveis de sua passagem pelo planeta, como vestígios rupestres. (...) Um sítio é um pedaço do passado capaz de nos fornecer dados que elucidem o que ainda está obscuro e nos

forneça, ao menos parcialmente respostas para os nossos questionamentos (SANTOS, 2009, p. 39-40).

Após 61 anos de emancipação política, os cachoeirenses puderam ter a certeza que os povos indígenas não só nomeiam a cidade, como legitimam o seu topônimo, por meio do seu território um dia terem feito morada. Tal achado trouxe a conhecimento da população a existência de seu patrimônio material mais longo, imediatamente a seu registro torna-se um bem de relevância educacional e cultural para o país, conforme legislação vigente.⁴²

A descoberta arqueológica foi acompanhada com a autoestima elevada de sua gente, representada na fala do prefeito municipal, em entrevista à TV Diário do Sertão:

O prefeito de Cachoeira dos Índios, Allan Seixas, ressalta que a descoberta do sítio arqueológico é um reencontro do município com a sua história. “Esse é um momento muito importante para o nosso município, para a educação, para a cultura, está de parabéns. Nós nunca tivemos uma educação como essa. Agradecer ao professor Djalma e todo corpo de alunos e professores que se engajaram nesses achados aqui no nosso município. Hoje nós podemos dizer que Cachoeira dos Índios tem cachoeira e teve índios e provar que somos descendentes indígenas”, ressaltou o prefeito (FONTE TVDS, 2023).

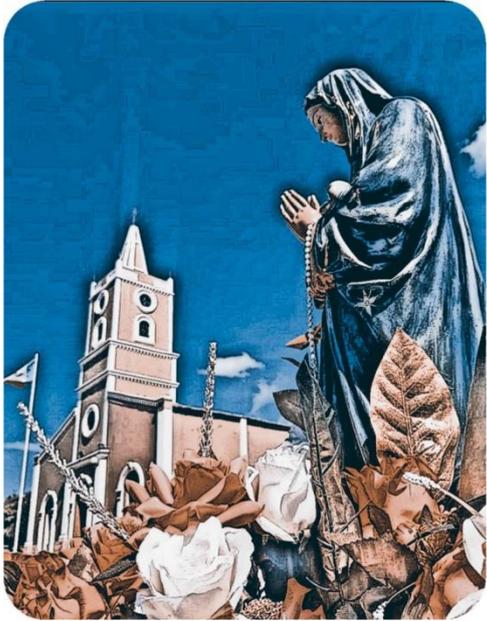
Não buscarei apresentar os motivos empíricos e ou historiográficos na fala do prefeito em exercício enquanto a ancestralidade indígena por anos silenciadas. Pois, levo em consideração o fato que: A fala foi proferida em uma entrevista durante a Exposição: *Achados para uma Cachoeira dos Índios-PB*, quando a população na praça Pe. Cícero, pela primeira vez, tinha contato com os vestígios indígenas encontrados. Os vestígios arqueológicos e os bens demais bens reivindicados e vivenciados, foram colocados para uma observação crítica e problematizadora do patrimônio Histórico-cultural cachoeirense. A fala do prefeito expressa talvez a certeza de que o nome do município não poderia mais ser usada de forma pejorativa como será apresentado a seguir, tendo em vista que dali em diante o gentílico cachoeirense tomaria sentido e significado, sendo historicamente justificado.

O Sítio Arqueológico Boa Fé coloca-se como monumento a ser também vivenciado, a princípio pelos discentes envolvidos na pesquisa e que estiveram presentes no momento histórico do registro, e ao decorrer dos estudos subsidiados neste trabalho, pelos demais munícipes, assim, deverá se colocar também à disposição da população, estudantes, professores e turistas (DANTAS, 2023). Agora, servindo como patrimônio histórico, assim como a Igreja Matriz e o Museu para a compreensão da História do lugar por meio das memórias e saberes históricos vivenciados e aqui inventariados.

⁴² Lei Nº 3.924, de 26 de Julho de 1961: Art 1º Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o art. 175 da Constituição Federal.

4.3.1 INVENTÁRIO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Quadro 6: Ficha catalográfica Igreja Matriz

 FICHA CATALOGRÁFICA	Denominação da expressão histórico cultural:	Patrimônio Material: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.
 <p>Fonte: Instagram da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Cachoeira dos Índios-PB</p>	Referência:	Histórica, Arquitetônica, Religiosa e Comunitária.
	Localização:	Av. Epitácio Pessoa - Cachoeira dos Índios, PB, 58935-000 Paróquia Nossa Senhora da Conceição.
	Proprietário:	Diocese de Cajazeiras, Bispo Diocesano V.Ex. ^a Rev.ma Dom Francisco de Sales Alencar Batista, pároco administrador o Exmo. Pe. Deusiamar Silva Gomes, durante o período da pesquisa.
	Situação de ocupação:	O terreno para a construção da capela foi doado em 1925 a Mitra diocesana de Cajazeiras, onde foi edificada a Igreja Matriz da Paróquia Nossa Senhora da Conceição criada por Decreto de acordo com o Direito Canônico desmembrando da Paróquia N.S de Fátima, Cajazeiras-PB em 1963.
Uso:	O templo é usado em celebrações católicas, o seu entorno é utilizado para a convivência social, realização de quermesses, pavilhões e suas escadas tornam-se, nos desfiles de 07 de setembro, arquibancadas para observação do cortejo cívico.	
Morfologia:	Arquitetura contemporânea, o edifício encontra-se em bom estado de conservação. No entanto, há um costume de modificações em suas características arquitetônicas ao longo do tempo. Tem área coberta, construída de aproximadamente 462m ² . Possui uma planta baixa retangular em conceito aberto, janelas e portas laterais, três portas centrais na fachada principal de entrada. Ao adentrar por baixo da torre do campanário (sino), o presbitério (altar), o sacrário à esquerda a pia baptismal; à direita, em meio a ilustrações sacras, o altar e as laterais do templo.	

Igreja de Nossa Senhora da Conceição

Compondo a relação urbanização-instituição eclesíastica de modo historicamente dinâmico e diversificado, verifica-se que a existência de uma capela, mesmo que não correspondesse a uma povoação com edificações e rede de relações locais visíveis, não podia significar ausência de um lugar estratégico – cruzamento de rotas, confluências de rios, passagens obrigatórias, fertilidade e salubridade locais, condições de acesso -, onde pousos e ranchos, esporadicamente, permitiam trocas e algum nível de sociabilidade (ANDRADE, p, 152, 2007).

A atual Igreja paroquial de Nossa Senhora da Conceição, com todo seu esplendor arquitetônico, é resultado do fortalecimento da fé católica e das vivências da comunidade com este edifício de devoção, vivência social e relações de poder, condutas sociais. O edifício de “pedra e cal”, transformou-se acompanhando o crescimento da população e seu progresso econômico para atender a religiosidade ao crescente aumento do número de fiéis que frequentavam o templo religioso. Na medida em que o lugar crescia e se urbanizava, a pequena capela inicialmente construída de tijolo cru, foi transformando sua arquitetura para proporcionar uma melhor acolhida aos fiéis, ampliando-se para melhor acomodá-los.

É preciso destacar a imponente Igreja Paroquial, de singular beleza arquitetônica, erguida e símbolo de uma população majoritariamente católica⁴³, que elegeu o edifício como o mais importante bem material do lugar, “(...) a maioria das pessoas cita a Igreja Matriz como a edificação mais antiga e considerada pela população o patrimônio arquitetônico mais importante” (GONÇALVES, 2013, p. 34).

A Igreja de N. S. da Conceição, mesmo tendo sido bastante modificada ao longo dos anos é símbolo das mudanças e permanências de um passado que se faz presente, na população de maioria católica, vem transmitindo os valores cristãos católicos, predominantes na cultura do lugar, que por gerações frequentam este espaço da memória religiosa, afetiva e familiar. É o principal templo de encontros católicos para a celebração das missas, das rezas dos terços e novenas, da aquisição dos sacramentos e dos leilões nas festas da padroeira, sendo, portanto, um campo de ações da História, e edifica-se como um lugar de memória (NORA, 1993).

Curiosamente, embora a Igreja Matriz de Nossa de Nossa Senhora da Conceição tenha ganhado tamanho significado e importância para a fé do lugar, ela não é a primeira edificação religiosa católica construída no município, o que contradiz a lógica do senso comum, muito alicerçada nas narrativas históricas sobre o processo de ocupação do Alto Sertão Paraibano, no

⁴³ Segundo o Censo IBGE 2010: Aproximadamente 98% da população cachoeirense é católica. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cachoeira-dos-indios/pesquisa/23/22107?tipo=ranking&indicador=22423>, acesso em 25 agosto 2023.

qual a capela simboliza a gênese de ocupação e desenvolvimento de uma comunidade. (DIAS, 2019, p.66).

O município de Cachoeira dos Índios se contrapõe ao fugir desta lógica de creditar à Igreja a proposta de monumento mais antigo do lugar, capaz de contar uma parte da História da ocupação territorial que se desenvolve ao seu entorno. Conforme a escuta atenta da memória social empreendida, os dados coletados apresentaram de imediato essa constatação: o primeiro templo edificado no município foi a Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada no Distrito do Balanço, que pela tradição oral começou a ser erguida em 1911, conforme registro a seguir:

A igreja matriz que não foi a primeira igreja a ser construída aqui no território de Cachoeira dos Índios. A primeira foi a igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro no distrito de Balanço, que foi construída em 1911. Portanto, mais de centenária, né? Agora, a igreja matriz ela foi construída no ano de 1922. Pertence à paróquia. Agora, claro que o pessoal da comunidade é que toma de conta, vamos falar uma linguagem popular. Mas pertence a paróquia; (...) (Entrevista 14).

A capela centenária do Balanço é símbolo de religiosidade do lugar, em um povoado rural que à época pertencia territorialmente ao município de Cajazeiras-PB, a uma distância considerável de deslocamento dos sacerdotes, que para celebrar enfrentavam os caminhos de terra, montados a cavalo, para que os fiéis das comunidades rurais, pudessem ter acesso aos cultos e rezas na própria localidade. Custearam a construção para que não fossem eles obrigados a se deslocarem para cumprir as obrigações religiosas na Igreja de Nossa Senhora da Piedade, na sede da paróquia, o templo passava a ser o lugar de fé e de encontro das pessoas do Distrito do Balanço.

Durante a pesquisa não encontrei registros nos livros de tombo da Diocese de Cajazeiras, sobre a arquitetura da construção, nem do processo de construção da capela do Balanço. No entanto, o início da obra pode ser marcado pelo registro de doação pela Escritura Pública de doação lavrada em 13 de dezembro de 1921, no Livro de Registro de Imóveis, realizado pelo Tabelião Serafim Valdomiro de Albuquerque.

Escritura pública de doação de um imóvel que nota foi (ilegível), Manoel Francisco de Jesus, e sua mulher Dona Maria Almeida de Jesus, como adiante se vê. Saibam quanto que esta escritura pública de doação no âmbito do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos e vinte um a quatorze dias do mês de Dezembro, no Sítio Balanço do Cipó, (...) assim possuídas dita terras fossem doação de oitenta braças de terra em quadro no aludido Sítio balanço, (...) dentro da supracitada oitocentas braças de terra que fica limitados pelo modo seguinte: ao nascente pela estrada que vai para o cariri, ao poente norte e sul pelos balizas de pedras para a memória, a quem está doação faziam (...) a Ex. Min. Da Diocese de Cajazeiras (Arquivos da Diocese de Cajazeiras-PB).

Os registros da memória social coletados, somados ao registro de doação do terreno apontam para o mesmo recorte histórico temporal da doação e construção do templo, que embora seja o primeiro a ser construído no município hoje constituído, não conseguiu se manter como referência principal da religiosidade dos cachoeirenses.

Neste sentido, o que traz particularidade à História da Igreja de Nossa Senhora da Conceição é explicado por Francisco Andrade. Segundo o historiador, as capelas nem sempre conseguem, quando erguidas no sertão, tornarem-se peça central no espaço de constituição urbana, o processo para isto ocorrer é dinâmico e pode ter como variáveis a localização, produção de riquezas, rota estratégica (ANDRADE, 2007). Não podendo deixar de destacar a importância da Capela do Balanço como ponto de passagem para o Cariri cearense, no período.

Justamente na época em que o Cariri cearense iniciava o processo de romarias, Cachoeira dos Índios tornava-se rota de passagem dos romeiros da Paraíba, do Norte do Ceará e do Rio Grande do Norte a caminho do Juazeiro do “Padim Padre Ciço”. O município passava a tornar-se lugar de encontrar abrigo para “ranchar” e assim em oração recuperar forças para continuar a jornada de fé, em busca das bênçãos do Padre Cícero. O terreno onde se construiu a capela do Balanço estava estrategicamente localizado na “estrada que vai ao Cariri”, confirmando a vocação que o lugar adquiria com o fenômeno migratório das romarias a Juazeiro do Norte, para servir de abrigo aos fiéis.

Neste período, ocorria no Juazeiro um movimento dos romeiros em apoio a Pe. Cícero, contra a querela empregada pela Diocese do Crato, em dificultar o término da construção e se recusar abençoar a capela onde estavam enterradas pessoas próximas ao Padre. Sendo lá o lugar escolhido por ele para seu repouso eterno, a hoje Capela de N.S. Perpétuo Socorro no cemitério do Juazeiro do Norte - CE foi invadida pelos romeiros, em uma afronta às ordens diocesanas em 1921 (OLIVEIRA, 1979).

Cinco dias após o motim em Juazeiro do Norte, a família Jesus faz a doação do terreno para construção da capela do Balanço, às margens da estrada que levava ao Cariri cearense, em devoção a N. S. do Perpétuo Socorro, apontando fortes indícios entre o ocorrido e a vontade da família em se compadecer dos romeiros e do Pe. Cícero Romão, aqueles que encontrariam ali acolhimento e pouso, se sentindo mais próximos do destino que almejavam, podendo rezar sem ameaça de repressão.

A capela do Distrito do Balanço em muito contribuiu para a consolidação da Igreja Católica, como fiadora da fé na cidade de Cachoeira dos Índios, das quais seu pioneirismo foi basilar para o estímulo de outras comunidades rurais edificarem suas capelas, a exemplo do que

veio a ocorrer alguns anos depois no Sítio Catingueira, com a construção da capela que hoje dá lugar à Igreja Matriz.

A maioria das cidades possui igrejas ou capelas construídas por doação a um santo ou por alguma promessa, quando não foram construídas dessa forma, foram erguidas junto com a cidade já que toda cidade devia possuir uma igreja local em que a população se encontrava para assistir à missa, conversar, (...) e local em que as moças e rapazes se encontravam (GONÇALVES, 2013, p. 39).

Assim, é comum observar no município de Cachoeira dos Índios, ao longo do seu território, que as capelas acabam por influenciar no povoamento e construção de casas, formação de vilas e distritos, que crescem rodeando os templos católicos. Iniciado pela comunidade rural do Balanço, este processo sem dúvidas influenciou a construção do Patrimônio Histórico religioso: a hoje Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, que teve início com a pequena capela no coração do Sítio Catingueira. O terreno para sua edificação foi doado, e desde então, tornou-se espaço de encontros usado pela comunidade, em reuniões públicas de profecia de fé, influenciadas pelo desfecho da experiência exitosa do trabalho comunitário do Sítio Balanço.

Segundo a tradição oral, a doação do terreno era uma máxima, não era usual a compra de pedaços de terras pela Diocese para construção de templos. A Igreja Católica se valia das doações dos fiéis devotos benfeitores que também contribuía e trabalhavam na construção dos templos. Na ocasião da construção da capela do Sítio Catingueira, a coleta da História Oral apontava que a bem feitora Maria Madalena do Amor Divino teria sido a responsável pela doação do terreno, o que foi respaldado por Edgley Oliveira, que assim disserta: “(...) em 1920, foi erigida a primeira capela do lugar, cujo patrimônio foi doado pela viúva de Manoel Cândido. Depois de reformas e ampliações, tornou-se a Igreja Matriz dos nossos tempos.”⁴⁴

No entanto, por meio de uma busca, com rigor às exigências historiográficas, foi possível encontrar em documentos de registros de imóveis que a doação do terreno, onde hoje está edificada a Igreja Paroquial, na verdade, não foi somente feita pela Sr.^a Maria Madalena do Amor Divino, e sim em comunhão com o casal Francisco Faustino de Sousa e sua esposa Joana Vicência da Conceição, em terras provenientes de espólios, apresentando assim uma nova constatação histórica. Na Escritura pública, lavrada em 25 de maio de 1925, para a edificação do templo, o terreno foi fruto da doação desses três fiéis católicos beneméritos à Diocese de Cajazeiras – PB.

REGISTRO DE IMÓVEIS

⁴⁴ Curiosidades no site da prefeitura de Cachoeira dos Índios, Disponível em: <https://www.cachoeiradosindios.pb.gov.br/omunicipio.php>, acesso em: 26 ago 2023

Ano____. Transcrição das Transmissões livro 3 N ____

N. de ordem: 3933

DATA: 03 de Abril de 1945

CIRCUNSCRIÇÃO: Município de Cajazeiras

Denominação ou rua e número: Um quadro de terra no sitio Catingueira desta Comarca

Característico e confrontações: Um Quadro de terra no sitio Catingueira, data do Carcaré do termo de Cajazeiras, contendo de norte a sul trinta braço com doze e meia braços de nascente a poente, havido dito a quadra de terra a primeira doadora na meiação do por falecimento de seu marido Manuel Candido de Oliveira e os Segundos doadores por herança de seus pais e sogros Faustino de Sousa Rolim e a sua mulher Avelina Maria da Conceição.

Nome, domicilio e profissão do adquirente: Mitra Diocesana representada pelo Padre Aldoniso Vilar e apresentada para registro pelo Padre Vicente Freitas-Vigário

Nome, domicilio e profissão do transmitente: Maria Candido do Amor Divino, Cicero Faustino de Sousa e sai mulher Joana Vicência da Conceição, residentes no sitio Catingueira, desta Comarca.

Título: Doação

Forma do título data e serventuário: Escritura Pública de doação lavrada pelo Tabelião Interino José Lacerda Cartaxo em 25 de Maio de 1925.

Valor do Contrato: CR\$ 10,00 em 03 de Abril de 1945, Crotildes Holanda (Fonte: Cartório Antônio Holanda, Livro de Registro de Imóveis 03 F,1945, p.51)

É importante destacar que nos documentos oficiais constata-se o ano 1925 no registro da doação do terreno, e não de construção da capela. Na análise dos documentos da época, havia o detalhamento da doação. Para terrenos sem construções, se detalhava o imóvel em dimensões do terreno, quando a doação do terreno detinha áreas construídas, detalhava-se suas características arquitetônicas, se eram de tijolos, coberta por telhas ou se a construção era de taipa, descrevia-se a presença de cacimbões, açudes plantios de algodão e reserva de madeira. (Cartório Antônio Holanda, Livro de Registro de Imóvel 03, 1957, p. 89). As descrições no ato da escritura lavrada apontam para que o início das obras de construção da capela deve ter começado só após a doação do terreno à Diocese.

Por outro lado, para a tradição oral, as obras que elevaram a construção da capela no Sítio Catingueira teriam sido iniciadas em 1922, quando da ocasião da vinda à comunidade do Exmo. Monsenhor o Cônego Constantino da Costa, lá, território eclesiástico do Paróquia de Nossa Senhora da Soledade⁴⁵, teve tal visita por convite para celebração da missa na

⁴⁵ Arquivos da Diocese de Cajazeiras de dezembro de 1921.

comunidade rural, realizado pelos moradores do lugar, João Cândido de Oliveira e Cícero Faustino.

(...) veio celebrar uma missa no Sítio Catingueira, que ficava a 18 km da sede, após a missa, o Padre vendo um bom número de pessoas presentes, incentivou os fiéis que deveriam ser construída uma capela. No final do ano (1922), a capela estava construída; data que corresponde ao episcopado de Dom Moisés na Diocese de Cajazeiras e pontificado de Pio XI (CACHOEIRA DOS ÍNDIOS).

Da primeira edificação da capela de Nossa senhora da Conceição, pouco se conseguiu preservar, toda a sua arquitetura foi modificada, o que se sabe é que foi empregada na sua primeira construção materiais de construção encontrados na própria localidade, sendo erguida inicialmente em tijolo cru. Não localizei pessoas vivas capazes de descrever com precisão a edificação. No entanto, a memória social transmitida mantém as lembranças deste patrimônio material.

E eu não alcancei a constituição dela, não, né? Mas muito importante pra a cidade aqui sempre foi a igreja. Ainda hoje, é... eles juntam muitas missões, chamam de missões, né? Até Frei Damiano veio muitas missões em Cachoeira dos Índios e viam gente de todas as partes. E era a igreja quem trazia ele pra cá. Agora, ela tinha uma torre pequena, né? Era pequenininha, aquelas bem antiga mesmo (...) E o pessoal assistia a missa, não cabia todo mundo lá dentro. (...) Mas era bem antiga, bem bonita. O piso era de mosaico, chamava de mosaico. Lembro da Cerâmica era mais ou menos três cores, né? (Entrevista 03).

Nas representações do tempo, ao ser entrevistado, este cachoeirense assim o descreve:

E no caso hoje é a igreja matriz, ela foi construída em 1922, no entanto, só passou a ser paróquia em 1963. (...) foi (**construída**) a própria mão de obra local mesmo, porque imagina aí em 1922. Acho que nem engenheiro existia ainda. Mas é como acontece nas zonas rurais, é a própria comunidade que constrói. Aí com o passar do tempo vai aparecendo reformas. Tendo melhoramentos, né? Na igreja. É claro que quando essa capela foi construída, certamente eu nunca vi fotos. Talvez nem tenha. Quem sabe se alguém não tem foto de quando ela foi construída, pelo menos alguns anos depois, né? Que em 1922 não sei nem se tinha como tirar foto (Entrevista 14, grifo do autor).

Como já discutido anteriormente, as capelas eram além de um símbolo religioso. Suas presenças demarcavam as relações de poder e de prosperidade econômica do lugar, quando “(...) um ou vários fazendeiros cediam uma porção de terreno que, além de abrigar o edifício, destinava-se a gerar receitas para sua manutenção. Estes doadores eram os padroeiros da capela e tinham direito a diversas honrarias: lugar reservado durante as cerimônias, missas e preces especiais” (FONSECA, 2011, p. 111). Ao tempo que estimulava o comércio e a ocupação territorial em torno do edifício representavam a fé e o poder dos líderes locais.

Quando uma família doava terras para a Igreja, seja por razões econômicas, políticas e principalmente por promessas aos santos de devoção - muitas vezes registrado em seus sobrenomes -, indicava a santa ou o santo padroeiro do templo a ser construído, seguindo a

lógica da tradição presente no Nordeste brasileiro entre os séculos XVIII e XX (FILHO, 2012). Com base nos estudos apresentados de José Filho, atribuo à doadora Joana Vicência da Conceição, filha de Avelina Maria da Conceição e a forte influência de Maria Cândido do Amor Divino, três mulheres sertanejas matriarcas da fé católica dos cachoeirenses como as protagonistas da escolha da Imaculada Conceição, como santa padroeira da capela.

Com certeza as pessoas da família Cândido, que doaram o terreno, eram devotas de Nossa Senhora da Conceição. Como também, é lá com o sítio Boa Fé, tem uma capela de Nossa Senhora da Conceição, que era de Dona Terta da família Leite-Rolim, né? Que era muito devota de Nossa Senhora da Conceição, por sinal até eu acho que tem uma coroa aqui na Igreja Matriz de ouro doado por ela, porque ela é uma pessoa muito tradicional, rica aqui na nossa cidade. Então, as pessoas que doaram terreno da família Cândido, Manoel Cândido de Oliveira e Maria Madalena do Amor Divino, que é hoje conhecida como Maria Cândido de Oliveira, com certeza, principalmente ela, era uma pessoa muito religiosa e era devota de Nossa Senhora da Conceição. Por isso que colocaram o nome da paróquia de Nossa Senhora da Conceição (Entrevista, 26).

Sendo doado o terreno e escolhida a padroeira, inicia-se os trabalhos da construção original da Igreja Matriz. Logo, o templo torna-se também símbolo e testemunho da passagem do tempo, na medida que necessitou acompanhar o progresso do lugar, foi crescendo em tamanho para acomodar o aumento do número de fiéis a cada inverno, estes por sua vez, foram também importantes nos financiamentos comunitários de arrecadação de recursos, para que o prédio atendesse as necessidades dos devotos de Nossa Senhora da Conceição.

Porque a partir daí o crescimento ele é total, né? Então se cresce, o pessoal que vai pra a igreja o comércio também cresce. Porque as pessoas vinham pra o domingo aqui pra igreja e vinham de bicicleta. Então ao redor da igreja todinha, nas praças, era todas ou bicicletas ou animais amarrados em algumas áreas. Então vinha muita gente. Então o pessoal que vinha acabava que consumindo, comprando alguma coisa, né? (Entrevista 03).

Segundo a tradição oral, a Igreja Matriz passou por três grandes reformas. Da edificação original apenas o terreno permanece o mesmo, sendo ampliada nas reformas seguintes, passando por transformações arquitetônicas que marcaram a memória social da comunidade. Símbolo desse crescimento e do progresso do lugar, foi a edificação da torre do campanário (torre do sino) da capela que se ampliava, ganhando com suas badaladas vida ao ditar os avisos para a comunidade.

(...) Agora, talvez (o sino) não tivesse no início, quando foi feita a capela, né? Que foi doada... doado o terreno pelos Cândidos, talvez não tivesse a torre. Mas depois, mais pra frente, é que fizeram a torre, né? Mas, é, a torre era antes ficava por fora, agora tá por dentro. Mas a torre sempre teve aí tá com uns 30, 40, 50 anos, sempre teve aquela torre (Entrevista, 26).

Quando ela foi construída, pelo menos alguns anos depois, né? Que em 1922 não sei nem se tinha como tirar foto, né? Mas, depois ela passou por várias reformas, por várias ampliações. Por exemplo, a torre. A torre, ela foi construída depois, nos anos 50, na década de 50 é que a torre foi construída. Ela era menor. Ela era menor. Ela foi ampliada, foi aumentada, digamos assim, é na década de 80, no início (Entrevista, 14).

A construção da torre imponente na sacada da sua fachada de entrada marca a transição da antiga capela para torná-la Igreja, motivo de orgulho para os fiéis, pois é ao seu entorno que Cachoeira dos Índios caminhava a tornar-se município emancipado, a cada nova reforma apresentava-se como sinal de que a cidade estava a se desenvolver.

Já na segunda reforma, para além da implementação do campanário deu sua constituição arquitetônica em planta baixa em formato de cruz, símbolo do cristão católico, sendo abraçada na estrutura com paredes largas em tijolos crus, janelas estreitas, altar simples, todas essas descrições só são possíveis graças à memória dos cachoeirenses. Não existe nos acervos da Diocese registro de projeto arquitetônico das mudanças e reformas. De todo modo, a população guarda a memória afetiva dessas mudanças e da influência dos sacerdotes na vida comunitária.

Na década de 60 teve uma onda aqui dos padres da Itália, aí vieram muitos padres da Itália. E aqui, na década de 60, chegou um padre por nome de Mauro Carli, que ele deu uma contribuição muito grande ao patrimônio da paróquia. É claro que eu não recordo da torre, porque isso foi década de 50. Mas é possível, né? Ter algumas pessoas que recordam, as pessoas mais idosas vão ... vão recordar, né? (Entrevista, 14).

Lembro, era tipo arte bizantina, né? Aqueles arco e aquelas, imagens que eles faziam lá. Eu acho que, se brincar, eu acho que tinha uma obra de Aleijadinho aqui, né? É só lembrança que eu tenho. Mas era bem antiga, bem bonita. O piso era de mosaico, chamava de mosaico. Lembro, dos mosaicos que formavam triângulos, quatro triângulos no meio (**piso**). Eram três portas e janelas bem fininhas e bem compridas, que elas existiam. Portas grandes mesmo, madeira. A última porta dela, depois da reforma, acho que a porta tinha mais de 100 anos. Mais de 100 anos, né? Quando fizeram a segunda reforma, as portas laterais, tudo em ângulos, tipo arco. Não era porta quadrada até em cima, não. Era tipo arco e fininha, bem alta (Entrevista, 03).

As mudanças nas suas características arquitetônicas vão ser justificadas quando a Igreja de Nossa Senhora da Conceição é elevada à condição de Matriz, e torna-se, com as bençãos do bispado de Dom Zacarias Rolim de Moura, sede da paróquia que leva o nome da santa padroeira, unindo todas as capelas exigentes no território de Cachoeira dos Índios sob a administração paroquial em 1963.

A partir daquela data os católicos do município tiveram suas necessidades aceitas de poder conduzir o trabalho pastoral com a presença permanente de um vigário para conduzir a fé católica do lugar, que logo se ocuparia de ampliar e reformar a casa da Virgem da Conceição, para melhor receber os fiéis, na medida em que a presença da comunidade se ampliava nos eventos e nas celebrações paroquiais (LIVRO DE TOMBO PAROQUIAL, 1963).

Assim, a Igreja tem sua história narrada e retratada pela memória social, em documentos e registros fotográficos da época. Após tornar-se paróquia, manteve o mesmo formato da planta baixa, as portas e janelas altas e estreitas até a década de 80, quando vai

passar por mais uma reforma de ampliação. Nesta ocasião, o templo perderia sua planta baixa em formato de cruz e se ampliaria, colocando a torre da área externa para interna da assembleia onde rezam os fiéis nas celebrações, passando a ter formato retangular da atualidade. Esta última reforma de ampliação testemunhou um acidente com vítimas fatais que chocou a população do lugar naquele período.

O pessoal pediu a parede, né? Pra tirar. Aí o padre não queria dar, mas devido eles querer pra construir casa, né? O padre deu, mas que tivessem cuidado. Mas eles foram, e em vez de tirar de cima, né? Eles foram cortar a parede por baixo. (**A parede**) era grossa, eu acho. Que a parede caiu, foi onde eles morreram. Ah, foi um alvoroço muito grande, né? É porque ver pessoas assim que nunca tinha visto, né? Morreu em um acidente com essas três pessoas, quatro com o que ficou ferido (Entrevista, 20, grifo do autor).

A tragédia marcou a cidade e a História da Igreja Matriz, e é constantemente lembrada em missas e celebrações das memórias dos que deram a vida para a melhoria das condições de culto para a comunidade.

Essa fatalidade aconteceu, é. devido eles querer entregar a obra rápida. Então, em desmanchar aquelas paredes muito larga, muito pesada, né? Apesar de não ter concreto. Eles começam a demolir, né? Manualmente, não derrubando tijolo por tijolo. E eles começavam a cavar embaixo da parede, pra puxar com a corda e derrubar a parede. E depois separar os tijolos, do reboco. E numa dessas paredes deu certo, né? Parede muito longa, muito pesada e muito alta, né? Mas na segunda parede que eles foram derrubar não deu certo, porque quando eles foram pra puxar a corda a parede veio antes deles puxarem. (...) Três, trabalhava como servente de obra lá e acabou que morrendo. Marcou, foi muito sofrido aqui pra algumas famílias, né? Era tudo conhecido, era quase que todos uma família só. Dessa relação de família misturada, Cândido com Guedes, Guedes com Moreira. Foi muito triste. Foi um mês aí bem triste mesmo, viu? Até mesmo ficou de luto, né? A igreja ficou de luto. Apesar de tá em construção, parece que pararam uma semana pra poder investigar, né? O acidente dessa obra (Entrevista, 03).

Passado o luto, as obras continuaram e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição ganhou suas formas arquitetônicas atuais, erguida em tijolos e colunas de concreto armado. As reformas que se seguiram foram pra melhoramento ou adequações internas, com a ampliação da área para a secretaria e sacristia por trás do altar, e na área externa doação do terreno para melhorias urbanas e paisagísticas do seu entorno pela prefeitura municipal, que acompanhou seu crescimento (ANDRADE, 1976).

Tanto no interior do templo, como no seu entorno, acontecem as vivências religiosas e sociais, desde a pedra fundamental de 1925, com as bênçãos de Nossa Senhora da Conceição, a comunidade se relaciona com o edifício, cabendo à comunidade o trabalho de manutenção e melhorias para que ela esteja de pé. Para adquirir recursos para esta finalidade, as celebrações são momentos que ao mesmo tempo encontra-se com o sagrado, bem como edifica-se como maneira de arrecadação de recursos para as melhorias estruturais, que foram conquistadas ao longo dos anos, por meio das ofertas dos fiéis.

São nas tradicionais festas religiosas nos “tempos fortes da fé” que a comunidade se colocou e continua a se colocar diante de Deus e permitindo que a Igreja Matriz testemunhe junto com os fiéis as construções de memórias que narram sua história. O templo vem testemunhando casamentos, batizados, missas, novenas e terços, ou seja, é monumento vivo a serviço dos cachoeirenses nas suas relações de fé e sociabilidade.

Assim, junto a esse patrimônio material dos cachoeirenses, estes esperam anualmente em júbilo pelo mês de maio – o mês mariano – tem-se a tradicional festa de padroeira, esta possibilita a realização das atividades responsáveis pela aquisição de recursos para as reformas de ampliação e manutenção da paróquia.

A igreja matriz é a relação física em si, né? É ótima, eu considero ótimo. Porque é bem ventilada e arejada, bem cuidada. E quanto o outro aspecto, ela é uma igreja participativa da comunidade nos eventos da igreja, nos tempos mais forte a igreja faz festas pra adquirir dinheiro, que é o jeito que a gente tem, porque a nossa cidade é pobre e nem todo mundo dá dízimo. Pronto, como mudanças, foi mudança de pintar bancos, mudar, colocar câmara e diversas coisas que a gente trabalha em prol disso, para o bem comum. Não é só pra igreja, mas é pra aqueles que vão, pra aqueles que participam (Entrevista, 20).

No mês de maio a comunidade celebra o mês de Maria, mãe de Jesus Cristo, com missas, renovações, terços e a tão esperada coroação da imagem de Nossa Senhora de Fátima.

As principais festas, vamos dizer, começa no mês de maio, certo? No mês Mariano, que tem as renovações e durante os 31 dias. Tem as renovações todas as noites, né? E depois faz na lateral da igreja as quermesses, que é prol do pessoal vender comidas típica, né? Durante as novenas e no final no dia 31 tem a coroação. Então, colocam, aquelas crianças para ser anjo pra ser anjo E aí eles vão trabalhar, arrecadar dinheiro do município com outros fiéis e aquelas pessoas que colocaram mais dinheiro nos envelopes, aquela criança, é ela quem vai coroar a imagem de Nossa Senhora no último dia do mês maio, 31 de maio (Entrevista, 26).

São nas celebrações religiosas que o patrimônio é vivenciado por gerações, os mais jovens são levados à igreja para repetir a tradição de seus pais, ser anjo é para além da representatividade religiosa, e sem dúvidas também a transmissão de valores da cultura católica do lugar, que se evidencia nas raízes da Festa da Padroeira, Nossa Senhora da Conceição que tradicionalmente acontece nos dois últimos meses de cada ano.

Olha, a festa começa no dia 28 de novembro e termina no dia 8 de dezembro. Tem a parte religiosa, que consiste em ter missas todas as noites. Cada noitada é de uma comunidade, na noite das Marimbas. Então é uma forma da comunidade vim a igreja matriz. Hoje é noitada da comunidade de Tambor. É uma forma de a comunidade de Tambor vim a matriz. E no dia, da padroeira, aí se convida todas as comunidades rurais pra que tragam as bandeiras de suas igrejas. Que traga as imagens dos seus dos seus padroeiros. Agora na parte social, aí tem o jantar confraternização, tem o desfile das crianças que arrecadar mais dinheiro e coroa a imagem de Nossa Senhora. Tem barracas todas as noites no pavilhão da igreja. Tem atrações que vem de fora, atrações culturais que vem de fora. Tem música ao vivo. Então, tirou uma coisa, mas incrementou outras (Entrevista, 14).

Para realizar os encontros da comunidade para a praticar a religiosidade, as pessoas utilizam do espaço da Igreja Matriz para promover também a sociabilidade, o patrimônio material edificado só toma sentido pela vivência, como afirma a historiadora Rosemere Santana “Assim, os espaços oficiais para encontros e ostentações econômicas eram as festas e as reuniões sociais. As festas da padroeira, as missas e os eventos programados pela Igreja, como a Semana Santa, eram exemplos destes espaços.” (2013, p. 156). Também facilmente compreendido pela comunidade.

A igreja sempre foi assim. Ainda hoje tem o catecismo. Mas, é mais baseado na religião do catolicismo. Agora assim, não é mais disciplinar como era antes. Mas ainda passa uma disciplina. Ah, aqui a gente tem, ainda hoje tem um sítio chamado Baixa Grande. Quando disse que tem um casamento de igreja a festa é grande, né? Então são muitos convidados e pra época sempre teve só mesmo casamento católico. Então a gente ainda hoje tem casais que só são casados na igreja, não é? E não é casado nem em comunhão estável nem muito menos no civil. Então a igreja interferiu muito na sociedade. (...) Era, aí eram nessas festas onde mostrava quem tinha poder e quem não tinha, né? Quem tinha dinheiro e quem não tinha. Então tinha festa de barracas. Dividia em duas barracas grandes, com duas cores (**pastoril**). Aí, essas duas cores disputavam quem mais arrematava galinha. Com isso quem acabava ganhando era a igreja, que o dinheiro ia pra reforma, pra manutenção da igreja, né? (Entrevista, 03, grifo do autor).

A manutenção das tradições ao entorno e no interior do templo colocam a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição como bem histórico do lugar. Por ser um lugar de intercessão das comunidades urbanas e rurais, de testemunho do desenvolvimento econômico, político e social, a cada nova reconstrução o templo é espaço de memória, de encontro do sagrado e do profano nas festas de padroeira, esta promove o enlace das gerações que tem a Igreja como fonte da vivência.

As tradições familiares são ali transmitidas. Pelo catecismo se aprende os dogmas do catolicismo, as condutas morais e de sociabilidade, como as disputas de poder e prestígio entrelaçados nas festas da padroeira, as pessoas esperam a cada ano para saber quem vai coroar a imagem de Nossa Senhora da Conceição, assim o anjo vitorioso contribui com recursos para a preservação e manutenção também do templo que é coroado como Patrimônio Material de Cachoeira dos Índios.

Figura 38: Mosaico de registros fotográficos da Igreja Matriz.



Construção da torre da Igreja na década de 1960. Na foto, da esquerda para à direita, Bosco Cândido, Antônio Cândido, Expedito Cândido e Egídio Ricarte de Alencar. Fonte: Jone Cândido.



Cartão Postal com a imagem do interior da Igreja Matriz (fotografia de Odair fotografias), enviado a Edgley pelo Pe. Janduí Alves em 12 de fevereiro de 2006. Fonte: Arquivo Pessoal de Edgley.



Foto da Igreja e da praça central em 1976. Fonte: ANDRADE, (1976, p. 144).



Coroação da imagem de Nossa Senhora da Conceição, pelos anjos. Tendo à frente o Pe. Walter Anacleto, em 2018. Fonte: Arquivo pessoal Prof. Odair.



Registro atual da Igreja Matriz de Cachoeira dos Índios-PB. Fonte: Edgley Oliveira, 2023.

4.3.2 INVENTÁRIO DO MUSEU DA BAIXA GRANDE

Quadro 7: Ficha catalográfica Museu da Baixa Grande

 <p>FICHA CATALOGRÁFICA</p>	<p>Denominação do bem:</p>	<p>Patrimônio Material: Museu Comunitário Histórico e Cultural das Famílias do Distrito Baixa Grande</p>
 <p>Fonte: Arquivo pessoal, Djalma Dantas.</p>	<p>Referência:</p>	<p>Histórica, Cultural e Comunitária.</p>
	<p>Localização:</p>	<p>Vila Rica, Distrito Baixa Grande, zona rural de Cachoeira dos Índios, S/N.</p>
	<p>Proprietário:</p>	<p>Propriedade Comunitária, representante legal no período da pesquisa: José Altair Pereira Dantas.</p>
	<p>Situação de ocupação:</p>	<p>Ocupação em terreno de usufruto comunitário, passando ainda por processo de regularização de título de propriedade, tendo o terreno sido doado de forma verbal, necessitando ainda de regularização de escritura pública, permitindo-se a posse para construção do edifício, conforme preceitos da legislação vigente.</p>
<p>Uso:</p>	<p>Espaço destinado para a exposição de objetos de valor histórico para a comunidade, realização de curso de capacitação cultural e artesanato, destinado a receber visitantes para conhecer, por meio da sua exposição permanente, a História e cultura do lugar.</p>	
<p>Morfologia:</p>	<p>Arquitetura contemporânea em concreto armado, estando em bom estado de conservação, percebe-se um potencial de conservação e uso por longo período para a comunidades e visitantes, tendo 200m² de área construída e coberta. Em seu acervo apresenta em cada peça a passagem da história das famílias da comunidade, relacionando trabalho, religiosidade, cultura, artesanato, agricultura e relações sociais da comunidade rural que representa.</p>	

Museu Comunitário Histórico e Cultural das Famílias do Distrito Baixa Grande

Os museus estão entre as instituições mais antigas da humanidade; são instituições que viajaram pelos tempos, que podem melhorar o presente e influenciar o futuro, através das reflexões que operam como lugares de representação, como polos educativos, geradores e disseminadores de conhecimento, promotores de cidadania, que valorizam as identidades culturais em suas formas de expressão cotidiana, ritual e material. (...) Museus são locais de memória, são responsáveis pela preservação do patrimônio, entendendo-se essa atividade como prática social constitutiva da dinâmica cultural de nossas sociedades (FABBRI, 2011, p. 50).

Assim como nos apresenta Angélica Fabbri, acredito que os museus são lugares de conhecimento de ligação para as reflexões do presente com o passado, fruto de uma construção social que busca retratar a dinâmica das sociedades ao longo do tempo. Em seus acervos, encontramos objetos de exposição, desde fotografias, pinturas, ferramentas de trabalho ou peças de vestuário, são como testemunhas das mudanças culturais.

Os museus são frutos de uma intencionalidade de quem os erguem enquanto instituição para a salvaguarda da memória, a princípio pensados pela força dos grupos dominantes, para as elites “(...) à ideia de museus templos da nacionalidade, com ênfase pedagógica, valorização da história política e culto aos heróis, ainda fortemente relacionados a episódios e figuras de nossa história, em particular de nosso estado” (FABBRI, 2011, p. 54). Estes desenhados voltados à exaltação de grandes heróis, escolhidos pelos grupos dominantes nos ditos grandes museus, na sua grande maioria custeados pelo Estado.

Na contramão desse pensamento, por meio de um movimento social e comunitário de reconhecimento, sentimento de pertencimento e vínculo cultural, emerge na década de 90, na zona rural de Cachoeira dos Índios-PB no Distrito de Baixa Grande, um grupo de jovens visionários empenhados em promover ações religiosas e culturais, unindo fé, determinação e força de trabalho. Fundaram o Grupo JUNAC (Jovens Unidos no Amor de Cristo), passando a promover ações de arte, lazer e cultura, a partir do evangelismo católico (DANTAS, 2016).

Com este espírito comunitário, gradativamente, fizeram a comunidade ser reconhecida a cada reunião que realizavam na Capela do Divino Espírito Santo, como referência cultural e de organização social por todo o município, símbolo dessa mobilização foi a fundação da Associação Comunitária e construção do prédio que lhe abrigaria, de forma solidária e cooperativa, pretendendo fortalecer as lutas culturais e também estruturais que a comunidade está inserida.

A Associação Comunitária Valdecir Barreto Santiago Trabalhadores Rurais da Baixa Grande é fundada em 1995 (RECEITA FEDERAL)⁴⁶ nasce como uma instituição que luta, principalmente, por direitos sociais, entendendo o sentimento dos movimentos de sua origem, na proposta de ser um meio de fomento à cultura, e a arte como um direito social e desejo coletivo.

Desta forma, organizados e representados também pela associação o JUNAC, continua suas atividades adentrando no século XXI, movimentando a localidade com atividades educacionais, palestras, encontros de oração, apresentações da via sacra, quadrilhas juninas, ergueram a associação comunitária, fruto do trabalho de uma geração de jovens que conseguiu atrair o interesse de toda a comunidade. Confirmando sua vocação inovadora realizou-se o Baixa Grande em Ação com o projeto RESEC (Religião, Educação, Saúde, Esporte e Cultura) em setembro de 2006.

Em todas as ocasiões juntos enfrentaram os desafios, e aos poucos com o respeito conquistado foram colocando gradativamente suas propostas em prática, exemplo disso é que do RESEC surge a ideia embrionária da “Exposição dos saberes e sabores de Baixa Grande”, (FONTE: ARQUIVOS DO MUSEU) utilizando o terreiro da Capela para apresentar todo o potencial cultural e histórico da comunidade. Utensílios domésticos e de trabalho, o uso do pilão como ferramenta para o tradicional mungunzá que é para comunidade uma comida típica que muito bem representa o campesinato do lugar. Naquela ação e momento plantava-se a semente do que viria a ser um museu comunitário.

Após mais uma festa de padroeiro, momento de unir as famílias e os filhos ausentes que precisaram viver em outras localidades, momento de fé que é também um grande símbolo da força que iniciou esses trabalhos ao longo dos anos, força esta que resulta em valorização do lugar, pois a comunidade se enxergava como sujeito da própria História, com respeito aos antepassados e suas contribuições para o presente foram em busca de edificar as memórias coletivas.

Deste processo de construção de identidade e pertencimento histórico à comunidade, que por uma curiosidade do tempo, viria ser a última a ter capela, seria a primeira e única a ter um museu, capaz de contribuir com a preservação da cultura de Cachoeira.

(...) tudo começou, assim, a partir desses movimentos do mesmo grupo da Associação Comunitária, é... que a maioria, acredito que 99% eram católicos, tinham esse desejo da capela. Construíram uma capela, né? (...) E aí tinha um valor significativo no dízimo. E existia esse desejo da comunidade também de fazer esse resgate, (**histórico**) não só das pessoas que estavam à frente, mas da comunidade também. Porque se ela

⁴⁶Fonte: Receita Federal Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, Disponível em: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp, acesso em 06 jul 2023.

não tivesse, não dava certo, né? E foi lançada essa proposta, da gente pegar esse dinheiro do dízimo e investir na construção do museu. E todo mundo aceitou (Entrevista, 10, grifo do autor.).

Nesse contexto, é importante ressaltar que todas as ações e decisão foram tomadas de forma comunitária, por meio de reuniões democráticas realizadas na Capela, na ocasião de fundação do museu, o momento foi presidido pelo professor Francisco Odair, em 31 e maio de 2018. Na presença de um número expressivo de membros da comunidade registrou-se o momento histórico que iniciava o desejo da comunidade em construir o prédio que serviria de espaço cultural e de preservação da memória das famílias da Baixa Grande. Ao tempo que se tornaria um espaço educativo, de ensino das tradições e saberes dos camponeses que deram origem a ocupação do lugar.

À época, o objetivo era de ter como meios educativos e fontes de saber todas ferramentas de trabalho e ou domésticas, fotos, artesanatos entre outros bens patrimoniais materiais, produzidos ou fabricados pela comunidade, expostos para de maneira contínua para contar e recontar as memórias das famílias do lugar, que naquele espaço passariam a ser compartilhados para todos que buscarem conhecimento no Museu, com a convicção que após a visita levarão consigo saberes da Baixa Grande e de Cachoeira (FONTE: ARQUIVOS DO MUSEU, 2018).

Toda construção requereu recursos financeiros, e o valor da força de trabalho da comunidade que reunida buscou soluções para a construção do museu. Este deveria ocupar lugar central e de destaque, então o melhor lugar para instalação era as proximidades da “Vila Rica”, lugar que fica na maior concentração de moradias e que durante anos teve a tradição de ser local de negócios da produção algodoeira, açucareira, das antigas fiações e por ser celeiro de inúmeros talentos artesões que trabalhavam na vila, tinha que ser perto da Igreja, do campo de futebol e da praça Pe. Cicero. Tudo registrado na sua ata de fundação (FONTE: ARQUIVOS DO MUSEU, 1995), orando a tradição comunitária o que nela foi escrito naquele momento, rapidamente viria a sair do papel.

“Então, toda parte, física que foi construída, foi doado, pela própria comunidade. Nós temos os dizimistas da capela, né? Que mantém o museu, né? Com essa parte financeira. Desde a sua estrutura inicial. Até hoje é a capela que mantém. (...) praticamente ele foi construído nesse período da pandemia. Nós havíamos iniciado antes e aí surgiu a pandemia. E pra que a gente não parasse, nós fizemos campanhas nas redes sociais, para colocar o piso. E as pessoas foram doando (...) o pessoal ajudava, contribuía com relação ao dízimo. Rifas também, nós fizemos. Sempre tem pessoas que doam objetos, que doam, (...) algum animal, (...) tudo registrado, né? Caderno e tudo mais (Entrevista, 09).

Mesmo em tempos da pandemia de COVID-19, a comunidade da Baixa Grande utilizando-se de sua força, consegue erguer o edifício que abriga o Museu Comunitário

Histórico e Cultural das Famílias do Distrito Baixa Grande, que passa a proteger os patrimônios materiais antes guardados pelas famílias de forma afetiva, porém isolados do conhecimento da comunidade, que aos serem doados aos cuidados do museu, somam uma família à outra, juntando ao mesmo tempo a memória e a História da Baixa Grande e, conseqüentemente de Cachoeira dos Índios-PB, em seu acervo ao poucos constituído, passa a contribuir para fortalecer as narrativas históricas locais.

Inaugura-se então em setembro de 2021 o primeiro museu, e único em atividade no município, sendo desde então espaço promissor para a Educação patrimonial e Ensino de História, com a apresentação de narrativas locais, é para os cachoeirenses considerado guardião da memória campesina. Como lugar escolhido usou-se o terreno em anexo à capela do Divino Espírito Santo, utiliza na sua construção a técnica contemporânea de concreto armado, em sua fachada encontra-se uma arquitetura moderna, como pórtico de entrada encontra-se um arco que de maneira talvez não intencional, remonta-se a formas de construção desde a antiguidade, em que a construção dos,

“(…) arcos independentes e monumentais, edificados muitas vezes para comemorar uma vitória militar ou a chegada de um visitante ilustre. No caso militar, os arcos do triunfo eram edificados por ocasião da volta das tropas vitoriosas, ao passo que arcos comemorativos foram edificados em lugares variados, em estradas, cruzamentos ou na entrada de cidades e territórios (UNES, 2021, p. 02).

O pórtico de entrada, com suas cores vibrantes, é para a comunidade símbolos de conquistas e vitórias, não militares como na antiguidade, mas do tempo presente, de ver as lutas coletivas serem representadas num espaço que passa a falar muito da comunidade, ao tempo que promove um levante da memória que passa auxiliar a entender o processo de ocupação campesina na cidade de Cachoeira dos Índios, da Paraíba e de todo o nordeste brasileiro. Visto, ao olhar para cima deste pórtico que dá boas-vindas aos visitantes, encontramos o pilão que servia para o preparo da alimentação da comunidade campesina da Baixa Grande, sendo escolhido como símbolo do Museu, é um troféu da resistência desta comunidade campesina que comemora as vitórias se unindo para degustar um delicioso mungunzá.

Figura 39: Símbolo do Museu da Baixa Grande.



Fonte: Arquivos do Museu da Baixa Grande.

Logo, quando se adentra em seu frontal, encontra-se, em exposição permanente, as esculturas feitas pelo artista plástico cearense da cidade de Aurora, o escultor Cizin (Cícero Simplício do Nascimento), que tem obras expostas em várias regiões do país, estando como referência entre os escultores nordestinos. Entre suas obras mais consagradas está a “Cristo dos afogados”, exposta no espaço cultural e paisagístico Sitio Roberto Burle Marx, localizado em Barra de Guaratiba – RJ.⁴⁷

Para o Museu da Baixa Grande o escultor contribuiu com seu trabalho ao esculpir, em cimento, estátuas de quatro personagens que retratam a resistência local, há um grupo armados de Cangaceiros,⁴⁸ movimento social que se desencadeou na primeira República Brasileira, tal acontecimento histórico é considerado, pelos moradores, marco trágico pelo registro da passagem dos cangaceiros dos bandos do famoso cangaceiro Lampião, que assassinaram dois filhos da terra que resistiram à investida do bando no lugar.

“umas esculturas que representam uma cena que aconteceu na comunidade, que ficou na memória da população. E aí foi feita toda essa representação dessa cena, que foi a morte de um pai, e do filho pelo grupo de cangaceiros, que passaram na comunidade em 1926. Um grupo de Lampião, só que ele não estava, não era? Esse grupo estava sendo comandado por Sabino Gomes. E aí nós colocamos na fachada do museu pra representar essa cena que aconteceu lá e que está na memória da comunidade local” (Entrevista, 10).

As representações desse momento histórico marcam o temor dos tiros que, segundo o historiador Antônio Sousa (1987), na época serviram para amedrontar a população e ser um aviso que o sítio, à época pertencente aos territórios de Cajazeiras-PB, corria perigo, já que se aproximava da cidade que teve em seguida sua sede invadida pelo bando. Hoje, o momento vivido e representado nas esculturas de Cizin convida os visitantes a conhecer as belezas do interior do museu, tendo como moldura de plano de fundo o belo painel do artista plástico local Helder Marreta, pintura em tinta óleo na parede da área frontal do prédio, retrata as paisagens do lugar, suas mangueiras e o rio cortando as terras, marco da fertilidade do solo que juntos ao

⁴⁷Fonte: Disponível em: <https://culturaemmovimento.com.br/sitio-burle-marx-natureza-arte-e-historia/#:~:text=Uma%20das%20est%C3%A1tuas%20que%20chama,sendo%20traficado%20atrav%C3%A9s,> acesso em 06 jul 2023.

⁴⁸ “Por volta de 1834, o termo cangaceiro já foi usado para referir a bandos de camponeses pobres que habitavam os desertos do nordeste brasileiro, vestindo roupas de couro e chapéus, carregando carabinas, revólveres, espingadas, facas longas estreitas conhecidos como peixeiras. “Cangaceiro” era uma expressão pejorativa, ou seja, uma pessoa que não podia adaptar-se ao estilo de vida costeira. (...) os cangaceiros, “bandidos sociais”, que tinham algum nível de apoio da população mais pobre: os bandidos sustentando alguns comportamentos benéficos, como atos de caridade, a compra de bens por preços mais altos e dando às partes livres (“Bailes”), e a população forneceu abrigo e as informações que os ajudou a escapar das forças policiais, conhecidos como volantes, enviados pelo governo para detê-los (DÓRIA, 1981, p. 27).

trabalho ajudaram a criar os filhos da Baixa Grande, garantindo a sobrevivência de quem ali decidiu fazer morada.

Ao adentrar ao museu, o visitante imediatamente encontra, por meio do seu acervo exposto permanentemente, todas as representações possíveis que são capazes de forma interdisciplinar relacionar trabalho, religiosidade, cultura, relações sociais e familiares, culinária, artesanato e todas as histórias que tem em cada objeto ali exposto a capacidade de contar a trajetória da comunidade.

Você entra no museu, conta um pouco da história do bando de Lampião na passagem a Baixa Grande, quando eles iam invadir Cajazeiras, que passaram. São quatro imagens grandes, você já vê que também foi feita manualmente, né? Por um artista essa pintura, porque antes tinha muita manga lá, né? (...) e que tudo começou embaixo no pé de manga. Essas primeiras reuniões de organização na Baixa Grande, começou embaixo de um pé de manga, que a gente conta onde era. (...), tem um pião de madeira já na entrada, no portão da entrada, né? E aí quando você entra no primeiro salão, você vai logo pra parte de religiosidade. Existe os altares, os castiçais, as imagens antigas, os oratórios muito antigos. Aí você faz o resgate das renovações do Coração de Jesus que existiam nas famílias antigamente. E aí muitos quando entram já dizem assim: “Na casa de minha avó tinha essa toalha, que foi bordada a mão”. (...) Existe televisões antigas, rádios muito antigos, telefones, máquina datilografia que muitos não tiveram nem acesso, não sabe nem o que é (...) (Entrevista, 10).

O salão de exposição principal é retangular e abriga boa parte das peças que foram doadas pelas famílias, motivadas pelo sentimento de ter suas memórias resgatadas e ao mesmo tempo se tornarem fontes de saberes históricos capazes de produzir narrativas e promover reflexões sobre as vivências de sua comunidade ao longo do tempo, e sua influência no desenvolvimento do município de Cacheira dos Índios-PB, que passam a ser ensinados ou repassados para as gerações que precisam saber o que é sua comunidade e seus “saberes e sabores” compreendendo que seus antepassados construíram a comunidade que eles vivenciam, seja na manutenção de suas dificuldades, ou nas melhorias nas condições de vida.

Ao entrar no museu essa interação entre passado e presente acontecem ao poder observar:

Então, o primeiro estande é de religiosidade, porque é uma comunidade que tem essa marca muito forte da religiosidade católica, antigamente todas as famílias, e ainda algumas famílias hoje tem, uma mesinha na sala com um oratório. Dentro do oratório aqueles santos da devoção da família. Uma luz que também, as famílias mais antigas, elas diziam que o santo não podia dormir no escuro, então deixava uma lanterninha acesa, né? Um candinhozinho lá. Então nós temos isso lá (**no museu**), uma caixa de fósforo benta por padre por Frei Damião, né? Que uma pessoa que tinha guardado e que doou (Entrevista, 10, grifo do autor).

A visita quando conduzida em sentido anti-horário do salão principal leva o visitante a conhecer as mudanças sociais nos modos de ser e fazer a cada tempo histórico vivenciado pela comunidade, do religioso para os objetos de uso doméstico e de trabalho na sessão seguinte voltada para mostrar as conquistas dos trabalhadores rurais, do primeiro eletrodoméstico,

primeira radiola, discos de vinis, instrumentos musicais. Ao serem doados e colocados no museu cada objeto perde sua função original, ganha novos valores, ou melhor inúmeros valores a cada nova interpretação possível, cada peça torna-se ponte de reconfigurações de sentidos, sejam sensoriais ou históricos (RAMOS, 2008).

A cada novo passo, o museu da Baixa Grande apresenta novas possibilidades de olhares, como pelos móveis produzidos no passado pelas marceneiros locais, que tiveram que fabricar as próprias ferramentas de trabalho, a exemplo disso encontramos uma plaina artesanal, que acaba por ser também símbolo da chegada dos efeitos da revolução industrial e suas mudanças da comunidade, as incontáveis mostras de peças artesanais de crochê, renda que enaltecem que as mulheres não foram integralmente silenciadas na História do município, tendo espaço de destaque nas exposições.

E nesse período também, aconteceu uns cursos para as mulheres bordarem, né? Então algumas pessoas da comunidade fizeram, isso em 1950, nós temos livros lá de pessoas que participaram de curso de bordado e muito artesanato. Pintura, crochê, objetos de barro, que era construída lá também, que era fabricados. Ainda hoje essa pessoa ainda é viva, que faz, né? A gente chamava louceiras. E tem uns objetos de barro e temos de madeira também. Tem aquelas cuias que era a unidade de medida antigamente, que o pessoal, antes do litro, do quilo e tudo mais, usava essas cuias. Então tá todo nessas nesse estande lá de artesanato da comunidade (Entrevista, 10).

Os estandes de exposição vão se completando ao tempo que ajudam a narrar, por meio dos objetos, a memória da comunidade. O espaço é vivo já que se dispôs a ser guardião das sementes de milho, feijão e fava, que ajudam a contar as atividades agrícolas que permanecem vivas no entorno do museu que está edificado. Em sua planta baixa apresenta formato semelhante a Cruz Tau, símbolo “conhecido como a Cruz Franciscana⁴⁹, lembra para nós esta deslumbrante plenitude da Beleza divina: amor e paz” sendo também sinal de imortalidade, que é o desejo dos idealizadores do museu, não para si, mas para a memória social que os constituem como sujeitos históricos.

Imortalidade presente na História contada a partir da zona rural do município, na preservação das fotografias, registros de pessoas e momentos sociais da comunidade, na exposição dos quadros das famílias pioneiras no processo de ocupação do território, como eram numerosas, os casais chagavam a formar prole com mais de dez ou até vinte filhos, realidade que aos poucos vem deixando de existir, na mesma proporção que diminuí a força de trabalho no campo, mas cada peça do acervo permite um olhar profundo para si e para a História.

⁴⁹ Fonte, disponível em: <https://franciscanos.org.br/carisma/simbolos/o-tau-franciscano#gsc.tab=0> acesso em 07 jul 2023.

Segundo Lersch e Ocampo “o museu comunitário é uma ferramenta para que a comunidade construa um autoconhecimento coletivo. (...) está conhecendo mais a si mesmo e ao mesmo tempo está conhecendo a comunidade à qual pertence. (2008, p, 02). Por essência o Museu Comunitário Histórico e Cultural das Famílias do Distrito Baixa Grande é Patrimônio Material de Cachoeira dos Índios.

Junto à sua estrutura física, o acervo que o constituiu foi e continua sendo fabricado pelas mãos da comunidade, fazendo deste espaço um lugar acolhedor e gigante em sua proporção, importância social, cultural e histórica. Se o museu do Louvre na França é um patrimônio para os franceses, em nada o museu da Baixa Grande fica devendo, por ser da população cachoeirense.

Figura 40: Mosaico de registros fotográficos do museu.



Missa de Inauguração do Museu, em setembro de 2021. Celebrada pelo Pe. Agripino. Fonte: Arquivos do Museu da Baixa Grande.



Ao centro a capela do Divino Espírito Santo, ao lado direito do leitor o museu, em anexo ao terreno da capela, 2023.



Esculturas de Cinzi e painel de pintura a óleo de Helder Marreta, à direita do pórtico de entrada do museu.



Espaço principal de exposição do acervo permanente;



Exposição do acervo permanente do museu.

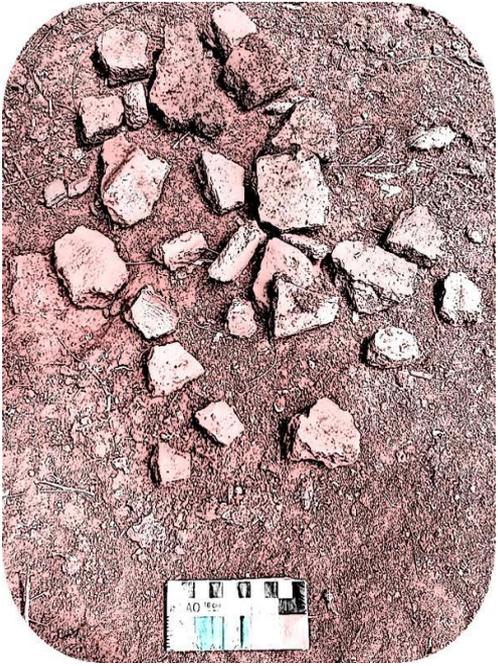


Exposição do acervo permanente do museu.

Fonte: Arquivos da pesquisa

4.3.3 INVENTÁRIO SÍTIO BOA FÉ – PRESENÇA ANCESTRAL TUPI.

Quadro 8: Ficha catalográfica Sítio Arqueológico Boa Fé.

 <p>FICHA CATALOGRÁFICA</p>	<p>Denominação do bem histórico e cultural:</p>	<p>Patrimônio Material: Sítio Arqueológico Boa Fé – Cachoeira dos Índios -PB</p>
 <p>Fonte: Arquivo Akangatu, abril de 2023.</p>	<p>Referência:</p>	<p>Arqueológica, Histórica, vestígios de cerâmica indígena que indicam a presença de aldeamento de Tupi no município.</p>
	<p>Localização:</p>	<p>Sítio arqueológico Boa Fé, zona rural de Cachoeira dos Índios - PB localizado a uma distância aproximada de 7km da sede do município, em área de preservação permanente.</p>
	<p>Proprietário:</p>	<p>A área rural onde foi localizado os vestígios de cerâmica indígenas pertencem ao senhor José de Sousa Batista.</p>
	<p>Situação de ocupação:</p>	<p>Propriedade particular, destinada a área de preservação permanente dentro de propriedades rurais, com a presença de vegetação caatinga secundária, configurando-se em mata fechada onde foram encontrados fragmentos de cerâmica tupi.</p>
<p>Uso:</p>	<p>A área onde está localizado o sítio arqueológico é utilizada para o processo de reflorestamento e combate à desertificação do semiárido, tornando-se também um espaço de preservação ambiental e arqueológico, por não ser utilizado para a agricultura e para a pecuária, tendo o acesso de pessoas restrito a proprietários, familiares e funcionários do local.</p>	
<p>Morfologia:</p>	<p>O espaço territorial foi ocupado pelos povos indígenas Tupis, semi nômades, agricultores e ceramistas há aproximadamente 1500 anos (Ainda é preciso ter acesso a análises laboratórias para confirmar a informação preliminar), ali constituiu-se um aldeamento indígena de aproximadamente meio hectare de extensão. Com a expulsão indígena o lugar passou a ser ocupado pelos colonizadores que introduziram a criação de gado e a agricultura extensiva nos períodos que se seguem até a atualidade.</p>	

Sítio Arqueológico Boa Fé

(...) para o Akangatu (**existia**) a possibilidade de unir a memória com a arqueologia para conseguir informações importantes que levassem a descoberta de um possível sítio arqueológico no município, partindo então às pesquisas em buscas de onde estariam estes materiais e como seria possível identificá-los, para possíveis prospecções e registros (...) Como resultado desta soma obtivemos a descoberta e registro do 18º Sítio Arqueológico Tupi no interior da Paraíba, o 1º Sítio Arqueológico de Cachoeira dos Índios — PB (DANTAS, 2023, p. 305, grifo do autor).

O registro do primeiro sítio arqueológico em Cachoeira foi publicado na Revista Sertão História com o título “Boa Fé: A experiência do Ensino de História vivenciado para a descoberta do 1º Sítio Arqueológico Tupi no município de Cachoeira dos Índios-PB” (DANTAS, 2023), atividade realizada que corrobora com o pensamento de Aleida Assmann (2021), quando disserta sobre as impressões e compreensão de saberes com maior significado quando “vivenciados em cenários históricos de experiência”.

Entendo, assim como a autora, que a História e a memória se tornam “mais vivas e atenciosas” quando as atividades escolares, estudos e pesquisas vão ao encontro dos lugares históricos, dos patrimônios tangíveis e intangíveis, elaborando conhecimento nos “espaços de recordação”. Quando se vive a História para além dos livros e representações dos fatos de outras formas diversas, descobertas como as da Boa Fé se fazem possível.

Estar *in loco* e poder ter contribuído diretamente para o registro histórico, junto com alunos da Educação Básica da Escola Municipal de Maria Cândido de Oliveira, tem uma importância semelhante à atribuída aos vestígios históricos por nós encontrados, nas cerâmicas tupis lá presentes, voltamo-nos aos estudos, para buscar melhor compreender o passado, oferecendo uma nova versão da presença ancestral indígena do lugar. Imediatamente após encontrados os vestígios arqueológicos, foram também trazidas à luz da História provas incontestáveis de um passado ainda não muito bem esclarecido, comprovando aos cachoeirenses, nas peças de rocha e cerâmicas tupis, encontradas na Boa Fé, a veracidade do povoamento indígena do lugar, mesmo que em um passado distante.

A descoberta coloca-se como saber a ser adquirido por professores, pesquisadores e estudantes de toda a Paraíba, aos que vivenciaram a descoberta tornando-se testemunhas oculares do momento histórico, projetam-se, também como sujeitos produtores de memórias e saberes a serem transmitidos para as gerações que estão por vir, assim como os achados arqueológicos ali encontrados. No instante em que os membros do projeto Akangatu produziram juntos as narrativas do dia 30 de abril de 2023, seus depoimentos e suas representações do momento histórico, estarão marcados sempre que se falar da presença indígena em Cachoeira dos Índios.

Para legitimar a descoberta, contou-se com os conhecimentos do arqueólogo do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da Universidade Estadual da Paraíba – LABAP-UEPB, que promoveu o reconhecimento dos achados e do território onde foi encontrado o sítio arqueológico, estando alinhados à legislação vigente.⁵⁰

Devendo assim ser estudado e protegido pelo Estado, e com o trabalho da arqueologia oferecer subsídios para produção de conhecimento histórico, atribuindo o dever de tomba, fiscalizar, salvaguardar estes e todos os patrimônios ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Os achados arqueológicos em decorrência do projeto Akangatu foram suficientes para com clareza, o caracterizar como sítio arqueológico, pois de acordo com o pensamento do arqueólogo Astolfo Gomes de Mello Araujo.

"Sítio Arqueológico é todo e qualquer local que apresente vestígios de atividade humana, independente de sua diversidade, quantidade, estrutura, localização e estado de conservação". (...) Esta significância deve ser explicada por um embasamento teórico. Em outras palavras, o que é encontrado em um levantamento arqueológico são vestígios de atividades humanas do passado, mas as relações entre esses vestígios (variáveis arqueológicas) e a paisagem (variáveis ambientais) não são dadas a priori. Um primeiro passo no estabelecimento desta ligação entre o registro arqueológico e atividades humanas é a definição de cultura: Cultura é um conceito aqui entendido como sinônimo de comportamento aprendido e ideias em comum (2001, p. 96-98).

Logo na primeira atividade de prospecção foi colocado frente a frente a tradição oral com as evidências de artefatos de cerâmica, após algumas horas de caminhada foram encontrados inúmeros fragmentos, logo obteve-se êxito na expedição, tendo a memória contribuído como mapa da trilha do tesouro da História, comprovando o povoamento indígena no município, que até aquele momento pairava no campo da incerteza.

Corroborando e fortalecendo a veracidade desta presença, foi encontrada uma base de forno de cerâmica, fixada no solo, o que indica que o local foi um possível aldeamento indígena. Para legitimar este entendimento foi registrado o fácil acesso à água, pois em poucos metros do aldeamento, encontra-se um riacho, o solo ao redor do forno era de terra preta, diferenciando-se da tonalidade ao seu entorno. De forma inquestionável, os alunos da Escola Maria Cândido de Oliveira estavam diante de um sítio arqueológico, nomeado de Boa Fé – Cachoeira dos Índios – PB.

⁵⁰ Lei Nº 3.924/1961, dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. que legitima os bens arqueológicos como patrimônio da União assim que forem encontrados.

Para o registro levou-se também em consideração obrigatórias as diretrizes do parecer do IPHAN 126/2016⁵¹, sendo realizado pelo arqueólogo Juvandi Santos, responsável técnico pela catalogação, que assim descreveu a descoberta:

Nesse local, que é sítio Boa Fé, uma outra característica que tá na legislação é conseguir fazer a poligonal do sítio, isso faz com o GPS, tira cinco pontos, tira o ponto central, que a gente chama hoje de P1, aí os outros quatro pontos. E aí a gente fecha a poligonal. Não deu pra gente fazer essa poligonal, tirar esses pontos no GPS por conta da vegetação, está muito fechado, então a gente vai aguardar, acho que lá para o mês de agosto, setembro, né? E aí sim aí a gente vai ter condições de realizar uma prospecção maior, né? E traçar, né? Se tudo der certo a gente traçar a poligonal no sítio. (...) Nos ajude pra que a gente consiga, de fato, estabelecer as dimensões desse sítio arqueológico acredito ser um sítio grande, né? Um sítio-aldeia, né? Um aldeamento Tupi, tá? Grande. Geralmente os aldeamentos tupínicos eles mediam em média meio hectare. E além do aldeamento, você tinha também o cemitério, né? Porque o povo Tupi tinha essa característica no local do aldeamento, era o mesmo local também que eles inumavam, depositavam os seus mortos em urnas funerárias (Entrevista, 17).

Atendendo a resolução anteriormente mencionada, está sobre a responsabilidade do professor Juvandi dos Santos, realizar o registro oficial junto ao órgão federal, estando as peças de cerâmica encontradas sobre a curatela da LABAP-UEPB, instituição responsável pelas primeiras análises laboratoriais, que apresentaram logo nos estudos iniciais a comprovação da hipótese levantada no campo de prospecção na Boa Fé, de que os vestígios encontrados são de origem Tupi. Assim, o Ofício/ LABAP - 016/2023, encaminhado à secretaria de Educação do Município, Ana Maria Maracajá Rodrigues, aponta a apresentação do referido laboratório em anexo, isso porque o “Relatório Preliminar das Atividades Arqueológicas do Sítio Boa Fé, Cachoeira dos Índios, Paraíba”, comprova as impressões iniciais, e assim descreve os achados:

Figura 41: Fragmentos de cerâmicas encontrados.



Fonte: Figura 1, LABAP-UEPB, 2023.

⁵¹ IPHAN, Portaria N°. 196, de 18 de maio de 2016: Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_Iphan_196_de_18_de_mai_2016.pdf, acesso em: 29 set 2023.

O presente texto reúne dados de oito fragmentos de cerâmica (figura 1) do sítio arqueológico Boa Fé, Cachoeira dos Índios. Feita a higienização, a escolha dos fragmentos considerou o indício de pintura – engobo. Desses, todos apresentam tal característica, onde percebe – se uma camada interna de engobo bege ou branco, resquícios de pintura vermelha e espessura grossa comuns em materiais Tupiguarani, indicando pertencer a uma vasilha de grande porte. Trata-se de um material com alisamento e apresenta brilho externo característico de resina. A decoração muitas vezes indica o uso privado ou cerimonial da cerâmica. O maior fragmento tem borda reforçada e parte do bojo, onde é possível identificar a inclinação interna da borda, e os outros fragmentos podem pertencer tanto a borda, quanto bojo e base (FONTE: LABAP-UEPB).

As análises, embora ainda em estágios subsidiários, são promissoras para o direcionamento de novos estudos que podem contribuir não apenas para legitimar a identidade do lugar, aproximando-o da comprovação da ancestralidade indígena que nomeia o município, mas também para promover uma revisão historiográfica sobre o povoamento indígena na Paraíba e seus diversos fluxos migratórios.

Por se tratar de um aldeamento Tupi, localizado na cidade que está no extremo ocidental do Estado -tomando como referência geográfica de partida o litoral- é preciso rever as narrativas históricas da ocupação indígena dos séculos XVIII ao XXI que ao atribuir que estes povos só haviam ocupado as regiões litorâneas, se contrapõe historicamente, já que o Sítio Boa Fé ao ser catalogado, aponta para um desencontro:

Na segunda metade do século XVII, a maior parte da população paraibana ainda era constituída de índios. Estes, segundo as pesquisas mais modernas, agrupam-se em três grandes nações – tupis, cariris e tarairiús. Os tupis habitavam a zona mais próxima ao litoral e estavam divididos em potiguara e tabajaras. Os primeiros, localizados na parte norte do rio Paraíba (...) onde ainda hoje encontram-se seus remanescentes. Quanto aos tabajaras, os que não foram aldeados, (...) deixaram a Paraíba em 1599 (MELLO, 2002 p. 70-71).

Por se tratar de um aldeamento Tupi, localizado na última cidade da Paraíba vindo do litoral, comprovadamente a Boa Fé, torna-se um sítio arqueológico de relevância, por ser capaz de contribuir de maneira significativa para melhor desvendar a História indígena paraibana. Ao tempo que legitima também a escolha do nome do projeto, Akangatu é uma palavra de origem tupi, estando assim como esses povos na origem do povoamento indígena do território. Os vestígios em Cachoeira encontrados são testemunhos da memória dos ancestrais indígenas do lugar que desde o período colonial, quando os invasores portugueses os expulsaram não permitindo a permanência de remanescentes vivos no território. No entanto, deixaram nas cerâmicas e fusos encontrados, a herança de sua presença ancestral.

Presença muito questionada ao longo do tempo, a tradição oral atribuiu por anos a presença indígena como narrativas lendárias, pois o fato de não possuir remanescentes indígenas aldeados no lugar, como acontece em Baía da Traição-PB, levou a comunidade a

defender pelo senso comum que no lugar não havia ocorrido a presença indígena, por falta também de provas cabais.

Agora é possível atribuir sentido identitário de “memória social verídica” do lugar. Segundo Isabela Backx o patrimônio arqueológico é capaz de permitir que: “(...) os indivíduos e comunidades tracem conexões e continuidades com seus antepassados por meio da herança física deixada por esses, contribuindo, assim para a construção de identidades” (2020, p, 37).

Logo, estas conexões amparam a descrição do Sítio Arqueológico Boa Fé que neste sentido, emergem-se do silêncio a ancestralidade atribuindo-lhes, valor cultural ao torrão.

Há 57 anos, né? Que eu moro na mesma casa onde eu nasci, até onde meus pais nasceram, né? E a gente, quando era pequeno, eu tinha um primo, que a gente tinha praticamente a mesma idade, a gente chamava o Chico Menino. E a gente andava naquela nas roças lá tudo tangendo gado, caçando de baladeira, essas coisas. E a gente achava muito caco de panela, de sei lá, tipo pote. Muito material de cerâmica, né? E a gente perguntava pros pais da gente, pro avô, essas coisas, os mais velhos diziam: “Não, é, meu filho. É porque, nesse nosso sítio aqui antigamente tinham índios”. (...) Zé Luiz, que era um senhor dos antigos, que hoje, se fosse vivo, já estaria com mais de 100 anos. E ele dizia pra gente: “Não, aqui na localidade existia índios e ficou esses cacos de panela”. E para se ter uma prova verdade disso, porque estamos confirmando, que onde a gente encontrava esses cacos, nunca existiu casa lá, era só apenas coisas antigas (Entrevista, 18).

A memória ganha legitimidade, com o reconhecimento dos “cacos” antes de valor desconhecido pela comunidade, converte-se em vestígios cerâmicos Tupi que comprovam a presença ancestral indígena no município. O Projeto Akangatu ao provocar a vinda do profissional da arqueologia consegue cientificamente atribuir valor histórico, patrimonial e principalmente identitário aos achados. Os estudos que resultaram na certificação arqueológica, usaram a memória como fiadora que me levou a dialogar com o agricultor Gilmar Alfredo do Nascimento, pois foi ele que encontrou os primeiros vestígios do passado indígena na Boa Fé, utilizados como fonte para este inventário, indicando o lugar onde está localizado o sítio.

Eu e meu tio, estava lá no mato caçando. Aí, por acaso, a gente se deparou com essas pedras, né? Um pouco diferente das demais, todas lá no mesmo lugar. Aí eu trouxe, elas pra casa, achei que elas eram bem diferentes das normal lá. Aí eu não tinha conhecimento, né? Aí botei lá na internet, aí o professor Juvandi, falou que ele era muito importante, que não era pra mim desfazer. Era umas pedrazinhas ovais, né? Que nem como se fosse um ovo com furo no meio, só que o furo não atravessava, só ia até na metade lá. Então, aí esses materiais dessas pedras não é daqui da nossa região não tem esse material, o que chama atenção ainda, que veio de algum lugar, outro lugar de fora, porque eles não conseguiam fazer aquilo lá com o material que tem aqui, essas pedras devido a ser duro, por isso que eu guardei elas. (...) Porque na época que eu estudei não tinha esse tipo material, não tinha estudo nenhum, né? Sobre esses só tinha na história, mas uma coisa muito básica. Não tinha detalhamento, não tinha sítio arqueológico (Entrevista, 16).

As “pedras” mencionadas por Gilmar, foram nomeadas de “‘fusos de cachoeira’ pelo Prof. Dr. Juvandi de Souza Santos” – Arqueólogo e coordenador do LABAP” (DANTAS, 2023, p, 306) tratando-se na verdade de ferramentas de rocha utilizada pelos povos tupis, o que

fortalece a compreensão de que estes um dia já fizeram de Cachoeira dos Índios sua morada, ao edificarem no lugar um aldeamento ceramista, segundo afirma o Prof. Juvandi.

As tribos ceramistas geralmente também já eram tribos de indígenas que praticavam a agricultura. Então, uma coisa é a gente tá falando daqueles que confeccionaram a arte rupestre, 4.000, 5.000, 6.000 mil anos atrás, e outra coisa são os grupos ceramistas, tipo o povo Tupi, Cariri e Tarairiú. Que habitavam essa região aqui das sertanias da Paraíba, quando foram, é ... contactadas a quinhentos, quinhentos e poucos anos. (...) Os Ceramista estão aqui há 3.000 anos, há 4.000 anos, a ciência trabalha em cima de dados concretos. Então eu só posso afirmar porque nós temos datações, radio carbônicas principalmente, que esses grupos ceramistas, no caso Cariri, Tarairiú e Tupi, estão aqui de 1.500 anos para cá (Entrevista, 17).

O aldeamento dos povos indígenas do lugar torna-se patrimônio arqueológico da Paraíba, estando localizado na zona rural do município, a uma distância de 07 Km do centro da cidade, lugar relativamente acessível e que tem potencial para dispor de espaço de estudo para a ciência, que no percurso de análises e estudos podem promover novas descobertas, ao tempo que tornar-se um espaço de contemplação à natureza, podendo ser também espaço de aprendizagem de alunos de todos os níveis de ensino.

Nas condições que se encontra hoje, para visitaçao ao ambiente é necessário primeiro vencer os tramites burocráticos junto ao IPHAN e após isso promover as condições básicas de infraestrutura, para assim poder ser utilizado como espaço de aprendizagem. Com relação a este processo de visitaçao, o arqueólogo Juvandi dos Santos apontou algumas condicionantes para que a população possa visitar o sítio.

Quando se identifica um sítio arqueológico a Legislação Federal estabelece também que se faça as atividades de Educação Patrimonial. Essa é a primeira questão. E a segunda questão é a seguinte: a população só vai preservar aquilo que ela? Conhece! Que você vai tentar conscientizar, sensibilizar a população da importância daquilo ali, e levar a população lá, tá? Antes de você levar a população, você em sala de aula, de forma interdisciplinar, pode trabalhar vídeos, pode chamar arqueólogos. Pra ministrar palestra tal, mostrar a comunidade acadêmica, a comunidade estudantil do município, o que é que você tem no município. Agora, repito, né? Pra isso você já tem, claro, que montar uma certa estrutura no local. Que, por exemplo, como, visitamos hoje o local, não é tão simples. A mata bastante fechada. Mas a partir do momento que a gente conseguir fazer a poligonal do sítio, né? Mandar ficha para o IPHAN nacional, para o registro, né? O cadastro do sítio. Cercar a área, né? Que a gente delimitar como sendo a poligonal do sítio. E é sinalizar, aí isso já é meio caminho andado, né? Então, a população vai lá, tal, vai reconhecer de fato aquele local como sendo um sítio arqueológico. Porque se você leva, né? A população pra aquele local, eles não vão gostar muito, né? Até porque o mato muito alto, serpente e tal, aquela coisa toda. Então você tem que preparar o município pra esse tipo de atividade (Entrevista, 17).

As primeiras prospecções foram capazes de encontrar os vestígios pela técnica arqueológica da "coleta de superfície" (ARAUJO, 2002), em meio a mata fechada que inviabiliza ainda a ida de público ao lugar, e que se lá logo fosse inserido a debruçar seus olhares desatentos e sem um conhecimento prévio, não seria capaz de reconhecer o valor patrimonial dos fragmentos de cerâmica encontrados, pois a ocupação das terras pelos tupis deu lugar ao

arado, a plantações de algodão e de capim pra criação de gado, sendo fatores determinantes para deterioração das peças.

O arado foi um dos fatores responsáveis pelas inviabilidades de encontrarmos peças inteiras, deixando claro que os fragmentos encontrados em nada perdem em valor arqueológico, que mesmo não contendo peças intactas os “estudos mais recentes já demonstraram que sítios de superfície sujeitos à aradura podem fornecer dados da mais alta qualidade, em muitos casos sem necessidade de escavações” (ARAÚJO, 2002, p. 10).

Corroborando com Astolfo Gomes de Mello Araujo, os achados de Cachoeira se mostram importantes nesse cenário de descoberta em que o solo e as peças foram expostos às ações humanas e naturais, fragmentando as peças de cerâmica no sítio, devido às práticas agrícolas e pecuaristas tradicionais na cidade:

É porque é o seguinte, veja só. Todo mundo sabe que antigamente, a gente aqui na nossa região, predominava a cultura do algodão. Aquilo ali tudo era capoeira de algodão, de quando eu fui crescendo. De quando a gente tinha os ciclos de 40, 50 anos atrás (...). Aquilo ali tudo era plantações de algodão. E, quando era no verão, se colocava o gado. Quando colhia o algodão, se colocava o gado. Exatamente, era nesse período que eu ia com esse meu primo, que a gente andava junto, os gados eram dos nossos pais eram juntos. E a gente ia deixar o gado que a gente começou a fazer encontrar esses achados, no caso, de cerâmica. (...) **Sobre a recomposição da mata**, na verdade, é o seguinte, como as terras tem algumas partes que a gente tem que deixar, o percentual que você não pode fazer o desmatamento, então tem uma parte que foi usada. Você pode olhar que tem uma parte que é plantação de capim, né? Hoje não existe mais a cultura do algodão e o que se predomina mais aqui no nosso sertão é a pecuária extensiva. Então, com essa pecuária extensiva, mas mesmo assim a gente tem que a propriedade, você tem que deixar um percentual de porcentagem, pra não ficar deserto, né? Então, ali tem uma parte de mato (Entrevista, 18, grifo do autor).

Obviamente que não descarto a necessidade de novos estudos com a realização de escavações arqueológicas, que sejam capazes de encontrar peças inteiras, sendo um povoamento, é muito provável a localização de um cemitério, e tudo isso aponta caminhos para estudos futuros e já se apresenta de forma incontestável e de relevância científica.

Portanto a descoberta do 1º sítio arqueológico do município, coloca-o como prova robusta da presença dos povos originários, ao tempo que legitimam o topônimo do lugar que durante anos foi questionado pelos moradores, e principalmente por pessoas externas ao lugar, sendo muitas vezes, espaço para comentários desrespeitosos nas conversas entre amigos, nos programas radiofônicos, nas universidades e nas comunidades das cidades circunvizinhas, pois até aquele momento não se conseguia explicar com clareza o nome do lugar.

Antigamente a gente quando falava que era da cidade de Cachoeira dos Índios, o pessoal até brincava com a gente: “Lá nem tem cachoeira e nem índio”. Então, na verdade, agora, nós vamos primeiramente justificar o nome da nossa cidade de Cachoeira dos Índios. E Cachoeira eu acredito que deve ter tido algumas ali em algumas localidades, como lá em frente também nós temos o serrote do Coati, que é um marco também da história do nosso município, que fica também no sítio Boa Fé.

De um lado é sítio Boa Fé, do outro lado é... outro sítio serrote do Coati. (...) Então, esse achado é importante pra marcar o nome do nosso município. Eu acho que uma das peças, um dos passos fundamentais, e os outros passos é a questão da própria história da Paraíba, vai favorecer pra história da Paraíba e história do nosso município. Então, é muito importante (Entrevista, 18).

Pondo fim às incertezas e questionamentos, o Sítio arqueológico Boa Fé catalogado coloca-se também como uma peça chave para a mudança das narrativas do processo migratório dos povos tupis no Sertão Paraibano.

Então, com esse sítio Tupi em Cachoeira dos Índios já são 18, já são 18 ocorrências arqueológicas nas sertanias da Paraíba, que prova que o povo Tupi, anterior a chegada dos europeus, também estiveram no sertão da Paraíba? Que é que isso vai contribuir? **Vai contribuir simplesmente pra mudar a História da ocupação indígena do território paraibano.** Pois é. E aí é onde entra o município de Cachoeira dos Índios (Entrevista, 17, grifo do autor).

Cachoeira dos Índios, que até bem pouco tempo tinha a presença indígena questionada, eleva-se ao nível de ser referência arqueológica do povoamento tupi na região, colocando-se a serviço da História para melhor desvendar o fluxo migratório desses povos antes da chegada dos portugueses. Na atualidade, a descoberta tem seu reconhecimento estabelecido pela comunidade e torna-se notícia em vários jornais e portais online, que passaram a promover o nome do município no cenário arqueológico e educacional paraibano.⁵²

Tendo como protagonistas do processo professores e alunos, em projeto de ação educacional desenvolvido para o Ensino de História na Escola Municipal Maria Cândido de Oliveira, que promoveram a descoberta do primeiro patrimônio arqueológico do município. Sítio este resultado dos saberes ceramistas produzidos no passado, pelas mãos indígenas e agora resgatados pela História e ancestralidades, com as mãos de jovens estudantes da escola pública, atribuindo valor e identidade indígena tupi a Cachoeira em que um dia se banharam os indígenas que dão nome ao lugar.

Figura 42: Mosaico de registros fotográficos da descoberta do Sítio Arqueológico.

⁵² Até o final da produção deste trabalho de dissertação não foi realizado o reconhecimento do IPHAN e nem autorizado a liberação das peças de traslado que pudessem passar por análises laboratoriais aprofundadas a fim de coleta de dados precisas, que possibilitassem melhor relatar as características e detalhamento de datação e período histórico de confecção das peças encontradas, que estes fragmentos precisam passar por processos capazes de reconstituir formatos originais e assim definir do que realmente se tratavam, assim como o registro de suas datações para uma maior precisão do período de ocupação indígena no território de Cachoeira dos Índios-PB.



Prospecção de coleta arqueológica superficial, as imagens apresentam início e encerramento da atividade que retornou com êxito dos achados. Fonte: Arquivo Akangatu, abril de 2023.



Registro do encontro da base de forno de cerâmica que aponta indícios do aldeamento indígena no local. Fonte: Arquivo Akangatu, abril de 2023.



Atividade de registro das peças de cerâmicas que naquele instante se apresentava a hipótese de serem de origem tupi. Fonte: Arquivo Akangatu, abril de 2023.



Registro da prospecção que catalogou o sítio Arqueológico Boa Fé – Cachoeira dos Índios-PB. Fonte: Arquivo Akangatu, abril de 2023.



Atividade de registro das peças de cerâmicas que naquele instante se apresentava a hipótese de serem de origem tupi. Fonte: Arquivo Akangatu, abril de 2023.



Exposição dos achados arqueológicos com a vinda do museu itinerante do LABAP-UEPB à Praça Padre Cícero, centro de Cachoeira dos Índios-PB, setembro de 2023. Fonte: Arquivos da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História, representada por Clio, e Mnemosyne, a musa da Memória, instauravam um jogo de operações mentais muito complexas segundo os gregos da Antiguidade. Dominar essas funções, psicológicas e sociais, implicava esforço, treinamento, exercício, pois o poder de rememoração era uma conquista. Guardadas as prudentes distâncias, mas não menos provocativas que as musas, diferentes experiências relatadas aqui demonstram que educar para o patrimônio exige pensar em ações educativas que envolvam provocações, esforço de deciframento, exercícios do sentir, pensar, imaginar, intuir. Traduzir a sensível presença de uma ausência inscrita nas materialidades de um lugar não convoca menos do que pressentir a História nas imaterialidades que persistem num presente interminavelmente povoado pelo passado-futuro (GIL, TRINDADE, 2014 p. 14).

As aspirações teóricas metodológicas apresentadas neste trabalho historiográfico são resultado do desejo de uma História a ser revelada como saber para adentrar nas salas de aula da disciplina a ser ensinada, é a constatação de que há História em todos os lugares de recordações, e como bom nordestino passo a estranhar os patrimônios e os coloco como “mote” para o levante da memória viva não em versos, mas em vivências também de ensino e aprendizagem. Nas atividades de pesquisa, a moça da pedra, onde está a cabocla aprisionada ao Serrote do Coati, coloca-se na dimensão mitológica como a da memória do lugar, despertada por um estudante, como símbolo da identidade das tradições e transmissões dos saberes orais que particularizam os cachoeirenses. Se voltarmos os olhares aos saberes intangíveis da História à moça da pedra é possível lhe conferir o **valar** da musa Mnemósine, para os gregos na antiguidade. No município, a cabocla me é apresentada como a guardiã da memória dos cachoeirenses estando disponível a impulsionar o despertar para a História, que passou a ser experienciada pelos estudantes e professores, os colocando de frente no presente com as representações do passado transmitidas pela memória social.

Utilizo-me das vivências históricas para promover o Letramento Patrimonial como ponte para a Consciência Histórica, para que caminhando no percurso dos saberes intangíveis da Memória Social, seja possível encontrar os subsídios necessários para reescrever ou ousadamente escrever de forma inédita, com a participação dos alunos-pesquisadores, uma nova História para Cachoeira dos Índios-PB, sem, contudo, deixar de evidenciar que a memória e os patrimônios foram fiadores do trabalho historiográfico.

Obviamente que a História se faz presente na propositura inicial, de que era necessário sanar a falta de fontes de acesso escolar para a efetivação de um Ensino de História que tivesse o lugar como ponto de partida para as compreensões de mundo, nas aplicações experimentais de Educação Patrimonial com a tarefa de trazer para dentro da escola as discussões sobre patrimônios em suas dimensões. Notoriamente, ficou perceptível e comprovado que é possível

fazer História ao ensinar “História”, ao tempo que foi consagrada uma aprendizagem de valor imensurável para os participantes. Ora, inicialmente no plano de atividade de pesquisa, foi pensado em um quantitativo de alunos bem superior aos que insistentemente estiveram dispostos a aprender as histórias do seu município, compreendo que a falta de desejo da maioria dos estudantes possa ser amenizada em pesquisas futuras. No entanto, não apliquei uma pesquisa quantitativa e sim qualitativa, o que resultou uma produção historiográfica escolar significativa, pois os alunos-pesquisadores registraram seus textos no “Inventário Juvenil do Patrimônio Cachoeirense”.

É importante justificar que juvenil, pois foi formulado por jovens e para jovens, cientes que enquanto professor do município irei utilizar destes escritos como fontes de conexões da História global com a história do lugar, na minha atuação docente, incentivando e democratizando o acesso a professores, estudantes e comunidade em geral. Destaco também que o trabalho com jovens deve ser bem planejado e resiliente, já que com jovens tudo se resolve no tempo deles e é preciso ter paciência e outras alternativas prontas para não colocar a pesquisa em riscos. Acredito que não fracassei em ter conseguido que 06 alunos tenham vivenciado a História do seu município, aprendendo a ouvir a História Oral com empatia. Quatro deles deixaram suas contribuições escritas pra o município e para outros jovens estudantes, ao tempo que foram construindo relações de pertencimento e identidade.

O Mestrado Profissional em Ensino de História-URCA, sem sombra de dúvidas foi um divisor de águas na minha forma de enxergar o mundo, à docência, a pesquisa e a História. Os resultados aqui anteriormente apresentados, são vestígios irrefutáveis de que é possível fazer ciência histórica na Educação Básica, pois quando me tornei mestrando, era um professor, ao longo do contato com as teorias e métodos fui adquirindo as bases conceituais para me tornar professor-pesquisador, e ao final da empreitada e defesa da pesquisa, passo a me compreender como historiador, pois passo a ter a compreensão de que quem ensina História “faz História” cotidianamente, para esta compreensão e convicção me aproximo do pensamento de Francisco Régis Lopes Ramos, já que para ele não se pode separar História do Ensino de História (2023).

A História ensinada, na perspectiva metodológica que desenvolvi neste trabalho, passa pela a necessidade de usar os espaços de recordações, as calçadas, ruas, praças e a natureza que cercam o chão da escola, como extensão da sala da aula, utilizando os patrimônios reivindicados e de reconhecimento comunitário, pois são nestes espaços onde ocorrem as relações sociais e transições dos saberes tradicionais que ligam o passado e o presente, presentes a resistir a passagem do tempo se tornam fontes da e para a História, convergindo às exigências curriculares. O Akangatu ao sair das paredes da Escola Maria Cândido de Oliveira, escola

pública e de qualidade conseguiu promover uma grande mobilização em Cachoeira dos Índios-PB, houve verdadeiramente um levante da memória que presenteou a Clio e ao município com uma nova escrita da História, imediatamente colocada também como fonte escrita para uso como saberes escolares, sem obviamente voltar e se enclausurar nas salas de aula. Entender o município como uma sala de aula em campo aberto para a História é um dos legados deste trabalho.

A vivência histórica de percorrer os quatro cantos do município fez com que os cachoeirenses passassem a observar seus patrimônios e valorizar suas tradições, e perceber que Clio não havia deixado o município órfão de História. A pesquisa fez com que Clio, Mnemósine e a cabocla aprisionada na Pedra da Moça se entrelaçassem na materialidade desta pesquisa no território da memória e da escrita, ao colocar os saberes tradicionais no cenário de conhecimento escolar e em contrapartida devolver a comunidade um cientificismo que o legitima perante a ditas escolaridades, são também uma das conquistas alcançadas. Emergiram do levante da Memória sujeitos históricos, donas de casa, agricultores, professores, cabeleireiros, tropeiros, artistas plásticos, músicos, que no seu cotidiano escrevem no presente a História que passará a ser estudada e compreendida.

É preciso reafirmar o que talvez não tenha ficado explícito ao longo do texto, é que não há um direcionamento para um recorte de pesquisa de divisão da História a ser estudada, não proponho separar as narrativas locais, quando apresento uma nova História para Cachoeira dos Índios-PB, na verdade busco apresentar uma atenuação a não problematização dos saberes locais nos currículos escolares, a documentação aqui fabricada pretende apresentar um inclusão dessas narrativas na História ensinada, cientes que o lugar não está isolado do mundo e nunca esteve, apenas não estava incluído como saber escolar.

A partir de agora, quando for ministrar aulas sobre a ocupação da América na pré-História, ou quando fora apresentar o povoamento indígena no Brasil, temos o registro do Sítio Arqueológico Boa Fé que coloca esses antepassados dentro do território onde nossos alunos vivem, a História se aproxima da realidade dos nossos educandos. Ainda quando for estudar as cruzadas dos cavaleiros medievais, agora posso encontrar no Distrito das Marimbas uma cavalgada, onde os heróis cavaleiros são trabalhadores do campo, muitos parentes destes estudantes que os admiram, entre outras inúmeras possibilidades de intercessão das historicidades.

É preciso deixar claro que tal trabalho só foi possível pois o município de Cachoeira dos Índios-PB, permitiu o meu afastamento para que houvesse condições de concretização da pesquisa sem perdas salariais. Não posso romantizar as conquistas sem apresentar as

dificuldades, o trabalho com Educação Patrimonial, além de planejamento e resiliência, necessita de tempo para dedicação a estudos e recursos financeiros que foram próprios, não havendo financiamento de órgãos públicos ou privados, o que limitou o desenvolvimento de ações mais contundentes, a este respeito a burocracia impediu a apresentação mais detalhada como gostaria dos dados acerca do Sítio Arqueológico, que afetou de certo modo o desejo e apresentação mais consistente do que lá foi descoberto.

No entanto, acredito também que mesmo sem recursos, e sem que necessariamente o professor tenha que desenvolver um projeto de pesquisa para obtenção de título de mestre, é possível empreender a implementação da Educação Patrimonial nas aulas de História, pois a formação desenvolvida nesta pesquisa ocorreu dentro do espaço escolar, indicando caminhos possíveis para que a metodologia de ação educacional perceba o que está visível da janela da escola para a comunidade, o Letramento Patrimonial se mostra eficaz, pois permite aos professores, professoras e estudantes serem sujeitos da História. Tive a felicidade de possibilitar em Cachoeira que estudantes da Educação Básica fossem testemunhas oculares da História (BURKER, 2017) e não apenas, isso fossem sujeitos que participaram da descoberta do Sítio Arqueológico que legitimou definitivamente o nome do município, além disso prestaram um serviço científico.

Dessa forma, a Escola Maria Cândido de Oliveira, seu professor de História e estudantes, ao deixarem o chão da escola e decidir ouvir a comunidade, fizeram um achado que não só mudou as narrativas do lugar mais pode mudar as narrativas da Pré-História paraibana anteriormente já apresentado na fala do Professor e Arqueólogo Juvandi dos Santos sobre o Sítio Arqueológico Boa Fé e seus achados “(...) prova que o povo Tupi, anterior a chegada dos europeus, também estiveram no sertão da Paraíba. Que é que isso vai contribuir? Vai contribuir simplesmente pra mudar a História da ocupação indígena do território paraibano.” Reafirmando a compreensão adquirida no Mestrado Profissional, ensinar é fazer História.

Coadunado com este entendimento, o Akangatu promoveu o primeiro inventário do patrimônio histórico do município, reafirmando que até o final desta pesquisa não há legalmente o tombamento oficial pelos órgãos públicos. Por outro lado, todos os patrimônios reivindicados pelos alunos pesquisadores são reconhecidos pelos cachoeirenses que lhes atribuem valor histórico e cultural particulares. A experiência de levar a exposição: “Achados para uma Cachoeira dos Índios-PB”, com apresentação dos bens históricos e culturais, materiais, imateriais e naturais reivindicados, para a praça Padre Cícero e testemunhar o brilho nos olhos da comunidade do campo e da cidade, com a presença de autoridades, apresentação culturais, fotografias e museus itinerantes, onde pela primeira vez foi exposto os vestígios ceramistas

tupis aos olhos da população, foi sem sombra de dúvidas uma demonstração vicária de que a Educação Patrimonial e o Ensino de História caminhando juntas podem promover um ensino propício para a efetivação da Consciência Histórica. Como resultado imediato após o trabalho de pesquisa temos a aprovação da Lei municipal Nº 796/2023⁵³, que instituiu os símbolos municipais que revelam a repercussão da pesquisa no olhar para a História do município, promoveu-se definitivamente um levante da memória e do orgulho de pertencimento.

Durante o processo de pesquisa foram também somados os registros de fontes materiais, que legitimaram e ou apresentaram novas versões sobre a História do lugar, a pesquisa documental em órgãos oficiais e em arquivos pessoais, foram fundamentais para elaboração do inventário a ser fonte pedagógica de acesso escolar no Ensino de História na Educação Básica nas escolas públicas do fundamental anos finais, com temas transversais preconizados pela BNCC e pelos PCNs, o presente trabalho aponta alternativas para que o município elabore um Currículo Municipal de Educação tendo em vista que a documentação apresentada e construída coloca-se como subsídio para tal tarefa.

E, de forma mais ousada diante da riqueza dos registros e testemunhos oculares serve também para que o legislativo municipal utilize-o como fonte histórica para elaboração de leis, de preservação da memória, dos patrimônios e da História colocando a proteção do Estado no reconhecimento e sua presença e proteção dos bens culturais de Cachoeira dos Índios – PB ao menos no âmbito municipal. E o mais importante: desejo que outros professores de História se sintam encorajados a conhecer a experiência proposta e se inspirem em desenvolver projetos semelhantes em todas as partes do país, para oferecemos juntos possibilidades de Ensino de História com ainda mais qualidade tornando-se também um professor Historiador.

⁵³ Regulamenta e Unifica os Símbolos e o Hino do Município de Cachoeira dos Índios-PB, E dá outras providências. Disponível em: https://www.cachoeiradosindios.pb.gov.br/arquivos/715/LEI%20MUNICIPAL_796_2023_0000001.pdf, Acesso em 22 de nov 2023.

FONTES

Documentação oral

ALENCAR, José Gonçalves de. *Igreja Matriz*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a Djalma Luiz do Nascimento Dantas, Cachoeira dos Índios-PB, de 05 de agosto de 2023.

BARROS, Abel Junior Batista de Barros. *Escola Maria Cândido de Oliveira – Patrimônio Natural*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a João Victor Costa Lé, Cachoeira dos Índios-PB, de 06 de julho de 2023.

BATISTA, José de Sousa. *Sítio Arqueológico: Boa Fé*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a Djalma Luiz do Nascimento Dantas, Cachoeira dos Índios-PB, de 25 de julho de 2023.

BRITO, Maria Assunção Sousa de. *Igreja Matriz*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a Djalma Luiz do Nascimento Dantas, Cachoeira dos Índios-PB, de 02 de agosto de 2023.

DANTAS, Francisca Clenilda Pereira. *Museu da Baixa Grande*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a Djalma Luiz do Nascimento Dantas, Cachoeira dos Índios-PB, de 22 de julho de 2023.

DANTAS, Francisco Odair. *Escola Maria Cândido de Oliveira – Patrimônio Material*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a João Victor Costa Lé, Cachoeira dos Índios-PB, de 06 de julho de 2023.

DANTAS, Francisco Odair. *Museu da Baixa Grande*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a Djalma Luiz do Nascimento Dantas, Cachoeira dos Índios-PB, de 20 de julho de 2023.

FILHO, Heleno Francisco. *Serrote do São Joaquim*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a Djalma Luiz do Nascimento Dantas, Cachoeira dos Índios-PB, de 22 de julho de 2023.

GALDINO, Ingrid Milena de Araújo. *Escola Maria Cândido de Oliveira – Patrimônio Imaterial*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a João Victor Costa Lé, Cachoeira dos Índios-PB, de 06 de julho de 2023.

MARIANO, Paulo Rogério. *Serrote do São Joaquim*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a Djalma Luiz do Nascimento Dantas, Cachoeira dos Índios-PB, de 22 de julho de 2023.

- MATIAS, Wanderley da Silva. *Cavalgada de São José das Marimbas*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a Djalma Luiz do Nascimento Dantas, Cachoeira dos Índios-PB, de 02 de agosto de 2023.
- MORAIS, Manoel Queiroga de. *Museu da Baixa Grande*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a Djalma Luiz do Nascimento Dantas, Cachoeira dos Índios-PB, de 02 de agosto de 2023.
- MOREIRA, Luiz Gonzaga. *Serrote do Coati*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a Djalma Luiz do Nascimento Dantas, Cachoeira dos Índios-PB, de 02 de agosto de 2023.
- NASCIMENTO, Gilmar Alfredo do. *Sítio Arqueológico: Boa Fé*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a Djalma Luiz do Nascimento Dantas, Cachoeira dos Índios-PB, de 25 de julho de 2023.
- NEVES João Francisco das. *Banda Cabaçal Os Monteiros*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a Djalma Luiz do Nascimento Dantas, Cachoeira dos Índios-PB, de 20 de julho de 2023.
- OLIVEIRA, Edgley Guedes de. *Igreja Matriz*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a Djalma Luiz do Nascimento Dantas, Cachoeira dos Índios-PB, de 25 de julho de 2023.
- OLIVEIRA, Jone Cândido de. *S. Serrote do Coati e Igreja Matriz*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a Djalma Luiz do Nascimento Dantas, Cachoeira dos Índios-PB, de 18 de julho de 2023.
- POTIGUAR, Edmilza Hannah Cacy. *Sítio Arqueológico: Boa Fé*. Gravação realizada com uso da internet pelo Google Meet com gravador digital. Entrevista concedida a Djalma Luiz do Nascimento Dantas, estando a entrevistada no Rio de Janeiro -RJ e o entrevistador em Cajazeiras-PB, de 03 de novembro de 2023.
- ROCHA Maria Francisca. *Serrote do São Joaquim*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a Djalma Luiz do Nascimento Dantas, Cachoeira dos Índios-PB, de 16 agosto de 2023.
- SANTOS, Damião Mateus dos. *Banda Cabaçal Os Monteiros*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a Djalma Luiz do Nascimento Dantas, Cachoeira dos Índios-PB, de 20 de julho de 2023.
- SANTOS, Francisco Mariano dos. *Serrote do São Joaquim*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a Djalma Luiz do Nascimento Dantas, Cachoeira dos Índios-PB, de 22 de julho de 2023.

SANTOS, José Mateus dos. *Banda Cabaçal Os Monteiros*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a Djalma Luiz do Nascimento Dantas, Cachoeira dos Índios-PB, de 20 de julho de 2023.

SANTOS, Manoel Monteiro dos. *Banda Cabaçal Os Monteiros*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a Djalma Luiz do Nascimento Dantas, Cachoeira dos Índios-PB, de 20 de julho de 2023.

SANTOS, Juvandi de Sousa. *Sítio Arqueológico: Boa Fé*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a Djalma Luiz do Nascimento Dantas, Cachoeira dos Índios-PB, de 25 de julho de 2023.

SARAIVA Francisca Aline de S. *Serrote do Coati*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a Djalma Luiz do Nascimento Dantas, Cachoeira dos Índios-PB, de 13 de julho de 2023.

SILVA, Antônio Alves da. *Serrote do Coati*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a Djalma Luiz do Nascimento Dantas, Cachoeira dos Índios-PB, de 09 de agosto de 2023.

SILVA, Cleides Teixeira da. *Cavalcada de São José das Marimbas*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a Djalma Luiz do Nascimento Dantas, Cachoeira dos Índios-PB, de 02 de agosto de 2023.

SILVA, Francisco de Assis da. *Cavalcada de São José das Marimbas*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a Djalma Luiz do Nascimento Dantas, Cachoeira dos Índios-PB, de 02 de agosto de 2023.

SILVA, Francisco Junior Soares da. *Quadrilhas Juninas*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a Djalma Luiz do Nascimento Dantas, Cachoeira dos Índios-PB, de 18 de julho de 2023.

SILVA, Romário Pereira. *Quadrilhas Juninas*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a Djalma Luiz do Nascimento Dantas, Cachoeira dos Índios-PB, de 13 de julho de 2023.

SILVA, Manoel Alves da. *Serrote do Coati*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a Djalma Luiz do Nascimento Dantas, Cachoeira dos Índios-PB, de 02 de agosto de 2023.

SOUSA, Helder Marreta de. *Quadrilhas Juninas*. Gravação realizada presencialmente com gravador digital. Entrevista concedida a Djalma Luiz do Nascimento Dantas, Cachoeira dos Índios-PB, de 25 de julho de 2023.

Documentação produzida pelos estudantes participantes

SOUSA, Ingrid Lopes de. *Diários de Bordos da 1ª aula-oficina de História, Atividades da 1ª aula-oficina de História, Diários de Bordos da 2ª aula-oficina de História, Atividades da 2ª aula-oficina de História, Diários de Bordos da 3ª aula-oficina de História, Atividades da 4ª aula-oficina de História, Diário de Bordo de Estudo de Campo a Porteiras-CE, Diário de Prospecção de Pesquisa ao Serrote do Coati, Diário de Bordo de pesquisa de História Oral: Quadrilhas, Serrote do Coati, Museu da Baixa Grande, Serrote do São Joaquim, Sítio Arqueológico, Cavalgada de São José, Igreja Matriz e escreveu no Inventário Juvenil do Patrimônio Cachoeirense os textos sobre as Quadrilhas Juninas e Sobre a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, 2023.*

LÉ, João da Costa. *Diários de Bordos da 1ª aula-oficina de História, Atividades da 1ª aula-oficina de História, Diários de Bordos da 2ª aula-oficina de História, Atividades da 2ª aula-oficina de História, Diários de Bordos da 3ª aula-oficina de História, Atividades da 4ª aula-oficina de História, Diário de Bordo de Estudo de Campo a Porteiras-CE, Diário de Prospecção de Pesquisa ao Serrote do Coati, Diário de Bordo de pesquisa de História Oral: Banda Cabaçal os Monteiros, Quadrilhas, Serrote do Coati, Museu da Baixa Grande, Serrote do São Joaquim, Sítio Arqueológico, Igreja Matriz e escreveu no Inventário Juvenil do Patrimônio Cachoeirense o texto da Banda Cabaçal Os Monteiros, 2023..*

SILVA, Mateus Lacerda da. *Diários de Bordos da 1ª aula-oficina de História, Atividades da 1ª aula-oficina de História, Diários de Bordos da 2ª aula-oficina de História, Atividades da 2ª aula-oficina de História, Diários de Bordos da 3ª aula-oficina de História, Atividades da 4ª aula-oficina de História, Diário de Bordo de Estudo de Campo a Porteiras-CE, Diário de Prospecção de Pesquisa ao Serrote do Coati, Diário de Bordo de pesquisa de História Oral:, Quadrilhas Juninas, Serrote do Coati, Museu da Baixa Grande, Serrote do São Joaquim, Sítio Arqueológico, Igreja Matriz e escreveu no Inventário Juvenil do Patrimônio Cachoeirense os textos Museu da Baixa Grande e Cavalgada de São José das Marimbas.*

SOUSA, Mirlla Nascimento de. *Diário de Bordo de pesquisa de História Oral: Banda Cabaçal Os Monteiros, Cavalgada de São José e Quadrilhas Juninas, 2023. (ouvinte)*

SANTOS, Thiarly de Sousa. *Diários de Bordos da 1ª aula-oficina de História, Atividades da 1ª Aula aula-oficina, Diários de Bordos da 2ª Aula aula-oficina, Atividades da 2ª Aula aula-oficina, Diários de Bordos da 3ª aula-oficina de História, Atividades da 4ª aula-oficina de História, Diário de Bordo de Estudo de Campo a Porteiras-CE, Diário de Prospecção de Pesquisa ao Serrote do Coati, Diário de Bordo de pesquisa de História Oral: Quadrilhas,*

Serrote do Coati, Museu da Baixa Grande, Serrote do São Joaquim, Sítio Arqueológico, Cavalgada de São José, Igreja Matriz e escreveu no Inventário Juvenil do Patrimônio Cachoeirense os textos sobre o Sítio Arqueológico Boa Fé, Serrote do São Joaquim e Serrote do Coati, 2023)

SOUSA, Ray Faustino de. *Atividades da 1ª aula-oficina de História, Atividades da 2ª aula-oficina, Atividades da 4ª aula-oficina de História, 2023.*

Sites e blogs consultados.

RESENHA POLÍTICA, Disponível em: <https://www.resenhapolitika.com.br/noticia/no-dia-de-sao-jose-cavalgada-de-marimbas-deve-bater-recorde-de-publico-pedindo-chuva-e-politicos-pedindo-votos-por-gilberto-lira>, Acesso em: 19 jun 2023.

YOUTUBE, <https://www.youtube.com/watch?v=hEHp1gLphC8>,

GOOGLE EARTS: disponível em: [https://earth.google.com/web/search/serrote+do+quati/@-6.91469417,-](https://earth.google.com/web/search/serrote+do+quati/@-6.91469417,-38.69860766,488.89653309a,13236.55714892d,35y,23.41427153h,0t,0r/data=CigiJgokCXkCuWjXTTRAEXYCuWjXTTTAGTifumQEpkhAicpVB0ahR0rAMikKJwolCiExZEZSbTIQMUFmcUhaREZtQzJDMHRGeXYzQjdCemN5UDAgAToDCgEw)

[38.69860766,488.89653309a,13236.55714892d,35y,23.41427153h,0t,0r/data=CigiJgokCXkCuWjXTTRAEXYCuWjXTTTAGTifumQEpkhAicpVB0ahR0rAMikKJwolCiExZEZSbTIQMUFmcUhaREZtQzJDMHRGeXYzQjdCemN5UDAgAToDCgEw](https://earth.google.com/web/search/serrote+do+quati/@-6.91469417,-38.69860766,488.89653309a,13236.55714892d,35y,23.41427153h,0t,0r/data=CigiJgokCXkCuWjXTTRAEXYCuWjXTTTAGTifumQEpkhAicpVB0ahR0rAMikKJwolCiExZEZSbTIQMUFmcUhaREZtQzJDMHRGeXYzQjdCemN5UDAgAToDCgEw), acesso em: 11 out 2023.

INSTAGRAM DA PAROQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, Cachoeira dos Índios-PB <https://www.instagram.com/p/CIn1MBSjpKb/?igshid=MzRIODBiNWFIZA==>

HEMEROTECA DIGITAL, disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pesq=&pagfis=67633>, acesso em: 08 out 2023.

CULTURA GENIAL, disponível em: <https://www.culturagenial.com/filme-o-rei-leao/>, acesso em 10 de out 2023.

JORNAL DE GRAMADO. <https://jornaldegramado.com.br/noticias/gramado/2021/08/22/producao-paraibana-a-fome-de-lazaro-e-o-melhor-curta-metragem-brasileiro.html>

G1PB. Veja o resultado das etapas municipais do festival de quadrilhas da Paraíba Primeiras colocadas de cada cidade vão participar da etapa estadual, em Patos, entre 16 e 18 de junho. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/sao-joao/2017/noticia/veja-o-resultado-das-etapas-municipais-do-festival-de-quadrilhas-da-paraiba.ghtml>. Acesso em 18 jul 2023.

G1PB. Veja o resultado das etapas municipais do festival de quadrilhas da Paraíba Primeiras colocadas de cada cidade vão participar da etapa estadual, em Patos, entre 16 e 18 de junho.

Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/sao-joao/2017/noticia/veja-o-resultado-das-etapas-municipais-do-festival-de-quadrilhas-da-paraiba.ghtml>. Acesso em 18 jul 2023.

G1 PARAÍBA. <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/03/11/curta-metragem-paraibano-a-fome-de-lazaro-estreia-em-festival-de-cinema-na-suica.ghtml>

LAURINDO, Erivaldo. **Festival classifica Quadrilhas Juninas para competições regionais, Campina Grande**, 20 de junho de 2017, Disponível em: <https://reporterjunino.com.br/2017/06/20/festival-classifica-quadrilhas-juninas-para-competicoes-regionais/>,

PARAÍBA, Atos do Poder Executivo, **Diário Oficial, 12 de maio de 2023**. João Pessoa: 2023. Disponível em: <file:///D:/Area%20de%20Trabalho/URCA/disserta%C3%A7%C3%A3o/Invent%C3%A1rio/Cavalgada/diario-oficial-12-05-2023.pdf>, Acesso em: 16 ago 2023.

PARAÍBA, Atos do Poder Executivo, **Diário Oficial, 14 de junho de 2013**. João Pessoa: 2013. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/doi/2013/junho/diario-oficial-14-06-2013.pdf>, Acesso em: 16 ago 2023.

PARAÍBA, Departamento de Estradas de Rodagem da Paraíba-DER. **Mapa Rodoviário 2023**. Disponível em: https://der.pb.gov.br/institucional/rodoviario/mapa-rodoviario/copy_of_mapa-rodoviario-edicao-2023, acesso em: 11 out 2023.

STUDIO RURAL, Disponível em: <https://www.studiorural.com.br/banda-de-pifano-em-cachoeira-dos-indios-ultrapassa-100-anos-com-forca-cultural-no-interior-da-paraiba/>. Acesso em 13 de jun de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOS ÍNDIOS-PB <https://www.cachoeiradosindios.pb.gov.br/>.

TVDS, **VÍDEO: Após descoberta de sítio arqueológico em Cachoeira, exposição reúne objetos da história do município**. Disponível em: <https://www.diariodosertao.com.br/noticias/educacao/634520/video-apos-descoberta-de-sitio-arqueologico-em-cachoeira-exposicao-reune-objetos-da-historia-do-municipio.html>. Acesso em 27 de out 2023.

TVDS, **VÍDEO: Fé, tradição e festa levam multidão à Cavalgada de São José de Marimbás, em Cachoeira dos Índios**. Disponível em: <https://showdiario.com.br/noticias/entretenimento/659971/video-fe-tradicao-e-festa-reune-miltidao-na-cavalgada-de-sao-jose-de-marimbás-em-cachoeira-dos-indios.html>. Acesso em: 20 mar 2024.

ACERVOS DE FONTES DOCUMENTAIS (Manuscritos e impressos)

Acervo dos arquivos do Museu da Baixa Grande

Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba

Arquivo da Capela São José Distrito de São José das Marimbas.

Arquivo da Secretária Municipal de Educação de Cachoeira dos Índios -PB

Arquivo do projeto de Ação Educacional Akangatu desenvolvido na E.M.E.I.F. Maria Cândido de Oliveira em Cachoeira dos Índios – PB.

Arquivo do projeto de ação educacional Akangatu desenvolvido na E.M.E.I.F. Maria Cândido de Oliveira em Cachoeira dos Índios – PB.

Arquivo Pessoal de Djalma Luiz do Nascimento Dantas.

Arquivo Pessoal de Edgley Guedes de Oliveira.

Arquivo pessoal de Helder Marreta Souza.

Arquivo pessoal de Heleno Francisco Filho.

Arquivo pessoal de Jone Cândido de Oliveira.

Arquivo pessoal de Lorisvaldo Lima.

Arquivo pessoal de Maria Lídia Silva de Sousa.

Arquivo pessoal de Mazinho Monteiro dos Santos.

Arquivo pessoal de Rogério Delfino de Lima.

Arquivo Pessoal. Romário Pereira Silva,

Arquivos da Assembleia Legislativa da Paraíba.

Arquivos da Câmara Municipal de Cachoeira dos Índios-PB.

Arquivos da Casa Civil do Governador da Paraíba.

Arquivos da Mitra Diocesana Diocese de Cajazeiras-PB

Arquivos da Secretária Municipal de Educação de Cachoeira dos Índios -PB

Arquivos do Cartório Antônio Holanda, Cajazeiras-PB.

Arquivos do Fórum Promotor Ferreira Júnior Cajazeiras-PB (1ª e 2ª Varas).

Arquivos do Museu Comunitário Histórico e Cultural das Famílias do Distrito Baixa Grande.

Arquivos pessoais de Edmilza Hannah Cacy.

Arquivos pessoais de Jone Cândido de Oliveira.

Arquivos pessoais de Maria de Fátima Cândido de Oliveira.

Arquivos pessoais de Maria Lídia Silva de Sousa

Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da Universidade Estadual da Paraíba – LABAP-UEPB

Livro de Tombo da Paroquia Nossa Senhora da Conceição Cachoeira dos Índios -PB (1994 - 2018)

Jornais e revistas

Anuário: Administrativo, agrícola, profissional, mercantil e industrial da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, vol. 2, Estados, 1917.

Jornal A União, anos 1938, 1939, 1949, 1961.

O Norte, ano 1916.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Umbelino Peregrino de. Patrimônio Cultural: uma construção da cidadania IN: TOLENTINO, Átila Bezerra. **Educação Patrimonial. Reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012.

AMORIM, Luis Otávio. **Enciclopédia dos municípios paraibanos**. João Pessoa: Correio da Paraíba, 1976.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. A conversão do sertão, capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 23, p. 151-166, 2007.

ANDRADE, Larizza Bergui de; LAMAS, Nadja de Carvalho. Educação patrimonial no ensino formal: consciência e participação cidadã. **Educação e Pesquisa**, v. 46, p. 1-21, 2020.

ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. **A terra e o homem no Nordeste**. Brasília: Editora Brasiliense, 1964.

ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello. Destruído pelo arado? Arqueologia de superfície e as armadilhas do senso comum. **Revista de Arqueologia**, v. 14, n. 1, p. 07-28, 2001.

ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello. **Teoria e método em arqueologia regional: um estudo de caso no alto Paranapanema, Estado de São Paulo**. 2001. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2001.

ARAÚJO, Ranielton Dantas de. **“O mistério da imagem”**: sonho, fé e medo na formação de um imaginário em torno do Padre Cícero (Cachoeira dos Índios-PB) 2017. Monografia (Trabalho de conclusão do Curso de História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras-PB, 2017.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

BACKX, Isabela. Patrimônio Arqueológico. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (Org). **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2020, p. 34-38.

BAHIA, Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da. **Ofício de vaqueiro**. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2013. [E-BOOK]

BARCA, Isabel. Aula oficina: do projeto à avaliação. **Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica**. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131-144,

BARCA, Isabel. Literacia e consciência histórica. **Educar em Revista**. Curitiba, p.93-112, 2006. Editora UFPR. <https://www.scielo.br/j/er/a/bqhz7MVKcd3TLVT6jFLcpFK/?lang=pt>. Acesso em 16 ago 2023.

BARROS, José Deomar de Souza. SILVA, Maria de Fátima Pereira da. OLIVEIRA, Rivanildo Ricarte de. Aspectos determinantes do Desmatamento em Cachoeira dos Índios – PB, IN: **Revista: D.O.S. Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Brasília, online, v.6, n. 2, p. 38-47. 2012.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

BRAGA, Elinado Menezes. **Celebrações da vida e memória da Banda Cabaçal Os Inácio**. Campina Grande: EdUFCG, 2015.

BRASIL, Agência Nacional de Águas-ANA. Plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu. Brasília: ANA, 2018.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília (DF), 2023, disponível em <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>, acesso em: 16 dez 2023.

BRASIL. **Lei 3.924/1961**, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13924.htm, acesso em: 16 dez 2023.

BRASIL. **Lei 3.924/1961**, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em : <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/base/o-que>, acesso em 13 Ago 2023.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. PBA 015: Apoio técnico para implantação e infraestrutura de abastecimento de água ao longo do canal. In: **Projeto de Integração do Rio**

São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional- PISF. Trecho IV, Ramal Apodi. Programa Básico Ambiental. Brasília. 2020.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. PBA 07: Indenização de terras e benfeitorias nas áreas da faixa de domínio do Ramal do Apodi Trecho IV- PISF. In: **In: Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional- PISF. Trecho IV, Ramal Apodi. Programa Básico Ambiental.** Brasília. 2020.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. PBA 08: Programa de Reassentamento das Populações. **In: Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional- PISF. Trecho IV, Ramal Apodi. Programa Básico Ambiental.** Brasília. 2020.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasileira, MEC/ SEF, 1997.

BRITES, Olga; PEREIRA, Mirna Busse. Oficina de História: Ensino, Memória e Patrimônio Histórico. **Projeto História**, São Paulo, v. 40, p. 333- 356,2010.

CAIMI, Flávia Eloisa; CASSOL, Francielle Moreira. Detetives na aula de História: Simulações de práticas arqueológicas para conhecer o passado. In: PAIM, Elison Antônio; GUIMARÃES, Maria de Fatima (Orgs.). **História, memória e patrimônio: Possibilidades Educativas.** Jundiaí: Paco Editorial, 2012, p. 79-94.

CANDAU, Joël, **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2021.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Agricultura, escravidão e capitalismo.** Petrópolis: Vozes, 1979.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro.** 10^a ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

CERRI, Luis Fernando. Didática da História: uma leitura teórica sobre a História na prática. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, n. 15, p. 264 -278, 2010.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea.** Rio de Janeiro: FGV, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CUNHA, Maximiliano Carneiro da. LOPES, Andiara Valentina de Freitas e. Uma relação entre vaqueiros e seus animais no Sertão Pernambucano. **Vivência: Revista de Antropologia.** Natal, v. 1, n. 51, 2018. p. 109-121.

DANTAS, Djalma Luiz do Nascimento. A Educação Patrimonial em Cachoeira Dos Índios – PB: Desafios E Possibilidades. In. **2 Congresso Nacional do ProfHistória: A pesquisa em Ensino e História e a Formação de Professores,** Rio de Janeiro, 2022. (No prelo).

DANTAS, Djalma Luiz do Nascimento. Boa Fé: A experiência do Ensino de História vivenciado para a descoberta do 1º Sítio Arqueológico Tupi no município de Cachoeira dos Índios-PB. **Sertão História**. Crato, v. 2, n. 4, 2023. p. 292-309.

DANTAS, Djalma Luiz do Nascimento. DANTAS, Francisco Odair. Museu da Baixa Grande: Percurso constitutivo e memória rural. In: SANTOS, Joaquim dos; DANTAS, Djalma Luiz do Nascimento (Orgs.). **Museus no Brasil: trajetórias, acervos e práticas educativas**. Santa Maria: Arco Editores, 2023. E-book.

DANTAS, Djalma Luiz do Nascimento; SANTOS, Joaquim dos. Ensino de história e natureza: vivências históricas no Serrote do Coati, em Cachoeira dos Índios – PB. **Caderno Pedagógico**. Curitiba, v.21, n. 1, 1639–1661, 2024.

DANTAS, Francisca Clenilda Pereira. **Reprodução Social do Campesinato na Comunidade Baixa Grande, Cachoeira Dos Índios – PB**. Monografia (Licenciatura em Geografia) Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras. 2016.

DIAS, Janine Vicente. **Transformação na grande propriedade rural e do sistema de moradia no Sertão Paraibano: entre velhas estruturas de dominação e novos contornos de resistência**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2019.

DÓRIA, Carlos Alberto. **O cangaço**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FABBRI, Angélica. Museus: o que são, para que servem. In: Sistema Estadual de Museus de São Paulo (Org.). **Museus: o que são, para que servem**. 1ª ed. São Paulo: Brodowski, 2011. p. 50-61.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória Social: novas perspectivas sobre o passado**. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1992.

FERNANDES, Renata Sieiro. A memória dos lugares, dos objetos e os guardiões da memória na educação não-formal. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 169-193, jul.-dez. 2005

FERREIRA, Eliane Cândido de Oliveira, SANTANA Jacinta Moreira de. **Cachoeira dos Índios-PB, uma cidade às margens do desenvolvimento e da degradação ambiental**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Ambiental para o Semiárido Nordeste) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, Cajazeiras -PB: 2006.

FILHO, José Carlos Lima. **Expressões de religiosidade na festa de Santa Luzia na cidade de Mossoró (RN)**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Mestrado em Ciências da Religião, Universidade Católica de Pernambuco. 2012

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Tradução: Maria Juliana Gambogi Teixeira Cláudia Damasceno Fonseca Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FONSECA, Selva Guimarães. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 125-141, jan.-jun. 2006.

FORMIGA, Mayara Millena Moreira. **Nas veredas do sertão colonial: o processo de conquista e a formação de elites locais no sertão de Piranhas e Piancó (Capitania da Parahyba do Norte, c. 1690-c. 1772)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós graduação em História, Centro de Humanidades, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

FRANCO, Francisco Carlos. **Educação, patrimônio e cultura local: concepções e perspectivas pedagógicas**. Curitiba: CRV, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 2021.

FREIRE, Paulo. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FUNARI, Pedro Paulo (Org.); PINSKY, J. (Org.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2002.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. Memória. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Orgs.). **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV, 2019, p. 155-167.

GONÇALVES, Adriano de Sena. **As olarias e os impactos ambientais no Riacho Cipó-Cachoeira dos Índios-PB**. Trabalho de Conclusão do Curso de (Licenciado em Geografia) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2015.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003, p. 13-33.

HOBBSAWN, Eric; RANGER; Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar respeitar primeiro avaliar depois**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **O que é a educação patrimonial?**. Disponível em: https://www.academia.edu/11935219/O_que_%C3%A9_a_Educa%C3%A7%C3%A3o_Patrimonial . Acesso em: 10 out. 2022.

HORTA, Maria de Lourdes. GRUNBERG, Parreiras Evelina. MONTEIRO, Adriane Queiroz **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE, **Cachoeira dos Índios**: Panorama, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cachoeira-dos-indios/panorama>, Acesso em 09 jan 24.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim et al. **Educação Patrimonial: inventários participativos**: manual de aplicação. Brasília: Iphan 2016.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação Patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília: 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf, acesso em 11 mai 2022.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação Patrimonial**: Inventários Participativos Manual de Aplicação. IPHAN, Brasília -DF, 2016.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário Nacional de Referências Culturais**. Manual de Aplicação. Brasília: Iphan, 2020.

IPHAN. **Educação Patrimonial**: Manual de aplicação: Programa Mais Educação. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, 2013.

IPHAN. **Inventário de Identificação do Patrimônio**. MOTTA, Lia & SILVA, M. Beatriz Resende (orgs.). Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

JOFFILY, Irineu. **Synopsis das sesmarias da capitania da Parahyba**: Compreendendo o Território de todo o estado o mesmo nome e parte do Rio Grande do Norte. Parahyba: Typographia e Lithographia Manoel Henriques, João Pessoa, 1893.

JONIN, Pierre; ABÍLIO, Rosemary Costhek. **A canção de Rolando**. Tradução de Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LACERDA, Aroldo Dias; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; PEREIRA, Júnia Sales Pereira; SILVA, Marco Antônio. **Patrimônio cultural em oficinas**: Atividades em contextos escolares. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 7ª Ed. Campinas: UNICAMP, 2013.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. Patrimônio Natural. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (Org). **Dicionário temático de patrimônio**: debates contemporâneos, Campinas :Unicamp, 2020, p. 75- 78.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Centauro, São Paulo, 2008.

LE MOS, Carlos. A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense. 2013.

LEERSH, Teresa Morales. OCAMPO, Cuauhtémoc Camarena. O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história. **Centro INAH Oaxaca**. 2008. Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2011/12/o-conceito-de-museu-comunitc3a1rio.pdf>, acesso em 06 jul 2023.

LIMA, Ernane Cortez. A Importância das serras cristalinas no semiárido do Nordeste, especialmente no Ceará-Brasil. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 16, n. 1, p. 8. 2014.

LUSTOSA, José Moreira. **Uma família sertaneja**: os descendentes de Joaquim Barbosa Moreira e Nicácia Teresa de Jesus: seu estabelecimento no grande sertão da caatinga nordestina e sua expansão pelos sertões dos Brasis. São Luís: Sotaque Norte Editora, vol. 1, 2021.

MARX, K. **O 18 brumário e cartas à Kugelmann**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MASCARENHAS, João de Castro. BELTRÃO, Breno Augusto. JUNIOR, Luiz Carlos de Souza. MORAIS, Franklin de. MENDES, Vanildo Almeida. MIRANDA, Jorge Luiz Fortunato de. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. **Diagnóstico do município de Cachoeira dos Índios, estado da Paraíba**. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**: lutas e resistências. João Pessoa-PB: A União, 2002.

MENESES, José Newton Coelho. O patrimônio e a compreensão do passado: Experiência Intelectual e diálogo público. In: ALMEIDA, RABÊLO, Juniele. MENESES, Sônia (Org). **História pública em debate**: Patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 21-32.

MENEZES NETO, Hugo. **O balancê no arraial da capital**: quadrilha e tradição no São João do Recife. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de pós graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MENEZES, Sônia S. M.; ALMEIDA, Maria Geralda de. “Vaquejada: a pega de boi na caatinga resiste no sertão sergipano”. In: **Vivência**, n. 34, pp. 181-193, 2008.

MOURA, Gloria. **Festas dos quilombos**. Brasília: UnB, 2012.

NETO. Manuel Marques da Nóbrega. **Produção de Carvão Vegetal no Município de Cachoeira dos Índios – PB**. 2016. Monografia (Trabalho de conclusão do Curso de Geografia) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras-PB, 2016.

NEVES, Joana. História Local e construção da identidade social. **Saeculum**, v.3, n. 6-7, jan./dez. 1997.

- OLIVEIRA, Amália Xavier de. **O Padre Cícero que eu conheci**, Rio de Janeiro: Massangana, 1969.
- PAES, Jurema Mascarenhas. **Tropas e tropeiros na primeira metade do século XIX no Alto Sertão Baiano**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa pós graduação em Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- PAIM, Elison Antonio; GUIMARÃES, Maria de Fatima (Orgs.). **História, memória e patrimônio**: Possibilidades Educativas. Jundiaí: Paco Editorial, 2012, p.183-198.
- PARANÁ, Governo, do Estado do. **O professor PDE e os desafios da Escola Pública Paranaense**: produção didático-pedagógicas. Secretária de Educação. Paraná, v. 2, p. 21, 2012.
- PEDRASSE, Carlos Eduardo. **Banda de pífanos de caruaru**: Uma análise musical. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Artes) – Programa de pós Graduação em Artes, Instituto de Artes, Universidade de Campinas, Campinas, 2002.
- PELEGRINI, Sandra. Patrimônio Imaterial. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina. (Org), **Dicionário temático de patrimônio**: debates contemporâneos.: Campinas :Editora da Unicamp, 2020.
- PEREIRA, Danilo Celso. Patrimônio natural: atualizando o debate sobre identificação e reconhecimento no âmbito do Iphan. **Revista CPC**, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 34-59, 2018.
- PEREIRA, Renan Martins. Dominação e confiança: vaqueiros e animais nas pegadas de boi do sertão de Pernambuco. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, 2016.
- PEREIRA, Danilo Celso. Cidade, patrimônio e território: as políticas públicas federais de seleção no Brasil do século XXI. **Revista CPC**. São Paulo, n. 21, p. 36-70, jan./jul. 2016.
- PESTANA, Marlon Borges. Patrimônio e cidadania: a educação patrimonial nas escolas e a formação cidadã. **Revista Memorare**, Tubarão, SC, v. 3, n. 1, p. 95-113 jan./abr. 2016.
- PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, século XVIII-XXI**: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- QUEIROZ, Washington. Bahia e vaqueiros: um débito. **Revista Entreideias**. Salvador, n. 17, 2010. Disponível em: <file:///D:/Downloads/4872-Texto%20do%20Artigo-14152-1-10-20110825.pdf>, Acesso em 17 ago 2023.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**: o museu no ensino de História. Chapecó: Argo, 2004.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. História e “ensino” de “história”, ainda? In: REIS, Ana Isabel RP Cortez. MAGALHÃES, Marcelo de Souza. ANDRADE, Maria Lucélia de. (Orgs.) **Saberes docentes e ensino de História**. Curitiba: CRV, 2023. p. 25- 40.

- RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: Iphan, 2007.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2020.
- ROCHA, Helenice. Letramento(s) histórico(s): uma proposta plural para o ensino e a aprendizagem de história. In: **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 13, n. 2, jul.-dez., 2020. Disponível em:
<http://ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/1061/pdf>. Acesso em: 11 mai 2022.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EdUFBA, 2010.
- SANTANA, Rosemere Olímpio de. **Tradições e Modernidade: Raptos consentidos na Paraíba (1920-1940)**. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- SANTIAGO, Ricardo. MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **História oral na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- SANTOS, Cícero Joaquim dos. Necessidades de História: os usos da memória na construção da cidadania cultural. **Políticas Culturais em Revista**. Salvador, v.1, n.6, p.54-70, 2013.
- SANTOS, Cícero Joaquim dos. **Passado alumiado: representações históricas de Porteiras**. IMOPEC, Fortaleza, 2011.
- SANTOS, Joaquim dos. Sonhar com os mortos. In: ARAÚJO, Raimundo; ARAÚJO, Reginaldo. SANTOS, Joaquim dos (Orgs.). **Nas trilhas do sertão: Escritos de cultura e política nos interiores do Ceará**. vol. 06. Sobral -CE: Edições UVA; SERTAOCULT, 2019, p. 73-94.
- SANTOS, Juvandi de Souza. **Arqueologia: correntes e perspectivas**. João Pessoa-PB: JRC, 2009.
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.
- SCIFONI, Simone. **A construção do patrimônio natural**. Tese de Doutorado. (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2006.
- SOARES, Maria de Lourdes. **O sertanejo entre Deus e o Diabo na terra do sol**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.
- SOARES, Maria Simone Morais. **Formação da rede urbana do sertão de Piranhas e Piancó da Capitania da Paraíba Setecentista**. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e

Urbanismo) - Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa PB: 2012.

SOUSA, Hélder Dantas, **A quadrilha Maria Chiquinha e as transformações nas quadrilhas juninas na cidade de Cachoeira dos índios-PB: da cultura tradicional ao estilizado.** Monografia (Licenciatura de Geografia) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras-PB, 2017.

SOUSA, Silvana Vieira de. Histórias de crença e religiosidade dos sertanejos: almoço dos cães e a Festa de São Lázaro. In: 13 Encontro Estadual de História - Guarabira, PB História e Historiografia: Entre o nacional e o regional, Guarabira, 2016. **Anais eletrônicos.** [...] Guarabira, 2016. Disponível em: http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/autores.htm. Acesso em 20 jul 2023.

SOUZA, Antônio José de. **Subsídios para a História de Cajazeiras.** João Pessoa: Editora Universitária - UFPB.1987

STEIN, C. C. et al. **Corpus Linguajar Paraibano (CoLingPB).** Informante brPB25_g3bM02. João Pessoa, PB: Editora da UFPB, 2013. Disponível em: <<http://ufpb.br/colingpb>>. Acesso em 20 julho 2023.

TAVARES, João de Lyra. **Apontamentos para a história territorial da Paraíba.** Vol. I. 1909.

UNES, WOLNEY et al. Técnica e Arte no Pórtico do IFG O Restauero. Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia – Contecc, Goiânia, 2021. **Anais eletrônicos.** [...] Goiânia, 2021 Disponível em: <https://www.confea.org.br/midias/uploads-imce/Contecc2021/Civil/T%C3%89CNICA%20E%20ARTE%20DO%20P%C3%93RTICO%20DO%20IFG%20O%20RESTAURO.pdf>. Acesso em: 06 de junho 2023.

XAVIER, Carlos Alberto Ribeiro de. A natureza no patrimônio cultural do Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília: IPHAN, n. 22, p. 233-235, 1987.

ANEXOS**Anexo I:**

Identidade visual da pesquisa.



Anexo II:

Inventário Juvenil do Patrimônio Cachoeirense

Livro Digital – QR CODE de acesso.



Anexo III:

Diário de bordo das aulas-oficinas de História.



OFICINAS EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL



	TEMA DA OFIINA	
	ALUNO (A)	
	LOCAL E DATA:	

DESCRIÇÃO DAS VIVÊNCIAS HISTÓRICAS

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	
DESCRIÇÃO DAS LEITURAS E DEBATES	
DESCREVA O QUE FEZ E APRENDEU .	

Anexo IV:

Diário de bordo para as aulas passeio (Estudo de campo).



EXPEDIÇÕES DE CAMPO



	PATRIMÔNIO ESTUDADO	
	ALUNO (A) PESQUISADOR (A)	
	LOCAL E DATA :	
	GUIAS TURÍSTICOS OU PROFISSIONAL QUE ACOMPANHOU A VISITA TÉCNICA	

DESCRIÇÃO DAS VIVÊNCIAS HISTÓRICAS

DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO ESTUDADO	
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	
DESCREVA O QUE FEZ E APRENDEU .	

Anexo V:

Diário de bordo para atividades de entrevista e produção de História Oral.



DIÁRIO DE PESQUISA



	PATRIMÔNIO ESTUDADO	
	ALUNO (A) PESQUISADOR (A)	
	LOCAL E DATA	
	PATRIMÔNIO ESTUDADO	
	PESQUISADORES E DEPOENTES	

DESCRIÇÃO DAS VIVÊNCIAS HISTÓRICAS

DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO ESTUDADO	
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	
DESCREVA SUA PARTICIPAÇÃO E REFLEXÕES DO QUE PARENDEU	

Anexo VI:

Jornal impresso: Gazeta do Alto Piranhas, Cajazeiras-PB, Nº 1214, 11 de maio de 2023.

(Capa e p.04)



Gazeta
do Alto Piranhas

O jornal que escreve, documenta e divulga Cajazeiras
Registrando a História de Cajazeiras e Região

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERTÃO **4984**
dias
A LUTA PELA SUA CRIAÇÃO FOI INICIADA HÁ

Fundado por José Antonio de Albuquerque em 1º de janeiro de 1999
jornalgazetadoaltopiranhas@bol.com.br - altopiranhas@uol.com.br
Ano XXII - Nº 1274 - Cajazeiras-PB - 05 a 11 de maio de 2023

RECEBA A VERSÃO DIGITAL
DO GAZETA DO ALTO PIRANHAS

Faça já sua assinatura!
Tel: (31) 3311-1335 E-mail: altopiranhas@bol.com.br

UFCG

Reitor solicita ampliação do número de vagas do curso de medicina de Cajazeiras

O Ministro da Educação, Camilo Santana, recebeu, recentemente, em audiência, o presidente em exercício do Senado Federal, senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB). O parlamentar estava acompanhando do deputado estadual Taciano Diniz e do Reitor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Antônio Fernandes. Durante a audiência, o Reitor solicitou ao ministro a ampliação do número de vagas do curso de medicina de Cajazeiras, de 30 para 60, além de convidá-lo para diversas inaugurações em Pombal, Cajazeiras e Aguiar, provavelmente com a presença do presidente Lula.

Página B1

Cachoeira dos Índios tem seu primeiro Sítio Arqueológico descoberto



No último domingo, 30 de abril de 2023, foi catalogado pelo Professor Dr. e Arqueólogo Juvandi Santos (UEPB), o primeiro sítio arqueológico da cidade de Cachoeira dos Índios -PB. Tal achado foi possível pelo desenvolvimento de pesquisa do professor de História do município e estudante de Mestrado em Ensino de História – PROFHISTÓRIA – da Universidade Regional do Cariri – URCA, Djalma Luiz, que trabalha com a perspectiva da Educação Patrimonial como ferramenta para o ensino de História, utilizando a memória e os bens históricos e culturais para promover um levante na produção de registros e vivências dos municípios, com a identificação de pertencimento da história do lugar.

Página B2

Barragem de Pau dos Ferros se aproxima de sangria após 14 anos

De 23 a 26 de maio, ACAL festeja aniversário com intensa programação em Cajazeiras

Morre Manoel Caiçara, aos 92 anos de idade; ele foi vereador no ano de 1968, em Cajazeiras



Empresário cajazeirense Pedro Abrantes é o novo presidente da FIEP

Doutora Paula solicita estudo para implantação da Procuradoria da Mulher na Assembleia Legislativa

Cachoeira dos Índios tem seu 1º Sítio Arqueológico descoberto

No último domingo, 30 de abril de 2023, foi catalogado pelo Professor Dr. e Arqueólogo Juvandi Santos (UEPB) o primeiro sítio arqueológico da cidade de Cachoeira dos Índios -PB. Tal achado foi possível pelo desenvolvimento de pesquisa do professor de História do município e estudante de Mestrado em Ensino de História – PROFHISTÓRIA – da Universidade Regional do Cariri – URCA, Djalma Luiz, que trabalha com a perspectiva da Educação Patrimonial como ferramenta para o ensino de História, utilizando a memória e os bens históricos e culturais para promover um levante na produção de registros e vivências dos municípios, com a identificação de pertencimento da história do lugar.

Há que se destacar que a efetivação da vinda do professor Juvandi foi fruto de um trabalho de ação educacional desenvolvido pelo professor Djalma Luiz, na E.M.E.I.F Maria Cândido de Oliveira, projeto denominado de Akangatu (que quer dizer memória em tupi – guarani)



ni) com a participação de alunos da educação básica, que passaram a indicar e reivindicar os patrimônios que poderiam ser estudados na escola para se saber mais sobre a história do seu município.

A partir daí buscou-se também procurar indícios da presença indígena que pudesse referenciar e justificar o nome do município, motivando as pesquisas e buscas. Neste interim, tomou-se conhecimento que um jovem agricultor, em 2020, chamado Gilmar Nascimento, havia encontrado e destinado a UEPB, peças arqueológicas denominadas de fusos (utensílios feitos de pedras usados para tecelagem dos povos tupis), que abririam caminho para a confirmação de um possível sítio arqueológico na cidade.

Diante desta informação, o professor Djalma Luiz e seus alunos começaram a buscar mais informações e articularam a vinda de Juvandi para realização de prospecção, que se deu no último domingo, com a importante articulação do também professor Francisco Odair. Na ocasião, o proprietário das terras, onde o sítio arqueológico se encontra, o ex-prefeito e vereador Jacildo de Sousa, acolheu a ideia de pesquisa, abriu as portas e recebeu cordialmente os pesquisadores que partiram em buscas dos vestígios arqueológicos em sua propriedade. Para o vereador não foi surpresa, pois desde jovem já havia encontrado várias peças de cerâmica e compreendeu a importância de encontrar vestígios que legitimassem o nome do município, sendo ele o responsável por indicar o local de uma possível base de forno indígena.

Para o Prof. Dr. Juvandi Santos, o achado das peças de cerâmica pode indicar novos rumos para o estudo dos povos indígenas na Paraíba. A expedição, comandada pe-

lo professor Juvandi Santos, contou com a presença dos professores Djalma Luiz e Francisco Odair, do Ex-prefeito e vereador Jacildo de Sousa, dos alunos da rede municipal de ensino, da Escola Maria Cândido de Oliveira, Ingrid de Sousa e Thiarly dos Santos, dos ex-alunos João Victor Costa e Mirla de Sousa, contando também com a presença de Gilmar Nascimento e dos estudantes Thales de Sousa e Rômulo Tavares.

Ao final dos trabalhos, foram encaminhados para análise do laboratório de Arqueologia da UEPB uma boa quantidade de peças do agora descoberto e registrado 1º sítio arqueológico de Cachoeira dos Índios, este que é o de número 18 do sertão paraibano, sendo nomeado pelos pesquisadores de SÍTIO ARQUEOLÓGICO BOAFÉ, por estar localizado a aproximadamente 7km da sede do município, no Sítio Boa Fé. Segundo Jurandi, já saiu o resultado preliminar do laboratório e confirmou que as peças encontradas são de povos tupis.



De 23 a 26 de maio, ACAL festeja aniversário com intensa programação em Cajazeiras

Com uma intensa programação entre os dias 23 a 26 de maio, a Academia Cajazeirense de Artes e Letras (ACAL) irá festejar com os membros efetivos e toda a sociedade, os seus quatro anos de instalação na terra do Padre Rolim.

Instalada oficialmente no dia 24 de maio de 2019, em solenidade no Cajazeiras Tênis Clube, com as presenças dos sócios-fundadores e seus familiares e convidados, a ACAL vai celebrar o seu quarto aniversário a partir do dia 23 de maio (terça-feira), com divulgação da programação nas emissoras de rádio e falas de diretores e membros sobre as ações já desenvolvidas e os próximos passos e projetos da entidade.

Ainda no dia 23, a partir das 19h30, será realizado o Sarau Literário na sede da ACAL, no Espaço Cultural Eliezer Rolim, no centro da cidade, com exposição e ven-

da dos livros dos acadêmicos durante o evento.

A programação do dia 24, elaborada pela comissão formada por Nadja Claudino Naldinho Braga e Ubiratan di Assis, membros da mesa diretora da ACAL, terá início às 14h00, com visitação de escolas ao Memorial Ivan Bichara, instalado no Casarão da Rua Epifânio Sobreira, nas proximidades do Açude Grande de Cajazeiras.

As 16:00, no mesmo Casarão, será realizada uma homenagem Ivan Bichara, com as presenças de familiares e amigos do ex-governador e escritor, autor do conhecido romance "Caracará", entre outros.

Na noite da quarta-feira (24), a partir das 19h00, haverá a solenidade comemorativa dos quatro anos da instalação da ACAL, no Espaço Cultural Eliezer Rolim, seguida de um coquetel e apresentação musical com o cantor Alysson Voz e Violão. Paralelamente, no mesmo lo-

cal, acontecerá a exposição e venda dos livros dos acadêmicos.

A programação prossegue na quinta-feira, dia 25, às 09h00, com uma mesa redonda com professores da UFCG, que são membros da ACAL, no miniauditório da Central de Aulas Francisco Eugênio Pacelli Gurgel do CFP/UFCG.

No dia 26 (sexta-feira), a partir das 09h30, a programação será encerrada com uma atividade com alunos do ensino médio na Praça Nossa Senhora de Fátima, tendo como temática "o morticínio eleitoral em Cajazeiras", com a mediação do presidente da ACAL, Francisco Sales Cartaxo Rolim.

Lenilson Oliveira – Diretor de Comunicação da Academia Cajazeirense de Artes e Letras (ACAL)



Tenente-coronel Rômulo, novo comandante do 6º PM de Cajazeiras

Tenente-coronel Nicolau Franca deixa comando do 6º BPM

Para o seu lugar foi nomeado o Tenente-coronel Rômulo Ferreira

Capitão Clemente deixa o comando da 5ª Companhia de Trânsito e em seu lugar assume o Tenente João Paulo de Sousa Ferreira

O Diário Oficial do Governo da Paraíba de ontem, quinta-feira, (04), trouxe mudanças no Comando do 6º Batalhão da Polícia Militar e na 5ª Companhia de Trânsito em Cajazeiras.

Conforme publicação, o Ten/Cel Nicolau Franca de Alencar Leite "Terceiro" deixa o comando do 6º BPM e assume Tenente Coronel Rô-

mulo Ferreira de Araújo.

Já para 5ª Companhia do BPTran de Cajazeiras o Capitão Clemente deixa o comando e em seu lugar assume o Tenente João Paulo de Sousa Ferreira.

O novo Comandante do 6º BPM, Tenente Coronel Rômulo Ferreira, já assumiu o Comando do 3º BPM da cidade de Patos.

Anexo VII:

Jornal A União. Ano CXXX Número 140, João Pessoa, Paraíba, 04 de julho de 2023.

8 A UNIÃO – João Pessoa, Paraíba - SEXTA-FEIRA, 14 de julho de 2023

Paraíba

VESTÍGIOS

Peças indicam presença de indígenas no Sertão

Objetos com mais de 600 anos foram localizados em Cachoeira dos Índios

Lusíngela Azevêdo
lusange1013@gmail.com

Foto: Juvandi de Souza Santos/Arquivo Pessoal

Uma equipe formada por alunos da E.M.E.I.F Maria Cândido de Oliveira, juntamente com o professor Djalma Dantas, que é mestrando em História pela Universidade Regional do Cariri (Urca), descobriram recentemente, vestígios indígenas no sítio Boa Fé, na zona rural de Cachoeira dos Índios, região de Cajazeiras. A descoberta atesta a presença ancestral que dá nome à cidade e servirá, em médio prazo, para reconstruir a história da ocupação pretérita indígena dos sertões da Paraíba.

De acordo com o responsável pela catalogação do material, o professor da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e arqueólogo, Juvandi Santos, os vestígios são de origens Tupi e possuem entre 600 e 800 anos. “Quando tomei conhecimento dos primeiros relatos de vestígios indígenas, percebi que era possível encontrar vestígios que legitimassem o topônimo da cidade, ainda mais se a descoberta pudesse ser feita com a participação de alunos da educação básica. Passamos a buscar informações e chegamos ao sítio Boa Fé. Depois de uma prospecção encontramos as peças de cerâmica”, disse Juvandi Santos.

Os artefatos foram encontrados durante expedições realizadas pela equipe do projeto Akangatu, que quer dizer memória em Tupi Guarani. O ponta-pé inicial para as pesquisas se deram a partir do ano de 2020, quando um agricultor encontrou objetos de tecelagem indígena no local. A partir da descoberta, os professores Djalma Dantas e Odair Dantas começaram um diálogo com o proprietário das terras para que a busca por outros vestígios fossem realizadas.

“Ficamos sabendo da possibilidade de vestígios indígenas por meio de relatos de moradores e fomos até o local. Depois de certo tempo, fomos encontrando pedaços de cerâmica indígena. Foi enviado para o laboratório da UEPB de Campina



Material em cerâmica de origem Tupi Guarani foi descoberto em sítio da zona rural

Grande e foi comprovado que era dos índios Tupi”, informou o coordenador do projeto, Djalma Dantas.

Segundo os pesquisadores, há possibilidade de no local ter existido um cemitério indígena. O projeto aguarda uma autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para iniciar os trabalhos, incluindo escavações.

Pouco se sabe da origem desses indígenas no Sertão, mas segundo Juvandi Santos, alguns eram provenientes do Litoral e se deslocaram para o Sertão, pressionados pelos europeus e tribos inimigas, além de importantes referências bibliográficas que pontuaram a presença Tupi nos sertões da Paraíba. “Ainda não sabemos de onde os Tupi vieram. Temos duas hipóteses: ou do Litoral

da Paraíba ou Rio Grande do Norte; ou do Sertão do Ceará. Lá já está confirmada a presença Tupi”, disse.

Além do Tupis, Juvandi Santos disse que pesquisas apontam a presença de outros grupos indígenas no interior do estado. “Já temos identificado 20 sítios arqueológicos no interior, com presenças Tupi e Aratu, além dos Kariris e Tarairiu”.

Segundo o arqueólogo, já foram identificados materiais possivelmente produzidos pelos Tupi, urnas funerárias, tigelas diversas, materiais líticos, tambetás e adornos em Cuité, Teixeira, Maturéia, Bernadino Batista, Borborema e Bananeiras. Todos esses sítios estão sendo investigados e, em alguns, realizado salvamento, devidamente autorizado pelo Iphan.

Anexo VIII:

Repercussão da pesquisa em sites de reportagem, blogs e redes sociais oficiais.

Canal online:	Manchete:	Link de acesso:
A União	“NO SERTÃO DA PARAÍBA Novo sítio arqueológico é achado Localizado no município de Cachoeira dos Índios, a novidade é que a área traz indícios da presença dos tupis”	https://www.auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_paraiba/novo-sitio-arqueologico-e-achado
Jornal da Paraíba	“Cachoeira dos Índios tem presença Tupi, apontam vestígios”	https://jornaldaparaiba.com.br/comunidade/cachoeira-dos-indios-tupi/
Diário do Sertão	“VÍDEO: Após descoberta de sítio arqueológico em Cachoeira, exposição reúne objetos da história do município”	https://www.diariodosertao.com.br/noticias/educacao/634520/video-apos-descoberta-de-sitio-arqueologico-em-cachoeira-exposicao-reune-objetos-da-historia-do-municipio.html
Radar Sertanejo	SÍTIO ARQUEOLÓGICO Vestígios indígenas Tupi são encontrados em Cachoeira dos Índios, no Sertão da PB	https://www.radarsertanejo.com/2023/07/11/vestigios-indigenas-tupi-sao-encontrados-em-cachoeira-dos-indios-no-sertao-da-pb/
Coisas de Cajazeiras	“Município de Cachoeira dos Índios tem seu primeiro sítio arqueológico descoberto”	https://coisasdecajazeiras.com.br/cidades/municipio-de-cachoeira-dos-indios-tem-seu-primeiro-sitio-arqueologico-descoberto/
Coisas de Cajazeiras	“Após descoberta de sítio arqueológico em Cachoeira dos Índios, exposição reúne objetos da história do município”	https://coisasdecajazeiras.com.br/cidades/apos-descoberta-de-sitio-arqueologico-em-cachoeira-dos-indios-exposicao-reune-objetos-da-historia-do-municipio/
G1 Paraíba.	Vestígios indígenas Tupi são encontrados em Cachoeira dos Índios, no Sertão da PB	https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2023/07/11/vestigios-indigenas-tupi-sao-encontrados-em-cachoeira-dos-indios-no-sertao-da-pb.ghtml
TVWEB: Cachoeira Tv Cachoeira	Programa Frente a Frente com Marcos Campos	https://www.facebook.com/tvcachoeirapb/videos/1610609782778912/
G1 Paraíba.	G1 em 1 Minuto Paraíba: vestígios Tupi são encontrados em Cachoeira dos Índios	https://g1.globo.com/pb/paraiba/video/g1-em-1-minuto-paraiba-vestigios-tupi-sao-encontrados-em-cachoeira-dos-indios-11772785.ghtml
Instagram ufu.profhistoria	“#repost: UMA NOTICIA INCRÍVEL.Sítio arqueológico é descoberto em projeto desenvolvido por discente do Profhistória da URCA	https://www.instagram.com/p/Crv9jH2OAXb/?img_index=1
Instagram prefeituradecachoeiradosindios	“#repost: UMA NOTICIA INCRÍVEL.Sítio arqueológico é descoberto em projeto desenvolvido por discente do Profhistória da URCA”	https://www.instagram.com/p/CumKo3Gu-Qd/?img_index=1
Instagram prefeituradecachoeiradosindios	Exposição: “Achados para uma Cachoeira dos Índios”	https://www.instagram.com/p/Cw2Wwcu5Tf/
G1 Paraíba.	g1 em 1 Minuto Paraíba: vestígios Tupi são encontrados em Cachoeira dos Índios	https://g1.globo.com/pb/paraiba/video/g1-em-1-minuto-paraiba-vestigios-tupi-sao-encontrados-em-cachoeira-dos-indios-11772785.ghtml
Instagram Profhistória-URCA	‘UMA NOTICIA INCRÍVEL. Sítio arqueológico é descoberto em projeto desenvolvido por discente do Profhistória da URCA”	https://www.instagram.com/p/Crv0jViuyOz/?img_index=1

Anexo IX:

Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – Alunos participantes



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SECITECE
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Djalma Luiz do Nascimento Dantas, RG: 2721549 SSP/PB, discente da Universidade Regional do Cariri – URCA estou realizando uma pesquisa intitulada AKANGATU, O LEVANTE DA MEMÓRIA: ENSINO DE HISTÓRIA E LETRAMENTO PATRIMONIAL EM CACHOEIRA DOS ÍNDIOS-PB que tem como objetivo analisar as contribuições da memória social e da Educação Patrimonial em Cachoeira dos Índios, com a efetiva participação dos alunos da Educação Básica- Anos Finais, na elaboração de um inventário do patrimônio do município a ser utilizado nas aulas de História, a fim de promover a consolidação do letramento histórico.

Para isso, estou desenvolvendo um estudo que consta das seguintes etapas: promover uma formação em educação patrimonial por meio de oficinas, estudos de campo e levantamento de possíveis bens do patrimônio histórico do lugar, oficinas em história oral e entrevistas com pessoas da comunidade e com os participantes para fins de avaliação. Em seguida, será feito o levantamento de inventário do patrimônio histórico e cultural do município de Cachoeira dos Índios a fim de construir material didático a ser utilizado nas aulas de História.

Por essa razão, você está sendo convidado(a) a participar dessa pesquisa. Sua participação consistirá em realizar estudos em contra turno escolar, participar de oficinas de história oral e educação patrimonial, e por fim promover estudo de campo no município para coleta de dados por meio da história oral e da memória. Para as atividades externas de campo estaremos em deslocamento por meio de automóveis, cedidos pela Secretaria de Educação, com motoristas habilitados e seguindo todas normas de trânsito, não havendo obrigatoriedade de participação nesta etapa da pesquisa.

Este termo foi elaborado conforme Resolução CNS 466/2012, que diz: “Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados.” Considera-se que sua participação aluno-participante lhe expõe a um mínimo riscos de saúde, no entanto estará sujeito a emoção e ou constrangimentos no momento da coleta de dados podendo gerar um BAIXO risco à sua saúde, em função da natureza da pesquisa. Ficando ciente que as atividades de oficina serão realizadas em espaço escolar no qual você estuda e convive diariamente em dias letivos, para as atividades usará materiais escolares comuns ao dia a dia escolar, estando apenas convidado e não obrigado (a) a participar da coleta de dados e ou visitas de campo, e quando se fizerem presentes deverão estar acompanhados dos representantes legais. Para minimizar os riscos, os alunos serão tratados com acolhimento em conversas coletivas e individuais, ao serem convidados, não havendo obrigação de participação.

Como benefício, o (a) aluno (a) estará recebendo formação em Educação Patrimonial, História, Memória e vivenciando por meio da escuta da história oral a cultura, história da sua cidade, e ao final escrever sua experiência em diários de bordo e com seus relatos produzidos, contribuindo para a escrita da memória social da comunidade, que poderá ser utilizada para a produção e registro dos patrimônios históricos da cidade, campo da pesquisa. Isto posto, sua participação, vivência a ser registrada constitui-se de grande relevância para a finalidade da pesquisa.

Todas as informações que o Sr. (a) nos fornece serão utilizadas somente para esta pesquisa. Seus dados de documentação pessoal coletados serão confidenciais, especificamente, Nº de Identidade - RG, Nº do Cadastro de Pessoas Física - CPF, Número de contato telefônico, endereço pessoal e ou profissional e demais dados que o Sr. (a) ache necessário preservar. No entanto deixando (a) ciente que seu o nome e sua imagem poderão aparecer como colaborador(a) da pesquisa durante o registro dos processos metodológicos, em atividades em Educação Patrimonial, História Oral, estudo de campo e (ou) nos registros, nos materiais didáticos a serem elaborados no final da pesquisa.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SECITECE
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



Ficando ciente quando os resultados forem apresentados, você autoriza o uso da sua imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeos, foto, gravação de áudio, para serem produzidas e utilizadas na pesquisa e também nas peças de comunicação que serão veiculadas nos canais Universidade Regional do Cariri e na E.M.E.I.F. Maria Cândido de Oliveira. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional, das seguintes formas: (I) home page; (II) mídia eletrônica (III) material didático (vídeo-tapes, televisão, cinema, entre outros).

Fica ainda autorizada, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração. Sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária.

Caso aceite participar, não receberá nenhuma compensação financeira. Também não sofrerá qualquer prejuízo se não aceitar ou se desistir após ter iniciado as atividades em Educação Patrimonial, História Oral ou atividade campo.

Se tiver alguma dúvida a respeito dos objetivos da pesquisa e/ou dos métodos utilizados, pode procurar Djalma Luiz do Nascimento Dantas, endereço Rua Elson Pires Gonçalves, nº 243, Pio X, Cajazeiras-PB, telefone para contato (83) 991234441 e e-mail: djalma.trezeano@gmail.com nos seguintes horários: 07h às 18h de segunda a sexta. Se desejar obter informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, da Universidade Regional do Cariri, localizado à Rua Coronel Antônio Luiz, 1161, 1º andar, Bairro Pimenta, CEP 63.105-000, telefone (88) 3102.1212, ramal 2424, Crato CE.

Se o(a) Sr.(a) estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, e receberá uma cópia deste Termo.

TERMO DE ASSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr.(a) _____ declara que, após leitura minuciosa do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO para que participe voluntariamente desta pesquisa. E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Cachoeira dos Índios, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura participante

Anexo X:

Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – Depoente



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SECITECE
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Djalma Luiz do Nascimento Dantas, RG: 2721549 SSP/PB, discente da Universidade Regional do Cariri – URCA estou realizando uma pesquisa intitulada AKANGATU, O LEVANTE DA MEMÓRIA: ENSINO DE HISTÓRIA E LETRAMENTO PATRIMONIAL EM CACHOEIRA DOS ÍNDIOS-PB que tem como objetivo analisar as contribuições da memória social e da Educação Patrimonial em Cachoeira dos Índios - PB, com a efetiva participação dos alunos da Educação Básica- Anos Finais, na elaboração de um inventário do patrimônio do município a ser utilizado nas aulas de História, a fim de promover a consolidação do letramento histórico.

Para isso, estou desenvolvendo um estudo que consta das seguintes etapas: promover uma formação em educação patrimonial por meio de oficinas, estudos de campo e levantamento de possíveis bens do patrimônio histórico do lugar, oficinas em história oral e entrevistas com pessoas da comunidade e com os participantes para fins de avaliação, em seguida será feito o levantamento de inventário do patrimônio histórico e cultural do município de Cachoeira dos Índios a fim de construir material didático a ser utilizado nas aulas de história.

Por essa razão, você está sendo convidado(a) a participar dessa pesquisa. Todas as informações que o(a) Sr.(a) nos fornecer serão utilizadas para esta pesquisa. Sua participação consistirá em prestar depoimentos para coleta de dados por meio da história oral e da memória, através de entrevista individual, respondendo ao roteiro de perguntas pelo pesquisador, podendo também fornecer voluntariamente registros materiais que legitimem as informações prestadas.

Seus dados de documentação pessoal coletados serão confidenciais, especificamente, Número de Identidade - RG, Número do Cadastro de Pessoas Física - CPF, Número de contato telefônico, endereço pessoal e ou profissional e demais dados que o Sr. (a) ache necessário preservar. No entanto deixando (a) ciente que seu o nome e sua imagem poderão aparecer como colaborador(a) da pesquisa durante o registro dos processos metodológicos, em atividades em Educação Patrimonial, História Oral, estudo de campo e (ou) nos registros, nos materiais didáticos a serem elaborados no final da pesquisa.

Este termo foi elaborado conforme a Resolução CNS 466/2012, que diz: “Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados.” Considera-se que sua participação como depoente lhe expõe a um mínimo riscos de saúde, no entanto estará sujeito a emoção e ou constrangimentos no momento da coleta de dados, podendo gerar um BAIXO risco à saúde, em função da natureza da pesquisa, isso porque pode haver algum desconforto por parte do entrevistado, haja vista que ao rememorar espaços ou memórias esse pode sentir-se incomodado.

Para reduzir tais possíveis riscos, a entrevista será individual, agendada conforme disponibilidade do depoente em local reservado a sua escolha, evitando-se por parte do pesquisador comentários e expressões não verbais que possam causar qualquer desconforto aos(as) entrevistados(as).

Como benefício, o (a) senhor (a) estará contribuindo, com seus relatos, ao descrever para a escrita da memória social da comunidade, que poderá ser utilizada para a produção e registro dos patrimônios históricos da cidade, campo da pesquisa. Isto posto, sua entrevista constitui-se de grande relevância para a finalidade da pesquisa.

Ficando ciente quando os resultados forem apresentados, você autoriza o uso da sua imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeos, foto, gravação de áudio, para ser produzidas e utilizada na pesquisa e também nas peças de comunicação que poderão ser veiculadas nos canais Universidade Regional de Cariri, na E.M.E.I.F. Maria Cândido de Oliveira e na internet.

Fica ainda autorizada, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração. Sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária.

Rua Cel. Antônio Luiz, 1161 – Pimenta – Crato-CE – CEP.: 63.100-000
Fone (88) 312.1212 ramal 2424 – E-Mail: cep@urca.br

Se tiver alguma dúvida a respeito dos objetivos da pesquisa e/ou dos métodos utilizados, pode procurar Djalma Luiz do Nascimento Dantas, endereço Rua Elson Pires Gonçalves, nº 243, Pio X, Cajazeiras-PB, telefone para contato (83) 991234441 e e-mail: djalma.trezeano@gmail.com nos seguintes horários 07h as 18h de segunda a sexta. Se desejar obter informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, da Universidade Regional do Cariri, localizado à Rua Coronel Antônio Luiz, 1161, 1º andar, Bairro Pimenta, CEP 63.105-000, telefone (88) 3102.1212, ramal 2424, Crato CE.

Se desejar obter informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, da Universidade Regional do Cariri, localizado à Rua Coronel Antônio Luiz, 1161, 1º andar, Bairro Pimenta, CEP 63.105-000, telefone (88) 3102.1212, ramal 2424, Crato CE.

Se o(a) Sr.(a) estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, e receberá uma cópia deste Termo.

TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr.(a) _____ declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa. E, por estar de acordo, assina o presente termo.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura participante



Impressão dactiloscópica

Anexo XI:

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Pais ou Responsáveis Legais



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SECITECE
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PAIS OU RESPONSÁVEIS LEGAIS

Eu, Djalma Luiz do Nascimento Dantas, RG: 2721549 SSP/PB, discente da Universidade Regional do Cariri – URCA estou realizando uma pesquisa intitulada AKANGATU, O LEVANTE DA MEMÓRIA: ENSINO DE HISTÓRIA E LETRAMENTO PATRIMONIAL EM CACHOEIRA DOS ÍNDIOS-PB que tem como objetivo analisar as contribuições da memória social e da Educação Patrimonial em Cachoeira dos Índios, com a efetiva participação dos alunos da Educação Básica- Anos Finais, na elaboração de um inventário do patrimônio do município a ser utilizado nas aulas de História, a fim de promover a consolidação do letramento histórico.

Para isso, estou desenvolvendo um estudo que consta das seguintes etapas: promover uma formação em educação patrimonial por meio de oficinas, estudos de campo e levantamento de possíveis bens do patrimônio histórico do lugar, oficinas em história oral e entrevistas com pessoas da comunidade e com os participantes para fins de avaliação, em seguida será feito o levantamento de inventário do patrimônio histórico e cultural do município de Cachoeira dos Índios a fim de construir material didático a ser utilizado nas aulas de História.

Este termo foi elaborado conforme Resolução CNS 466/2012, que diz: “Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados.” Considera-se que a participação aluno (a) participante sobre sua responsabilidade legal e devida autorização seja exposto a um mínimo de riscos de saúde, no entanto estará sujeito a emoção e ou constrangimentos no momento da coleta de dados podendo gerar um BAIXO risco à sua saúde, em função da natureza da pesquisa. Ficando ciente que as atividades de oficina serão realizadas em espaço escolar no qual o (a) discente estuda e convive diariamente em dias letivos, para as atividades usará materiais escolares comuns ao dia a dia escolar, estando apenas convidado e não obrigado (a) a participar da coleta de dados e ou visitas de campo, e quando se fizerem presentes deverão estar acompanhados dos representantes legais. Para minimizar os riscos os alunos serão tratados com acolhimento em conversas coletivas e individuais, ao serem convidados, não havendo obrigação de participação.

Por essa razão, seu filho/sua filha ou responsável legal, está sendo convidado(a) a participar dessa pesquisa. A participação dele/dela consistirá em realizar estudos em contra turno escolar, participar de oficinas de História Oral, Educação Patrimonial e estudo de campo, não havendo obrigatoriedade de participação nesta última etapa da pesquisa. Todas as informações que ele nos fornece serão utilizadas somente para esta pesquisa. Os seus dados de documentação pessoal coletados serão confidenciais, especificamente, Número de Identidade - RG, Número do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, Número de contato telefônico, endereço pessoal e ou profissional e demais dados que o Sr. (a) ache necessário preservar. No entanto deixando (a) ciente que seu nome e sua imagem e de seu filho ou filha, poderão aparecer como colaborador(a) da pesquisa durante o registro dos processos metodológicos, em atividades em Educação Patrimonial, História Oral, estudo de campo e (ou) nos registros em materiais didáticos a serem elaborados no final da pesquisa.

Como benefício, o (a) aluno (a) estará recebendo formação em Educação Patrimonial, História, Memória e vivenciando por meio da escuta da história oral a cultura, história da sua cidade, e ao final escrever sua experiência em diários de bordo e com seus relatos produzidos, contribuindo para a escrita da memória social da comunidade, que poderá ser utilizada para a produção e registro dos patrimônios históricos da cidade, campo da pesquisa. Isto posto, sua participação, vivência a ser registrada constitui-se de grande relevância para a finalidade da pesquisa.

Ficando ciente quando os resultados forem apresentados, você autoriza o uso da imagem do (a) filho (a) e ou tutelado em todo e qualquer material entre imagens de vídeos, foto, gravação de áudio, para serem produzidas e utilizadas na pesquisa e também nas peças de comunicação que poderão ser veiculadas nos canais

Rua Cel. Antônio Luiz, 1161 – Pimenta – Crato-CE – CEP.: 63.100-000
Fone (88) 312.1212 ramal 2424 – E-Mail: cep@urca.br

da Universidade Regional de Cariri, na E.M.E.I.F. Maria Cândido de Oliveira e na internet. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional, das seguintes formas: (I) home page; (II) mídia eletrônica (III) material didático (vídeo-tapes, televisão, cinema, entre outros).

Ao ler e assinar este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DO SEU FILHO (A) NA PESQUISA, ao tempo que de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, disponibiliza a cessão de direitos da veiculação das imagens, não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração. A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária.

Ao assinar este termo fica também ciente que não receberá nenhuma compensação financeira nem o senhor e nem o seu representado (a) legal e que não sofrerá qualquer prejuízo se ele (a) desistir após ter iniciado as atividades em Educação Patrimonial, História Oral ou atividade campo.

Se tiver alguma dúvida a respeito dos objetivos da pesquisa e/ou dos métodos utilizados, pode procurar Djalma Luiz do Nascimento Dantas, endereço Rua Elson Pires Gonçalves, nº 243, Pio X, Cajazeiras-PB, telefone para contato (83) 991234441 e e-mail: djalma.trezeano@gmail.com nos seguintes horários: 07h às 18h de segunda a sexta. Se desejar obter informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, da Universidade Regional do Cariri, localizado à Rua Coronel Antônio Luiz, 1161, 1º andar, Bairro Pimenta, CEP 63.105-000, telefone (88) 3102.1212, ramal 2424, Crato CE.

Após a leitura do termo o(a) Sr.(a) há concordância de autorização para a participação do seu filho (a) na pesquisa e para isto deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, e receberá uma cópia deste Termo.

TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr.(a) _____ declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisador, ciente dos serviços e procedimentos aos quais seu filho/sua filha será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO para que seu filho/sua filha participe voluntariamente desta pesquisa.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Cachoeira dos Índios, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura representante legal



Impressão dactiloscópica